

Diário do Legislativo de 26/08/2010

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO

2 - ATAS

2.1 - 63ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

2.2 - Solenidade Realizada na 63ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear a Federação dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais - FAP-MG - pelos 25 anos de sua Fundação

2.3 - 30ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear a Fundação Clóvis Salgado pelos 40 anos de sua Criação

2.4 - Reunião de Comissões

3 - MATÉRIA VOTADA

3.1 - Plenário

4 - ORDENS DO DIA

4.1 - Plenário

4.2 - Comissão

5 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

5.1 - Plenário

6 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

7 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

8 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

edital de concurso público

CONCURSO PÚBLICO

Edital nº 1/2007

A Comissão de Coordenação e Supervisão do Concurso Público para provimento de cargos do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, a que se refere o Edital nº 1/2007, comunica o novo resultado final do concurso público para o cargo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Policial Legislativo - Feminino - código 102, tendo em vista o trânsito em julgado do acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que confirmou a denegação da segurança nos autos do mandado de segurança nº 1.0024.08.942.971-6/001, impetrado por Grazielle Cristina da Rocha Cunha, inscrição nº. 712976, cuja concessão de liminar havia permitido sua participação no certame, ficando sem efeito o resultado final do concurso para o referido cargo/especialidade publicado no "Diário do Legislativo", em sua edição de 3/12/2008.

Resultado Final

Cargo: 102 - Policial Legislativo Feminino

	NOME	CLAS.	NOTA 1ª ETAPA	NOTA 2ª ETAPA	NOTA 3ª ETAPA	NOTA 4ª ETAPA	
9	BRUNA OLIVEIRA MENDES	1	51,00	108,00	INDICADO	INDICADO	
0	ANA CLARICE DOS SANTOS MARTINS	2	50,00	108,00	INDICADO	INDICADO	
6	LUCIANA PARO DE CASTRO	3	46,00	108,00	SUB JUDICE (*)	INDICADO	
7	ELIANE DE SOUZA RESENDE	4	45,00	108,00	INDICADO	INDICADO	
4	VANESSA NOGUEIRA DA GAMA NUNES	5	45,00	108,00	INDICADO	INDICADO	
3	LORIS RIBEIRO FONTANA	6	45,00	108,00	INDICADO	INDICADO	
4	ANA CAROLINA ABREU REIS	7	45,00	108,00	INDICADO	INDICADO	
5	VIVIAN NUNES MACHADO	8	45,00	108,00	INDICADO	INDICADO	
	ANA LUCIA DIAS DA SILVA	9	44,00	108,00	INDICADO	INDICADO	
	JESSICA DA SILVA BATISTA	10	43,00	108,00	INDICADO	INDICADO	
0	LUCIMAR ARRUDA FERREIRA	11	47,00	102,00	INDICADO	INDICADO	
0	PATRICIA HELENA BUCKER RAPALO	12	44,00	102,00	INDICADO	INDICADO	
	KELE DIAS LEAL	13	44,00	102,00	INDICADO	INDICADO	
6	LIVIA SOARES	14	50,00	96,00	INDICADO	INDICADO	
5	KARINE MARIA DE SOUZA LOPES	15	50,00	96,00	INDICADO	INDICADO	
1	FERNANDA MOREIRA DE MORAIS SILVA	16	43,00	102,00	INDICADO	INDICADO	
4	CAROLINA MENDES BITTENCOURT	17	47,00	96,00	INDICADO	INDICADO	
2	VENICA ANGELOS DE MELO	18	46,00	96,00	INDICADO	INDICADO	
0	CARLA SCHNEIDER BICALHO	19	46,00	96,00	INDICADO	INDICADO	
3	LORENA NASCIMENTO RAMOS DE ALMEIDA	20	50,00	90,00	INDICADO	INDICADO	
9	SILVIA GUIMARAES CARLOS	21	50,00	90,00	INDICADO	INDICADO	
3	PATRICIA GONCALVES DE CARVALHO	22	50,00	90,00	INDICADO	INDICADO	
	STELLA ALMEIDA MOREIRA	23	43,00	96,00	INDICADO	INDICADO	
1	MARIANA LAVIOLA ROSA	24	43,00	96,00	INDICADO	INDICADO	
6	NATHALIA ABREU MEZZETTI	25	47,00	90,00	INDICADO	INDICADO	
0	RENATA PAULA TEOBALDO FERREIRA	26	46,00	90,00	INDICADO	INDICADO	

8	CLAUDIA EUSTAQUIO FERREIRA	27	44,00	90,00	INDICADO	INDICADO	
0	ANA CAROLINA CHAVES PISA	28	50,00	84,00	INDICADO	INDICADO	
6	DANIELLE NOGUEIRA DA GAMA NUNES	29	47,00	84,00	INDICADO	INDICADO	
8	ISABELA MIRANDA LOPEZ	30	47,00	84,00	INDICADO	INDICADO	
3	DANIELLE VENTURA FERREIRA DA SILVA	31	47,00	84,00	INDICADO	INDICADO	
0	IMANY ABBAS	32	46,00	84,00	INDICADO	INDICADO	
9	GREICE RODRIGUES COSTA	33	45,00	84,00	INDICADO	INDICADO	
4	JANAINA ALVES DOS SANTOS	34	45,00	84,00	INDICADO	INDICADO	
1	CAROLINE DA CONCEICAO DIAS	35	44,00	84,00	INDICADO	INDICADO	
2	MARIANA PAIVA DE OLIVEIRA	36	44,00	84,00	INDICADO	INDICADO	
8	GRACIETTY RYNARA GANDRA SILVA	37	47,00	78,00	INDICADO	INDICADO	
8	RENATA PIRES E ALBUQUERQUE FERRER	38	46,00	78,00	INDICADO	INDICADO	
6	CRISTIANE ALVES BATISTA	39	46,00	78,00	INDICADO	INDICADO	
0	RENATA BRANDAO TEIXEIRA	40	46,00	78,00	INDICADO	INDICADO	
	FERNANDA LELLIS FERNANDES	41	45,00	78,00	INDICADO	INDICADO	
3	VANESSA COSTA ALCANTARA MORAES	42	45,00	78,00	INDICADO	INDICADO	
3	VIVIANE DOS SANTOS MANCINI	43	45,00	78,00	INDICADO	INDICADO	
0	DENISE MARIA NEPOMUCENO	44	51,00	72,00	INDICADO	INDICADO	
6	GABRIELA CORDEIRO TAVARES	45	44,00	78,00	INDICADO	INDICADO	
3	DANIELLA SILVA ARAUJO MACHADO	46	50,00	72,00	INDICADO	INDICADO	
3	ANA CLAUDIA MAFRA DE CAMPOS	47	50,00	72,00	INDICADO	INDICADO	
3	SIMONE REGINA LUIZ GOMES	48	43,00	78,00	INDICADO	INDICADO	
9	SILVIA GOMES PRIMA	49	43,00	78,00	INDICADO	INDICADO	
7	DANIELA MAGALHAES DE MORAES	50	48,00	72,00	INDICADO	INDICADO	
5	LUCIANA ALCANTARA DE SOUZA	51	47,00	72,00	INDICADO	INDICADO	
7	PAULA TOLENTINO DUTRA	52	46,00	72,00	INDICADO	INDICADO	
8	TAINAH FERNANDES TEIXEIRA	53	46,00	72,00	INDICADO	INDICADO	
4	CYBELLE MARTINS CRISTIANO	54	45,00	72,00	INDICADO	INDICADO	

0	ANA BEATRIZ MARTINS DE ARAUJO	55	43,00	72,00	INDICADO	INDICADO

ATAS

ATA DA 63ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 24/8/2010

Presidência dos Deputados Doutor Viana e José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 4.845 a 4.860/2010 - Requerimentos nºs 6.580 a 6.593/2010 - Comunicações: Comunicação do Deputado Sávio Souza Cruz - Interrupção e reabertura dos trabalhos ordinários - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Dinis Pinheiro - Sargento Rodrigues - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Agostinho Patrus Filho - Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Délio Malheiros - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Leonardo Moreira - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Pinduca Ferreira - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Sargento Rodrigues, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado João Leite, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Moacyr Lobato de Campos Filho, Secretário de Defesa Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.394/2010, da Comissão de Segurança Pública.

Do Sr. José Élcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.435/2010, do Deputado Carlin Moura.

Do Sr. Ricardo Magalhães Soares, Subsecretário da Casa Civil (2), prestando informações relativas aos Projetos de Lei nºs 4.182 e 4.455/2010, em atenção a pedidos da Comissão de Justiça. (- Anexem-se os ofícios e as notas técnicas aos respectivos projetos de lei.)

Da Sra. Andréa Cristina Miranda Costa, Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça, encaminhando parecer sobre denúncias, contidas em relatório de visita elaborado pelas Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública, de maus-tratos contra presidiários em Monte Santo de Minas e São Sebastião do Paraíso e de desaparecimento de processos na Comarca de São Sebastião do Paraíso, bem como decisão que aprovou esse parecer. (- Às Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública.)

Do Sr. André Luiz Barbosa Carvalho, advogado da Claro S.A., prestando informações relativas ao requerimento da Comissão de Defesa do Consumidor encaminhado por meio do Ofício nº 1.903/2010/SGM.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

Projeto de Lei Nº 4.845/2010

Declara de utilidade pública a Associação dos Deficientes Visuais de Uberlândia - Adeviudi -, com sede nesse Município.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Deficientes Visuais de Uberlândia - Adeviudi -, com sede nesse Município.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 24 de agosto de 2010.

Tenente Lúcio

Justificação: Constituída como entidade de direito privado sem fins lucrativos, a Associação dos Deficientes Visuais de Uberlândia - Adeviudi -, com sede nesse Município, tem como finalidades congregar pessoas com deficiência visual para que possam trocar experiências e lutar em defesa de seus direitos e interesses, apresentando ao poder público propostas de ações políticas para a melhoria da qualidade de vida do segmento; elaborar projetos voltados para a habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência; e promover e incentivar práticas esportivas, culturais, educativas, artísticas, de lazer e de turismo visando à promoção humana dos deficientes visuais.

Considerando, pois, a importância do trabalho realizado pela entidade na consolidação dos direitos das pessoas com deficiência, contamos com a anuência dos nobres Deputados a este projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.846/2010

Declara de utilidade pública a Associação Inhaumense de Ação Social - Aias -, com sede no Município de Inhaúma.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Inhaumense de Ação Social - Aias -, com sede no Município de Inhaúma.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 24 de agosto de 2010.

Dilzon Melo

Justificação: A Associação Inhaumense de Ação Social - Aias -, com sede no Município de Inhaúma, é uma sociedade civil, de caráter beneficente, de duração indeterminada. Tem por finalidade congregar habitantes do Município de Inhaúma e demais interessados em atuar, inclusive em parceria com outras entidades congêneres públicas ou privadas, na consolidação de seus objetivos assistenciais e filantrópicos, sem distinção de credo político, de religião, de cor ou de raça.

Diante da importância de suas ações, contamos com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI nº 4.847/2010

Autoriza o Poder Executivo a doar à Sociedade Protetora dos Animais, com sede no Município de Barbacena, o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Sociedade Protetora dos Animais, com sede no Município de Barbacena, imóvel constituído de terreno com área de 16.072m² (dezesseis mil e setenta e dois metros quadrados) e respectiva benfeitoria, situado na Colônia Rodrigo Silva, nesse Município, com as características e confrontações constantes da Matrícula nº 4.415, fls. 98 do Livro 3 do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Barbacena.

Parágrafo único - O imóvel a que se refere o "caput" deste artigo destina-se a abrigar animais e preservar o meio ambiente.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 24 de agosto de 2010.

Lafayette de Andrada

Justificação: O terreno que se pretende doar à Sociedade Protetora dos Animais faz parte de um imóvel com área de 436.165.23m², situado no Distrito Colônia Rodrigo Silva, no Município de Barbacena, terreno este transferido para o domínio do Estado em 2006. A Sociedade Protetora dos Animais, entidade civil, sem fins lucrativos, devidamente registrada em cartório, utiliza esse terreno de 16.072m² há mais de 15 anos, e nele foi construído um canil que abriga hoje mais de 600 cães.

Visando atender a solicitação dos dirigentes da Sociedade Protetora dos Animais de Barbacena é que submetemos à apreciação dos nobres

pares este projeto de lei, para a devida aprovação.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Projeto de Lei Nº 4.848/2010

Declara de utilidade pública a Associação dos Profissionais da Pesca de Capinópolis - Apropec -, com sede nesse Município.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Profissionais da Pesca de Capinópolis - Apropec -, com sede nesse Município.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 24 de agosto de 2010.

Luiz Humberto Carneiro

Justificação: Com sede no Município de Capinópolis e atuação em todo o território mineiro, a Associação dos Profissionais da Pesca de Capinópolis - Apropec - tem por escopo a prestação de serviços que possam contribuir para o fomento e a racionalização da atividade pesqueira, bem como para a melhoria de vida de seus integrantes.

Com esse propósito, a entidade incentiva o aprimoramento da produtividade e da qualidade por meio da adoção de novas técnicas de produção e manejo, divulga os trabalhos e produtos de seus associados na busca de novos mercados e promove cursos e seminários sobre temas de interesse. Além disso, busca diversificar a economia rural com a finalidade de agregar valores à produção, gerar empregos e aumentar a renda no campo, negocia a venda dos produtos e orienta as compras de equipamentos, insumos e estocagem.

Considerando a importância do trabalho realizado pela Apropec, contamos com a anuência dos nobres Deputados a este projeto de lei, que pretende outorgar-lhe o título de utilidade pública.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Política Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei nº 4.849/2010

Declara de utilidade pública a Associação Cultural Comunitária Novo Oriente, com sede no Município de Belo Oriente.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural Comunitária Novo Oriente, com sede no Município de Belo Oriente.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 24 de agosto de 2010.

Rosângela Reis

Justificação: A Associação Cultural Comunitária Novo Oriente, com sede no Município de Belo Oriente, é uma sociedade de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica, que tem como objetivo promover a cultura brasileira, em toda a sua diversidade, apoiando, elaborando, executando e incentivando projetos voltados para ela.

A documentação apresentada confirma que sua diretoria é constituída por pessoas idôneas e não remuneradas e que ela está em funcionamento regular, atendendo, desta forma, os requisitos legais. Por sua importância, contamos com o apoio de nossos pares à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei nº 4.850/2010

Declara de utilidade pública a Associação Social SOS Família, com sede no Município de Ipatinga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Social SOS Família, com sede no Município de Ipatinga.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 24 de agosto de 2010.

Rosângela Reis

Justificação: A Associação Social SOS Família é uma sociedade de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica, que desenvolve importantes trabalhos na área social, prestando atendimento gratuito a crianças em creches e pré-escolas, contribuindo para o desenvolvimento físico, psicológico e intelectual, complementando a ação da família e da comunidade. A documentação apresentada confirma que a sua diretoria é constituída por pessoas idôneas e não remuneradas e que a entidade está em funcionamento regular atendendo, desta forma, os requisitos legais. Por sua importância, contamos com o apoio de nossos pares à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei nº 4.851/2010

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Granja Vagalume, com sede no Município de Ipatinga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores do Granja Vagalume, com sede no Município de Ipatinga.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 24 de agosto de 2010.

Rosângela Reis

Justificação: A Associação dos Moradores do Granja Vagalume, com sede no Município de Ipatinga, é uma entidade civil de direito privado, de natureza filantrópica, sem fins lucrativos, fundada em 12/11/91, que visa solucionar as reais necessidades da comunidade, desenvolvendo ações que tratam dos setores de saúde, educação, cultura, saneamento básico, objetivando a melhoria das condições de vida dos moradores do bairro. A documentação apresentada atende aos requisitos legais. Por sua importância, contamos com o apoio de nossos pares à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei nº 4.852/2010

Declara de utilidade pública o Projeto de Apoio ao Menino e Menina da Rua de Ipatinga - Horta Comunitária Criança Feliz, com sede no Município de Ipatinga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Projeto de Apoio ao Menino e Menina da Rua de Ipatinga - Horta Comunitária Criança Feliz, com sede no Município de Ipatinga.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 24 de agosto de 2010.

Rosângela Reis

Justificação: O Projeto de Apoio ao Menino e Menina da Rua de Ipatinga - Horta Comunitária Criança Feliz, com sede no Município de Ipatinga, é uma instituição de direito privado que exerce atividades filantrópicas, de natureza associativa, sem fins lucrativos, beneficente, que desenvolve importantes trabalhos na área social. A referida instituição tem como finalidade amparar e educar crianças sem recursos financeiros, ministrando-lhes a educação infantil e combatendo a fome e a pobreza. A documentação apresentada confirma que sua diretoria é constituída por pessoas idôneas e não remuneradas e que a entidade está em funcionamento regular, atendendo, dessa forma, os requisitos legais. Por sua importância, contamos com o apoio de nossos pares à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.853/2010

Declara de utilidade pública o Vila Nova Futebol Clube, com sede no Município de Itabira.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Vila Nova Futebol Clube, com sede no Município de Itabira.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 24 de agosto de 2010.

Zezé Perrella

Justificação: O Vila Nova Futebol Clube, com sede no Município de Itabira, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, fundada em 21/7/61.

Tem por finalidade proporcionar a difusão de atividades desportivas, sociais e cívico-culturais, com foco no futebol, divulgando o esporte como meio de saúde e educação com vistas ao estreitamento dos laços de união e solidariedade entre associados e entidades congêneres, contribuindo para o desenvolvimento regional. Pretende-se, com este projeto de lei, assegurar à instituição melhores condições para o desenvolvimento das suas atividades, tendo em vista que atende os requisitos constantes na Lei nº 12.972, de 27/7/98.

Esperamos, portanto, contar com o apoio dos nobres pares à aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI nº 4.854/2010

Dispõe sobre o controle da reprodução de cães e gatos e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O Poder Executivo incentivará a viabilização e o desenvolvimento de programas que visem ao controle reprodutivo de cães e de gatos e à promoção de medidas protetivas, por meio de identificação, registro, esterilização cirúrgica e adoção, e de campanhas educacionais para a conscientização pública da relevância de tais atividades, cujas regras básicas seguem descritas nesta lei.

Art. 2º - Fica vedada a eliminação da vida de cães e de gatos pelos órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos oficiais congêneres, exceção feita à eutanásia, permitida nos casos de males, doenças graves ou enfermidades infectocontagiosas incuráveis que coloquem em risco a saúde de pessoas ou de outros animais.

§ 1º - A eutanásia será justificada por laudo do responsável técnico pelos órgãos e estabelecimentos referidos no "caput" deste artigo, precedido, quando for o caso, de exame laboratorial, facultado o acesso aos documentos por entidades de proteção dos animais.

§ 2º - Ressalvada a hipótese de doença infectocontagiosa incurável, que ofereça risco à saúde pública, o animal que se encontre na situação prevista no "caput" poderá ser disponibilizado para resgate por entidade de proteção dos animais, mediante assinatura de termo de integral responsabilidade.

Art. 3º - O animal com histórico de mordedura injustificada e comprovada por laudo médico será inserido em programa especial de adoção, com critérios diferenciados, prevendo assinatura de termo de compromisso pelo qual o adotante se obrigará a cumprir o estabelecido em legislação específica para cães bravios, a manter o animal em local seguro e em condições favoráveis ao seu processo de ressocialização.

Parágrafo único - Caso não seja adotado em noventa dias, o animal poderá ser eutanasiado.

Art. 4º - O recolhimento de animais observará procedimentos protetivos de manejo, de transporte e de averiguação da existência de proprietário, de responsável ou de cuidador em sua comunidade.

§ 1º - O animal reconhecido como comunitário será recolhido para fins de esterilização, registro e devolução à comunidade de origem, após identificação e assinatura de termo de compromisso de seu cuidador principal.

§ 2º - Para efeitos desta lei, considera-se cão comunitário aquele que estabelece com a comunidade em que vive laços de dependência e de manutenção, embora não possua responsável único e definido.

Art. 5º - Não se encontrando nas hipóteses de eutanásia autorizadas pelo art. 2º, os animais permanecerão por setenta e duas horas à disposição de seus responsáveis, oportunidade em que serão esterilizados.

Parágrafo único - Vencido o prazo previsto no "caput" deste artigo, os animais não resgatados serão disponibilizados para adoção e registro, após identificação.

Art. 6º - Para efetivação deste programa, o poder público poderá viabilizar as seguintes medidas:

I - destinação, por órgão público, de local para a manutenção e exposição dos animais disponibilizados para adoção, aberto à visitação pública, onde os animais serão separados conforme critério de compleição física, de idade e de temperamento;

II - campanhas que conscientizem o público da necessidade de esterilização e de vacinação periódica e de que o abandono, pelo padecimento infligido ao animal, configura, em tese, prática de crime ambiental;

III - orientação técnica aos adotantes e ao público em geral sobre os princípios da tutela responsável de animais, visando atender às suas necessidades físicas, psicológicas e ambientais.

Art. 7º - Fica o poder público autorizado a celebrar convênio e parcerias com Municípios, entidades de proteção animal e outras organizações não governamentais, universidades, estabelecimentos veterinários, empresas públicas ou privadas e entidades de classe, para a consecução dos objetivos desta lei.

Art. 8º - A infração aos dispositivos desta lei acarretará a aplicação de multa pecuniária no valor correspondente a 500 Ufemgs (quinhentas Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais), aplicadas em dobro na hipótese de reincidência.

Art. 9º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 10 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 24 de agosto de 2010.

Alencar da Silveira Jr.

Justificação: Da ultrapassada política de saúde decorre o crescente número de cães e de gatos que pelas ruas vagam, uma vez que em muitos Municípios ainda pretendem controlar as zoonoses e a população de animais adotando para tal o método da captura seguida da eliminação de animais encontrados nas vias públicas.

O que devemos ter é um controle de natalidade de cães e gatos, aproveitando as campanhas de combate a raiva e outras doenças para incentivar o controle da população dos animais. Considerando que uma única cadela, num espaço de tempo de seis anos, pode originar mais de 50.000 cães e que um cão, antes de ser eliminado, já inseminou várias fêmeas, podemos deduzir que sacrificar o animal não é a solução para o problema.

Dessa forma, em defesa da vida dos animais e tentando acabar com a crueldade que se comete com os pobres e indefesos cães e gatos, além de forçar a administração pública a partir para métodos modernos e eficazes de controle de animais em vias públicas, apresento este projeto, pedindo o apoio de todos os meus pares para sua aprovação.

- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Luiz Tadeu Leite. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.382/2008, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.855/2010

Dispõe sobre a autorização da utilização do transporte táxi lotação entre Municípios próximos e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica autorizado o serviço de táxi lotação no transporte de passageiros entre Municípios mineiros, a partir de 1º de setembro de 2010.

Art. 2º - O serviço de táxi lotação será fiscalizado pelo Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER - MG.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 24 de agosto de 2010.

Alencar da Silveira Jr.

Justificativa: Este projeto de lei autoriza o transporte de táxi lotação entre os Municípios mineiros, com a finalidade de facilitar o transporte para os passageiros. Este transporte será fiscalizado pelo DER-MG e terá rotas alternativas onde o transporte coletivo feito por ônibus é inexistente ou considerado insuficiente.

Sabemos que o transporte público em alguns Municípios deve ser melhorado. Os bairros e as comunidades rurais são muito distantes uns dos outros, e a comunidade necessita de mais horários e itinerários, ou seja, mais eficiência no serviço público de transporte. O serviço de táxi lotação atenderá prioritariamente os hospitais, os prédios públicos e os bancos, além das zonas rurais e bairros distantes.

- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Alencar da Silveira Jr. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 540/2007, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.856/2010

Estabelece normas para ampliação da permeabilidade do solo, com o plantio de espécies arbóreas e manutenção das existentes, nos grandes centros urbanos do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, deverá estabelecer, ouvidos os Municípios, normas para ampliar as áreas de permeabilidade do solo urbano, com plantio de novas espécies arbóreas e manutenção permanente das espécies existentes.

Art. 2º - Entenda-se como ampliação da permeabilidade do solo a retirada do maior número possível de revestimentos artificiais e desnecessários que produzam sua impermeabilização.

§ 1º - Nos locais onde existam árvores, as calçadas devem ser o mais possível recortadas em seu entorno, para permitir a permeabilidade do solo, a respiração e a melhor alimentação das árvores, sem dificultar a passagem de pedestres nem obstruir as entradas de garagens.

§ 2º - Em caso de corte da capa impermeabilizante em local onde não haja árvore plantada, nele deve-se realizar imediatamente o plantio de espécies a ele adequadas, segundo os critérios técnicos definidos pelo setor competente, após a retirada do entulho produzido pelo corte.

§ 3º - Fica determinada a retirada de toda e qualquer contenção no entorno de árvores, arbustos e jardins que venha a inviabilizar a filtragem da água pelo solo, podendo, sob a responsabilidade do morador, ser instalado aramado ou qualquer elemento decorativo que proteja o espaço.

Art. 3º - O plantio de novas espécies arbóreas em locais públicos deve ser realizado sempre sob a supervisão de técnicos especializados e em lugares onde haja possibilidade de ser retirada a capa impermeabilizante.

Parágrafo único - O proprietário particular que desejar obter plantio gratuito de algum tipo de espécie arbórea em seu terreno poderá solicitá-lo através do sítio eletrônico oferecido pelo governo do Estado.

Art. 4º - O Estado e os Municípios poderão firmar convênios para implementar o plantio, manutenção e poda do conjunto das espécies

existentes nas áreas urbanas de cada Município, através de pessoal próprio especializado ou de empresas especializadas, por meio de licitação.

Parágrafo único - No caso do plantio, poda e manutenção de árvores plantadas sob rede elétrica, que requerem utilização de técnicos especializados, deverá ser incluída no convênio a companhia concessionária responsável pelo fornecimento de eletricidade para a região em que se fizer necessário o serviço.

Art. 5º - O cumprimento das disposições desta lei e a realização dos convênios a que se refere o art. 4º correrão à conta de dotações orçamentárias das secretarias de Estado competentes, dos Municípios e das companhias concessionárias responsáveis pelo fornecimento de eletricidade.

Art 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 24 de agosto de 2010.

Leonardo Moreira

Justificação: Acreditamos serem do conhecimento de toda a população os benefícios gerados pela arborização dos espaços nos grandes centros urbanos. Sabemos como pode ser nitidamente observado o bem-estar que proporcionam à população as sombras das árvores em dias de calor intenso. Nos bosques, terrenos particulares e até mesmo nas nossas florestas, a presença de árvores melhora muito a qualidade de vida da população. Outro aspecto importante no plantio de espécies arbóreas é que ele propicia redução substancial dos níveis de ruídos em função da cortina que elas criam contra eles. As árvores e arbustos nos proporcionam também uma estética favorecida não só pela beleza de suas texturas como pelo tipo de floração e frutos, que inclusive servem de alimento para os cidadãos e a fauna, além de absorverem, refletirem e transmitirem a radiação térmica em dias de calor intenso. Em pleno verão, a população sofre com as altas temperaturas, que afetam em demasia a saúde do povo, principalmente dos mais idosos. Além disso, os ventos, que aumentam o conforto do ambiente, são favorecidos pela presença da vegetação, que, segundo os manuais, propicia uma diferença de temperatura entre as áreas urbana e rural que chegaria a 10°C.

Infelizmente, muitas áreas urbanas encontram-se sem nem uma árvore sequer. Quando as fortes precipitações ocorrem, as águas não encontram o caminho para serem absorvidas pela terra, em função das calçadas e pistas asfaltadas, que são capas impermeabilizantes potentes sobre o solo, tendo somente como escape os nossos dutos e rios, que frequentemente não suportam o volume de água. A consequência são as enchentes, que acabam prejudicando de várias maneiras a população e levando a grandes gastos dos governos para enfrentá-las. Essas situações pioram quando há vegetação sobre áreas onde existem condutores de correntes elétricas, que, com ventos fortes e o péssimo estado de conservação de alguns espécimes de vegetação de médio e grande porte, acabam por piorar mais ainda o caos já existente nas regiões afetadas. Em ambos os casos é importante ressaltar que, além dos transtornos e prejuízos financeiros, vidas humanas já foram ceifadas devido ao descaso.

Até os dias de hoje, as soluções adotadas são paliativos. Temos de tomar atitudes mais consistentes para que a relação entre meio ambiente e infraestrutura urbana se processe levando em conta as necessidades da produção e da preservação. Temos que integrar o verde, que tantos benefícios nos traz, ao ambiente construído.

Assim, este projeto de lei é uma tentativa de conscientizar a população e orientar os governantes quanto à importância de potencializarmos a instalação de áreas verdes nos espaços públicos e facilitarmos o escoamento das águas para mitigar as mazelas causadas pelas grandes tempestades, principalmente no verão.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Meio Ambiente e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.857/2010

Dispõe sobre a afiação de horários nos terminais rodoviários intermunicipais e interestaduais no âmbito do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Ficam as empresas de ônibus intermunicipais e interestaduais que atuam no Estado, obrigadas a afixar nos terminais rodoviários os horários previstos para a saída e a chegada dos ônibus.

Parágrafo único - A afiação dos horários deve ser feita em locais visíveis aos usuários.

Art. 2º - O descumprimento do disposto nesta lei acarretará na aplicação de uma multa de 10.000 Ufirs (dez mil Unidades Fiscais de Referência) à empresa infratora, renovável a cada nova autuação.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 24 de agosto de 2010.

Leonardo Moreira

Justificação: Este projeto de lei visa obrigar as empresas de ônibus intermunicipais e interestaduais a afixar nos terminais rodoviários os horários de saída e a chegada dos seus ônibus. A medida tem como objetivo facilitar a visualização dos horários pelos consumidores, tendo em vista que a prática estabelecida pelas empresas é a de disponibilizar estes horários através de uma central de atendimento ou da internet. Dessa forma, verifica-se que os usuários desse serviço são prejudicados, pois, chegando ao terminal rodoviário, sem ter acesso aos horários previamente, terão que enfrentar a fila do balcão de compras de passagens para obter informações acerca dos horários de saída dos ônibus.

Pelas razões expostas, conto com o apoio dos meus pares para aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Transporte e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.858/2010

Dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas que utilizam "e-commerce", com hospedagem em "sites" na internet e que tenham matriz ou filiais no Estado, inserirem, em seus "sites", endereços, telefones e dados cadastrais completos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Toda empresa que tenha matriz ou filial no Estado e mantenha hospedagem em "sites", visando fazer o "e-commerce" ou propaganda de autodivulgação, deverá manter de forma legível e com fácil acesso endereço, telefone, CNPJ, inscrição estadual, assim como seus endereços eletrônicos.

Parágrafo único - Deverá constar em seus "sites" de hospedagem "link" específico para as informações de que trata este artigo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 24 de agosto de 2010.

Leonardo Moreira

Justificação: É notório que consumidores e profissionais que se utilizam do meio eletrônico ("sites" e "e-mails") não têm acesso às informações das empresas de que necessitam para exercer seus direitos.

Dessa forma, este projeto de lei visa assegurar o exercício da cidadania também na "internet", pois as empresas serão obrigadas a disponibilizar endereço físico, telefone, CNPJ, inscrição estadual e endereços eletrônicos essenciais a todos os usuários de seus serviços.

- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Leonardo Moreira. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 3.197/2009, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.859/2010

Declara de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais de Vai Volta e Bananal - Apruvb -, com sede no Município de Tarumirim.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais de Vai Volta e Bananal - Apruvb -, com sede no Município de Tarumirim.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 24 de agosto de 2010.

Wander Borges

Justificação: A Associação dos Produtores Rurais de Vai Volta e Bananal - Apruvb -, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, constituída legalmente em 14/6/99, com o objetivo de contribuir com o fomento e a racionalização das atividades agropecuárias. A entidade tem os objetivos estatutários seguintes: incentivar a mútua colaboração entre os associados; elevar as condições de vida dos produtores rurais; divulgar técnicas de produção e manejo; melhorar a qualidade e a produtividade dos produtos agropecuários; apoiar a produção, a guarda e a conservação dos produtos agropecuários; comprar, vender e transportar o leite produzido pelos associados; prestar serviços de assistência médica e dentária; promover atividades recreativas e educacionais. Como visto, a entidade presta relevantes serviços à comunidade, uma vez que desenvolve ações que visam atender às crescentes demandas das pessoas em situação de vulnerabilidade social ou econômica, tendo como propósito contribuir para seu desenvolvimento humano e promover sua inclusão social. Diante do exposto, é fato pacífico que a associação busca a construção de uma sociedade mais democrática, respaldada em uma alternativa de desenvolvimento que contemple a inclusão social e universalização dos direitos sociais, culturais, educacionais, civis e políticos.

Por estarem cumpridos todos os requisitos legais, contamos com o apoio desta Casa para o reconhecimento do nobre trabalho desenvolvido pela entidade.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Política Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.860/2010

Institui o Dia Estadual do Deficiente Físico.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica instituído o Dia Estadual do Deficiente Físico, a ser comemorado, anualmente, no dia 3 de dezembro.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 24 de agosto de 2010.

Carlin Moura

Justificação: "Todas as formas de racismo e de exclusão constituem, em última análise, maneiras de negar o corpo do outro. Poderíamos fazer uma releitura de toda a história da ética sob o ângulo dos direitos dos corpos e das relações de nosso corpo com o mundo." (Umberto Eco.)

O art. 1º da Resolução nº 3.447, intitulada "Declaração dos Direitos dos Deficientes" (aprovada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas - ONU - em 9/12/75), proclama que o termo "deficiente" designa toda pessoa em estado de incapacidade de prover por si mesma, no todo ou em parte, as necessidades de uma vida pessoal ou social normal, em consequência de uma deficiência congênita ou não de suas faculdades físicas ou mentais.

No ano de 1982, a Assembleia Geral da ONU criou um programa que visa atender as necessidades das pessoas com qualquer tipo de deficiência física, o Programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiência.

Dez anos depois, no dia 14 de outubro, a referida Assembleia instituiu o dia 3 de dezembro como o Dia Internacional do Deficiente Físico, para conscientizar, comprometer e fazer com que programas de ação conseguissem modificar as circunstâncias de vida dos deficientes em todo o mundo.

O Dia Internacional do Deficiente Físico marca a luta contra o preconceito por direitos de igualdade social e pelos direitos constitucionais que não são cumpridos.

Nesse sentido, o Projeto Resistência trouxe a nós solicitação de um projeto de lei que, em sintonia com a data proposta pela ONU, instituisse em Minas Gerais o dia 3 de dezembro como o Dia Estadual do Deficiente Físico, visando a uma ação global e integrada de conscientização das questões do deficiente físico.

Desta forma, apresentamos para apreciação do Plenário desta Casa este projeto, para que seja analisado e aprimorado, visando, ao final de sua tramitação, ao estabelecimento de uma norma capaz de comprometer a administração pública com os direitos e o bem-estar dos deficientes físicos e robustecer as campanhas em seu favor, com envolvimento da sociedade civil, proporcionando a efetiva inserção social de todos.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e do Trabalho para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 6.580/2010, do Deputado Wander Borges, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Associação Habitacional da Regional Ressaca pelo quarto aniversário de sua constituição. (- À Comissão do Trabalho.)

Nº 6.581/2010, do Deputado Wander Borges, em que solicita seja encaminhado ao Superintendente da Supram Zona da Mata pedido de informações sobre o dano ambiental ocorrido no Município de Espera Feliz, provocado pelo vazamento de um mineroduto de propriedade da Samarco Mineradora.

Nº 6.582/2010, do Deputado Wander Borges, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Meio Ambiente pedido de informações sobre o processo de licenciamento ambiental do empreendimento que a Mineradora Maybach pretende executar no Município de Catas Altas.

Nº 6.583/2010, do Deputado Wander Borges, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Saúde pedido de informações sobre as medidas preventivas adotadas para impedir a disseminação da dengue tipo 4 no Estado. (- Distribuídos à Mesa da Assembleia.)

Nº 6.584/2010, do Deputado Wander Borges, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Sociedade Educacional e Cultural de Sabará - Faculdade de Sabará - pelos 12 anos de sua existência. (- À Comissão de Educação.)

Nº 6.585/2010, do Deputado Wander Borges, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Wanderley Geraldo de Ávila, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, pelo recebimento do Grande Colar do Mérito Legislativo Municipal Tancredo de Almeida Neves, outorgado pela Câmara Municipal de Belo Horizonte. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 6.586/2010, do Deputado Carlin Moura, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social e ao Delegado-Geral de Polícia Chefe do Detran pedido de providências para a recuperação e reforma do prédio do Detran em Contagem.

Nº 6.587/2010, do Deputado Carlin Moura, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social pedido de providências para aumentar o destacamento de policiamento ostensivo das Polícias Civil e Militar no Bairro Industrial, em Contagem, visando minimizar a violência, especialmente contra mulheres. (- Distribuídos à Comissão de Segurança Pública.)

Nº 6.588/2010, do Deputado Carlin Moura, em que solicita seja encaminhado ao Promotor de Justiça da Promotoria do Meio Ambiente da Comarca de Contagem pedido de providências relativas à situação do Pátio dos Leilões, no Bairro Sebastião, em Contagem, o qual está em péssimo estado de conservação. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 6.589/2010, do Deputado Carlin Moura, em que solicita seja encaminhado ao Diretor-Presidente da Cemig pedido de providências para a instalação de postes especiais de iluminação, nos moldes dos postes do Anel Rodoviário, na Praça Dona Rosa do Isidoro Amaral, no Município de Contagem. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 6.590/2010, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado ao DER-MG pedido de providências para a regulamentação do transporte coletivo entre os Municípios de Jacutinga e Monte Sião, uma vez que a empresa contratada para essa finalidade deixou de prestar os serviços. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 6.591/2010, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado ao Detran pedido de informação sobre a exclusão do Município de Monte Sião no atendimento prestado pela clínica credenciada em Jacutinga. (- À Mesa da Assembleia.)

Nº 6.592/2010, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça do Estado e ao Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho - 3ª Região - pedido de providências para a formação de um grupo permanente de trabalho conjunto de membros do Ministério Público do Estado e do Ministério Público do Trabalho, com vistas a minimizar a dificuldade de fiscalização do aliciamento de mão de obra rural e do trabalho escravo no Estado. (- À Comissão do Trabalho.)

Nº 6.593/2010, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhada ao Conselho Federal dos Nutricionistas e ao Conselho Regional de Nutricionistas - 9ª Região - MG manifestação de aplauso pelo Dia do Nutricionista. (- À Comissão de Saúde.)

Comunicações

- É também encaminhada à Mesa comunicação do Deputado Sávio Souza Cruz.

Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - A Presidência, nos termos do § 1º do art. 22 do Regimento Interno, interrompe os trabalhos ordinários para destinar esta parte da reunião para homenagear a Federação dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais - FAP-MG - pelos 25 anos de sua fundação.

- A ata dessa solenidade será publicada em outra edição.

Reabertura dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Estão reabertos os nossos trabalhos ordinários.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de logo mais, às 20 horas, e de amanhã, dia 25, às 9 horas, nos termos dos editais de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA SOLENIDADE REALIZADA NA 63ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 24/8/2010

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Arlen Santiago - Entrega de placa - Palavras do Sr. Robson de Souza Bittencourt - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Destina-se esta parte da reunião a homenagear a Federação dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais - FAP-MG - pelos 25 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos para tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Robson de Souza Bittencourt, Presidente da Federação dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais - FAP-MG -; a Exma. Sra. Maria Machado Cota, Presidente da Associação Eclética de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social em Belo Horizonte e Região Metropolitana - Aseaprevis - e da Rede Ibero-Americana de Associações de Idosos do Brasil - Riaam -; e os Exmos. Srs. Adilson Rodrigues da Silva, Presidente do Sindicato dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Minas Gerais - Sinap-MG -; e Deputado Arlen Santiago, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença dos Exmos. Srs. Hermério Soares Campos, ex-Presidente da FAP-MG e atual Diretor de Relações Públicas da entidade; Nilson Abdo, assessor parlamentar, representando a Vereadora Elaine Matozinhos; Fernando Cançado, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Minas Gerais - Sinttel -; Moisés Melo, Presidente da Associação dos Contribuintes do Ipsemg; e Geraldo de Oliveira Souza, Presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas da Região Nordeste - Astapen -; e da Exma. Sra. Nastenka Ferreira, Presidente da Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Lavras.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes para ouvir o Hino Nacional, acompanhando gravação em vídeo do Coral da Assembleia Legislativa.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Arlen Santiago

Exmos. Srs. Deputado Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, neste ato representando o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente; Robson de Souza Bittencourt, Presidente da Federação dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais - FAP-MG -; Maria Machado Cota, Presidente da Associação Eclética de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social; e Adilson Rodrigues da Silva, Presidente do Sindicato dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais, boa tarde. Cumprimento ainda todos os aposentados e aposentadas que se deslocaram de suas casas para comparecer a este Plenário, os que nos acompanham pela TV Assembleia e os integrantes do Coral dos Aposentados de Lavras, que nos brindam com sua presença.

Está lá, no livro "Gênesis": "Comerás o pão com o suor do teu rosto". Buscar com dignidade o seu sustento e de sua família é tarefa ao mesmo tempo árdua e gratificante. Cada um de nós que aqui está, aposentado ou não, sabe perfeitamente o que é isso. Mas há os que ainda conseguem ânimo e força interior para fazer mais: para lutar por si e pelos outros. Entre estes estão, sem dúvida, os bravos companheiros que fundaram, há 25 anos, a Federação dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais, uma entidade que nasceu para a defesa dos interesses de quem, ao longo da vida, labutou com vigor para construir uma sociedade que, infelizmente, vem lhes virando as costas.

Lamentavelmente, essa entidade, que poderia e até deveria ser de congraçamento e lazer, vem lutando pelo reconhecimento dos direitos dos aposentados e pensionistas, pessoas que, depois de trabalhar tantos anos, continuam na luta por aquilo que lhes é devido e que, sistematicamente lhes é negado: o direito a uma vida digna. Uma entidade representativa, senhoras e senhores, é um ser abstrato. O que de real existe nela são os seus Diretores e seus associados. São as pessoas que fazem de uma abstração um ente concreto, de corpo e alma. A FAP-MG é assim: concreta, real, com corpo, voz e coração, em defesa dos interesses de seus associados; mais do que isso, em defesa de todos nós. Um dia seremos aposentados e pensionistas, o que dá ao trabalho da federação uma abrangência ainda maior. Na prática, a federação representa o presente e o futuro: os que hoje já estão aposentados e os que amanhã estarão. Isso - permitam-me uma advertência - se ainda existir a previdência pública. Sim, esta é uma situação que precisa ser encarada como realmente é. A previdência geral está, sim, em risco. Dirão que essa é uma situação mundial, que em vários outros países o sistema tem dificuldades para se manter. Pode ser. Mas, com certeza aqui as razões das dificuldades do sistema de que dependem milhões de aposentados e pensionistas são outras. Nosso problema é a má gestão. Os recursos que seriam suficientes para pagar aposentadorias e pensões, diga-se até mais justas que as pagas hoje, são desviados para cobrir outras despesas públicas.

O desrespeito com os aposentados e pensionistas da previdência geral é tão flagrante que, até mesmo no déficit que se atribui ao sistema, ele fica evidente. Alegam que o sistema geral de previdência apresentou, segundo dados oficiais do Tesouro Nacional, no ano de 2009, déficit de R\$42.900.000.000,00. Cada um dos 27.048.356 beneficiários, dos quais 8 milhões da área rural, significou um déficit de R\$1.586,00, repito, em 2009, caro Deputado Bráulio Braz, meu companheiro de partido e que faz parte da Frente Parlamentar em Defesa dos Aposentados e Pensionistas.

Pasmem, senhoras e senhores, segundo a própria Secretaria do Tesouro Nacional, o sistema público federal teve, no mesmo período, um déficit de R\$47.000.000.000,00, no atendimento de 937.260 beneficiários. Para cada beneficiário do sistema público federal representou, repito, segundo dados do próprio governo, um déficit superior a R\$50.000,00. Ou seja, quase 32 vezes mais que um trabalhador ou pensionista do setor privado.

Esses números, senhores, não mostram uma injustiça. Mostram, isso sim, um escárnio, um desrespeito com quem teve, durante todos os anos de seu trabalho, parte de seus salários arrancados, confiscados, para financiar um sistema que deveria assegurar-lhe uma vida com dignidade quando os anos chegassem. Um sistema que poderia ser - e é -, segundo alguns -, superavitário, não fosse tão mal-administrado por quem, certamente, não precisará dele para se aposentar.

Contra os aposentados e pensionistas comete-se crime. Não é insensibilidade apenas, e sim desrespeito aos direitos humanos. O governo cria leis, estatutos em defesa dos idosos; inventa prioridades em filas, gratuidade no transporte e outros supostos benefícios para iludir os aposentados e pensionistas. Faz cortesia com o chapéu alheio para mascarar o descumprimento de sua obrigação, que é tratar com dignidade aqueles que, com o seu trabalho, ajudaram a construir este país.

O Brasil, meus amigos, não pode continuar injusto. Muito menos em se tratando dos seus filhos mais velhos. É preciso mudar, fazer valer nossos direitos.

Na Assembleia tenho feito o possível dentro do Legislativo Estadual. Aqui criei, com a ajuda dos meus companheiros, as Frentes Parlamentares em Defesa dos Aposentados, Pensionistas e Idosos e lutei pelo fim do maldito fator previdenciário, com o objetivo de amplificar a luta de vocês e da Federação.

No que diz respeito ao funcionalismo estadual obtivemos, neste ano, uma pequena vitória. O Governador Antonio Anastasia, que é também servidor público de carreira, enviou a esta Casa, que o aprovou na rapidez possível, projeto que incorpora vantagens dos professores da ativa, por exemplo, o pó de giz, além de outras vantagens, beneficiando também os aposentados. Aprovadas, sancionadas, as mudanças entram em vigor a partir de 1º de janeiro do próximo ano. Já quanto ao segundo objetivo da frente parlamentar que criamos, não tivemos o mesmo sucesso. O Presidente Lula vetou o fim do fator previdenciário que ele, quando na oposição, tanto criticou, e com razão, por prejudicar o trabalhador. Porém, quando teve a oportunidade de corrigir a injustiça que denunciou, não o fez. Ele alegou que a derrubada do fator levaria o caos à Previdência. Alegou falta de recursos, mas esqueceu-se de dizer que o dinheiro da Previdência financia o ProUni, que é o programa de bolsas para universitários, por meio da renúncia fiscal. Muito justo, mas não com o nosso dinheiro. O ProUni deveria ser pago com o dinheiro dos impostos, não com o da Previdência, por meio da renúncia fiscal. Aplaudimos o programa, que se propõe a dar oportunidade ao jovem para cursar uma faculdade. No entanto, repudiamos o fato de que isso se faça com o sacrifício dos que são aposentados e pensionistas.

Mas não desanimo. Tenho certeza de que um dia, Robson, sairemos vitoriosos. Tanto mais cedo acontecerá essa vitória, quanto maior for nossa capacidade de arrematar forças. A esse magnífico trabalho desenvolvido pela Federação dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais nesses 25 anos precisa-se unir mais força. A sociedade precisa mobilizar-se. A questão previdenciária não é problema apenas dos "velhinhos aposentados", como, com desprezo, se vê quem trabalhou e lutou a vida inteira.

A Previdência, senhores, é problema de todos, desde o seu primeiro dia de trabalho. Então, que todos se unam nessa luta. Que se juntem aos que, com sacrifício próprio, comandam a Federação, que chega ao seu primeiro quarto de século com força e vitalidade. Que Deus proteja a todos que fazem da FAP-MG uma trincheira em defesa da vida. Muito obrigado.

Entrega de Placa

O locutor - Neste momento o Deputado Doutor Viana, representando o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa, fará a entrega ao Sr. Robson de Souza Bittencourt, Presidente da Federação dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: "Criada em 21/9/1985, a Federação dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais - FAP-MG - destaca-se na luta pelos direitos de seus filiados. Com a disposição e a capacidade de seus Diretores e o apoio das associações parceiras, essa entidade ocupa valioso espaço político-social em nosso Estado. Pelo trabalho em defesa dos aposentados, pensionistas e idosos, recebe a FAP-MG esta homenagem da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais por ocasião da passagem de seus 25 anos de existência."

O Sr. Presidente - A Presidência convida o Deputado Arlen Santiago, autor do requerimento que suscitou esta justa homenagem aos aposentados e pensionistas e à Federação, por seus 25 anos, para também fazer parte da entrega da placa desta homenagem feita pela Assembleia.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Robson de Souza Bittencourt

Exmo. Sr. Deputado Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, representando o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta Casa; Sra. Maria Machado Cota, Presidente da Associação Eclética de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social em Belo Horizonte e Região Metropolitana e da Rede Ibero-Americana de Associações de Idosos do Brasil; Sr. Adilson Rodrigues da Silva,

Presidente do Sindicato dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Minas Gerais; Exmo. Sr. Deputado Arlen Santiago, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, boa tarde. Quero agradecer a presença dos aposentados e pensionistas, dos Diretores da Federação dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais, dos Presidentes das Associações dos Aposentados e Pensionistas, dos sindicatos e do grupo de Seresta Lavras ao Luar, da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Lavras, sob o comando da nossa Presidente Nastenka. Muito obrigado pela presença de todos.

Como bem disse o Deputado Arlen Santiago, não temos muitas vitórias a comemorar nem muitos elogios a fazer. Gostaria de hoje dizer que todos os aposentados e pensionistas, não apenas do Regime Geral de Previdência Social, mas também dos regimes próprios, estivessem bem, com a melhor condição de vida possível, pelo período de trabalho que todos exerceram.

É uma honra muito grande para a Federação dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais estar sendo homenageada por esta Assembléia Legislativa. Festejamos 25 anos de luta e coerência dos aposentados e pensionistas mineiros. Uma história da qual temos muito de que nos orgulhar. Começamos com poucas entidades associadas. Nossa primeira sede era numa sala emprestada, os móveis e a única máquina de escrever também eram emprestados. Mas as pessoas que estavam ali, desde o princípio, tinham e ainda têm muito idealismo, ética e firmeza de propósitos. Gradualmente ampliamos o número de entidades de base. Conseguimos comprar nossa sede própria e mantivemos firme a luta em defesa dos direitos dos aposentados e pensionistas. Por isso, hoje temos, sim, muita coisa a comemorar e agradecer em virtude de nossa própria luta. Comemorar as conquistas asseguradas na Constituição Federal de 1988 - não todas, gostaríamos de comemorar todas elas - como a gratuidade dos transportes coletivos, o pagamento do reajuste de 147%, realizado em 2001 e a aprovação do Estatuto do Idoso em 2003, depois de sete anos em tramitação na Câmara Federal. Aliás, depois da retirada de vários artigos do projeto inicial do Estatuto do Idoso. Apesar das dificuldades e da pressão de banqueiros e dos governos, conquistamos, em vários anos, reajustes acima da inflação, com a nossa própria luta. Às vezes até perdendo a vida, como aconteceu com alguns aposentados. No dia seguinte a uma vigília que fizemos nesta Casa, um companheiro nosso, Presidente de uma entidade, passou mal e logo em seguida faleceu. Apesar das dificuldades, ainda há muita coisa que conquistar. Ainda há muito por fazer, com certeza, mas este é um momento de reconhecer os avanços, que são importantes.

Início agradecendo aos Deputados, a esta Casa Legislativa e, em especial, ao nosso amigo Deputado Arlen Santiago, que teve a iniciativa de criar a Frente Parlamentar em Defesa dos Aposentados e Pensionistas e é também o autor do requerimento desta homenagem. Muito obrigado. Esperamos que essa Frente possa, de fato, agir na defesa dos direitos dos aposentados e pensionistas, no Regime Geral de Previdência Social e, no caso desta Casa, no regime próprio. Hoje os trabalhadores do Estado de Minas Gerais também estão passando por grandes dificuldades, haja vista a situação do Ipsemg, que é totalmente adversa aos trabalhadores aposentados do Estado. Temos de olhar para todos eles e contamos com os parlamentares desta Casa, principalmente com essa Frente criada por V. Exa., Deputado. Um agradecimento especial e do fundo do coração a todos os Diretores e Conselheiros da Federação, os atuais e os das diretorias passadas, que fazem da FAP-MG uma entidade respeitada em todo o País. Na impossibilidade de falar todos os nomes, peço licença para citar os ex-Presidentes da FAP-MG, na pessoa dos quais homenageamos todas as diretorias. Os ex-Presidentes são: Wilson Bittencourt, Sidney Melo, Fausto Drummond, Maria Machado - que se encontra à Mesa -, Wilson Magalhães e Hermélio Campos, para os quais eu peço uma salva de palmas. Também agradecemos às entidades de base filiadas à FAP-MG. Elas são o sustentáculo do movimento em Minas Gerais. São elas que dão sentido ao lema que a Federação sempre empunha: "Aposentados mineiros, sempre presentes na luta". Levamos esses dizeres a todos os lugares que vamos. São eles que nos impõem respeito e nos fazem acreditar que podemos lutar cada vez mais. Muito obrigado a cada Presidente, Diretor e, em especial, aos associados dessas entidades, pois faça sol, faça chuva, bates e voltas e até noites ao relento passaram, seja no gramado da Esplanada dos Ministérios, seja no chão frio do Congresso Nacional e até aqui, nesta Casa, em vigílias permanentes, a festa é de todos vocês. Prestamos nosso reconhecimento ainda às demais federações e entidades de outros Estados, que compõem conosco esse importante movimento nacional. À frente de nossas organizações, está a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas - Cobap -, que também homenageamos na pessoa de seu Presidente, Warley Gonçalves, e de todos os demais Diretores. Nesses 25 anos de caminhada, certamente tivemos importantes parceiros na imprensa, na Anfp, nas Anasps, no Mosap e em inúmeras outras entidades, além de pessoas físicas e apoiadores diversos, que, em inúmeras situações e oportunidades, nos apoiaram e fortaleceram nossa luta. Com certeza todos estarão conosco para o que der e vier. Dizem que a gratidão é a mais sublime das virtudes, que ela coroa as demais. Assim, com esse nobre sentimento de agradecimento e reconhecimento, concluo minhas palavras, certo de que os aposentados e pensionistas de nosso Estado, tanto do Regime Geral quanto dos servidores públicos, continuarão a honrar as nossas bandeiras e nossa história, fazendo com que Minas Gerais permaneça sempre à frente do movimento nacional de aposentados, pensionistas e idosos. Obrigado a todos.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir os grupos Seresta Lavras ao Luar, de Lavras, e Seresta Amigos para Sempre, de Perdões, os quais, sob a regência do maestro Têlio Francisco da Costa, apresentarão as seguintes músicas: "Minas Gerais", de Vicente de Assis, integrante de um dos grupos; "Flor do cafezal", de Carlos Paraná; "Cerejeira rosa", de Júlio Nagib; "Baile da saudade", de Palmeira e Zaino; "Seresta", de Nilton Teixeira, Alvarenga e Ranchinho; "Felicidade de caboclo", de Pechincha e Gino Alves; e "Chua-chua", de Pedro de Sá e Ari Machado.

- Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Sr. Presidente

É com imensa alegria que cumprimento o Presidente da Federação dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais, nosso homenageado na tarde de hoje, pelos 25 anos de Federação, Robson de Souza Bittencourt. Também cumprimento o Presidente do Sindicato dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais, Adilson Rodrigues da Silva, e a Sra. Maria Machado Cota, que é a mais antiga militante do movimento. Segundo ela, faz 22 anos que está à frente desse trabalho permanente. Por fim, cumprimento todos os demais representantes de associações, federações e sindicatos dos trabalhadores já aposentados ou pensionistas. Não poderia me esquecer do meu companheiro, amigo e colega médico, Deputado Arlen Santiago, que, num momento de clarividência, ajuizou esse iluminado requerimento com o objetivo de prestar esta homenagem, com muita justiça, aos 25 anos da Federação de vocês. Funcionários da Casa, imprensa, telespectadores da TV Assembleia, gostaria de iniciar minha fala fazendo uma solicitação aos dois Presidentes presentes nesta Mesa, a esta Casa e principalmente à nossa frente parlamentar, que apoiem, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 4.434, que visa recompor as perdas dos aposentados e pensionistas do INSS. Esse projeto já passou por todas as comissões. Vamos defender mais essa bandeira. Tenho um irmão que pagou contribuição para a aposentadoria sobre 20 salários mínimos, passou a recebê-la sobre 10, e hoje a sua aposentadoria é de menos de 3 salários mínimos. Temos em casa o exemplo do que são as perdas ao longo dos anos. As pessoas colaboram com um valor, mas acabam recebendo com base em outro valor totalmente defasado. A população brasileira está vivendo mais. Dados do IBGE apontam que o percentual de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos no País passou de 7,3% em 1991 para 8,6% em 2000, com a estimativa de que chegue a 15% em 2025. Esses números representam uma evolução superior a 100% em pouco mais de duas décadas.

Antes de continuar o meu pronunciamento, seria uma ingratidão me esquecer de aplaudir o coral "Lavras ao Luar", de Lavras, pela brilhante apresentação, lembrando as músicas dos nossos tempos, como já dizia a Maria Cota. Aplausos para eles. O fenômeno do envelhecimento populacional, que, a propósito, ocorre em muitos outros países, deve-se, basicamente, à redução dos níveis de fecundidade, decorrente em boa parte do planejamento familiar e à elevação da expectativa de vida, graças a uma série de fatores, como a descoberta de novos medicamentos, os avanços gerais da medicina, os tratamentos preventivos e os hábitos alimentares saudáveis. Não resta dúvida de que essa é uma boa notícia, mas seria muito melhor se a conquista da longevidade fosse acompanhada de uma boa qualidade de vida e se os idosos pudessem desfrutar de muitos anos de conforto, tranquilidade e convivência digna no meio familiar e social. Isso, infelizmente, não acontece para a grande maioria dos brasileiros que se encontram nessa faixa etária. Eles estão inseridos em uma realidade bem diferente, enfrentam problemas como carência de recursos financeiros, doenças crônicas, mau atendimento nos hospitais e postos de saúde, exclusão do mercado de trabalho, maus-tratos de ordem física e moral, falta de apoio da família e das instituições públicas, isolamento do convívio social, abusos e

discriminações. É muito comum que tais problemas acarretem outros de natureza psicológica, como angústia e depressão. Enquadra-se nessa situação grande parte dos aposentados brasileiros, principalmente aqueles vinculados ao INSS. A maioria absoluta recebe benefício de apenas um salário mínimo e, nessa condição, muitas vezes se vê na dependência de favores ou de caridade. E os que recebem acima do mínimo vêm tendo seus vencimentos sistematicamente achatados, com acentuada perda do poder aquisitivo. É oportuno lembrar que a aposentadoria foi concebida para assegurar aos indivíduos uma renda permanente, correspondendo a uma necessidade de segurança individual cada vez maior nessa sociedade. E que a seguridade social - que prevê direitos relativos à saúde, previdência e assistência - é uma conquista histórica dos trabalhadores brasileiros, garantida pela Constituição de 1988. Contamos ainda com instrumentos de políticas públicas destinadas à terceira idade, como a Política Nacional do Idoso e o Conselho Nacional do Idoso, que estabelecem direitos sociais e visam garantir autonomia, integração e participação das pessoas mais velhas na sociedade, mas é notória a insuficiência dessas políticas e a incapacidade de implementação das leis e programas existentes na área. No caso específico dos aposentados, cabe lembrar que o achatamento de seus vencimentos, assim como o dos pensionistas, não condiz com o bom momento da economia brasileira, com a geração de milhares de novos postos de trabalho e os sucessivos recordes de arrecadação de impostos. Registre-se também que, em grande parte dos pequenos Municípios brasileiros, que contam com poucos recursos e poucas oportunidades de emprego, são os aposentados os maiores responsáveis pelo sustento familiar, e são os benefícios pagos pela Previdência Social a fonte maior de distribuição de renda, contribuindo para manter o consumo e movimentar as economias locais.

Por todos esses motivos, são mais do que justas as reivindicações que vêm sendo feitas pela FAP-MG, principalmente as que se referem à recuperação do poder aquisitivo dos beneficiários do INSS, para que tenham uma vida minimamente digna e um envelhecimento mais saudável. Não se encontra escrito no meu pronunciamento, mas eu não poderia deixar passar a lembrança da situação criada agora, Deputado Arlen, pelos bancos, do empréstimo consignado, que, para grande maioria, é uma arapuca em que as pessoas entram com uma ilusão, mas depois se vêem amarradas, aí passando mais necessidade ainda sem poder fugir da dívida. E sabemos que banco não faz graça para ninguém. É mais do que justa, igualmente, a homenagem que esta Casa faz à instituição, através do requerimento do Deputado Arlen Santiago apoiado por unanimidade por todos nós, parlamentares mineiros, parabenizando, por meio de seu Presidente, Robson de Souza Bittencourt, a todos vocês pelos 25 anos de bons serviços prestados a aposentados e pensionistas e, por extensão, ao conjunto dos trabalhadores e a toda a sociedade brasileira. Trabalhem, pois, juntos para que os idosos sejam tratados com mais consideração, pelo que já fizeram e podem continuar fazendo pelo desenvolvimento econômico e social de cada cidade, do Estado e do País. Muito obrigado.

ATA DA 30ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 23/8/2010

Presidência do Deputado Agostinho Patrus Filho

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras da Deputada Gláucia Brandão - Apresentação musical - Entrega de placa - Palavras da Sra. Eliane Parreiras - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

Agostinho Patrus Filho - Gláucia Brandão - Sebastião Costa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Agostinho Patrus Filho) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Sebastião Costa, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a Fundação Clóvis Salgado pelos 40 anos de sua criação.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos para tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Eliane Parreiras, Presidente da Fundação Clóvis Salgado; os Exmos. Srs. Washington Tadeu de Mello, Secretário de Estado de Cultura; Rinaldo Campos Soares, Cônsul-Geral Honorário do Japão; José Osvaldo Lasmar, Diretor da Associação Comercial de Minas Gerais, representando o Presidente da entidade, Charles Lotfi; Thaís Velloso Cougo Pimentel, Presidente da Fundação Municipal de Cultura, representando o Prefeito Municipal de Belo Horizonte, Márcio Lacerda; e a Exma. Sra. Deputada Gláucia Brandão, autora do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de presença

O locutor - Registramos a presença dos Exmos. Srs. Mauro Werkema, representando a Secretária de Turismo, Érika Drumond; Fábio Caldeira, Presidente do Instituto Cultural Sérgio Magnani; e Hérzio Mansur, representando o Presidente do Conselho do referido instituto.

Execução do Hino Nacional

O locutor - **Convidamos os presentes para ouvir o Hino Nacional, que será** executado pelo clarinetista Walter Alves de Souza, da Orquestra Sinfônica de Minas Gerais.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras da Deputada Gláucia Brandão

Boa noite a todos e a todas. É com grande alegria que recebemos todos vocês nesta Casa do povo, que é a Assembleia Legislativa. Exmo. Sr.

Deputado Agostinho Patrus Filho, representando o Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Alberto Pinto Coelho, muito obrigado por sua presença neste evento, meu amigo; Sra. Presidente da Fundação Clóvis Salgado, Eliane Parreiras, a jovem Presidente da Fundação; Exmo. Sr. Secretário de Estado de Cultura de Minas Gerais, meu querido amigo Washington Tadeu de Mello, muito obrigada, também, por sua presença neste evento; Exmo. Sr. Cônsul-Geral Honorário do Japão, Rinaldo Campos Soares, o senhor nos encanta com sua presença, e Sr. Diretor da Associação Comercial de Minas Gerais, meu querido amigo José Osvaldo Lasmar, representando o Presidente da entidade, Charles Lotfi.

Quem passa pelas imediações do parque municipal é surpreendido pelo imponente edifício branco, em estilo moderno, que parece estar ancorado, como uma nave gigantesca e majestosa, às margens da Avenida Afonso Pena.

Em seu interior, o Palácio das Artes abriga a síntese do que de melhor se produz no teatro, na música, na dança, no canto, nas artes plásticas, na literatura, na ópera e no cinema.

A orquestra sinfônica, o corpo de baile e o coral lírico são seus corpos artísticos permanentes e reúnem profissionais da melhor qualidade, que contribuem para o enriquecimento da cultura mineira e para que se torne reconhecida além das fronteiras do Estado.

No Palácio das Artes, o mineiro tem oportunidade de assistir a eventos culturais de alta qualidade, tanto ali produzidos quanto vindos de outros lugares do Brasil e do Mundo.

Em suas amplas e belas galerias, podemos apreciar exposições de pintura, escultura e artes visuais; encontramos, ainda, galeria de arte, espaço destinado ao artesanato mineiro, sala de cinema.

Trata-se, sem sombra de dúvida, do mais importante complexo cultural do Estado e de um dos mais conceituados centros de produção e exibição artística do Brasil e da América Latina.

Durante o dia, é um espaço palpitante de vida, com artistas, músicos, técnicos, bailarinos, profissionais e estudantes em constante agitação, ensaiando e estudando.

Pessoas entram e saem, frequentadores das galerias ou visitantes que aproveitam para apreciar suas exposições.

À noite, o Palácio das Artes enche-se de luzes, de sons, de vozes dos expectadores que ali encontram os melhores espetáculos e os grandes eventos culturais.

No entanto esse é apenas o lado mais conhecido da Fundação Clóvis Salgado, que responde, também, pela gestão de outros importantes espaços culturais mineiros, tais como: a Serraria Souza Pinto, o Centro de Arte Contemporânea e Fotografia - antigo Instituto Moreira Sales -, o Centro de Formação Artística e o Centro Técnico de Produção.

Nos 40 anos transcorridos desde sua inauguração, em 1970, até os dias de hoje, a Fundação Clóvis Salgado consolidou-se como uma respeitada instituição de formação de artistas e técnicos, muitos dos quais de renome internacional.

Por ser um órgão do Estado, a Fundação Clóvis Salgado preocupa-se também em levar ao interior os espetáculos por ela produzidos, contribuindo para a integração e o desenvolvimento cultural de Minas.

Por tudo quanto a Fundação Clóvis Salgado representa para a cultura do Estado, a Assembleia Legislativa não poderia deixar de lhe prestar homenagem no ano em que completa 40 anos de serviços prestados à cultura de Minas.

Como Presidente da Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa, para mim é uma honra, e também uma grande alegria, assumir a responsabilidade pela realização desta reunião especial.

A Casa do povo mineiro não poderia deixar passar em branco uma data tão significativa.

Tenho certeza de que posso dizer, em nome dos mineiros e dos meus colegas Deputados, que todos temos imenso orgulho desse órgão que tanto tem contribuído para a afirmação do Estado como centro irradiador de arte da mais alta qualidade.

Cumprimento, na pessoa de sua jovem Presidente Eliane Parreiras, todos os que a antecederam e deram sua contribuição para tornar a Fundação Clóvis Salgado o importante e respeitado espaço de arte e cultura de hoje. Cumprimento também as pessoas que continuam a participar desse processo de desenvolvimento da instituição, como Diretores, artistas, servidores administrativos, colaboradores, muitas vezes anônimos, mas cuja atuação tem sido fundamental para que a instituição seja cada vez mais respeitada. A cada um de vocês nossos agradecimentos por participarem tão ativamente do fortalecimento cultural do Estado. A todos os presentes agradecemos por terem atendido ao convite para prestarem, conosco, esta justa homenagem. Felicidades a todos e que a Fundação Clóvis Salgado continue prestando relevantes serviços e contribuindo para o desenvolvimento da cultura no Estado de Minas Gerais. Muito obrigada.

Apresentação musical

O locutor - Convidamos os presentes para ouvir o Coral Infanto-Juvenil do Palácio das Artes, que, sob a regência de Lara Tanaka, acompanhado pela pianista Renata Cicarinni, interpretará as músicas: "The lord bless you and keep you", de John Rutter; "Vatapá", de Dorival Caymmi, e "Edmundo", de Joe Garland, com letra de Elza Soares.

- Procede-se à apresentação musical.

Entrega de placa

O locutor - Neste momento, o Deputado Agostinho Patrus Filho, representando o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa, fará a entrega à Sra. Eliane Parreiras, Presidente da Fundação Clóvis Salgado, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: "Moderno centro de produção e exibição de espetáculos, de promoção de eventos e de formação de recursos humanos para o mercado das artes, a Fundação Clóvis Salgado vem, desde 1970, brindando os mineiros com a qualidade de seus empreendimentos. O Palácio das Artes, a Serraria Souza Pinto, o Centro Técnico de Produção, o Centro de Formação Artística - Cefar - e o

Centro de Arte Contemporânea e Fotografia constituem, hoje, um dos polos artísticos mais vigorosos da América Latina. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais junta-se ao público na comemoração de seu quadragésimo aniversário e no aplauso a todos os que, em cargos de gestão ou de execução, fazem da FSC motivo de orgulho de nossa terra".

O Sr. Presidente - Convido a Deputada Gláucia Brandão a nos acompanhar nessa entrega.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras da Sra. Eliane Parreiras

Exmos. Srs. Deputado Agostinho Patrus Filho, representando o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; Sra. Thaís Velloso Pimentel, Presidente da Fundação Municipal de Cultura, parceira e militante da vida cultural; Washington Tadeu de Mello, Secretário de Estado de Cultura, apoiador de todas as horas e parceiro da instituição; Rinaldo Campos Soares, Cônsul-Geral Honorário do Japão e Presidente do Conselho Curador da Fundação Municipal de Cultura; José Osvaldo Lasmar, Diretor da Associação Comercial de Minas Gerais, representando o Presidente da entidade, Charles Lotfi; minha querida Exma. Deputada Gláucia Brandão, autora do requerimento que deu origem a esta homenagem; demais Deputados presentes; Nestor Oliveira, Vice-Presidente da Fundação Clóvis Salgado, na pessoa de quem cumprimento toda a diretoria da Fundação Clóvis Salgado; colaboradores da Fundação Clóvis Salgado; ex-Presidentes da Fundação; artistas; gestores culturais; imprensa e amigos, boa noite!

Queremos registrar nossa alegria pela homenagem à Fundação Clóvis Salgado, por meio de agradecimento especial à Deputada Gláucia Brandão, defensora importante da arte e da cultura de Minas Gerais.

Peço licença para voltar no tempo. Vamos a Belo Horizonte de 1941. As temporadas líricas da cidade eram reconhecidas nacionalmente e formavam um público cativo. E Juscelino Kubitschek, então Prefeito de Belo Horizonte, sonhava com a construção de um grande teatro, à altura da produção realizada aqui. A origem do Palácio das Artes se integra a um dos mais importantes momentos da arquitetura moderna brasileira, quando Juscelino Kubitschek encomenda vários projetos a Oscar Niemeyer, entre eles o Conjunto Arquitetônico da Pampulha. Assim era concebido o Palácio das Artes, por Juscelino Kubitschek e Oscar Niemeyer.

JK idealizou o Palácio das Artes já com o conceito de centro cultural múltiplo: teatros, lojas, salas de ensaios, galerias, oficinas para produção e guarda de cenários e figurinos. Um conceito avançado e inovador para o período, em uma localização singular: o Parque Municipal de Belo Horizonte. "Mais que a obra literária, mais que a música, a arquitetura espelha, na fisionomia do edifício e da cidade, o grau de civilização de uma época, o apuro de seu gosto plástico", afirmou Juscelino em seu discurso na formatura dos engenheiros arquitetos da UFMG, em 1951.

JK deu início à construção do Palácio das Artes em 1941, mas não pôde terminá-la antes de deixar a Prefeitura, em 1945. A cidade continuava a fazer suas produções líricas e operísticas, mas o sonho do complexo cultural ficou adormecido por quase 20 anos.

O projeto é retomado pelo governo do Estado de Minas Gerais, em 1966, pelo então Governador Israel Pinheiro, sob influência direta de Clóvis Salgado. Incentivador incansável das artes no Estado, coube a ele mobilizar a opinião pública e levantar os recursos financeiros para a retomada da obra e sua conclusão. Faço a minha homenagem a Clóvis Salgado, por meio da Marília Salgado e do seu filho Clóvis Augusto, que estão presentes hoje conosco.

O Governador Israel Pinheiro nomeou uma comissão especial, presidida pelo engenheiro Pery Rocha França, para concluir a obra, e o arquiteto Hélio Ferreira Pinto ampliou o projeto original, construindo o pavilhão que permitia o acesso pela Avenida Afonso Pena.

Assim, em 10 de junho de 1970, nascia a Fundação Palácio das Artes, que em 1978 passou a ser chamada Fundação Clóvis Salgado. Mineiro de Leopoldina, Clóvis Salgado foi professor, médico, Governador de Minas, Ministro da Educação e Cultura e teve atuação determinante para a criação do Palácio das Artes.

A Fundação Clóvis Salgado nasceu com a missão de produzir, fomentar e difundir as artes e a cultura em Minas Gerais. Ao longo desses 40 anos, a Fundação se legitimou com uma atuação ininterrupta e uma produção de volume quase incomensurável, realizando grandes espetáculos, concertos e óperas, e formando importantes gerações culturais.

Essa é uma instituição que nasceu inovadora e atuante em todas as áreas artísticas. Em 1970, ano da inauguração da Grande Galeria do Palácio das Artes, foi realizada a mostra "Do corpo à terra". De caráter experimental e coletivo, marcou a inauguração do Palácio das Artes e durou três dias. Aconteceu no Parque Municipal e ruas da cidade. Em depoimento em 1997, Frederico Morais relatou: "Do corpo à terra" foi a última e mais radical manifestação coletiva da vanguarda brasileira."

Ainda em 1971, eram criados a Cia. de Dança Palácio das Artes, pelo mestre de balé e coreógrafo Carlos Leite, e o Coral Lírico de Minas Gerais. A partir de 1972, passaram a ser oferecidos cursos de canto e dança. Em 1974, foi criado o centro de memória da Fundação, e em 1976, nascia a Orquestra Sinfônica de Minas Gerais. Em 1986, foi criado oficialmente o Centro de Formação Artística do Palácio das Artes - Cefar -, que oferecia cursos nas áreas de teatro, dança e música, e o Cine Humberto Mauro se consolida como um dos mais importantes cinemas do circuito não comercial da cidade. Em 1992, criou-se a Associação de Patronos do Palácio das Artes - APPA -, entidade sem fins lucrativos que visava colaborar para o aprimoramento da produção artística da FCS. Em 1997, todos sofremos juntos com o incêndio que consumiu o Grande Teatro do Palácio das Artes e que mobilizou toda a sociedade mineira, a classe artística e os dirigentes da instituição na sua reconstrução.

Em 1998, a Serraria Souza Pinto, importante espaço cultural da cidade, passa a ser administrada pela Fundação Clóvis Salgado. Em 2002, é oficializado o Centro Técnico de Produção, responsável pela criação e produção de cenários, figurinos e cursos técnicos de formação na tecnologia cênica. São criados e fortalecidos grupos jovens na FCS: o coral infantil, que acabou de nos brindar com essa belíssima apresentação, Big Band, Ballet Jovem, Grupo de Percussão, Grupo de Choro, entre outros, e a área de arte-educação da Fundação torna-se referência. O Instituto Cultural Sérgio Magnani torna-se um dos mais importantes parceiros da FCS, para viabilizar suas atividades. A história é longa.

A instituição nasceu com a vocação de extrapolar os limites de um espaço cultural. Ao longo desses 40 anos, a Fundação Clóvis Salgado cresceu e fortificou-se, transformando-se em uma instituição que trabalha toda a cadeia produtiva da cultura nas áreas de exibição, produção, circulação e formação cultural.

Nessas quatro décadas de atividades, consagrou-se como uma das organizações culturais mais importantes do País. Ela hoje é referência e modelo na área, um grande complexo de formação e fomento, composto pelo Palácio das Artes, Serraria Souza Pinto e Centro de Arte Contemporânea e Fotografia, este último localizado em prédio cedido à Fundação pelo Instituto Moreira Salles, com suas atividades iniciadas em janeiro de 2010.

Também é responsável pela gestão de três grandes grupos - Orquestra Sinfônica, Coral Lírico de Minas Gerais e Companhia de Dança Palácio das Artes - e pelo Centro de Formação Artística - Cefar -, com diversos cursos e grupos artísticos jovens, além do Centro Técnico de Produção. Mas, antes de tudo, a Fundação Clóvis Salgado é um fortalecedor de relações: sociedade civil, governo, classe artística, produtores culturais e público. Um grande elo que envolve todos os setores produtivos e amantes das artes e da cultura.

Assim, é com muita alegria que dividimos com vocês as comemorações dos 40 anos dessa instituição, que pertence a todos os mineiros. A história da Fundação Clóvis Salgado tem a marca de JK, mas também dos seus dirigentes, a quem cumprimento nas pessoas dos ex-Presidentes aqui presentes; mas também é uma história com a marca do incansável e altamente qualificado corpo técnico, dos artistas que passaram por seus espaços e caminharam juntos com a instituição, de todas as empresas que nela investiram, da imprensa que divulgou suas ações e de cada um de vocês presentes e do público que sempre apoiou a Fundação. Que a Fundação Clóvis Salgado possa continuar a cumprir seu compromisso com a cultura de Minas Gerais por muitos anos. Força e vida longa à Fundação Clóvis Salgado!

Apresentação musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Coral Lírico de Minas Gerais, que, sob a regência de Márcio Miranda Pontes, acompanhado do pianista Gustavo do Carmo e do trompetista Tiago Viana de Freitas, interpretará as músicas: "Glória ao Egito", da ópera "Aída", de Verdi, e "Aleluia", do oratório "O Messias", de Händel.

- Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Sr. Presidente

Sra. Eliane Parreiras, Presidente da Fundação Clóvis Salgado; Exmo. Sr. Washington Tadeu de Mello, Secretário de Estado de Cultura; Sra. Thaís Velloso Cougo Pimentel, Presidente da Fundação Municipal de Cultura, representando o Prefeito Municipal de Belo Horizonte, Márcio Lacerda; Sr. Rinaldo Campos Soares, Cônsul-Geral Honorário do Japão; Sr. José Osvaldo Lasmar, Diretor da Associação Comercial de Minas Gerais, representando o Presidente da entidade, Charles Lotfi; Exma. Deputada Gláucia Brandão, Presidente da Comissão de Cultura, minha amiga e autora do requerimento que deu origem a esta justa homenagem; Sra. Marília Salgado e Sr. Clóvis Augusto Salgado, filhos do Clóvis Salgado, que nos honram muito com sua presença; Sr. José Eduardo Gonçalves, Presidente da Rede Minas; e Sr. Valério Fabris, Presidente da Rádio Inconfidência, boa noite.

Fernando Pessoa, o grande poeta da língua portuguesa, legou-nos um belo e profundo pensamento sobre a relevância da arte para a existência humana. Assim falou Pessoa: "Só a arte é útil. Crenças, exércitos, impérios, atitudes, tudo isso passa. Só a arte fica, por isso só a arte vê-se, porque dura."

A permanência da arte, em suas diversas linguagens, junto ao público mineiro, tem sido, há quatro décadas, o objetivo maior da Fundação Clóvis Salgado.

Responsável pelo funcionamento do Palácio das Artes, da Serraria Souza Pinto, do Centro Técnico de Produção e do Centro de Formação Artística, a Fundação, no momento dirigida pelas mãos competentes e dedicadas de Eliane Parreiras, responde, simultaneamente, por espaços de exibição, de produção de espetáculos e de formação de artistas e técnicos.

Abrigando uma orquestra sinfônica, um corpo de baile e um coral lírico, todos de reputação internacional, homenageia nos diversos locais do Palácio das Artes grandes nomes da história do cenário artístico mineiro, como João Ceschiatti, Arlinda Corrêa Lima, Juvenal Dias, Genesco Murta e Humberto Mauro. Os diversos espaços que a constituem têm sido carinhosamente utilizados por nossa população, que, maciçamente, prestigia suas atividades. Foi assim que se tornou um polo importantíssimo de difusão da cultura contemporânea, flexibilizando as fronteiras entre o erudito e o popular, a tradição e a novidade.

Ideia inicial de Juscelino Kubitschek, ainda quando Prefeito de Belo Horizonte, o Palácio das Artes teve sua construção abandonada por décadas e retomada apenas pelo Governador Israel Pinheiro, em 1966. Tomando o nome do ex-Governador e ex-Ministro da Educação de JK, o médico Clóvis Salgado, rende homenagem a um grande incentivador da cultura e apaixonado pela arte, casado com uma cantora lírica, Lia Portocarrero de Albuquerque Salgado.

Ao levar os espetáculos que produz também para o interior do Estado, a Fundação Clóvis Salgado vem formando um público sensível e atualizado em relação a manifestações artísticas de alta qualidade.

Nestas quatro décadas, intermediando a arte e sua fruição para o público mineiro, vem-nos fazendo compreender um alentado sentimento do mundo, já que as obras de arte nos apresentam novas maneiras de ver a realidade. Artistas e suas criações interagem com os demais seres humanos, emocional e socialmente, nos níveis intelectual e espiritual, pois todo homem precisa da arte para viver melhor. Ou, como disse tão acertadamente o crítico Mário Pedrosa, a arte é necessidade vital. Instigando a imaginação, o discernimento e a percepção, ela nos retira da materialidade e nos faz sentir algo mais que o quente ou o frio, a fome ou a saciedade, a dor ou o prazer. Pela associação entre o imaginário e a realidade, às vezes provocando polêmica, vem criando novos códigos em função de evocar, em cada um de nós, esse sentimento do mundo.

Como responsável por nosso maior centro cultural, a Fundação Clóvis Salgado vem possibilitando a cada espectador de suas mostras ou espetáculos vislumbrar valores importantes para a vida de todos, não só tornando um processo contínuo nossa adaptação a uma herança cultural, recebida de outras gerações, como também privilegiando experimentações.

Em agradecimento a todos os artistas e técnicos que atuaram e atuam em seus palcos, salas ou galerias, assim como aos seus diversos dirigentes ao longo destas décadas, realizamos esta homenagem para expressar como o povo mineiro vem sendo cativado pelo trabalho inestimável da Fundação Clóvis Salgado. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de amanhã, dia 24, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 24/8/2010.). Levanta-se a reunião.

Às 15h5min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Ademir Lucas e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Cecília Ferramenta, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ademir Lucas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 6.503/2010. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Alencar da Silveira Jr. e da Deputada Cecília Ferramenta e do Deputado Carlin Moura em que solicitam sejam realizadas audiências públicas com a finalidade de debater, respectivamente, a aprovação de projetos habitacionais pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e a subutilização da Estrada de Ferro Vitória-Minas no que se refere ao transporte de carga. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2010.

Alencar da Silveira Jr., Presidente.

Ata da 20ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 10/8/2010

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite e Rômulo Veneroso, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Maria Tereza Lara, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Robson Lucas da Silva, Chefe de Gabinete da Secretaria de Defesa Social; Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais (3); Genilson Ribeiro Zeferino, Subsecretário de Administração Prisional (10/7/2010); dos Srs. Waltair Vasconcelos Sobrinho, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais; Marcos Melo Frade, Gerente de Administração do Banco do Brasil (17/7/2010); das Sras. Marta de Sousa Lima, Chefe de Gabinete da Secretaria de Saúde; e Elídia Tavares de Lanna Rocha, Diretora Executiva de Engenharia e Gestão Predial do Tribunal de Justiça; e dos Srs. Jerry Antunes de Oliveira, Superintendente Regional em Minas Gerais do Departamento de Polícia Federal; Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais (4); Ronaldo Araújo Pedron, Subsecretário de Atendimento às Medidas Socioeducativas; José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG; Gustavo Botelho Neto, Superintendente de Investigações e Polícia Judiciária da Polícia Civil de Minas Gerais (10/8/2010). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.609/2010 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: Deputada Maria Tereza Lara, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.469 e 6.471/2010, ambos com a Emenda nº 1, 6.470, 6.481, 6.484, 6.502, 6.508, 6.535, 6.541 e 6.553/2010. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.727/2009 e 4.531/2010. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados João Leite e Rômulo Veneroso em que solicitam seja encaminhado ao Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais, ao Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de Minas Gerais, à Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais, à Associação dos Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, à Secretaria de Defesa Social, ao Comando da Polícia Militar e à Chefia da Polícia Civil cópia das notas taquigráficas da reunião desta Comissão do dia 5/8/2010, que debateu o tema "Ciclo completo de polícia"; do Deputado Sargento Rodrigues (3) em que solicita sejam encaminhadas manifestações de aplauso aos policiais militares da 22ª Companhia Independente da PMMG, no Município de Caratinga, que vêm realizando um excelente trabalho na repressão ao tráfico de drogas na região; aos policiais militares lotados na 61ª Companhia da PMMG por participarem ativamente do projeto "Patrulha Rural", na cidade de Conselheiro Lafaiete; aos policiais militares da 9ª Companhia Independente da PMMG, no Município de Araguari, por serem responsáveis pela implantação do Projeto Rede de Vizinhos Protegidos. Logo após, é aprovado o Relatório das 20 Audiências Públicas Realizadas nas Regiões Integradas de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais (2009-2010), que objetivaram diagnosticar a situação da segurança pública no Estado, o qual vai publicado após as assinaturas. Em seguida, é fixado novo horário das reuniões ordinárias da Comissão para as 14h30min. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2010.

João Leite, Presidente - Rômulo Veneroso - Tenente Lúcio.

Relatório das 20 Audiências Públicas Realizadas nas Regiões Integradas de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais (2009-2010)

Uberaba, 11/8/2009

I - Apresentação

Em 11/8/2009, realizou-se, na Câmara Municipal de Uberaba, a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública. Requerida pelos Deputados João Leite, Presidente da Comissão; Maria Tereza Lara, Vice-Presidente; Tenente Lúcio e Rômulo Veneroso, a reunião teve por objetivo discutir a segurança pública na 5ª Região Integrada de Segurança Pública - Risp.

Além dos Deputados João Leite, Maria Tereza Lara, Tenente Lúcio, Rômulo Veneroso, Adelmo Carneiro Leão, Fawim Sawan e Weliton Prado, compuseram a Mesa: os Vereadores Luiz Humberto Dutra, José Severino, Jorge Ferreira, Itamar Ribeiro, João Gilberto Rippasati e Lourival dos Santos; Carlos Alberto Valera, Promotor de Justiça de Uberaba, representando o Procurador-Geral de Justiça do Estado; Vânia Célia Ferreira, Diretora da Superintendência Regional de Ensino de Uberaba, representando a Secretária de Estado de Educação; Eliane Cristina de Melo, Coordenadora Regional da Defensoria Pública de Uberaba, representando o Defensor Público-Geral do Estado; Fabrício de Moraes Mussulim, Coordenador da Defensoria Pública de Uberaba; Glorivan Bernardes de Oliveira, Delegado Regional da Polícia Federal; Delegado José Paulino da Silva Filho, Chefe do 5º Departamento da Polícia Civil, representando o Chefe de Polícia Civil do Estado; Cel. PM Flávio Aquino, Comandante da 5ª Região da Polícia Militar, representando o Comandante-Geral da Polícia Militar; Wagner Guerreiro, Juiz da Vara de Execuções Penais da Comarca de Uberaba; Francisco Eduardo, Delegado Regional da Polícia Civil; Wellington Cardoso Ramos, Secretário de Trânsito da Prefeitura de Uberaba; Júlio César de Aguiar, Diretor da Guarda Municipal; Ten.-Cel. Sidney Araújo; Cláudio Chaves Beato Filho, Coordenador do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da UFMG.

II - Desenvolvimento da reunião

II. 1 - Exposições e discussão

Inicialmente, o Deputado João Leite relatou tratar-se da primeira reunião desta Comissão entre as que serão realizadas nas Risps do Estado. A ideia, segundo ele, é ouvir os comandantes de cada região – nas quais há integração entre a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil –, além da população e de representantes da sociedade civil em geral.

O Delegado José Paulino abordou a situação das cadeias públicas da região. Apresentou os principais problemas: superlotação de quase todas as cadeias públicas da região; quantidade insuficiente de Agentes Penitenciários; permanência de algumas cadeias sob a responsabilidade da Polícia Civil, o que gerou outro transtorno: o deslocamento de policiais civis para executar a guarda de presos, comprometendo o desempenho de suas funções originais.

Segundo o Delegado, em Conceição das Alagoas, há 56 vagas e 160 presos sob a guarda da Polícia Civil. A previsão é de que a Subsecretaria de Administração Prisional - Suapi - assumira essa cadeia ainda em 2009, com a presença de 60 Agentes Penitenciários. Perdizes também é um Município que apresenta problemas. Há cerca de dois meses havia ocorrido uma rebelião na cadeia pública, motivando um remanejamento que aliviou a capacidade local, mas lotou as cadeias vizinhas. Por esse motivo, há 51 presos em uma cadeia com capacidade para 58. A cadeia pública de Frutal é outra que inspira cuidados, porque o Município faz limite com o Estado de São Paulo, e ainda está sob a responsabilidade da Polícia Civil. Sua capacidade é de 40 vagas, e há 147 presos. Iturama, que também faz divisa com São Paulo, está com 100 presos, enquanto sua capacidade é de 45. Campina Verde é a única exceção, com 40 vagas e 30 presos.

José Paulino ressaltou, ainda, o fato de Uberaba ter sido a primeira cidade a adotar um modelo de integração de segurança pública responsável e capaz de otimizar recursos, potencializar capacidades e talentos no combate ao crime. Além disso, há diálogo com a comunidade e com o Conselho de Segurança Pública, que realiza reuniões mensais, ajudando a gerenciar o problema da segurança pública local.

O Cel. Flávio Aquino reforçou a existência de problemas nas cadeias públicas da região. Destacou a importância de dois eventos realizados em 2009: o Pacto pela Paz, evento internacional, e o Encontro da Comunidade de Fronteira, com a presença de representantes do sistema de defesa social de três Estados que fazem limite com Minas Gerais: São Paulo, Mato Grosso do Sul e Goiás. Foram feitas 18 operações conjuntas da região com esses Estados. De um ano para o outro, obteve-se um salto – a 5ª Risp passou do pior desempenho operacional do Estado, em 2008, para o segundo melhor desempenho, em 2009. Essa melhora ocorreu devido ao processo de integração, de participação e de envolvimento comunitário na segurança pública.

De acordo com o expositor, houve uma redução média de 24% na ocorrência de crimes violentos nos 30 Municípios da Risp. No final de 2007 e início de 2008, foi registrada, em Uberaba, uma média de 13 casos de crimes violentos por dia. Em 2009, essa média caiu para 3 a 5 casos. No ano passado, a taxa de homicídios foi reduzida em 44%. Mas, nos últimos meses, foi constatado outro problema sério em Uberaba: as mortes no trânsito.

Segundo o Coronel, o compromisso para aquele ano é a valorização da vida. Uma das metas é o combate ao tráfico de drogas. No Encontro da Comunidade de Fronteira, ficou claro que as drogas vêm de outros países – Paraguai e Bolívia –, atravessam os Estados do Centro-Oeste e passam pela região. Objetiva-se criar uma Companhia de Missões Especiais, com ações táticas específicas para combater o tráfico de drogas, e construir, com recursos municipais, a sede da 5ª Área Integrada de Segurança Pública – Aisp. Está prevista, ainda, a implementação do projeto Achou Ganhou, em parceria com a Prefeitura de Uberaba, que pretende aumentar a participação e o envolvimento comunitário na questão da segurança e na promoção da paz social. Ele afirmou, ainda, que seria lançado, por meio da internet, um livro de interação comunitária em que a comunidade poderia interagir com a Polícia Militar e com o sistema de defesa social. Seriam instalados terminais e caixas de sugestões, de maneira que o livro funcionaria como um vetor de interação comunitária.

O Cel. Flávio Aquino salientou que foi criado um "blog" (que já conta com mais de 100 mil acessos), por meio do qual as pessoas participam denunciando, interagindo ou reclamando. Há também um sistema de monitoramento, que acompanha "on line" o cumprimento das metas de desempenho estipuladas para cada um dos 30 Municípios. Segundo ele, os bons resultados da segurança pública na região devem-se ao comprometimento de cada um dos componentes do sistema de defesa social e ao investimento do Estado, que é fundamental.

O Juiz Wagner Guerreiro questionou a necessidade da existência de mais vagas, mais viaturas, mais pessoal, mais instrumental, mais Juízes, mais penitenciárias, mais cadeias públicas. Destacou a importância do trabalho repressivo, de apuração, mas ressaltou que é possível diminuir o índice de criminalidade por meio da educação. Segundo ele, deve-se pensar um pouco mais em educação, esportes e infraestrutura, de forma a tentar evitar que a criança de hoje seja adotada por um traficante e se transforme em um futuro criminoso. A Lei de Execução Penal adota a teoria da nova defesa social, ou seja, não adianta deixar o cidadão segregado 30 anos sem nenhum tratamento. Ele sairá da cadeia pior do que entrou. Dessa forma, a sociedade não está sendo protegida. De acordo com o Juiz, deve haver um melhor tratamento daquele que está sob o regime penitenciário. Há, atualmente, um problema gravíssimo: o "crack", que significa, em inglês, quebra, quebradeira. Ele arrebenta com toda a estrutura do indivíduo. A recuperação do viciado em "crack" é de 1 em cada 10. Se houvesse mais empenho do Estado, talvez se recuperassem dois, três ou quatro indivíduos, que, provavelmente, não retornariam ao sistema penitenciário.

O Presidente da Comissão ponderou sobre o custo de cada preso para o Estado: R\$2.300,00 mensais, enquanto um aluno do ensino médio não chegaria a custar isso num ano.

Segundo o Promotor Carlos Alberto, devem ser feitos mais investimentos em educação. Qualquer país civilizado gasta 6% do PIB com a educação, enquanto no Brasil gasta-se apenas 2%. Para ele, o caminho é a escola em tempo integral.

Registrou, ainda, como Promotor do Meio Ambiente de Uberaba, a necessidade de especialização da Polícia Civil na área de meio ambiente, bem como de uma delegacia específica com atribuições nessa esfera.

Ponderou que a defesa social é obrigação do Estado, mas a sociedade deve ter sua parcela de contribuição. "Como esperar que o policial redija uma boa ocorrência, se as pessoas que viram o fato, na maioria das vezes, se omitem? Como querer que a Polícia Judiciária faça seu trabalho investigativo, se as pessoas não querem prestar depoimento? Como querer que o Ministério Público deflagre as ações penais, se não há prova produzida pela Polícia Judiciária? E como querer que o Poder Judiciário condene alguém sem provas? Tudo isso é o que alimenta a impunidade, fruto não só da falta de ação estatal, mas também da falta de participação da comunidade."

Segundo o Delegado Glorivan de Oliveira, a Polícia Federal tem a missão especial de integrar uma rede de combate à criminalidade como parte de uma estratégia da direção-geral da instituição para Minas Gerais, com uma preocupação significativa em relação ao Triângulo Mineiro. Reconhece-se a importância geoestratégica da região em relação aos Estados do Centro-Oeste e da Região Norte e às importantes cidades e Capitais do Sudoeste e do Sul do País. Por essa razão, há uma determinação do Ministério da Justiça para que se fortaleçam as ações de inteligência no Triângulo, mais especificamente nas Delegacias de Uberaba e de Uberlândia, a fim de que se possa enfrentar de forma mais adequada a questão do controle das organizações criminosas vinculadas ao tráfico de drogas e a outros crimes que fragilizam a defesa social. A regra é que o Estado propicie a segurança pública, mas a Polícia Federal e o governo da União têm deixado de lado a atuação meramente secundária e têm procurado ser mais atuantes, inclusive como fomentadores da segurança pública, com o incremento da defesa social.

A Defensora Pública Eliane Cristina ressaltou a preocupação da Defensoria Pública com a quantidade de encarcerados carentes, que chegam a representar 80% a 90% do sistema prisional. Esse órgão tem tentado chegar à população como a casa da cidadania, atuando não só na parte

judiciária, ou seja, nos processos, como também na parte preventiva.

Questionado pelo Presidente da Comissão, Wagner Guerreiro informou que em Uberaba há aproximadamente 300 presos provisórios, o que coincide com a média do Estado – 50% dos presos são provisórios.

José Paulino registrou, como Presidente do Consep Aisp 84, a necessidade de maior participação da comunidade no Documento Gerencial de Trabalho – Dogesp –, que é feito nas companhias e contém informações que contribuem para a implementação de ações de segurança pública.

O Secretário Wellington Cardoso chamou a atenção para a omissão de vários segmentos importantes da segurança pública. Destacou a necessidade de se resgatar a credibilidade do sistema para que o cidadão se sinta seguro ao fazer uma denúncia. Para ele, outro problema é a necessidade de recomposição do quadro de policiais civis em Uberaba, onde cada Delegado está responsável por mais de mil inquéritos. Ainda de acordo com o Secretário, os problemas que contribuem para a insegurança e para a impunidade são também estruturais.

O Vereador Élcio Souto salientou a importância do sistema Infoseg, que é capaz de rastrear pessoas em todo o Estado. Sugeriu que esse sistema seja estendido às delegacias. Outro ponto importante, segundo ele, é a necessidade de implantação da cédula de identidade única. Atualmente, uma pessoa pode ter muitas identidades, o que a deixa livre para fazer o que quiser em cada Estado. O Vereador apresentou algumas reivindicações da comunidade – mais equipamentos para o policiamento; aumento do contingente de policiais; construção de um quartel, para que Conceição das Alagoas tenha uma companhia, e não, um pelotão; resolução do problema da superlotação da cadeia pública –, que foram entregues ao Presidente da Comissão.

A Diretora Vânia Célia relatou os problemas enfrentados pelas escolas estaduais. afirmou serem incontáveis as tentativas frustradas de se conseguir a presença da polícia dentro dos estabelecimentos de ensino e chamou a atenção para o fato de que, quando uma escola é bem equipada, ela torna-se alvo de roubos. Disse que a Secretaria de Estado de Educação vem tentando participar dos vários programas existentes, fazendo parcerias com todas as prefeituras da região. Boa parte das escolas estaduais tem um programa de tempo integral. Destacou, ainda, vários projetos que têm obtido bons resultados: o Escola Viva, Comunidade Ativa, que começou com os programas Aluno de Tempo Integral e Abrindo Espaços; o PEA Juventude; o Acelerar para Vencer; o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd –; o Aprofundamento de Estudos; e o ensino profissionalizante, que está presente em todas as escolas de ensino médio. Informou que há, inclusive, uma escola funcionando em uma unidade prisional.

O Vereador João Gilberto entregou ao Presidente da Comissão um ofício solicitando estudo para se instituir a guarda escolar nas escolas estaduais. Os professores vêm se arriscando muito para ministrar suas aulas. Segundo ele, é preciso que se ofereça mais segurança às escolas, uma vez que o número de ocorrências tem aumentado.

Ripposati falou sobre a necessidade de se implantar um sistema de segurança pública nos distritos industriais de Uberaba e sugeriu a criação de um Instituto de Segurança Pública – ISP – rural para trazer mais segurança à zona rural do Município. Para isso, seria preciso aumentar o número de contratações de policiais civis e militares, bem como o de patrulhas rurais, além de reforçar os recursos para melhorar as condições de trabalho dos profissionais da área.

Cláudia Sadú, Presidente da Federação das Associações de Bairros de Uberaba, reforçou o pedido para que a Guarda Municipal atue nas escolas estaduais e municipais. Segundo ela, essa foi a maior necessidade apontada pelas associações de bairros do Município.

A Deputada Maria Tereza Lara fez um apelo para que se divulgue o Disque Denúncia (número 181), que é um importante instrumento da comunidade para colaborar com os órgãos de segurança e de defesa social na diminuição da violência.

O Vereador Cléber Humberto defendeu maior investimento na área de segurança pública, com aumento significativo dos recursos financeiros. Para ele, as leis deveriam ser mais punitivas, e o preso, ao cumprir sua pena, não deveria ficar ocioso, sem um trabalho.

Sebastiana Donizeti, Presidente da Associação dos Usuários de Transporte Público de Uberlândia, reafirmou o problema da falta de confiança do cidadão em relação ao trabalho da polícia, ressaltando a truculência da abordagem de alguns policiais. Cobrou mais preparo do policial para lidar com a comunidade, especialmente com a mais pobre e carente. Quanto ao ensino integrado, denunciou que, de fato, ele não existe por falta de professores qualificados.

O Vereador José Severino chamou a atenção para o problema das drogas. Atualmente 60% da população carcerária no Estado têm ligação com as drogas. Enfatizou que o caminho para a recuperação dos presos é o trabalho.

O Deputado Weliton Prado ponderou que os recursos arrecadados, provenientes das taxas de segurança pública, são encaminhados ao caixa único do Estado e, muitas vezes, não são investidos em segurança pública. Defendeu a criação de um Fundo Estadual de Segurança Pública, de forma a garantir os recursos que contribuiriam para a autonomia e independência das forças de segurança pública, ou seja, para a sua integração de fato.

II. 2 - Encaminhamentos aprovados:

a) ofício ao Presidente da ALMG solicitando que se veicule e divulgue campanha publicitária do Disque Denúncia (número 181);

b) ofício ao Secretário de Defesa Social solicitando providências para agilizar a assunção, pela Subsecretaria de Administração Prisional, das cadeias públicas dos Municípios integrantes da 5ª Risp; e fornecer armamento moderno, coletes à prova de balas, equipamentos de informática e viaturas aos órgãos policiais de Conceição das Alagoas, atendendo a solicitação de Vereadores dessa cidade;

c) ofício ao Chefe da Polícia Civil solicitando providências para recompor o quadro de Escrivães e Agentes de Polícia nas cidades que compõem a 5ª Risp;

d) ofício à Ferrovia Centro Atlântica solicitando informações sobre os procedimentos adotados para garantir a guarda dos trilhos do ramal ferroviário do Distrito Industrial II de Uberaba.

III - Principais pontos abordados

III. 1 - Problemas:

- a) aumento das mortes no trânsito;
- b) superlotação de quase todas as cadeias públicas da Risp;
- c) excesso de presos provisórios;
- d) guarda dos presos das cadeias públicas de Conceição das Alagoas e de Frutal sob a responsabilidade da Polícia Civil;
- e) insuficiência de efetivos das Polícias Civil e Militar, bem como de viaturas e equipamentos;
- f) insuficiência de Agentes Penitenciários para fazer a escolta de presos;
- g) insuficiência de Defensores Públicos na região;
- h) falta de policiamento nas escolas;
- i) falta de preparo dos policiais militares e civis, principalmente no trato com a população mais carente.

III. 2 - Resultados positivos:

- a) Uberaba é a primeira cidade a adotar um modelo de segurança pública integrada;
- b) na região, há diálogo entre as Polícias, o Consep e a comunidade;
- c) há integração do trabalho das Polícias Civil e Militar;
- d) após a atuação da Suapi, o sistema carcerário melhorou;
- e) a 5ª Risp passou do pior desempenho operacional do Estado, em 2008, para o segundo melhor, em 2009;
- f) Minas Gerais realizou 18 operações conjuntas com os Estados limítrofes: São Paulo, Mato Grosso do Sul e Goiás;
- g) houve uma redução média de 24% na prática de crimes violentos nos 30 Municípios da Risp, sendo que, em Uberaba, especificamente, a redução foi de 35%;
- h) a média dos crimes violentos passou de 13 por dia, em 2007 e 2008, para 3 a 5 por dia, em 2009, em Uberaba;
- i) houve uma redução de 44% na taxa de homicídios em 2009;
- j) a Polícia Militar criou um "blog" no qual as pessoas participam denunciando, interagindo ou reclamando;
- k) existe um sistema de monitoramento eficaz, que acompanha, crime por crime, todos os dias, as metas de desempenho estipuladas para cada um dos 30 Municípios da Risp;
- l) em Uberaba, está sendo construído um anexo para os presos provisórios;
- m) no Município de Conceição das Alagoas, está sendo construído um quartel com a ajuda da comunidade;
- n) foi criada a Central de Fiscalização de Penas Alternativas – Cefipa – no âmbito do Juizado Especial;
- o) foi criado o Conselho Municipal de Segurança Pública, para possibilitar a participação da comunidade na busca de soluções para os problemas de segurança pública da região;
- p) boa parte das escolas estaduais da Risp dispõe do programa Aluno de Tempo Integral;
- q) há uma escola de ensino médio funcionando na Penitenciária de Uberaba.

III. 3 - Carências a serem supridas:

- a) intensificar o combate às drogas, por meio da criação de uma Companhia de Missões Especiais, com táticas específicas contra o tráfico;
- b) implementar o projeto Achou Ganhou, que objetiva aumentar a participação e o envolvimento comunitário na questão da segurança pública e na promoção da paz social;
- c) oferecer o programa Aluno de Tempo Integral em todas as escolas públicas da região;
- d) realizar estudo sobre a viabilidade de se instituir a guarda escolar nas escolas estaduais e municipais da região;
- e) estender o sistema Infoseg a todas as delegacias do Estado;

- f) implantar uma delegacia específica com atribuições na área de meio ambiente, bem como promover a especialização da Polícia Civil nessa área;
- g) implantar o monitoramento de todas as viaturas da Polícia Militar;
- h) implantar, no País, a cédula de identidade única;
- i) implantar sistemas de segurança pública nos distritos industriais de Uberaba;
- j) construir a sede da 5ª Aisp;
- k) construir centros de recuperação para o egresso da região;
- l) liberar recursos para a construção de um quartel no Município de Conceição das Alagoas;
- m) retirar completamente da Polícia Civil a guarda de presos nas cadeias públicas da região;
- n) aumentar o efetivo, os equipamentos e o número de viaturas das Polícias Civil e Militar;
- o) instituir um auxílio-periculosidade para os servidores da segurança pública;
- p) aumentar o número de Defensores Públicos do Estado na região;
- q) aumentar o investimento do governo estadual na área de segurança pública, na 5ª Risp;
- r) criar um Fundo Estadual de Segurança Pública;
- s) criar um ISP rural no Município de Uberaba;
- t) aumentar a mobilização da comunidade na questão da segurança pública;
- u) integrar a Secretaria de Estado de Educação aos órgãos de segurança pública da região;
- v) aplicar, de fato, a Lei de Execução Penal;
- x) resgatar a credibilidade do sistema de segurança pública junto à comunidade.

Montes Claros, 1º/9/2009

I - Apresentação

Em 1º/9/2009, realizou-se na Câmara Municipal de Montes Claros a 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública, requerida pelos Deputados João Leite, Presidente da Comissão; Maria Tereza Lara, Vice-Presidente; Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio. A reunião teve por objetivo debater a segurança pública na 11ª Região Integrada de Segurança Pública – Risp.

Participaram da reunião os Deputados João Leite, que a presidiu, Rômulo Veneroso e Ruy Muniz. Também compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça; José Messias Sales Alves, Delegado Regional da Polícia Civil, representando o Chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; Ten.-Cel. PM Milton Rodrigues Abreu, Subcomandante da 11ª Região da Polícia Militar, representando o Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; Ten.-Cel. PM Franklin de Paula Silveira, Comandante do 10º Batalhão da Polícia Militar; Maria Albanita Roberta de Lima, Subsecretária de Estado de Assistência Social; Roberto Rocha Tross, Coordenador Especial da Juventude, representando o Secretário de Estado de Esportes e da Juventude; Antônio Fábio Gonçalves Martins, Inspetor da Polícia Rodoviária Federal, representando o Superintendente da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais; Maurina Fonseca Mota de Matos, Coordenadora Regional da Defensoria Pública de Montes Claros, representando o Defensor Público-Geral; Fernando Antônio Bonhsack, Delegado-Chefe de Polícia Federal de Montes Claros; Roberto Amaral, Secretário Municipal de Agropecuária e Abastecimento; Luiz Tadeu Leite, Prefeito Municipal de Montes Claros; José Benedito, Prefeito Municipal de Janaúba; e Athon Mameluque, Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros.

II - Desenvolvimento da reunião

II. 1 - Exposições

A reunião foi aberta pelo Presidente da Comissão, que realizou breve exposição sobre o histórico e a finalidade do evento.

O Prefeito Municipal de Montes Claros relatou a situação da segurança pública na localidade, traçando comparativo entre o período pretérito e o atual, no qual, para ele, houve uma acentuada melhora. Ele cita que Montes Claros ocupava, no Estado, o 3º lugar em ocorrências de crimes dolosos contra a vida, mas subiu para a 8ª posição e, hoje, está no 12º lugar. O Prefeito credita tal melhora à política de segurança pública estadual desenvolvida nos dois últimos quadriênios, com destaque para a ação integrada e coordenada dos órgãos estaduais e federais de defesa social, que permitiu essa redução dos níveis de criminalidade. Segundo o mandatário, a região foi beneficiada pela criação, em Montes Claros, de um órgão municipal na área da defesa social e por ações preventivas que vêm ocorrendo na localidade, envolvendo políticas sociais, especialmente no campo da educação, bem como as dirigidas ao jovem, como o projeto Viva Vôlei, e as parcerias com a PM, para a implementação do Proerd, e com a Empresa Brasileira de Correios, que atende 500 crianças na prática da natação.

O Delegado José Messias abordou a integração das Polícias ocorrida nos últimos anos, recordando que sempre houve um trabalho harmonioso entre as Polícias Civil e Militar. Para ele, a integração gera um aumento de eficiência e se reflete na redução dos índices de criminalidade. Ressalta, todavia, a necessidade de aprimoramento dessa ação integrada, bem como a necessidade de a política de segurança pública se

relacionar com as políticas sociais, já que são áreas interligadas.

O Ten. Cel. Milton Abreu citou as peculiaridades da região, que precisaria ser mais assistida. O militar esclareceu que tem crescido substancialmente o investimento nos setores logístico, financeiro e de recursos humanos dos órgãos de defesa social, assim como salientou os bons resultados da integração das Polícias, assinalando iniciativas importantes como o cinturão da segurança e a patrulha rural. afirmou, contudo, a necessidade de se dar mais apoio aos órgãos de segurança pública existentes na região.

O Procurador-Geral de Justiça também realçou a importância da integração das Polícias e os avanços na organização do sistema penitenciário, com a estruturação da Suapi e o incentivo à adoção do modelo Apac, além das parcerias com a sociedade para o tratamento dos presos. Salientou, ainda, o papel que vem sendo desempenhado pelo órgão na região, reafirmando o compromisso deste com sua missão institucional.

O Delegado da Polícia Federal Fernando Bonhsack descreveu o que considera uma situação delicada de criminalidade existente no Norte de Minas, mas ressaltou o trabalho importante e eficaz realizado pelas Polícias. Reforçou a importância da integração das Polícias estaduais e elogiou o mapeamento do crime na região, realizado pelos órgãos de segurança pública. Sobre a atuação da Polícia Federal, o servidor recordou diversas atividades desenvolvidas, que atingem não só o Norte de Minas, mas, eventualmente, outras regiões do País, tais como o combate à corrupção e ao desvio de verbas públicas.

Os problemas acarretados pelas rodovias que cortam Montes Claros, as BRs 135, 251 e 365, foram expostos pelo Inspetor da Polícia Rodoviária Federal, Antônio Fábio. Para ele, o reduzido efetivo da PRF, com mil servidores em Minas Gerais e apenas 31 em Montes Claros, é uma circunstância agravante, que somente é minimizada pelo trabalho conjunto que o órgão faz com a Polícia Militar. Segundo o policial, deveria haver mais servidores na PRF, para suprir a deficiência de pessoal na região.

Maurina Fonseca, representante da Defensoria Pública, relatou o papel da instituição, em sua atuação na defesa social, a atender os necessitados de assistência judiciária. Segundo a Defensora, no Presídio Alvorada há 167 presos, sendo 22 mulheres; no Presídio Regional do Jaraguá, 582 presos, dos quais 320 aguardando julgamento e 262 condenados. Oitenta por cento desse contingente de encarcerados é assistido pela Defensoria Pública; no entanto, no Norte de Minas só há Defensor Público em Montes Claros, Pirapora e Janaúba. Há, para a advogada pública, necessidade de ampliar o quadro de Defensores Públicos, tarefa que se vincula à necessidade de o governo estadual proceder à valorização do servidor e ao aperfeiçoamento da instituição.

José Benedito, Prefeito Municipal de Janaúba, reafirmou os avanços recentes da segurança pública no Estado e a redução dos índices de criminalidade na região. Ele enfatizou a qualidade de equipamentos e condições de trabalho, que vêm sendo oferecidos ao servidor policial, contribuindo para o bom desempenho das polícias. José Benedito afirmou, também, a importância da educação, das políticas sociais e do investimento na família, tanto quanto a necessidade de conscientização da sociedade para a formação do jovem, envolvendo o controle da programação televisiva, dos "videogames" e das rádios. Em Janaúba, o maior problema apontado pela autoridade foi a acomodação de presos, já que a cadeia local tem capacidade para 70 pessoas, mas custodia 198.

O Ten.-Cel. Franklin Silveira realizou exposição na qual mencionou que os índices de criminalidade da região registraram significativo aumento a partir de 1997, com a ligação rodoviária entre Montes Claros e a BR-116. Essa elevação do crime só foi revertida no período recente, com redução dos índices de criminalidade a partir de 2006. Segundo o militar, nos últimos anos houve grande aumento de efetivo e de apoio logístico nos órgãos regionais de segurança pública, especialmente nas polícias. Apesar disso, ele nota que persistem os problemas decorrentes da facilidade para o trânsito de criminosos na região, que se associam à questão social, pois Montes Claros possui 7 favelas, e 20 de seus 220 bairros estão em situação de absoluta pobreza. Para o oficial, a segurança pública deve estar aliada a projetos sociais, como os que ocorrem nas comunidades Cristo Rei e Santos Reis, nesse Município. Ele citou, ainda, o trabalho dos seis Conselhos Comunitários de Segurança Pública - Conseps - em Montes Claros, e programas de caráter preventivo, entre os quais o Fica Vivo, o Olho Vivo, com 36 câmeras na cidade, o patrulhamento rural, que reprime o aumento da criminalidade na zona rural, e o projeto de descentralização do policiamento na cidade, com 25 frações em Montes Claros, a formar uma teia de proteção. Ressaltou, também, a importância da integração das polícias e dos demais órgãos que atuam na defesa social, como o Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública. Especificamente, tratou da boa organização da PMMG no Norte de Minas e se referiu à perspectiva benéfica da criação de um novo batalhão em Montes Claros. Ele explicou que hoje Montes Claros é sede de um batalhão da Polícia Militar, que atende 23 Municípios. Com dois batalhões, haveria um exclusivo para Montes Claros e o outro permaneceria nas demais localidades. O policial, enfim, repisou a necessidade de o Estado atuar sobre os problemas sociais e acentuou a necessidade de investimentos crescentes em segurança pública, já que, para ele, é próprio do setor exigir grandes investimentos.

A Subsecretária de Estado de Assistência Social, Maria Albanita, discorreu sobre a complexidade da defesa social e o papel das políticas públicas para o seu adequado equacionamento. Para a dirigente da Sedese, há necessidade de analisar os perfis de vítima e agressor e os contextos nos quais ocorre o crime. Ela enfatiza a pobreza como problema central e fonte da violência social, razão pela qual caberia ao Estado garantir a paz por meio de políticas sociais, como as de educação, assistência e inclusão social, saúde, juventude e apoio à família. Conforme a Subsecretária, o problema deve ser enfrentado com políticas públicas estabelecidas sobre dois eixos, quais sejam a superação do ciclo da pobreza e a questão da família.

Roberto Tross abordou a ligação da política de segurança pública com a política da juventude, especialmente porque a maior parte dos casos de violência e criminalidade envolve o jovem, como autor ou vítima. Ele consignou a importância de ações governamentais e programas que vêm sendo desenvolvidos observando essa vinculação e citou vários eventos e projetos atualmente realizados pelo governo estadual.

Athos Mameluque, Presidente da Câmara de Montes Claros, falou sobre a questão local, recordando o erro que foi a extinção da Secretaria Municipal de Segurança e a mobilização social e institucional que houve para restaurá-la, o que ocorreu com apoio da Secretaria de Estado de Defesa Social. O edil relatou investimentos realizados pelo poder público municipal e estadual nos últimos anos, indicando a importância de alguns projetos, como o Olho Vivo, para a diminuição da criminalidade. Tratou, ainda, da necessidade de se criar o 2º batalhão da PMMG no Município e da importância da legislação municipal e estadual, como a que deveria normatizar a proibição do uso de capacete por motociclistas, quando não estão usando as motocicletas.

II. 2 - Discussão

Ao longo das exposições iniciais, o Presidente da Comissão prestou esclarecimentos que se fizeram necessários e afirmou o compromisso da Comissão com as discussões e propostas registradas na reunião. Na sequência, debateram o tema representantes da sociedade civil, parlamentares e autoridades convidadas.

O Pastor Ladislau Ronaldo Ferreira tratou do papel repressivo e preventivo da atividade policial e ressaltou a importância do trabalho social, citando, como exemplo, a experiência da igreja a que pertence.

Antônio Augusto Coelho Tavares, Presidente do Conselho Maçônico de Segurança Pública - Comasp -, discutiu a necessidade de ampliação do Poder Judiciário, envolvendo aumento de pessoal, de varas e de comarcas, abrangendo a Justiça Estadual e a Federal. Segundo o interveniente, o problema da justiça criminal está no que denominou "o gargalo da justiça", e, por isso, são, na sua ótica, muito importantes as ações que vêm sendo desenvolvidas pelo poder público, a saber as reformas da cadeia e do presídio, com oferta de mais de 500 vagas; o acréscimo de

viaturas e helicópteros; a implantação de projetos como o Proerd, o Olho Vivo e o Fica Vivo, entre outras ações. Como prioridades para a região, citou a construção da Apac e a criação de mais um batalhão da PMMG em Montes Claros.

Para o Pastor Rodinon Botelho dos Santos, o papel da igreja se conjuga com a defesa da paz social. Ele defendeu a necessidade de se fazer segurança pública respeitando a dignidade da pessoa pobre, como nos casos de revistas policiais e abordagens em geral do pobre e do indivíduo vestido de forma simples. Segundo o Ten.-Cel. Franklin Silveira, em intervenção posterior, a abordagem policial militar é regulada por lei e o servidor que abusa nesses casos é punido severamente. O Pastor falou, ainda, sobre o papel da participação da sociedade na gestão da política pública de segurança e a necessidade de aprimorar a gestão penitenciária, salientando que, em geral, os presos não são recuperados pelo sistema prisional e que a solução começa com o fortalecimento da família.

O Deputado Rômulo Veneroso realizou uma abordagem geral da política de segurança pública e reconheceu a necessidade de a Comissão realizar reuniões nas diversas regiões do Estado, a fim de recolher percepções, necessidades e anseios daqueles que, muitas vezes, têm dificuldade de acesso ao Parlamento. O Deputado, além disso, endossou as posições de defesa da conjugação de políticas sociais e atividade de segurança pública.

O Deputado Ruy Muniz principiou seu discurso pela análise do panorama atual, com destaque para os investimentos realizados pelo governo estadual. O parlamentar rememorou a mobilização social ocorrida em Montes Claros para diminuir os índices de criminalidade na cidade, citando, ainda, o papel desempenhado por programas sociais recentemente implantados, como o Poupança Jovem e o Projovem.

Ruy Muniz, todavia, assinalou a necessidade de melhorias, uma vez que a polícia não chega a todas as localidades da região e os índices de criminalidade ainda são altos. O Deputado propõe, entre outras medidas, a limitação de horários de eventos; a implantação, no âmbito do SUS, de centros de atendimento ao viciado em drogas; o incentivo ao esporte e a adoção da educação em tempo integral no sistema público de ensino, citando o exemplo do governo do Distrito Federal. O parlamentar assinalou a função social do tráfico de drogas, que muitas vezes é tida como substitutiva do Estado. Ressaltou, na sequência, que o problema do tráfico não é enfrentado, de fato, mas que há jeito de resolvê-lo, bastando vontade para tanto. Em suas palavras: "É muito bom ter no parlamento uma pessoa como eu, porque tenho coragem de falar. Não é que os outros colegas não falem, mas falo e incomodo. O Franklin sabe onde está o foco do tráfico em Montes Claros, assim como também o Ministério Público, a Polícia Civil. (...) Não é com medidas demagógicas, mas com ações eficazes. É fazer cerco e a Prefeitura dar apoio àquela população carente que está ali. (...) deve-se ter a coragem de identificar e de atuar de verdade para acabar com o tráfico em Montes Claros ou para, no mínimo, expulsá-lo ou diminuir o que já existe".

O representante da Polícia Federal rebateu as afirmações do Deputado Ruy Muniz, especialmente no que se refere à acusação de inoperância das polícias no combate ao tráfico de drogas. Esclareceu que a Polícia Federal tem cumprido o seu papel, como, por exemplo, na prisão de uma pessoa conhecida como Didi Cabeludo, que comandava o tráfico em Montes Claros e foi capturado em São Paulo.

Indagado pelo Presidente da Comissão, o policial federal afirmou conhecer as duas facções citadas pelo Deputado Ruy Muniz como sendo as que comandam o tráfico na região, a do Ninha e a do Malboro, ressaltando que ambos os líderes estão presos hoje.

O Delegado Regional da Polícia Civil, José Messias, endossou as palavras do representante da Polícia Federal e teceu mais explicações sobre o combate ao tráfico em Montes Claros e região. Recordou episódios envolvendo a prisão de Demóstenes (Ninha) e Valdenir (Malboro), lembrando que ambos estão presos na penitenciária de Catanduvas, PR. Segundo o servidor, a atividade repressiva depende de políticas públicas de caráter preventivo, incidindo sobre a criança, o jovem e a família.

O Ten.-Cel. Franklin Silveira corroborou as intervenções de seus antecessores e informou que cerca de 35 líderes do tráfico de drogas na região estão presos e recebem acompanhamento, mediante ação integrada das polícias civil, estadual e federal, e militar. Para o policial, há um problema na legislação brasileira, que impede uma ação mais efetiva do sistema de justiça criminal, ao criar obstáculos para a atuação do Judiciário e do Ministério Público, por exemplo. O oficial citou caso de pessoa que chegou a ser presa 62 vezes pela polícia e está solta.

O Presidente da Comissão esclareceu que as normas processuais penais são nacionais, motivo pelo qual a Assembleia não tem competência para legislar sobre a matéria. Recordou, todavia, seu trabalho na presidência da Comissão Especial de Execução das Penas no Estado de Minas Gerais, que apurou existirem 46 mil presos no Estado, dos quais 26 mil são presos provisórios. Para o parlamentar o problema não é de deficiência legal, mas de cumprimento das leis, como no caso de Montes Claros, em que há 1.300 júris pendentes. Ele entende que o encarceramento não resolve o problema da segurança pública e aponta que, no ritmo atual, haverá, no ano de 2011, 79 mil presos em Minas Gerais. Lembrando que um preso custa, em média, R\$2.300,00 por mês, o Deputado defendeu a prioridade de políticas de combate à pobreza e de fortalecimento dos vínculos familiares.

Finalizando, o Deputado Ruy Muniz retificou seu discurso, explicando sua preocupação em face de problemas urgentes envolvendo violência e criminalidade, como o número de homicídios. O Delegado José Messias informou, quanto aos homicídios, que, embora seja, de fato, um problema grave, os indicadores têm melhorado nos últimos anos, com registro, nos oito primeiros meses do ano, de 50 casos em 2007, 58 em 2008 e 49 em 2009, o que evidencia uma reversão da curva ascendente anterior, com uma diminuição de 20% em 2009.

Instado pelo Presidente da Comissão, o Ten.-Cel. Franklin Silveira informou que há seis Conselhos Comunitários de Segurança Pública em funcionamento em Montes Claros, um dos quais já premiado nacionalmente por seu trabalho.

II. 3 - Encaminhamentos aprovados:

a) solicitação, ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, da criação de mais uma vara da Justiça Federal na Seção Judiciária de Montes Claros;

b) solicitação, ao Secretário de Estado de Defesa Social, da construção de uma penitenciária, de um centro de medidas socioeducativas e de um batalhão da Polícia Militar em Janaúba;

c) solicitação, ao Secretário de Estado de Defesa Social, da construção e implantação de uma unidade prisional na Microrregião de Manga, tendo em vista o elevado contingente de presos em cadeias públicas;

d) solicitação, ao Procurador-Chefe da Defensoria Pública Estadual, da ampliação do quadro de Defensores do órgão, assegurando a lotação de Defensores Públicos em quantidade condizente com a necessidade do serviço nos Municípios onde há unidades prisionais, especialmente em Francisco Sá;

e) solicitação, ao Secretário de Estado de Defesa Social, para que tome providências para a liberação de recursos para a implantação de mais duas Áreas Integradas de Segurança Pública em Montes Claros, conforme previsto na programação governamental;

f) solicitação, ao Comandante-Geral da PMMG, da implantação de mais um batalhão da Polícia Militar em Montes Claros, tendo em vista a necessidade de um batalhão exclusivo para esse Município e outro para as demais localidades hoje atendidas pelo 10º Batalhão da PMMG;

g) solicitação, ao Secretário de Estado de Defesa Social, da ampliação do Projeto Olho Vivo em Montes Claros, observando as necessidades da localidade e os bons resultados alcançados até o momento;

h) encaminhamento de apelo ao Ministro de Estado da Justiça para que aumente o quadro de pessoal da Polícia Rodoviária Federal no Norte de Minas;

i) envio de ofício ao Comandante-Geral e ao Comandante da 11ª Região da PMMG, solicitando medidas para assegurar a presença permanente de policiais militares nos Distritos, especialmente em São Joaquim, Distrito de Janaúba, que possui cerca de 15 mil habitantes e não dispõe de policiamento ostensivo.

III - Principais pontos abordados

a) A abordagem dos participantes apontou como problemas principais os ainda elevados índices de criminalidade na região, com destaque para o tráfico de drogas e os homicídios. O uso facilitado das vias rodoviárias pelos que praticam crimes também foi destacado.

b) Além desses problemas, houve consenso quanto à necessidade de se aliarem políticas públicas repressivas e preventivas, impondo-se a necessidade de associar a política de segurança pública às políticas sociais, especialmente as de redução da pobreza, defesa da família e proteção da criança e do jovem.

c) Houve, todavia, certo consenso acerca do aperfeiçoamento da política estadual de defesa social nos últimos anos, com destaque para a integração das Polícias, a estruturação do sistema penitenciário e a adoção de parcerias com a sociedade civil; para os elevados investimentos em procedimentos, logística e recursos humanos; para a introdução de programas inovadores, como o Proerd, o Fica Vivo, o Olho Vivo e o patrulhamento rural; para a prevenção da criminalidade que decorre da efetividade das políticas sociais; e para a reestruturação do órgão municipal de segurança pública em Montes Claros.

d) Especificamente, foi levantada a necessidade da criação de mais um batalhão da PMMG em Montes Claros e de outro em Janaúba; da ampliação do sistema prisional e socioeducativo; do aumento do efetivo da PRF no Norte de Minas; e de se assegurarem Defensores Públicos em todas as comarcas da região.

Pouso Alegre, 22/9/2009

I - Apresentação

Em 22/9/2009 foi realizada, na Câmara Municipal de Pouso Alegre, a 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública. Requerida pelos Deputados João Leite, Presidente da Comissão; Maria Tereza Lara, Vice-Presidente; Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, a reunião teve por finalidade discutir questões relativas à segurança pública no Município de Pouso Alegre e região.

Além dos Deputados João Leite, Maria Tereza Lara, Dalmo Ribeiro Silva e Ruy Muniz, participaram da reunião: Sérgio Franco, Juiz de Direito da Comarca de Pouso Alegre, representando o Presidente do Tribunal de Justiça; Tereza Cristina Coutinho, Promotora de Justiça da Comarca de Pouso Alegre, representando o Procurador-Geral; Rafael Borba Arakak, Delegado da Polícia Federal em Varginha, representando o Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal em Minas Gerais; Emilson Loures da Silva, Chefe Substituto da 11ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal, representando o Superintendente da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais; Romilda dos Reis, Superintendente Regional de Ensino, representando a Secretária de Educação; Juliana Campolina, Diretora de Proteção Social Especial da Secretaria de Desenvolvimento Social, representando o Secretário de Desenvolvimento Social; Raquel Ribeiro Costa, Coordenadora Regional da Defensoria Pública em Pouso Alegre, representando o Defensor Público-Geral; Cel. PM Márcio Martins Santana, ex-Comandante da 6ª Região da Polícia Militar, representando o Comandante-Geral da PMMG; Carlos Eduardo Pinto, Delegado Regional da Polícia Civil; Hafez Tadeu Sadi, Chefe do 6º Departamento da Polícia Civil; Renato Mendes, Delegado de Polícia; Cloves Eduardo Benevides, Subsecretário de Políticas Antidrogas da Secretaria de Esportes e da Juventude; Ten.-Cel. PM José Dimas da Silva Fonseca, Comandante do 20º Batalhão da Polícia Militar; Aginaldo Perugine, Prefeito de Pouso Alegre; Vereador Paulo Henrique Pereira Alves, Presidente da Câmara Municipal de Pouso Alegre; Mariana Aparecida Pereira, Benedito Antônio de Souza Oliveira, Altair Amaral, Antônio João de Faria e Moacir Franco, Vereadores de Pouso Alegre; Marcos Tadeu, Vereador de Jacutinga e Presidente do Consep; André Luiz Ferreira Sales, Presidente do Consep de Andradadas.

II - Desenvolvimento da reunião

II. 1 - Exposições e discussão

O Delegado Hafez Tadeu iniciou sua exposição esclarecendo que Pouso Alegre pertence à 6ª Região Integrada de Segurança Pública - 6ª Risp -, que tem sede em Lavras e é composta pelo 6º Departamento da Polícia Civil, pela 6ª Região da Polícia Militar e pelo 9º Batalhão de Bombeiros Militares. O 6º Departamento da Polícia Civil é composto por nove delegacias regionais: Alfenas, Campo Belo, Itajubá, Lavras, Poços de Caldas, Pouso Alegre, São Lourenço, Três Corações e Varginha.

No primeiro semestre de 2009, houve 90 homicídios, 116 tentativas de homicídio, 521 roubos, 395 roubos à mão armada, 6 latrocínios e 12 sequestros. Na 6ª Risp foram lavrados 24.374 Boletins de Ocorrência e 18.993 Termos Circunstanciados de Ocorrência - TCOs -; 17.121 inquéritos foram instaurados, e 34.122, devolvidos a prazo; 53.143 inquéritos foram relatados e remetidos à Justiça. Estão em andamento 140.081 inquéritos, o que representa, segundo o Delegado, grande sobrecarga de trabalho.

A Polícia Civil na 6ª Risp é composta por Delegados, Médicos-Legistas, Peritos, Agentes de Polícia e Escrivães. Segundo o Delegado, no período de janeiro a agosto de 2009, foram realizadas 74.361 oitivas, 70.376 intimações, 21.333 ordens de serviço e 335 interceptações telefônicas; 2.133 mandados de busca e apreensão foram cumpridos; 1.751 pessoas foram presas; 108.260 certificados de veículos e 53.244 carteiras de identidade foram expedidos; 3.678 laudos foram elaborados, e 11.646 perícias foram realizadas pelo IML.

A seguir, o Delegado informou a composição do quadro de servidores da Polícia Civil na 6ª Risp, que é de 9 Delegados Regionais, 103 Delegados, 158 Escrivães, 44 Peritos, 26 Médicos-Legistas e 345 Agentes, num total de 685 servidores. "Esse é o contingente para toda essa sobrecarga de serviço" Segundo ele, para apoiar o quadro, que é carente, há 444 pessoas, entre servidores municipais, estagiários e funcionários da MGS, que auxiliam na tarefa de exercício de polícia.

Hafez Tadeu enumerou algumas estratégias adotadas para "produzir todo esse serviço": "valorização dos policiais civis, com cursos de atualização promovidos pela sede da Acadepol, de forma regionalizada e, no mínimo, semestrais, mantendo-os treinados no uso e manuseio de armas e equipamentos diversos e motivados; racionalização do uso do material à disposição das unidades policiais, pela conscientização dos servidores. Há reuniões periódicas dos servidores em todos os níveis da administração para coleta dos problemas e encaminhamento às instâncias superiores, visando prover as chefias de informações atualizadas; (...) troca de informações e conhecimento entre todos os organismos policiais e instituições ligadas à defesa social para estratégias conjuntas e estreitamento de laços de união; realização de convênios com faculdades e prefeituras municipais, para angariar estagiários e servidores municipais, suprimindo parte da carência de pessoal. Munir os Delegados Regionais de todas as informações referentes aos critérios de produtividade e metas para que eles sejam multiplicadores da doutrina e repassem a todos os colegas a necessidade de atingi-las e suplantá-las."

Para o Delegado, o contingente policial não é suficiente, havendo uma "falta crônica de policiais e servidores administrativos, agravada pelas aposentadorias e pela evasão de servidores devido aos baixos salários". Outros problemas enfrentados pela 6ª Risp: inexistência de delegacias com efetivo fixo, obrigando os Delegados e equipe a atender vários Municípios; deslocamento de radiopatrulhas entre Municípios para condução de pessoas presas em flagrante para outras delegacias; carência de material, levando à improvisação; falta de espaço físico para sediar a Risp, dificultando a materialização da integração pretendida; ausência de dotação orçamentária específica para os departamentos; ausência de central de material e logística; não implementação do plano de carreiras; não regulamentação do cargo de Chefe de Departamento e respectivas atribuições; carga horária de trabalho desumana; remuneração aquém da realidade; prestação de serviço fora da área de lotação do servidor; pouca autonomia das chefias da Polícia Militar na mobilização de pessoal e alocação de recursos, inclusive viaturas.

Em relação ao número de homicídios, houve 83 em 2007, 86 em 2008 e 96 em 2009. Para ele, a incidência criminal no Sul de Minas é pulverizada, o que dificulta uma ação policial estratégica. As cidades da 6ª Risp com maiores índices de criminalidade violenta, por ordem decrescente, são: Santa Rita do Sapucaí, Alfenas, Campo Belo, Três Corações e São Gonçalo do Sapucaí.

O Delegado informou, ainda, que a 6ª Risp adota como estratégia de atuação o Projeto 48 Horas, que envolve as Polícias Civil e Militar e o Corpo de Bombeiros em ações integradas e consiste "na mobilização da maioria dos policiais disponíveis, visando ao esclarecimento de crimes de clamor público e violência no menor espaço de tempo possível (...) utilizando os recursos humanos das regionais existentes no nosso Departamento, com apoio do coordenador de operações de polícia judiciária da Superintendência-Geral da Polícia Civil, em Belo Horizonte".

O Cel. PM Márcio Martins Santana, ex-Comandante da Polícia Militar na 6ª Risp, destacou que a prática e a convivência têm mostrado que é possível as Polícias trabalharem de forma sistêmica e integrada. "Dou meu testemunho sobre o funcionamento extremamente positivo da gestão integrada no Sul de Minas".

Segundo o Coronel, na 6ª Região da Polícia Militar funcionam oito unidades de execução operacional e uma especializada em meio ambiente e trânsito. A Região é composta por 138 Municípios. Entre os avanços obtidos com a integração está o incremento na capacidade de coordenação das Aisps, em que "o Delegado trabalha lado a lado com o Comandante da Companhia", fazendo com que os problemas se tornem mais evidentes e as soluções, mais práticas. Márcio Martins destacou, ainda, que melhorou "a capacidade de coordenação, de planejar e executar um policiamento inteligente e focado no uso de sistema integrado de informações criminais, a capacidade de articular parceiros em potencial e o controle dos homicídios e do tráfico de drogas em áreas de risco. As nossas ações se completam. (...) Conseguimos, ainda, melhor planejamento de execuções preventivas e ampliação do acesso à informação criminal. Compartilhar os dados era algo inconcebível. Eram duas Polícias trabalhando num Estado sem compartilhar informações; logo, o avanço é significativo".

No que diz respeito às divisas do Estado, há o problema da presença recorrente de infratores vindos de 22 Municípios paulistas e, em menor número, do Rio de Janeiro. Essa criminalidade no Sul de Minas, oriunda de São Paulo e do Rio de Janeiro, tem levado à constante troca de informações, além de acordos de ações conjuntas entre as Polícias de Minas e as dos dois Estados, o que tem se revelado positivo no combate à criminalidade.

O índice de criminalidade na região, em 2007, foi de 30,14‰ (30,14 por 1.000), ou seja, pouco mais de 30 crimes para cada grupo de 1.000 habitantes. Em 2008, caiu para 28,87‰, e em 2009, para 27,65‰. A média do Estado foi bem maior, superior a 30‰, nesses três anos. O índice de criminalidade violenta, que abrange homicídio, tentativa de homicídio, roubo, extorsão mediante sequestro e estupro, foi de 1,42‰ em 2006. Em 2007, caiu para 1,34‰ e, em 2008, para 0,98‰, ou seja, menos de 1 crime violento para cada grupo de 1.000 pessoas. A média do Estado, em 2006, foi de 4,70‰; em 2007, de 4,33‰; e, em 2008, de 3,52‰. Hoje, em Belo Horizonte, o índice de criminalidade violenta deve estar em torno de 10‰.

Segundo Márcio Martins, "menos de 1 crime violento para cada grupo de 1.000 habitantes, por ano, é algo extremamente significativo. Nenhuma outra região do Estado conseguiu isso. Mas costumo dizer que nós é que sabemos a qualidade de vida que queremos ter. Então, 0,98‰ ainda é muito para nós. Queremos diminuir esse índice mais ainda, trazendo sensação de segurança ao cidadão".

Na opinião do Coronel, o grande problema da região são os homicídios, apesar de esse tipo de crime apresentar índice relativamente baixo quando comparado com a média do Estado. "Em números absolutos, isso muito nos preocupa, porque a vida é o bem maior. Uma pessoa que morre não pode ser tratada como um mero índice."

Ainda em relação aos homicídios, acrescentou: "É impossível ou muito difícil fazer uma intervenção estratégica quando a incidência criminal é muito pulverizada. Como faremos a prevenção da ocorrência de um homicídio, em Areado, praticado com canivete, na zona rural? É uma situação complicada. É diferente dos grandes centros urbanos, onde há disputa no tráfico, guerra de gangues, o que é mais significativo. Temos como atacar o problema em nossas grandes cidades, mas essa pulverização na incidência criminal é muito complicada".

Indagado se há uma relação dos homicídios com o tráfico de drogas, o Coronel respondeu que sim e citou o exemplo de Campo Belo, onde "praticamente 100% da incidência criminal e dos homicídios são relacionados com a droga. A execução é com arma de fogo, com tiro na cabeça, tiro no peito. É bem evidente essa ligação". Em contraposição, grande parte dos homicídios na zona rural são de ordem passional e cometidos com arma branca, como canivete, faca, enxada, machado. Segundo o expositor, busca-se reduzir a violência também nas áreas rurais, com a ampliação das patrulhas rurais. "Temos uma dotação logística significativa, com viaturas 4x4, que nos têm permitido isso."

Além de se buscar reduzir a sensação de insegurança da população, Márcio Martins defendeu ser necessário pacificar as comunidades de risco por meio de programas de prevenção. Registrou a existência de um exitoso programa desenvolvido pela Polícia Militar em Pouso Alegre - Os Meninos do Mandu -, que trabalha com crianças em áreas de risco. Além disso, as ações de prevenção ativa do Proerd já atingiram aproximadamente 300 mil crianças no Sul de Minas, o que corresponde a mais de 20% do Estado.

É preciso, ainda, fortalecer ações de inteligência, investindo em sistemas e aprimorando o quadro policial. Segundo o Coronel, hoje todos os comandantes de batalhão estão municiados de informações qualificadas para agir estrategicamente. É necessário também fortalecer a Corregedoria e criar "patrulhas de controle de qualidade". "Sabemos que a polícia tem as suas mazelas. Temos, hoje, um efetivo de 4 mil homens e mulheres com desvios de conduta, o que não escondemos de ninguém. (...) O sentimento de impunidade tem muito a ver com a ação da Corregedoria das instituições policiais. As instituições policiais que não passam a mão na cabeça dos seus servidores têm a possibilidade de prestar um serviço de maior qualidade à população." Por fim, o Coronel sublinhou a atuação significativa da 6ª Risp no tocante

à apreensão de armas de fogo e ao número de operações realizadas. "Em 2009, houve 98 mil operações. Isso pode causar alguma estranheza porque o nosso conceito de operação, às vezes, é diferente do senso popular. Operação é toda aquela ação coordenada, planejada, feita por mais de dois militares".

O Prefeito de Pouso Alegre evidenciou que estudos feitos pela ONU e por organizações não governamentais de todo o mundo comprovam que a violência urbana é resultado também das injustiças sociais e da má distribuição de renda. No que concerne à recuperação de pessoas que cometem crimes, destacou o trabalho de recuperação desenvolvido pela Apac de Pouso Alegre.

O Subsecretário Cloves Benevides disse que o uso de entorpecentes é "grande aditivo às questões da incidência criminal" e salientou que Minas é o Estado que realizou o maior número de leilões de bens apreendidos de traficantes no País, incluindo aeronaves e carros, o que é um golpe na estrutura do crime organizado. Segundo ele, pesquisa da Seds mostra que 51% dos adolescentes em cumprimento de medida de internação estão no sistema por crime de porte ou tráfico de drogas. "Nosso maior problema de saúde pública e de segurança é o uso de entorpecentes e sua estreita relação com a incidência criminal. Nos espaços rurais, nos crimes em que se utiliza a arma branca, hoje já se nota o uso do álcool pelos indivíduos. Quanto à violência doméstica contra a mulher, em 38% dos casos o álcool aparece na motivação do ilícito." As ações de prevenção são fundamentais, pois dados da Organização Mundial de Saúde mostram que a cada real investido em políticas de prevenção, economizam-se nove reais ao longo de 10 anos.

O Vereador Marcos Tadeu registrou que no período de junho a agosto de 2009 houve, no Município de Jacutinga, 63 roubos de automóveis. "Para Jacutinga, uma cidade de 22 mil habitantes, é um índice muito grande. Na época, conversamos com o Comandante da Polícia, que nos disse que o problema não estava na Polícia Militar, mas na Polícia Civil de Jacutinga, que é carente, não tem efetivo suficiente para fazer uma investigação profunda. A Delegacia de Jacutinga conta com um Delegado e um Detetive. (...) Há poucos dias um taxista foi assassinado. Também uma senhora foi assassinada, e até agora não tivemos resposta, não sabemos quem matou essas pessoas."

O Inspetor Emilson Loures apontou como problema relevante a extensão da malha rodoviária e o baixo número de patrulheiros. A Polícia Rodoviária Federal no Sul de Minas dispõe de 35 homens para cobrir 330km de rodovias. Segundo o Inspetor, eles recebem o auxílio das Polícias Civil e Militar, principalmente o apoio de viaturas, tendo em conta o aumento da criminalidade ao longo das rodovias, em grande medida proveniente de São Paulo. Registrou, ainda, o alto número de acidentes e o uso de bebida alcoólica como fatores que contribuem para o aumento da demanda pelo trabalho da Polícia Rodoviária Federal.

Luciano de Melo Ferreira salientou o problema do tráfico na divisa do Estado, no Distrito de Sapucaí. Segundo ele, pela MG-290 passam "toneladas de drogas todo mês. Queiram ou não acreditar, temos certeza de que o PCC está operando na região, segundo informações da própria polícia".

José Carlos relatou a situação da cadeia de Pouso Alegre, que, segundo ele, tem capacidade para 86 presos, mas encontra-se com mais de 350. Informou também que as vagas para tratamento de usuários de droga em Pouso Alegre são insuficientes para atender a demanda.

A Promotora Tereza Cristina defendeu a necessidade de uma política de segurança voltada não só para a vertente repressiva, mas também para as estratégias de prevenção. Para ela, "a melhor maneira é o investimento nos projetos de inclusão social com maior enfoque na educação e na estruturação das famílias". Ressaltou, ainda, a preocupação do Ministério Público quanto ao tráfico de drogas e ao roubo de cargas em Pouso Alegre e frisou que "no que tange ao roubo de cargas, os inquéritos instaurados têm sido negativos quanto ao esclarecimento da autoria, sendo todos eles arquivados". Quanto à inauguração de um novo presídio em Pouso Alegre, com capacidade para 302 presos, a Promotora informou que há previsão de que retornem à cidade 300 presos condenados na comarca e que hoje cumprem pena em outros presídios. Por fim, defendeu a prioridade na construção de presídios, a municipalização da política carcerária e a estruturação de equipes multidisciplinares para atuar nas Apacs.

A Vereadora Mariana Aparecida reivindicou que o Proerd seja estendido aos alunos do ensino fundamental, do 5º ao 9º ano, e aos alunos do ensino médio. Além disso, reforçou a necessidade de dotar a Polícia Civil de melhor estrutura, principalmente no que tange à vistoria de veículos, uma vez que, segundo a Vereadora, várias cidades dependem de Pouso Alegre para vistoriar e emplacar veículos.

Raquel Ribeiro afirmou que a Defensoria Pública continua padecendo de problemas estruturais, como a ausência de Defensores em mais de 200 comarcas do Estado. E disse considerar a Comarca de Pouso Alegre privilegiada por ter oito Defensores, embora não consigam atender toda a demanda.

O Vereador Paulo Henrique Pereira Alves sugeriu aos Deputados da Comissão a realização de um fórum, em extensão a esta audiência, para que sejam discutidas as diretrizes e os princípios definidos na Conferência Nacional de Segurança.

II. 2 - Encaminhamentos aprovados:

- a) ofício ao Comandante-Geral da Polícia Militar, ao Secretário de Desenvolvimento Social e ao Secretário de Defesa Social solicitando implantar ações preventivas, aumentar o quadro de servidores e o número de veículos para atender a população no Município de Jacutinga;
- b) ofício ao Governador do Estado, ao Vice-Governador do Estado, ao Comandante-Geral da PMMG e ao Secretário de Defesa Social solicitando instalar duas unidades da Polícia Militar na divisa com o Estado de São Paulo, a primeira na Rodovia MG-290 e a outra na nova ligação asfáltica que passa pelo Município de Albertina;
- c) ofício ao Secretário de Defesa Social, ao Comandante-Geral da PMMG e ao Chefe da Polícia Civil solicitando combater o aumento da criminalidade no Município de Santa Rita do Sapucaí e o elevado número de fugas na cadeia pública local;
- d) ofício ao Secretário de Defesa Social solicitando informações sobre qual será a destinação da cadeia pública de Santa Rita do Sapucaí após a reforma;
- e) ofício ao Secretário de Esportes e da Juventude solicitando implantar programas e ações na área de esportes e na prevenção do uso de drogas junto às prefeituras do Estado visando prevenir o aumento da criminalidade;
- f) ofício ao Subsecretário de Políticas Antidrogas solicitando intervir junto ao Judiciário agilidade nos leilões de bens confiscados oriundos do tráfico de drogas no Estado;
- g) ofício ao Governador do Estado, ao Vice-Governador do Estado, ao Secretário de Defesa Social e ao Chefe da Polícia Civil solicitando realizar estudos de implantação de vilas para moradia de policiais civis e militares no Estado;

h) ofício ao Ministro de Estado da Justiça e à direção da Polícia Rodoviária Federal solicitando destinar mais equipamentos e ampliar o quadro de pessoal da 11ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal;

i) ofício solicitando a realização de reunião de audiência pública no Município de Machado para discutir a instalação de uma unidade prisional na cidade.

III - Principais pontos abordados

a) No que concerne às dificuldades enfrentadas pela Polícia Civil, o Delegado Hafez Tadeu Sadi enumerou, entre outras, a "falta crônica de policiais e servidores administrativos, agravada pelas aposentadorias e pela evasão de servidores devido aos baixos salários". Entretanto, o próprio Delegado apontou como iniciativa para suprir a carência de pessoal da Polícia Civil a realização de convênios com faculdades e prefeituras, para angariar estagiários e servidores municipais.

b) Trata-se de um problema grave, pois estão alocados no quadro da Polícia Civil da região, entre servidores municipais, estagiários e funcionários da MGS, 444 pessoas, que se supõe despreparadas para as especificidades das funções de polícia judiciária, sem garantias jurídicas advindas do vínculo proporcionado pela relação de emprego com o Estado, quando é por demais sabido que esses servidores, por disposição constitucional, têm que ser submetidos a concurso público.

c) Entre as estratégias adotadas para aumentar a produtividade da Polícia Civil na 6ª Risp, o Delegado citou a "valorização dos policiais civis, com cursos de atualização promovidos pela sede da Acadepol, de forma regionalizada e, no mínimo, semestrais, mantendo-os treinados no uso e manuseio de armas". Pergunta-se: qual é a situação dos estagiários e dos auxiliares cedidos por prefeituras em relação ao treinamento? Estariam eles minimamente habilitados para auxiliar no exercício da função policial?

d) Pode-se depreender, ainda, que a falta de estrutura da Polícia Civil não parece ser um problema exclusivo da corporação. Em prol do aumento do efetivo da Polícia Militar manifestou-se o Deputado Dalmo Ribeiro Silva: "Hoje a situação mais grave é a falta de efetivo, e sabemos da dificuldade enfrentada pelas Polícias Militar e Civil".

e) Relevante notar, entretanto, que a Polícia Militar, representada na audiência pelo ex-Comandante da Região, Cel. Márcio Martins Santana, em momento algum apontou a necessidade de mais efetivo, nem mesmo de apoio logístico. A única dificuldade abordada foi quanto à atuação preventiva em relação aos crimes de homicídio, dada a sua incidência pulverizada, que se estende à zona rural, onde são cometidos com armas brancas em sua maioria. Mas, mesmo a esse respeito, o Cel. Santana afirmou que o objetivo estratégico é buscar reduzir a violência também nas áreas rurais, com a ampliação das patrulhas rurais. "Temos uma dotação logística significativa, com viaturas 4 x 4, que nos tem permitido isso".

f) O Coronel, referindo-se à integração entre as polícias, foi enfático: "Dou meu testemunho sobre o funcionamento extremamente positivo da gestão integrada no Sul de Minas".

g) Registre-se que o Delegado Sadi foi claro ao apontar, entre os problemas existentes, a falta de espaço físico para sediar a Risp, que dificulta a materialização da integração pretendida, e a pouca autonomia das chefias da Polícia Militar na mobilização de pessoal e alocação de recursos, inclusive viaturas, o que nos remete a um claro problema de convergência na almejada integração das polícias.

h) Outro trecho da exposição do Cel. Santana merece registro. Segundo ele, "operação é toda aquela ação coordenada, planejada, feita por mais de dois militares". Se a operação ocorre entre militares, a ação integrada de policiais militares e civis não seria operação?

i) Em relação a esses registros, faz-se necessário, ainda, indagar como é possível que a integração seja tão exitosa se a Polícia Civil enfrenta vários problemas, que se constituem em grandes entraves à sua atuação. De duas, uma: ou a integração entre as polícias se revela muito mais no plano do discurso do que no das ações, ou a Polícia Militar não tem problemas de atuação na 6ª Risp e seria uma espécie de "prima rica" da Polícia Civil, o que de igual modo inviabilizaria a "tão exitosa" integração.

j) Outro dado preocupante foi o trazido pela representante do Ministério Público: "No que tange ao roubo de cargas, os inquéritos instaurados têm sido negativos quanto ao esclarecimento da autoria, sendo todos eles arquivados". Esse fato nos remete à necessidade, apontada pelo Cel. Márcio Martins Santana, de uma atuação mais rigorosa por parte das Corregedorias das polícias. Segundo ele, "o sentimento de impunidade tem muito a ver com a ação da Corregedoria das instituições policiais".

k) Não obstante a existência dos problemas apontados, o que sugere a permanência das dificuldades estruturais enfrentadas pelas polícias e pelo sistema de justiça criminal como um todo, restou evidenciado na fala de alguns expositores que o pano de fundo no qual se desenvolve o problema da criminalidade violenta está estruturalmente atrelado à ausência de políticas públicas efetivas, acentuadamente de caráter preventivo, que construam sujeitos verdadeiramente cidadãos.

Barbacena, 13/10/2009

I - Apresentação

Em 13/10/2009, realizou-se, na Câmara Municipal de Barbacena, a 25ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública. Requerida pelos Deputados João Leite, Maria Tereza Lara, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, a reunião teve por objetivo discutir a segurança pública no Município e na região.

Além dos Deputados João Leite e Maria Tereza Lara, participaram da audiência: Mário Raimundo de Melo, Diretor da Superintendência Regional de Ensino de Barbacena, representando a Secretária de Estado de Educação; Ronaldo Braga, Presidente da Câmara Municipal de Barbacena; Juliana Resende Campolina de Sá, Diretora de Proteção Social Especial da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese -, representando o Secretário da Sedese; Edson Resende, Vice-Prefeito Municipal de Barbacena; Marco Aurélio Brasil, Defensor Público em Barbacena, representando o Defensor Público-Geral do Estado; Cel. José Eduardo da Silva, Comandante da 13ª Região da Polícia Militar, representando o Comandante-Geral da Polícia Militar; Pedro Antônio Mendes Loureiro, Chefe do 13º Departamento de Polícia Civil de Barbacena, representando o Chefe de Polícia Civil do Estado; e Cel. Geraldo Magela Moreira de Freitas, Comandante da Guarda Municipal de Barbacena.

II - Desenvolvimento da reunião

II. 1 - Exposições e discussão

A 13ª Risp é composta pela Polícia Militar, sob o comando do Cel. José Eduardo da Silva; pela Polícia Civil, sob a chefia do Delegado-Geral Pedro Antônio Mendes Loureiro; e pelo Corpo de Bombeiros, sob a direção do Ten.-Cel Rodney de Magalhães, Comandante do 4º Batalhão de Bombeiro Militar, com sede em Juiz de Fora.

Inicialmente, houve a exposição do Cel. José Eduardo, que informou que a 13ª Risp atua em 61 cidades, abrangendo aproximadamente 840 mil habitantes em uma área com extensão territorial de cerca de 19 mil km². A região é dividida em três Áreas de Coordenação Integrada de Segurança Pública - Acisps -, compostas por três batalhões e três delegacias regionais: Acisp 28, em Barbacena, Acisp 60, em Conselheiro Lafaiete, e Acisp 61, em São João del-Rei.

Em seguida, apresentou indicadores de segurança pública na região, salientando, entretanto, que alguns deles poderiam ter sido afetados pela subnotificação de crimes (resultante da ausência de registro de Boletim de Ocorrência pelas vítimas). Com relação ao índice de criminalidade comum, segundo ele, até outubro de 2009, foram registradas 3.192 ocorrências para cada grupo de 100 mil habitantes, índice ainda considerado elevado, apesar de apresentar queda de 1,2% em relação ao mesmo período de 2008.

Em relação ao número de crimes violentos, enfatizou que, desde 2007, há uma queda no índice de criminalidade regional. "Comparando 2009 a 2007, houve redução de quase 50% na incidência de criminalidade violenta". O Cel. José Eduardo disse que, enquanto Minas Gerais apresenta uma média de 234 crimes para cada grupo de 100 mil habitantes, a 13ª Risp apresenta a taxa de 65 crimes para o mesmo número de pessoas, o que demonstra que a criminalidade violenta na região está abaixo da estadual.

Ele chamou a atenção para a sazonalidade da ocorrência de crimes, salientando que, no início de todos os anos, ocorre uma elevação dos índices de criminalidade, sobretudo na época do carnaval, devido ao aumento do uso de drogas e bebidas alcoólicas.

Fazendo uma análise do quadro intrarregional, observou que a Acisp de São João del-Rei tem o maior índice de criminalidade comum. Em contrapartida, o maior índice de criminalidade violenta encontra-se na Acisp de Barbacena, seguida de perto pela Acisp de Conselheiro Lafaiete. Nesta última, o palestrante ressaltou que a evolução da criminalidade está relacionada ao grande fluxo de novos investimentos industriais e aos movimentos migratórios para a região. Ele citou o exemplo do Município de Jeceaba, cuja população flutuante representa quase duas vezes a população local fixa.

De acordo com o Cel. José Eduardo, em relação ao número de crimes violentos contra o patrimônio, desde 2007 há uma redução acentuada na 13ª Risp. De 2007 para 2008, houve uma diminuição de aproximadamente 30% e, de 2008 para 2009, de cerca de 17,5%. Ele frisou que a região apresenta o 2º menor índice desse tipo de crime no Estado.

Por ter ocupado o cargo de Comandante da Polícia Militar na 3ª Risp (Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH), o Cel. José Eduardo esclareceu que a motivação dos homicídios na 13ª Risp difere da constatada na RMBH. Baseando-se em sua experiência, ele teceu uma análise comparativa das duas regiões e afirmou que, enquanto a motivação de quase 70% dos casos de homicídios que ocorrem na RMBH está relacionada ao uso de drogas, apenas 19% desses casos na 13ª Risp têm relação com o tráfico.

Outras causas apuradas na 13ª Risp são: 12,5% do total são crimes passionais; 53% estão no campo dos chamados motivos fúteis, ou seja, são crimes de momento (resultado de alguma desavença). Ainda segundo o Coronel, esse dado é reforçado quando a relação entre autor e vítima é apurada: são comuns crimes em que os envolvidos são comparsas, conhecidos, parentes ou possuem alguma relação amorosa. Resumindo, ele ressaltou que, em cerca de 65% dos crimes, há uma relação próxima entre autor e vítima, o que torna esses crimes muito difíceis de serem combatidos pela Polícia Militar. Além disso, acrescentou o palestrante, na 13ª Risp, 19 dos 32 homicídios cometidos nos últimos anos foram executados com arma branca, enquanto, na RMBH, de 80% a 85% dos crimes são cometidos com arma de fogo.

O Delegado-Geral Pedro Antônio salientou que os 32 homicídios ocorridos na região foram esclarecidos pela Polícia Civil, frisando que a taxa de elucidação de homicídios na 13ª Risp é de 100%. Ele destacou a relativa tranquilidade da região quanto à ocorrência desse tipo de crime e usou como exemplo o Município de Barbacena, onde, em 2009, não foi registrado nenhum homicídio.

Um Município que preocupa a equipe da Risp é Conselheiro Lafaiete, onde, até outubro de 2009, já haviam sido cometidos seis homicídios. O Delegado Loureiro ressaltou que, desses seis crimes, quatro estavam relacionados ao uso de drogas, principalmente "crack". Os outros dois homicídios foram crimes entre familiares.

Ainda segundo ele, no Município de São João del-Rei, os homicídios (dois casos registrados até outubro de 2009) tiveram relação com brigas de gangues e disputa por pontos de venda de drogas.

O Vice-Prefeito Municipal de Barbacena afirmou que a disseminação do "crack" em todo o Município exige cuidados.

Para o Presidente da Comissão, as preocupações relacionadas ao consumo do "crack" são pertinentes e devem subsidiar a reformulação do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG. Ele lembrou ainda que hoje, no Estado, cerca de 1.500 dependentes químicos estão cumprindo penas em comunidades terapêuticas por determinação do Poder Judiciário.

Juliana Resende ressaltou que as ações preventivas são tão importantes e desafiadoras quanto o combate à criminalidade. Para ela, o fortalecimento da escola é a primeira política social que se deve ter como referência. Ao falar especificamente sobre sua área de atuação, a Diretora alertou para o fato de que a violência doméstica contra a mulher e o idoso tem aumentado muito.

Mário Raimundo salientou que a Secretaria de Estado de Educação possui vários projetos estruturadores com o objetivo de tirar os jovens das áreas de risco e mantê-los nas escolas, como, por exemplo, o programa Aluno em Tempo Integral, desenvolvido nas escolas localizadas em áreas de maior risco.

Durante os debates finais, foram apresentadas demandas da região relacionadas à necessidade de melhores instalações físicas para a Polícia Civil (uma vez que a Polícia Militar estaria melhor instalada) e ao aumento do efetivo, principalmente de Delegados e Escrivães de Polícia. A mesma demanda surgiu em relação ao efetivo da Polícia Rodoviária Federal, que é insuficiente para o monitoramento da BR-040, que atravessa a região.

II. 2 - Encaminhamentos aprovados:

a) ao Secretário de Defesa Social: envio de cópia de ofício do Vereador Moisés Raposo, de Simonésia, solicitando a realização de obras destinadas a melhorar a rede física utilizada pela Polícia Civil em Barbacena; solicitação para realização de estudos sobre melhorias salariais para os servidores da área da defesa social; pedido de providências para a construção da sede da 13ª Risp e a ampliação de seu quadro efetivo de Delegados e Escrivães;

b) aos Secretários de Defesa Social e de Planejamento e Gestão, pedido de providências para a realização de melhorias nas cadeias públicas dos Municípios de Barroso, Andrelândia, Congonhas, Santos Dumont e Prados e para a transferência administrativa desses estabelecimentos para a Subsecretaria de Administração Penitenciária;

c) ao Subsecretário de Políticas Antidrogas, pedido de providências para a celebração de convênio que permita o atendimento a jovens dependentes químicos no Município de Barbacena e região;

d) ao Secretário de Esportes e da Juventude, pedido de providências para a inclusão do campo de futebol do Bairro Santa Tereza, em Barbacena, no programa Campos de Luz;

e) ao Presidente do Tribunal de Justiça, pedido de informações sobre a possibilidade de se implementar o sistema de justiça itinerante na região de Barbacena, especialmente para atendimento à população de Bias Fortes;

f) ao Ministro de Estado da Justiça, ao Diretor-Geral e ao Superintendente Regional da Polícia Rodoviária Federal, pedido de providências para a ampliação do quadro de pessoal das unidades que atendem a região compreendida entre Conselheiro Lafaiete e Juiz de Fora e a reabertura do posto da Polícia Rodoviária Federal no Município de Barbacena.

III - Principais pontos abordados:

a) a 13ª Risp apresenta baixo índice de criminalidade quando comparada ao restante do Estado;

b) os índices de criminalidade têm apresentado tendência de queda nos últimos anos;

c) a evolução da criminalidade na região de Conselheiro Lafaiete é a que mais preocupa as autoridades regionais;

d) os homicídios na 13ª Risp estão relacionados, em sua maior parte, a motivos fúteis, ocorrendo entre pessoas conhecidas e envolvendo armas brancas;

e) apenas 30% dos homicídios estão relacionados ao uso de drogas;

f) o consumo de drogas, principalmente do "crack", está em crescimento;

g) a prevenção da criminalidade passa obrigatoriamente pela implantação de projetos sociais;

h) a Polícia Civil e a Polícia Rodoviária Federal apresentam déficit de pessoal e de estrutura.

Unai, 10/11/2009

I - Apresentação

Em 10/11/2009, realizou-se, na Câmara Municipal de Unai, a 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública. Requerida pelos Deputados João Leite, Presidente da Comissão, Maria Tereza Lara, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, a reunião teve por objetivo debater a segurança pública na Região Integrada de Segurança Pública - Risp - de Unai.

Além do Presidente e membros da Comissão - Deputados Tenente Lúcio e Maria Tereza Lara -, compuseram a Mesa: Antério Mânica, Prefeito Municipal; Vereador Euler Braga, Presidente da Câmara Municipal; Procurador Athaide Francisco Peres Oliveira, representando o Procurador-Geral de Justiça do Estado; Cristian Arley Silva Lages, Delegado da Polícia Federal, representando o Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal; Cel. Sebastião Pereira de Siqueira, Comandante da 16ª Região da PMMG, representando o Comandante-Geral da PMMG; Ramon Tadeu Carvalho Bucci, Chefe do 16º Departamento da Polícia Civil, representando o Chefe da Polícia Civil; Ten.-Cel. Geraldo Donizete Luciano, Comandante do 28º Batalhão da PMMG, em Unai; e Celso Ávila Prado, Delegado Regional da Polícia Civil em Unai.

Presenças registradas: Deputados Almir Paraca e Delvito Alves; Vereadores Edmilton Andrade, Hermes Martins, Hilton Campos, José Inácio, Olímpio Antunes, Paulo Arara, Tadeu, Thiago Martins e Zé da Estrada; José Vilmar, Prefeito Municipal de Riachinho; Douglas Magela, Delegado da Polícia Civil em Unai; Zacarias Tavares, Presidente do Consep; Samuel Rabelo, Presidente do Consep de Paracatu; José Augusto Nieto, Presidente do Conselho Municipal de Turismo; Maria das Dores Campos Abreu Louzado, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania; Gilsinei Gonçalves da Silva, Diretor de Segurança do Presídio de Unai; Michel, escrivão da Delegacia da Polícia Civil; Jonas Alves da Mata, advogado; José Carlos, inspetor; Pastores Carlos, Máximo e Vilmar, do Conselho de Pastores.

II - Desenvolvimento da reunião

II. 1 - Exposições

O Presidente da Comissão referiu-se à reportagem "Crack, pedra da morte", na qual a Diretora do Centro Mineiro de Toxicomania informa que o uso dessa droga provoca mais atendimentos do que o alcoolismo e tem efeitos devastadores.

O Prefeito Municipal disse que a criminalidade chegou a cidades pequenas e informou que a Prefeitura construiu espaços para a Polícia Militar em bairros inseguros, mas os criminosos migram.

O Vereador Braga registrou que a Câmara Municipal vem preocupando-se com a segurança pública e tem diversos projetos relacionados ao tema.

O Delegado Bucci e o Cel. Siqueira esclareceram que a 16ª Risp abrange 17 Municípios do Noroeste, com 60.000km² e 350 mil pessoas. Há em Unai uma Área Integrada de Segurança Pública - Aisp -, a 123ª, e uma Área de Coordenação Integrada de Segurança Pública - Acisp. As Aisps do Noroeste pertencem à 16ª Risp. A integração entre polícias, uma política de Estado, interligou competências e gerou metas - três comuns à Polícia Militar e à Polícia Civil, duas específicas da Polícia Militar e duas da Polícia Civil - relacionadas aos seguintes itens: crimes violentos,

crimes contra o patrimônio, homicídios, armas de fogo, operações, inquéritos e termos circunstanciais.

Informaram que a meta nesses 17 Municípios para 9 tipos de crimes violentos, de janeiro a setembro de 2009, era 746: aconteceram 513 (-31,22%). Queda de 2006 a 2009: 1.021 em 2007, 804 em 2008 e 510 em 2009. Ocorreram 2,63 crimes por mil habitantes, número que hoje está em 1,46 (-37,08%). A meta para crimes violentos contra o patrimônio era 515: caiu para 384 até agora (-25,39%). Na série histórica, há também queda: de 750 em 2007 para 383 de janeiro a setembro de 2009, o que representa 1,10 por mil habitantes (-29,64%). A meta para homicídios, que era de 39, estourou: 49 (+24%). Série histórica: 48 em 2006, 28 em 2007, 44 em 2008 e 49 em 2009.

Apontaram 41% dos crimes com armas brancas e 4% por envolvimento direto em tráfico. Localizaram-se 76% na zona urbana, e 24%, na rural. A autoria foi apurada em 78%, restando 22% sob investigação. Faixa etária das vítimas: 12%, até 17 anos; 27%, de 18 a 24 anos; 16%, de 25 a 30 anos; 31%, acima de 30 anos, e 14%, desconhecida. Sexo das vítimas: 84%, masculino, e 16%, feminino. A meta para apreensão de armas de fogo (317) foi superada: 425 (+34%). O número de operações ultrapassou a meta de 14 mil: aumentou para 18 mil, ou seja, 26,11% em relação a 2008. A meta para inquéritos policiais em 2009 (1.635) estava ultrapassada em 50%: foram encaminhados 2.235 à Justiça, e concluídos, 36,7% a mais, com saldo de +150. A meta para Termos Circunstanciados de Ocorrência - TCOs - em 2009 é de 2.071: foram encaminhados 3.177 (+53,4%).

Compararam Unai a Minas. O índice de crimes violentos no Município é menor que no Estado e está caindo. O de crimes violentos contra o patrimônio reduziu-se em 31,67%, mas continua bem maior que o do Estado. O de homicídios caiu 29% no Município e está igual ao Estado (na região, cresceu 20%). Apontaram como principais problemas de Unai: furtos de bicicletas e arrombamentos de residências com furto (que seriam relacionados, principalmente, a adolescentes e a compra de "crack"), assim como arrombamentos no comércio e de veículos.

Apresentaram as seguintes reivindicações prioritárias: construção do prédio da Risp (terreno já doado pela Prefeitura), do prédio da 123ª Aisp (projeto em andamento, com terreno também doado pela Prefeitura), do posto de perícia integrada em Unai e em Paracatu (terrenos doados pelas Prefeituras) e do Centro de Medidas Socioeducativas, para recolhimento de crianças e adolescentes de toda a Risp (em terreno doado pela Prefeitura de Unai); implantação do Reds PCNet, do Centro Integrado de Atendimento e Despacho - Ciad -, do Centro Integrado de Informações de Defesa Social - Cinds - e do sistema Olho Vivo na área central de Unai; transferência das cadeias de Vazante e de Buritis para a administração da Suapi.

Sugeriram, adicionalmente: implantar o projeto Mediar, o projeto Fica Vivo em bairros de Unai, o Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco - Geper - nas duas Aisps (Paracatu e Unai), patrulhas de prevenção ativa (viaturas destinadas somente à prevenção), alvarás de soltura eletrônicos junto ao Tribunal de Justiça e Defensoria Pública na Comarca de Unai; construir área administrativa para o presídio; alocar Municípios do Noroeste mineiro na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.

Por fim, forneceram os seguintes dados comparativos sobre a criminalidade em Unai e no Estado (por mil habitantes, em 2009): para crimes violentos, 1,86 em Unai e 2,34 em Minas; para crimes violentos contra o patrimônio, 0,85 em Unai e 0,54 em Minas; para homicídios, 0,13 em Unai e em Minas.

O Delegado Lajes destacou a integração das Polícias Militar e Civil com a Polícia Federal, especialmente no combate ao tráfico de entorpecentes. Estabelecendo relação entre mercado consumidor e tráfico, frisou a importância de realizar-se uma política de recuperação do dependente, com envolvimento das escolas de 1º e 2º graus.

O Procurador Oliveira previu que o levantamento sistemático de dados mudará as estratégias de combate à criminalidade, fundando-as na inteligência e comungando com o anseio do Ministério Público pela percepção criminal, pela boa lavratura dos BOs e pela conclusão dos inquéritos policiais, judicializando o processo. Propôs: policiamento de barreira na divisa (região Noroeste) contra a criminalidade periférica, especialmente do Distrito Federal - DF -; mudança de localização do presídio, que vem gerando insatisfação popular no Bairro Cachoeira.

II. 2 - Discussão

O Presidente do Consep de Unai reivindicou mais recursos do Estado para projetos existentes de assistência a crianças e adolescentes em conflito com a lei.

O Ten.-Cel. PM Luciano referiu-se ao Projeto Adolescente Cidadão - Proac -, desenvolvido pelos Conseps e Polícia Militar, atualmente paralisado por falta de recursos.

O Presidente do Consep de Paracatu propôs que sua cidade fosse também contemplada com o sistema Olho Vivo e a implantação da Defensoria Pública.

Alta Resende criticou a precariedade do serviço telefônico que recebe denúncias anônimas.

Eudes Barbosa pediu mais atenção para as ações sociais nas áreas de saúde, educação e moradia, como forma prioritária e preventiva de enfocar a segurança pública.

O Vereador Arara reafirmou a crítica à solicitação de nomes nas denúncias anônimas e perguntou por que a companhia da Polícia Militar ainda não foi instalada no Bairro Cachoeira; os policiais afirmam que as ações da Justiça os deixam algemados, não há policiais em escolas da periferia e um conhecido ponto de drogas não é abordado.

O Vereador Campos, julgando importante discutir as causas da criminalidade e prover as demandas da população, reivindicou incluir previsões no PPAG e propôs medidas para convencer os dependentes de que devem submeter-se a tratamento.

O Vereador José Inácio registrou os altos índices de criminalidade na região e o problema das crianças e adolescentes, reforçando a necessidade de implantação do Centro Socioeducativo no Município e pleiteando mais varas judiciais na Comarca de Unai.

O Presidente do Conselho Municipal de Turismo de Unai perguntou se o Estado pensa em política específica para superação da vulnerabilidade do Noroeste em relação à proximidade do DF, como a vigilância das estradas vicinais.

Marcos Antônio Martinez disse preocupar-se com as crianças e adolescentes, deu seu testemunho sobre as agressões que sofreu e demandou uma instituição adequada na cidade.

A Deputada Maria Tereza Lara informou sobre a Conferência Nacional de Segurança Pública, em que se definiu a participação conjunta das três esferas de poder e da sociedade civil para mudar o quadro de violência, inclusive em Minas. Foram votados 10 princípios, pontuando a segurança pública como política de Estado e a reestruturação do sistema penitenciário.

Lembrou que 90% da população prisional são jovens e pobres. Como prevenir a ida da juventude para a cadeia? Como garantir a ação da Defensoria Pública e a ressocialização? Segundo ela, urge que os governos estadual e federal invistam nos Municípios: Pronasci, educação, cultura e lazer. A repressão precisa ser qualificada, com centralidade na prevenção e na união das forças. "Devemos lutar sempre, porque queremos a cultura da paz e o direito à vida".

O Deputado Delvito Alves retomou o tema da divisa, especialmente os vazios da BR-251 no trecho Unaí-Brasília, que virou corredor de tráfico e sonegação. Pediu mais eficiência e agilidade no combate aos traficantes que chegam a Unaí.

O Deputado João Leite abordou o trabalho da Comissão Especial da Execução das Penas no Estado, cujas sugestões foram levadas pelo Presidente da ALMG ao Presidente do STF e do CNJ. Informou que o Ministro Gilmar Mendes interessou-se em adotá-las em todo o País.

O Deputado Almir Paraca salientou a importância da Defensoria Pública. Propôs ampliar-se a percepção sobre segurança pública: enquanto houver pobreza, miséria e alta concentração de renda, monopólio da terra tão pronunciado, desemprego crônico, juventude privada de esperança, de oportunidades reais e de caminhos efetivos para obter formação e qualificação integrais, dificilmente se avançará no campo da segurança pública. Reafirmou sua esperança na marcha rumo a uma sociedade de equidade e de justiça, instando por que seja colocada a discussão no leito correto: prevenção para evitarem-se tantos crimes. A política mais profícua é garantir oportunidades reais e justiça efetiva para todos. Isso só pode ser feito colocando-se o dedo nas feridas sociais do Brasil e de Minas.

Constatou que o aparelho do Estado vem crescendo nessa área por meio de investimentos dos governos estadual e federal, mas tal esforço tem sido insuficiente para deter o crescimento da criminalidade. Pesquisa recente mostrou que 90% do povo brasileiro deseja e acredita na necessidade de redistribuir renda e riqueza no País. Ressaltou que essa política, núcleo das ações do Presidente Lula, mesmo criticada por não ensinar a pescar, mitigou a fome de quem precisa de peixe para sobreviver e ampliou a renda básica de muitas famílias, estabilizando o mercado interno, ativando a economia e amortecendo no Brasil a crise econômica internacional.

Disse que o básico é ter famílias com condições de vida digna e justa, crianças e adolescentes amados, protegidos e respeitados, que morem em casas em vez de vagarem pelas ruas e entrarem em conflito com a lei, que frequentem escolas de qualidade. Importando para a área social um termo proveniente do campo da religiosidade, propôs a conversão da sociedade numa comunidade de justiça e equidade, de oportunidades e direitos iguais, de respeito pelo outro. A solução não surgirá, exclusivamente, no terreno da segurança pública, que apenas vem travando uma discussão periférica. Trata-se de fletir para a questão central: o modelo de sociedade e de Estado que queremos e precisamos construir.

Por fim, mencionando o consenso de que o papel de polícia é função do Estado, de quem a segurança pública é obrigação, alertou: o Estado sozinho não tem capacidade para resolver o problema da segurança pública, pois se trata de dever e responsabilidade também da sociedade, compartilhado com os demais espaços: trabalho, emprego, renda, saúde, educação e assistência social. Exemplificou: os presídios estão abarrotados, e, quanto mais unidades são construídas, mais vagas faltam. Dever-se-á edificar uma sociedade em que metade da população ficará presa e metade sentir-se-á protegida porque a outra foi trancafiada?

O Deputado Tenente Lúcio lembrou que o governo estadual deve realizar em Unaí os investimentos e obras solicitados. Com a delegacia funcionando precariamente e a Prefeitura pagando aluguel, tudo fica difícil. Confiando em que as parcerias serão sempre bem feitas, afirmou que os parlamentares da Comissão de Segurança Pública se esforçarão junto ao governo estadual para garantir integralmente os recursos previstos para a Risp.

O Presidente da Comissão, respondendo a pergunta de Cosme Fernando, disse que a possibilidade de criarem-se clínicas de recuperação é grande, pois a Prefeitura tem um convênio com a Subsecretaria Antidrogas.

Maria das Dores Lousada, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, informou que o Conselho Municipal Antidrogas - Comad -, integrante dessa Pasta e ligado ao órgão gestor da assistência social, já realiza trabalho de prevenção. Segundo ela, a Secretaria de que é titular faz encaminhamentos para outros Municípios. Como Unaí carece de comunidade terapêutica documentada para fazer convênio, decidiu-se trabalhar com ONGs e terceirizações.

Respondendo a pergunta do Presidente da Comissão, afirmou que o Município tem Proerd, juntamente com a Polícia Militar, e trabalha em parceria com o Comad: no projeto Unaí sem Drogas, do Cras, as famílias buscam apoio, encontram acompanhamento e são encaminhadas. Como componente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, registrou sua preocupação diante de algumas falas que passaram a falsa sensação de que Unaí estaria cheia de menores infratores e recusou tal diagnóstico, argumentando que na semana anterior não havia nem um menor preso sequer - só adultos.

Defendendo as crianças e adolescentes e ressaltando que não estava criticando os que se pronunciaram nessa linha, discordou das tentativas de rotulação e concordou com o Deputado Almir Paraca na questão social. Explicou a origem da falsa impressão de que há grande número de crianças e adolescentes em conflito com a lei: os menores, que, por várias vezes, retornam e cometem a mesma infração até que sejam encaminhados, são sempre os mesmos. Concluiu que a questão é bem mais ampla.

A Deputada Maria Tereza Lara, solidarizando-se com a Secretária Maria das Dores, manifestou o desejo de que todas as cidades tenham os mesmos cuidado e sensibilidade: o centro de reeducação permitirá que as crianças e os adolescentes sejam acompanhados e saiam da instituição sem reincidir. Por fim, lembrou que a Comissão está acompanhando de perto a questão penitenciária.

O Cel. PM Siqueira concordou com a Secretária Maria das Dores quanto ao número de menores: 20% dos autores menores de idade cometem 80% dos crimes. Disse que há casos de menores apreendidos 30 ou 40 vezes, sem nenhuma medida educativa ou mesmo repressiva. Em relação à divisa, informou que a Polícia Militar e a Polícia Civil fazem parte do Gabinete de Gestão Integrada do Entorno de Brasília - GGIE -, que não tem funcionado a contento. Disse que determinaram que as câmaras temáticas apresentem os projetos até 15 de novembro e que será tratada em reunião da Secretaria de Defesa Social - Seds -, em Belo Horizonte, a questão da divisa. Reafirmou que a região de Unaí ocupa o 1º lugar em Minas Gerais no tocante à queda da criminalidade violenta.

O Delegado Bucci esclareceu que o GGIE agrega as Polícias Civil e Militar de Minas Gerais, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Civil do DF e as Polícias Civil e Militar de Goiás. Como esse grupo ficou paralisado por algum tempo, iniciam-se as discussões nas câmaras temáticas, e, a partir destas, as operações de divisa, que agregarão todas as instituições policiais de segurança pública na área do entorno do DF. Em relação ao Pronasci, disse que os Municípios têm de criar o GGIM para serem incluídos e captarem verbas federais, considerando-se que há projetos de interesse das áreas fronteiriças estaduais e pertinentes ao Cinturão de Minas.

O Ten.-Cel. PM Luciano disse que a poluição sonora agora é tratada como crime ambiental. Quanto ao policiamento nas escolas, informou sobre o Proerd e o GP-Moto, um grupamento de motos que percorre todos os estabelecimentos de ensino. No tocante ao Bairro Cachoeira, relatou o projeto para que a Aisp seja construída, com contrapartida do Município já garantida, só faltando que a Seds entre com aproximadamente R\$300.000,00. Sobre o Centro de Internação para Menores, alegou que a descriminalização do uso da droga, deixando o usuário livre, é assunto de política federal. Voltando ao projeto Cinturão de Minas, que já está na terceira fase, reafirmou o compromisso de gestões junto ao GGIE para aumentar as operações.

O Delegado Prado respondeu à pergunta sobre o telefone 181: as linhas estariam com problemas técnicos, e a Comissão deveria encaminhar ofício às operadoras. Em relação ao senso comum de que a Polícia Militar prende e a Polícia Civil ou a Justiça solta, ponderou que todas as instituições são operadoras do direito. As leis aprovadas pelos Legislativos e sancionadas pelos Executivos são aplicadas: ou melhoram-se as leis ou cumprem-se as que existem.

Quanto a adolescentes em conflito com a lei, referiu-se a políticas públicas como o Centro de Internação e o convênio encaminhado pela Seds à Prefeitura para assisti-los, internando-os ou acompanhando-os em meio aberto. Relatou estudos científicos provando que a ocupação de espaços públicos afasta a criminalidade e sugeriu que a Comissão encaminhasse ofício à Cemig solicitando a melhoria da iluminação pública em Unai.

O Procurador Oliveira informou que em Unai há adolescentes envolvidos em atos infracionais por 25 vezes: muitos policiais militares ficam por conta de prendê-los e encaminhá-los às autoridades, pois não existe política de atendimento em meio aberto nem centro de internação com medidas socioeducativas. A liberdade provisória é acompanhada por operadores do direito e Vereadores: não há restituição de liberdade fora das vias legais.

Reiterou que a BR-251 e as rodovias que ligam Buritis, Arinos e Uruçuia a Formosa (GO) e ao DF carecem de policiamento federal. São regiões ermas, com infraestrutura precária, onde transitam armamentos pesados. Unai não produz nem refina cocaína e "crack": a porta de entrada é a divisa com o Distrito Federal, o que exige pelo menos uma presença inibitória da Polícia Rodoviária Federal, tal como ocorre em Paracatu.

Maria das Dores Lousada informou ao Procurador Oliveira que o serviço em meio aberto em Unai está sendo implantado, que o convênio com o Estado (Suas) está pronto para ser assinado e que o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente é favorável à implantação do Centro de Reeducação, com atendimento em meio aberto.

O Deputado Almir Paraca frisou que as ações preventivas de entidades da sociedade precisam ser institucionalizadas, pois falta uma política regular e universal.

O Deputado Delvito Alves comentou que o centro socioeducativo destina-se a recuperar menores infratores não só de Unai, mas de toda a região Noroeste.

II. 3 - Encaminhamentos aprovados:

a) ofício ao Presidente do CNJ e ao Presidente do TRF da 1ª Região, solicitando seja criada e instalada uma vara da Justiça Federal no Município de Unai;

b) ofício ao Defensor Público-Geral, solicitando sejam designados Defensores Públicos para Unai e Paracatu;

c) requerimento para realização de visita conjunta das Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública à cadeia pública de Unai, para verificar as condições dos presos;

d) ofício ao Comandante-Geral da PMMG, solicitando sejam implantados:

Patrulha de Prevenção Ativa e o Grupo Especial de Patrulhamento de Áreas de Risco - Gepar - em Unai e Paracatu;

posto da Polícia Rodoviária Estadual na BR-251, no trecho Unai-Brasília, preferencialmente onde funcionava o posto fiscal avançado;

e) ofício ao Secretário de Fazenda, solicitando:

seja reimplantado o posto fiscal avançado na BR-251, no trecho Unai-Brasília;

sejam implantados o Cinds, o Ciad e o Reds PCNet em Unai e região;

sejam assumidas pela Suapi as cadeias públicas de Buritis e de Vazante;

seja construída a sede da 16ª Risp e um Centro de Medidas Socioeducativas para atendimento dos adolescentes em conflito com a lei;

sejam implantados os projetos Olho Vivo e Fica Vivo em Unai e Paracatu;

seja construída uma Aisp no Bairro Cachoeira, em Unai, em terreno doado pela Prefeitura e segundo projeto já existente;

sejam designados Agentes Penitenciários do sexo feminino para a cadeia de Buritis.

III - Principais pontos abordados

III. 1 - Criminalidade:

a) a alta criminalidade chegou às cidades médias e pequenas, inclusive Unai;

b) o índice de crimes violentos é grande no Noroeste, mas caiu em Unai;

- c) o número de homicídios aumentou na região Noroeste, mas declinou em Unai;
- d) as vítimas são principalmente masculinas (84%) e têm até 24 anos (39%);
- e) os crimes mais comuns são furtos de bicicletas, arrombamentos de residências com furto qualificado e arrombamentos no comércio e de veículos;
- f) a grande incidência de participação de adolescentes em crimes é aparente, pois a maioria dos crimes é praticada repetidamente por poucos indivíduos.

III. 2 - Resultados positivos:

- a) a região de Unai encabeça queda da criminalidade violenta em Minas Gerais;
- b) as metas estipuladas para a região foram cumpridas, salvo nos homicídios;
- c) integração entre Polícias interligou competências e favoreceu a gestão e ação.

III. 3 - Problemas:

- a) as ações nos bairros vêm tendo efeitos limitados, pois criminosos migram;
- b) as divisas mineiras e estradas vicinais no Noroeste são muito vulneráveis;
- c) há superlotação no presídio, que está com população carcerária dobrada.

III. 4 - Carências a serem preenchidas:

- a) reconhecer que a segurança pública é fruto da questão social e como tal deve ser abordada;
- b) conceber a segurança pública como dever não só do Estado, mas também da sociedade;
- c) intensificar investimentos públicos nas áreas sociais da região Noroeste;
- d) dar especial atenção a medidas socioeducativas para crianças e adolescentes;
- e) institucionalizar as ações preventivas de entidades da sociedade civil;
- f) qualificar a coerção e centralizá-la nas ações de caráter preventivo.

Ipatinga, 24/11/2009

I - Apresentação

Em 24/11/2009, realizou-se na Câmara Municipal de Ipatinga a 28ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública. A reunião teve por objetivo debater a segurança pública na 12ª Região Integrada de Segurança Pública - Risp.

Participaram da reunião os Deputados João Leite, que a presidiu; Maria Tereza Lara, Rômulo Veneroso, Rosângela Reis e Cecília Ferramenta. Também compuseram a Mesa as seguintes autoridades: Cel. PM Geraldo Henrique Guimarães da Silva, Comandante da 12ª Região da Polícia Militar; Lourival Silva Pereira, Delegado Adjunto do 12º Departamento de Polícia Civil; Wálter Freitas de Moraes Júnior, Promotor de Justiça da Comarca de Ipatinga, representando o Procurador-Geral de Justiça; Rafael von Held Boechat, Defensor Público da Comarca de Ipatinga, representando o Defensor Público-Geral; Fernando César Ribeiro Cabral, Inspetor-Chefe da 6ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal - PRF - em Minas Gerais, representando o Superintendente da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais; Juliana Resende Campolina de Sá, Diretora de Proteção Social Especial da Secretaria de Desenvolvimento Social - Sedese -, representando o titular dessa Pasta; Anchieta Poggiali, Diretora da Diretoria Regional de Saúde; Ricardo Augusto Faria Cassiano, Delegado de Polícia de Ipatinga; Rafael Sporck da Costa, Delegado de Polícia de Caratinga; Eric Flávio Brandão de Freitas, Delegado de Polícia de Itabira; Isaías Rosa, Delegado de Polícia de Ponte Nova; Eustáquio Leite, Delegado de Polícia de Manhuaçu; Joyce Carlos da Motta Figueira, Delegada de Polícia de João Monlevade; Weber Americano, Prefeito Municipal de Dionísio; Anderson Franco, Secretário Municipal de Governo, representando o Prefeito Municipal de Ipatinga; Nilton Manoel, Presidente da Câmara Municipal de Ipatinga; Nardyello Rocha de Oliveira, 1º-Secretário da Câmara Municipal de Ipatinga; César Custódio da Silva, Nílson Lucas Gonçalves, Roberto Carlos e Sebastião Guedes, Vereadores da Câmara Municipal de Ipatinga.

II - Desenvolvimento da reunião

II. 1 - Exposições

A reunião foi aberta pelo Presidente da Comissão, que realizou breve exposição sobre o histórico e a finalidade do evento.

Em seguida, falou o Presidente da Câmara local, que reconheceu a importância da reunião, colocando o Legislativo Municipal à disposição da Assembleia Legislativa.

O Cel. PM Geraldo Guimarães realizou exposição, tomando como pressuposto a relevância social da segurança pública. O militar apontou, como elementos fundamentais da atual política de segurança pública mineira, a profissionalização da ação das Polícias e o sucesso do projeto de integração das Polícias Civil e Militar. Ele mencionou as fases do processo de integração, destacando que a atual já permite a persecução de resultados efetivos, já que estão estabelecidos procedimentos e rotinas administrativas comuns. Disse ainda que é importante a relação das

Polícias com as comunidades, com destaque para o trabalho dos conselhos comunitários de segurança pública, tanto quanto é fundamental a ação coordenada das Polícias com o Ministério Público e o Poder Judiciário e a aliança entre o Estado e os Municípios.

O Comandante da 12ª RPM afirmou também que o cenário da segurança pública na região caminha do precário para o satisfatório, com diminuição dos índices de criminalidade, muito em decorrência dos investimentos recebidos nos últimos anos - R\$104.000.000,00. Somente em 2009, as Polícias receberam mais de 70 viaturas, com o recrutamento de 14 mil novos policiais militares, majoritariamente portadores de formação superior. Entre os problemas regionais, indicou a perturbação da ordem e do sossego e o tráfico de drogas como os mais importantes, além de problemas pontuais de furto, hoje atacados com a formação das redes de vizinhos protegidos, já implantadas em Ipatinga e Coronel Fabriciano, inspiradas nas experiências inglesa e americana. Citou, enfim, o sucesso do Proerd em Ipatinga, com presença em 70% das escolas, e a necessidade prioritária da implantação de um Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional - CIA.

O Delegado Lourival Silva destacou a integração das Polícias, a partir do trabalho realizado nas unidades regionais, afirmando a ação integrada dos Delegados Regionais no 12º Departamento. Segundo o Delegado, tal integração orgânica, que decorre de um processo de planejamento, implica efetuar operações integradas nas unidades regionais. Apesar do sucesso da integração dos investimentos em apoio logístico nos últimos anos, para ele, o maior problema da Polícia Civil é o referente a recursos humanos, já que, embora o quadro tenha recebido novos servidores recentemente, ainda há necessidade de concurso público para sua ampliação. O policial lembrou que a passagem da guarda de presos para a Suapi tem liberado policiais civis para suas funções de origem. Disse, enfim, que as principais demandas da região são a ampliação dos investimentos em polícia comunitária, a implantação do CIA em Ipatinga, o aprofundamento das parcerias entre Estado e Municípios e a criação de uma divisão de repressão a crimes ambientais, porque a região conta com dois parques florestais, o do Caparaó e o do Rio Doce, uma bacia hidrográfica importante e intensa atividade de mineração.

Fernando César, Inspetor da Polícia Rodoviária Federal, tratou dos problemas decorrentes da extensa rede rodoviária que atravessa a região e apresentou como demandas principais a necessidade de aumento do quadro de pessoal da PRF e a duplicação da BR-381.

O Promotor de Justiça da Comarca de Ipatinga, Wálter Freitas, destacou a importância de se valorizarem as carreiras das Polícias Civil e Militar e abordou a conexão entre os atrativos econômicos da região e problemas de criminalidade, com impacto na atuação dos órgãos da segurança pública, inclusive o Ministério Público, o Poder Judiciário e a Defensoria Pública. Defendeu a integração das Polícias e a estruturação da Apac na localidade, além de reivindicar a expansão da Defensoria Pública e a instalação do CIA em Ipatinga, medida que considera fundamental. Citou ainda como medida importante a ser concretizada a instalação da 10ª Promotoria de Justiça em Ipatinga, a qual deverá cuidar apenas da infância e adolescência, em sintonia com a recente criação da Vara da Infância e Juventude na Comarca.

O Defensor Público Rafael von Held Boechat explicou os avanços recentes na segurança pública do Estado, com ênfase nos elevados investimentos em aspectos estruturais, mas, em contrapartida, destacou a necessidade de ampliação da Defensoria na região, onde apenas 3 das 15 comarcas têm o órgão instalado e funcionando. Ele informou que, na Comarca de Ipatinga, trabalha-se com uma média de 20 mil processos para cada Defensor, porque são 3 desses advogados públicos para fazer o serviço previsto para 14, o que, por si só, evidencia a necessidade de investimentos no órgão.

Para o Presidente da Apac de Ipatinga, Luiz Fernando, a implantação da Apac em Ipatinga é, de fato, fundamental, mas tem esbarrado em problemas burocráticos, que se arrastam há quatro anos. Ele reivindicou providências para agilizar a efetiva implantação da entidade.

Juliana Resende, Diretora de Proteção Social Especial da Sedese, destacou que, ainda que defesa social gere a necessidade de investimento em repressão, dever-se-ia investir mais em prevenção, em políticas sociais. Conforme explicou, a prevenção tem custo mais baixo e efeitos mais benéficos, motivo pelo qual o Estado deveria investir mais em proteção social, educação, saúde, esporte e cultura. A servidora tratou da importância da intersectorialidade para a política de defesa social e esclareceu o papel da Secretaria de Desenvolvimento Social para a segurança pública, o qual se alicerça em três eixos, a saber, direitos humanos, trabalho e assistência social.

Anderson Franco, da Prefeitura Municipal de Ipatinga, se pronunciou abordando o papel do Município na segurança pública, o qual assume a forma de parcerias com o Estado, em programas como o Olho Vivo, e com a sociedade, além de investimentos em políticas sociais. O gestor público afirmou, ainda, o compromisso do poder público municipal com a implantação da Apac em Ipatinga.

Weber Americano, Prefeito Municipal de Dionísio, realçou os avanços ocorridos na segurança pública estadual nos últimos anos, com melhorias nas condições de trabalho das polícias e a efetivação do Fundo Penitenciário para o financiamento do sistema prisional. Defendeu, contudo, melhores vencimentos para os policiais mineiros, os quais, segundo o Prefeito, são os mais baixos do Brasil.

II. 2 - Discussão

Os parlamentares presentes na reunião discutiram amplamente a questão da segurança pública no Vale do Aço. Maria Tereza Lara, Vice-Presidente da Comissão, consignou a necessidade de parcerias entre os Poderes do Estado e a sociedade civil, como forma de aperfeiçoamento da política estadual de defesa social. Elogiou, ainda, a integração das polícias e a organização do sistema penitenciário, com a transferência das atribuições das polícias para o serviço penitenciário. A Deputada considera um avanço o estímulo ao policiamento comunitário e enumera, como prioridades para a região, o combate a acidentes de trânsito, a implantação da Apac e do CIA, além da construção do prédio da Risp.

A Deputada Cecília Ferramenta advogou a integração entre Município e Estado para o sucesso da política de segurança pública e, ainda, a importância de se priorizar o planejamento e de se enfrentar os problemas específicos da Região Metropolitana do Vale do Aço. A parlamentar enfatizou a necessidade de apoio à Defensoria Pública, de duplicação da BR-381 e de participação da sociedade nas políticas públicas.

A Deputada Rosângela Reis destacou os avanços recentes da segurança pública na região, incidindo sobre infraestrutura e recursos humanos, assim como a integração das polícias. Apontou, no entanto, a necessidade de construção de estrutura física para a sede da Risp e do IML de Ipatinga, de duplicação da BR-381, de implantação do CIA e de um ataque mais eficaz ao problema das drogas.

O Deputado Rômulo Veneroso afirmou a importância do trabalho da Comissão e destacou temas importantes trabalhados na reunião, como a duplicação da BR-381, o combate às drogas e a necessidade da adoção de políticas para a juventude.

No curso dos debates, o Presidente da Comissão proferiu encaminhamentos e realizou explanação geral sobre a segurança pública e sobre o rumo dos debates no evento.

Sônia Marcelino reivindicou a ampliação do Proerd e sua inclusão como disciplina nas escolas. José Geraldo, pai de criança vítima de homicídio, pede ajuda para a apuração do caso, processamento e punição dos responsáveis. Ruy Barbosa defendeu penas mais duras para o usuário de drogas e a duplicação da BR-381.

O Vereador César Custódio acentuou os avanços recentes da segurança pública na região, com a integração das polícias e a criação dos Conseps, da polícia comunitária, do projeto vizinhos solidários, da patrulha escolar, bem como a realização de melhorias estruturais nos órgãos da defesa social. O edil também apontou problemas, tais como a superlotação do Ceresp-Ipatinga, que possui 120 vagas, mas abriga 548 presos, inclusive 10 adolescentes; do Ceresp-Coronel Fabriciano, com 320 presos e capacidade para 120; do Ceresp-Timóteo, com 168 presos para 40 vagas. Defendeu, ainda, a implantação da Apac em Ipatinga e mais investimentos em educação, na prevenção de acidentes de trânsito, na busca de desaparecidos e em instrumentos de prevenção da violência e da criminalidade.

Em sua intervenção, Flávio Ferrer tratou dos problemas nas rodovias, como o excesso de caminhões, o déficit de policiais e a circulação de veículos em faixas proibidas. Cuidou, ainda, da necessidade de aumento do orçamento da Defensoria Pública, em virtude do déficit de pessoal e da necessidade de atendimento à população. Pediu medidas para tornar mais ágeis os registros de ocorrência policial, assim como ações para que os policiais sejam mais bem remunerados e mais bem preparados.

O Pastor Wagner Bretas entende que a segurança pública precisa ser trabalhada em quatro esferas: prevenção, repressão, recuperação e ressocialização. Para ele, é necessário que a política de segurança pública abranja todas essas dimensões, havendo, ainda, parceria entre Estado e sociedade.

Eustáquio Oliveira afirmou a necessidade de ações específicas para a região, as quais devem ser proativas e não reativas, com prioridade para a atenção à criança, para a preparação do cidadão.

Fernando Januário reclamou apoio à Comunidade Terapêutica Rios de Água Viva. Segundo ele, é preciso intensificar a relação entre Estado e sociedade, sendo necessário convênio entre a aludida entidade e a Subsecretaria Antidrogas. Sobre o tema, a Deputada Cecília Ferramenta interveio, discorrendo sobre as verbas públicas já repassadas à entidade, por meio de emendas parlamentares ao Orçamento Estadual. O Secretário Anderson Franco falou sobre providências que a Prefeitura Municipal tomará para atendimento à demanda apresentada. O Deputado João Leite, Presidente da Comissão, esclareceu que em Minas Gerais há cerca de 1.800 pessoas cumprindo penas em comunidades terapêuticas, ressaltando que essa parceria entre poder público e comunidades é fundamental.

O Delegado Lourival Silva discorreu sobre problemas específicos da região, que possui três rodovias importantes, as BRs-381, 116 e 262, o que a torna estratégica como corredor de trânsito da criminalidade, envolvendo os Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. O Presidente da Comissão acrescentou que a BR-474 também está na região. O Cel. PM Geraldo Henrique, em conclusão, fez um balanço da segurança pública, afirmando a necessidade de reconhecer avanços e desafios, como a ampliação do Proerd, cujo objetivo é chegar a todas as escolas.

II. 3 - Encaminhamentos aprovados:

- a) ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social e à Secretaria de Estado de Educação com pedido de formação de uma parceria com o objetivo de levar o Programa de Erradicação das Drogas - Proerd -, coordenado pela Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, a todas as escolas do Sistema Estadual de Ensino, tendo em vista a sua relevância para a defesa social e a importância de sua extensão a todas as escolas;
- b) ofício ao Procurador-Geral de Justiça solicitando-lhe a implantação de uma promotoria da infância e juventude na Comarca de Ipatinga, uma vez que tal medida será de grande importância para atendimento à população infanto-juvenil da região;
- c) realização de visita da Comissão à Ministra de Estado da Casa Civil, com a finalidade de reivindicar junto a S. Exa. duplicação da BR-381 - trecho Belo Horizonte-Governador Valadares -, entregando-lhe abaixo-assinado com a mesma reivindicação;
- d) ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social solicitando-lhe a construção de um novo prédio para funcionamento do Instituto Médico Legal em Ipatinga, já que o atual opera em precárias condições;
- e) ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social solicitando-lhe providências para construção da sede da 12ª Região Integrada de Segurança Pública em Ipatinga, uma vez que tal estrutura física ainda inexistente, embora possua importância estratégica para a segurança pública na região;
- f) ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social solicitando-lhe a criação de uma companhia independente da Polícia Militar em Coronel Fabriciano, como medida de aperfeiçoamento da organização do Sistema de Defesa Social na região do Vale do Aço;
- g) ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social com pedido de providências para viabilizar a implantação de uma Apac na Comarca de Ipatinga, já que se trata de medida fundamental para a defesa social na região assinalada, a qual todavia vem sendo protelada com prejuízos para a sociedade;
- h) ofício ao Ministro de Estado dos Transportes e ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT - com pedido de providências para a duplicação da BR-381 no trecho entre Belo Horizonte e Governador Valadares;
- i) ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social solicitando-lhe aumentar o quadro de pessoal da Polícia Civil na 12ª Região Integrada de Segurança Pública, tendo em vista que o efetivo da Corporação na região é insuficiente para a demanda;
- j) ofício ao Ministro de Estado da Justiça e ao Diretor-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal solicitando-lhes aumentar o quadro de pessoal da Polícia Rodoviária Federal no Estado, especialmente na área abrangida pela 6ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal, tendo em vista que há carência de pessoal em face de uma demanda crescente;
- k) ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social solicitando-lhe a implantação de um centro de internação do adolescente na área da 12ª Região Integrada de Segurança Pública, sediada em Ipatinga, destinado à aplicação de medidas socioeducativas, uma vez que tal serviço não é prestado na região;
- l) ofício ao Defensor Público-Geral solicitando-lhe aumento do quadro de pessoal do órgão para atendimento a todas as comarcas situadas na área da 12ª Região Integrada de Segurança Pública, uma vez que a quantidade de Defensores Públicos presentes na mencionada região é insuficiente para atender à população necessitada;
- m) ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social pedindo providências para a criação de uma divisão especializada de repressão a crimes ambientais para atendimento à área da 12ª Região Integrada de Segurança Pública, tendo em vista que lá há dois importantes parques florestais, bacias hidrográficas e exploração mineral, entre outras questões que justificam a implantação da unidade mencionada, cujo projeto

de criação já se encontra sob análise na Secretaria de Estado Defesa Social.

III - Principais pontos abordados:

- a) Entre os principais pontos tratados na reunião, destacaram-se uma análise positiva da Política Estadual de Segurança Pública, o tratamento de aspectos relativos à criminalidade na região e a apresentação de demandas regionais.
- b) De maneira geral, reconheceu-se o aprimoramento da política de segurança pública no período recente, com destaque para a integração das polícias; para a estruturação do sistema penitenciário, com a transferência da custódia de presos da Polícia Civil para a Suapi, a aplicação do método Apac no tratamento do sentenciado e a ação das comunidades terapêuticas no atendimento ao usuário de drogas; e para os investimentos em equipamentos, rede física e condições de trabalho.
- c) Não obstante, evidenciou-se a necessidade de aprofundamento do processo de integração das polícias; de ampliação dos vínculos entre os vários órgãos que tratam da justiça criminal, especialmente os órgãos ligados à Seds, a Defensoria Pública, o Ministério Público e o Judiciário; de tratamento da questão da segurança sob uma perspectiva mais abrangente, com prioridade para a prevenção e, no campo das políticas públicas, para a intersetorialidade, associando as políticas sociais à de defesa social; de consolidação e ampliação das parcerias entre poder público e sociedade, no âmbito da defesa social; de investimentos em recursos humanos, com aumento do quadro de pessoal em órgãos como a Defensoria Pública, a Polícia Civil, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal; de melhoria na remuneração dos servidores que atuam na área; e de aprimoramento do treinamento e da capacitação do pessoal que atua na segurança pública.
- d) Assinalou-se a redução dos indicadores de criminalidade nos últimos três anos, mas ainda preocupam o tráfico e o uso de drogas e a criminalidade associada ao trânsito.
- e) Entre as demandas peculiares à região, destacaram-se a criação do CIA, a implantação da Apac de Ipatinga, a construção de prédios para a Risp e para o IML nesse Município, assim como a necessidade geral de aumento do efetivo dos órgãos de segurança pública que atuam na região. Reivindicou-se, além disso, a duplicação da BR-381 e que as políticas públicas estaduais desenvolvidas na região levem em conta suas especificidades, tais como sua dinâmica econômica e sua posição geográfica.

Governador Valadares, 1º/12/2009.

I - Apresentação

Em 1º/12/2009, realizou-se, na Câmara Municipal de Governador Valadares, a 29ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública. Requerida pelos Deputados João Leite, Presidente da Comissão, Maria Tereza Lara, Vice-Presidente, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, a reunião teve por objetivo discutir a segurança pública na 8ª Risp.

Além dos Deputados João Leite, Presidente da Comissão, e Maria Tereza Lara, Vice-Presidente, compuseram a Mesa: Elisa Costa, Prefeita de Governador Valadares; Vereadora Dilene Dileu, Presidente da Câmara Municipal; Everton Villaron de Souza, Juiz Titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de Governador Valadares, representando o Presidente do Tribunal de Justiça; Wilian Nascimento Santos, Delegado da Polícia Federal, representando o Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal em Minas Gerais; Wendel Kaizer de Freitas, Inspetor da Polícia Rodoviária Federal, representando o Superintendente da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais; Eliane Alves de Andrade, da Superintendência Regional de Ensino de Governador Valadares, representando a Secretária de Estado de Educação; Gilvan de Oliveira Machado, Defensor Público, representando o Defensor Público-Geral do Estado; Cel. PM Cícero Nunes Moreira, Comandante da 8ª Região da Polícia Militar, representando o Comandante-Geral da Polícia Militar; Marcos José de Paula, Delegado Regional em Governador Valadares, representando o Chefe da Polícia Civil; Adailson Cunha de Magalhães, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública - Consep - de Governador Valadares; e Cel. PM José Eustáquio Natal, ex-Comandante da Polícia Militar e Presidente da Administração de Estádios do Estado de Minas Gerais - Ademg.

II - Desenvolvimento da reunião

II. 1 - Exposições

O Presidente da Comissão, após declarar aberta a reunião, ressaltou a relevância do trabalho que vem sendo feito pelo governo do Estado e diversas instituições governamentais em prol da segurança pública e da defesa social em Minas Gerais, o que vem sendo acompanhado de perto pela Comissão de Segurança Pública, inclusive nas várias regiões do interior. Apresentou os componentes da Mesa, passando-lhes a palavra.

O Juiz Everton Villaron apresentou dados relativos às atividades do Judiciário na área criminal e à criminalidade na região desde 2004, os quais, segundo ele, respaldam o pedido de abertura de mais duas varas criminais na Comarca de Governador Valadares. Afirmou que tais dados confirmam a impropriedade da comparação entre Governador Valadares e Uberaba ou outras regiões do Estado, a título de justificativa para a não concessão dessa solicitação. Sugeriu que a Prefeita e o Presidente da Comissão visitassem os Presidentes atual e futuro do Tribunal de Justiça, a fim de expor a situação da região, dada a urgência do assunto.

O Deputado João Leite mencionou a elaboração de requerimentos com esses objetivos, bem como sua recente visita, acompanhando o Presidente da ALMG, ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ -, o qual reclamou da ingerência do Legislativo no Tribunal de Justiça. O Deputado acrescentou acreditar ser importante tal atuação do Legislativo no tocante à divisão judiciária em face das informações trazidas pelo Juiz Villaron. O Juiz complementou ser necessária uma mudança nas Constituições Federal e Estadual no que concerne à competência para tal assunto e ressaltou que a ALMG tem poder legítimo e democrático para pressionar o Tribunal de Justiça a apresentar projetos de lei que atendam às demandas específicas de cada região de Minas Gerais.

A Prefeita Elisa Costa realçou as ações do Município focadas na prevenção da violência e da criminalidade, bem como o trabalho que vem sendo realizado de forma colegiada, reunindo as Polícias Civil e Militar e diversas outras instituições envolvidas com o tema. Relatou que a situação em Governador Valadares é caótica e que acredita ser necessário o envolvimento da sociedade na solução do problema. Disse que, na semana seguinte, seria anunciado o Plano Municipal de Segurança Cidadã, elaborado com base nessa ação colegiada, integrante do Plano de Metas 2010, voltado para a prevenção e pensado a curto, médio e longo prazos, com base em políticas públicas concentradas nas regiões de maior vulnerabilidade social e de maior criminalidade infanto-juvenil da cidade. Mencionou, ainda, a ampliação do programa Fica Vivo e a instalação de equipamentos de segurança em bairros e no centro da cidade em 2010, além da iniciativa do Município para sua inclusão no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci.

A Vereadora Dilene Dileu manifestou esperança de que as ações pensadas para o Município possam de fato melhorar a sua situação no tocante à segurança pública.

O Cel. PM Cícero Nunes falou sobre sua experiência anterior à chegada em Governador Valadares e descreveu sua surpresa ao encontrar, na cidade, "pessoas que se adaptaram e passaram a viver de maneira conformada com aquele grau de violência".

Com o intuito de promover melhorias na segurança pública e na qualidade de vida locais, ressaltou a importância: do apoio recebido da ALMG, por intermédio da Comissão de Segurança Pública; da integração propiciada pelo Grupo Integrado de Intervenção Estratégica - Giie -; do programa Fica Vivo e do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - Proerd -, que já demonstram resultados significativos; e de ações voltadas para a prevenção, uma vez que um estudo de risco realizado em 2006 apontou para a probabilidade de haver 33 mil homicídios entre jovens nos próximos anos.

Ele enfatizou a necessidade: de uma melhor estruturação da região para atrair investimentos, em face da recente experiência da não extensão do gasoduto até Governador Valadares; de reflexão sobre as reais demandas da população em áreas em situação de vulnerabilidade social, a fim de afastar o estigma da criminalidade e da violência; de elaboração de ações de educação no trânsito, pois a cidade apresenta sérios problemas relacionados à circulação de pedestres, bicicletas e motocicletas.

O Coronel chamou atenção para a necessidade de a imprensa também contribuir para a "cultura da paz", em vez de apenas dar ênfase ao crime e à violência. Declarou, ainda, concordar com a demanda expressa pelo Juiz Villaron de abertura de mais varas criminais na Comarca. Disse acreditar que as ações adotadas em Governador Valadares são as mais acertadas e que, a exemplo da experiência bem-sucedida das Polícias Civil e Militar, a integração com o Ministério Público e o Poder Judiciário deve ser aprimorada.

A Prefeita pediu para comentar a fala do Cel. PM Cícero no tocante ao papel da imprensa local e ressaltou que os profissionais da área devem cuidar para não alimentar preconceitos. afirmou que eles podem contribuir muito para "romper com essa cultura de violência" e agradeceu pelo empenho demonstrado a esse respeito.

O Delegado Marcos José falou sobre as taxas de homicídio no Município e de seu histórico recente, uma vez que Valadares estaria aparecendo no noticiário nacional devido à criminalidade, e destacou que a redução desses índices continua sendo um desafio. Tendo como base uma matéria do jornal "Hoje em Dia" publicada em 2007, valeu-se de uma comparação com Bogotá, Capital da Colômbia. De acordo com dados, Bogotá teria reduzido, em 13 anos, sua taxa de homicídios de 80 para 18 por cada 100 mil habitantes; já o trabalho integrado das Polícias Civil e Militar, do Judiciário e do Ministério Público em Valadares reduziu os índices no Município, de 2006 a novembro de 2009, de 73,3 para 24,23 mortes por cada 100 mil habitantes. O Delegado afirmou que isso revela que o trabalho realizado - sistemático, dirigido, integrado - reduziu a criminalidade para patamares aceitáveis.

No entanto, o Delegado disse acreditar que ainda há muito a ser feito, mas que, para tal, seria importante ter-se na Comarca uma delegacia especializada em homicídios, com efetivo próprio; uma vara criminal; e uma vara do tribunal do júri, inclusive para evitar a impunidade e a soltura de indivíduos sem julgamento por crimes graves já cometidos. Ressaltou, por fim, a estrita observância da legalidade e do respeito aos direitos humanos em todas as ações de combate a homicídios e a redução significativa no número de crimes de roubo e furto na região como fruto das ações que vêm sendo implementadas.

O Delegado Wilian Nascimento discorreu sobre os problemas da Polícia Federal em Minas Gerais. Mencionou a interiorização da Justiça Federal e do Ministério Público, feita sem a existência de delegacias da Polícia Federal que acompanhassem esse processo. Apontou que as dificuldades para a criação dessas delegacias estão ligadas à "questão da função comissionada do chefe da delegacia". Disse que a situação na região Leste do Estado seria ainda mais grave, pois a Polícia Federal de Valadares teria área circunscricional de 182 Municípios, com extensão de cerca de 800Km², sendo essa a maior delegacia do Brasil e havendo carência de recursos humanos e materiais, o que resultaria numa atuação insatisfatória. A título de comparação, citou a Polícia Federal de Uberaba, com área circunscricional de 27 municípios. Sendo assim, ressaltou a necessidade de implantação de mais unidades da Polícia Federal na região, bem como de reforço de seu efetivo no Estado, conforme defende a atual Superintendência da Polícia Federal.

O Delegado pediu apoio ao Presidente da Comissão de Segurança Pública e à Prefeita de Governador Valadares na defesa desses pleitos. Ressaltou que a questão da segurança pública envolveria particularidades regionais que, no caso de Governador Valadares, assumiriam especial relevância: a questão das emigrações ilegais e da atuação dos "coiotes"; e a carência de investimentos públicos que gerassem recursos e, por conseguinte, melhores condições de vida na região. Por fim, realçou que uma parceria entre as Polícias Civil, Militar e Federal poderia contribuir para a prevenção, sendo ela a melhor saída: "Quando conseguimos prevenir, conseguimos preservar vidas".

O Sr. Wendel Kaizer denunciou que o efetivo da Polícia Rodoviária Federal na região - 57 policiais - é insuficiente para cobrir toda a malha viária, que é extensa e inclui as BRs-116, 381 e 259. Citou os tipos de crimes registrados com mais frequência nessas rodovias: o principal, crime contra o patrimônio, em especial roubo de carga; exploração sexual infantil em vários pontos; e mortes resultantes de embriaguez ao volante. Ressaltou que, nos dois primeiros casos, os índices vinham diminuindo, apesar de ainda serem costumeiros. Relativamente ao terceiro caso, relatou que havia apenas um bafômetro na região. Mencionou também a retirada completa da iluminação na área da BR-116 que atravessa Turmalina, extensa região no perímetro urbano de Governador Valadares com altos índices de criminalidade, por onde também passa a BR-381. Segundo ele, essa falta de iluminação seria forte agravante.

O Dr. Gilvan de Oliveira focou sua exposição na necessidade de reconhecer o real papel da Defensoria Pública e a relevância de sua independência e autonomia. Segundo ele, desde a reforma do Poder Judiciário, com a Emenda nº 45 à Constituição Federal, iniciou-se o processo de reconhecimento da importância dessa instituição. No entanto, ele afirmou que, por vezes, ela ainda é vista "como uma presença indesejada", pois entende-se, equivocadamente, que seu papel seria "defender bandido". Ele afirmou que "a defesa é o direito mais sagrado e natural que temos" e que, além disso, é fundamental garantir a todos a observância de seus direitos, em especial no que diz respeito aos direitos humanos, conforme dispõe o art. 5º da Constituição Federal, inclusive nos casos de pessoas presas em flagrante ou já encarceradas. Daí, inclusive, a necessidade de independência da Defensoria Pública bem como de sua autonomia.

Outros aspectos comentados pelo Dr. Gilvan foram quanto à insatisfação de alguns Defensores Públicos com a remuneração do cargo, o que os levaria a abandonar a carreira, resultando num número insuficiente de profissionais no Estado (menos de 500); e à possibilidade de a Defensoria Pública vir a atuar na prevenção à criminalidade.

O Sr. Adailson Cunha ressaltou que o Consep de Governador Valadares seria diferente dos demais por contar com diversas entidades representativas, como o Clube de Diretores Lojistas - CDL -, a Associação Comercial, a Maçonaria, o Lions Clube, o Rotary e a Secretaria Municipal de Educação. Frisou o quanto valoriza a educação e disse que o Consep local, visando construir um "mundo de paz", tem apoiado vários projetos com esse foco, entre os quais o Proerd, o Construindo a Cidadania e o Bom de Bola, Bom de Escola.

O Cel. PM José Eustáquio falou sobre as mudanças que tem percebido em Governador Valadares, desde a década de 1980 (quando comandou o 6º Batalhão, então 1ª Região da Polícia Civil) até os dias atuais, em relação ao trabalho da instituição e à imagem do Município. Destacou que, em 1980, a Polícia Civil em Valadares era incipiente e contava com um pequeno efetivo. Hoje trabalha segundo um modelo de integração. Chamou também a atenção para a importância de todos os envolvidos com a segurança pública municipal utilizarem "a mesma linguagem", a exemplo das exposições dos demais participantes da Mesa. Insistiu em que, brevemente, será encontrada uma solução para a violência na cidade e que a imagem negativa de Governador Valadares será revertida.

A Deputada Maria Tereza Lara ressaltou a importância de as mulheres estarem representadas nesse debate e a relevância do comprometimento da sociedade civil e das três esferas de poder na busca de soluções para a segurança pública e na construção da "cultura da paz". Afirmou acreditar na reversão do atual cenário no País por meio das ações focadas na prevenção, do Pronasci e dos programas sociais do governo federal. Em nível estadual, citou a relevância dos investimentos em qualificação profissional, em equipamentos e em prevenção, esta devendo ser sempre, em sua opinião, a prioridade.

Por fim, comentou a ausência de representantes do sistema prisional e acrescentou que a maioria dos detentos no Estado é jovem, sendo fundamental pensar-se em ressocialização, o que hoje estaria em um nível aquém do desejado. Com relação à ressocialização dos detentos, mencionou o trabalho desenvolvido pela Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - Apac -, que chegaria a ressocializar 85% dos detentos.

II. 2 - Discussão

Após as exposições dos componentes da Mesa, os inscritos tiveram a palavra.

A Pastora Metodista Débora Blunck Silveira teceu comentários sobre a exposição do Dr. Gilvan de Oliveira, ressaltando que "a defesa cabe a toda pessoa humana" e acrescentando que, no Brasil, "o rico não é preso (...), a maior parte são pobres, negros". Reclamou da ausência de um representante religioso no debate, pois acredita que a Igreja tem um papel fundamental nos temas discutidos e tem feito trabalhos relevantes na área da segurança pública, a exemplo do "desarmamento nos morros e na periferia do Rio de Janeiro". Disse acreditar na necessidade do trabalho em parceria e elogiou a participação feminina na Igreja e na sociedade de Governador Valadares.

O Sr. Ronald Germano Silva, Presidente do Partido Trabalhista Nacional - PTN - de Valadares, frisou alguns pontos que considera críticos em relação à segurança pública no Município: péssimas condições das rodovias, que contam com policiamento insuficiente; ausência de balança de pesagem na estrada que liga Valadares a Belo Horizonte; prisão apenas de traficantes, mas não de usuários de drogas; ocorrência de festas para adolescentes que se iniciam tarde da noite e nas quais são consumidos álcool e outras drogas. No caso da prisão de usuários e das festas para adolescentes, desculpou-se pelo comentário, mas questionou o porquê de as Polícias Civil e Militar não atuarem de forma mais incisiva, manifestando grande preocupação com os jovens.

O Vereador Gledston Gomes de Araújo elogiou o Proerd, dizendo tratar-se de "um trabalho maravilhoso e significativo". Porém, ressaltou a necessidade de equipar melhor os policiais militares, com motocicletas e viaturas, para que o Programa possa chegar aos bairros mais distantes. Também destacou a importância de levá-lo a todos os Municípios e Distritos da região, em uma interiorização da iniciativa. Solicitou que tais demandas sejam encaminhadas ao governo do Estado e afirmou que, apesar de as Polícias Civil e Militar e o Corpo de Bombeiros estarem trabalhando de forma integrada, há carência de estrutura física, reivindicando que o prédio da Risp seja inaugurado "o mais rápido possível".

Ele falou, ainda, sobre a necessidade de se implantar o programa Olho Vivo em mais bairros da cidade, como o Ipê; de se valorizar o servidor da área de segurança pública, por meio de melhores salários; de se construir uma sede adequada para o Corpo de Bombeiros; de as Polícias Civil e Militar saírem das cadeias e exercerem de fato o papel que a Constituição Federal lhes atribui; de se realizar uma reforma e mais jogos no Estádio José Mahmoud Abbas, a fim de propiciar entretenimento para a população; de se investir na formação esportiva de crianças e jovens, talvez transformando Governador Valadares em uma cidade-polo para formação de atletas para a Olimpíada de 2016.

O Deputado João Leite comentou as sugestões do Vereador relacionadas ao esporte, ressaltando a grande potencialidade do momento para se investir no setor, já que o Brasil sediará em 2011, os Jogos Militares; em 2013, a Copa das Confederações; em 2014, a Copa do Mundo e, em 2016, os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Apontou que "apenas o futebol gera 200 milhões de empregos no mundo, representando quase 5% do PIB mundial", indicando que "talvez hoje o esporte seja uma grande indústria".

O Deputado frisou, ainda, que o esporte pode contribuir na formação dos jovens. Mencionou o seminário "Esporte, infância e adolescência - caminho para a cidadania", realizado na ALMG, como um sinalizador da adequação e da possibilidade de se discutir um "plano de sistema esportivo", explorando as oportunidades do momento e as vocações locais e regionais. Por fim, sugeriu que a Câmara Municipal realizasse uma discussão sobre esporte e que o Vereador Gledston apresentasse um requerimento visando avaliar a possibilidade de transformar Valadares num polo esportivo, inclusive porque a cidade já possui "sede com estrutura de excelência olímpica de treinamento" e o Estádio José Mahmoud Abbas oferece condições e espaço para ampliação.

Em seguida, o Vereador Heldo Armond falou sobre a necessidade de se abordar o problema da violência como um todo. Citou, como exemplo dessa necessidade, o envolvimento de crianças e adolescentes com drogas, responsável por um "um índice alarmante de mortes". Segundo o Vereador, o trabalho de prevenção, como os programas Aluno de Tempo Integral e o Fica Vivo, tem funcionado muito bem; porém, uma vez que o jovem se torne usuário, não há alternativas para recuperá-lo, como a internação terapêutica, e para reinseri-lo na sociedade, como o desenvolvimento de uma ocupação. Para ele, as medidas de combate à violência não estariam sendo suficientes.

Insistiu também na necessidade de concretização das propostas, ressaltando que providências devem ser tomadas para levar o gasoduto até Valadares, duplicar a BR-381 até o Município, atrair empreendimentos que gerem empregos e renda (como a indústria de celulose) e alocar investimentos em turismo e esportes.

A Sra. Jaqueline Pinho Domingos, responsável pelo Departamento de Defesa Social, convidou os presentes para a apresentação do Plano Municipal de Segurança Cidadã, na terça-feira seguinte, no auditório da Prefeitura, bem como para o prosseguimento da discussão sobre o sistema prisional e penitenciário iniciada no dia anterior em um fórum de segurança pública, na Prefeitura local.

O Sr. Jaime Luiz Rodrigues Júnior, representando o Deputado Federal Leonardo Monteiro, destacou que o Vale do Rio Doce transformou-se de "vale promissor" em "vale problemático", devido a "algumas parcerias do Estado com o capital internacional" nas décadas de 20 a 50. Em consequência, surgiram diversos problemas que ainda se fazem sentir, e cabe às autoridades buscar soluções, viabilizando oportunidades para a população local. Ele também disse que já fora assinado convênio com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT -, no valor de R\$2.900.000,00, para a reposição da iluminação da BR-116, sendo que a primeira parcela já teria sido depositada e o processo licitatório já estaria em andamento.

Atendendo a solicitação do Deputado João Leite, o Dr. Wilian, Delegado da Polícia Federal, abordou a questão da criminalização do usuário de drogas. Ele esclareceu que, por força de lei, o problema dos usuários seria de saúde pública, e não de, segurança pública. Afirmou que, por isso, "as polícias não têm como e não podem prendê-los". Além disso, por se tratar de crime de menor potencial ofensivo, a detenção do usuário resultaria em um Termo Circunstanciado de Ocorrência - TCO - que seria encaminhado para o Judiciário, onde, por meio de uma transação penal, acabaria ocorrendo suspensão do processo por um período de prova ou por pagamento com cesta básica ou prestação de serviço à comunidade. Dessa forma, o foco da atuação policial restringe-se ao tráfico.

Em resposta ao Presidente da Comissão, o Inspetor Wendel Kaizer explicou que há três postos da Polícia Rodoviária Federal em funcionamento

na BR-116 - um em Realeza, um em Caratinga e um em Valadares - e outro desativado, por falta de efetivo, na Cenibra. Informou que o posto em Ibatiba, Município pertencente ao Estado do Espírito Santo, está sob a responsabilidade da Polícia Rodoviária Federal desse Estado; e que o trecho da BR-262 sob jurisdição de Minas Gerais é coberto pelo posto de Realeza. Disse que conta com um efetivo de 57 policiais, trabalhando em escala de 24 por 72 horas.

Atendendo a solicitação do Presidente da Comissão, o Cel. PM Cícero Moreira comentou algumas questões. Concordou com o Delegado Wilian no tocante à prisão dos usuários. Em relação ao policiamento do trânsito, disse que há hoje cerca de 250 policiais militares cuidando de rodovias federais e estaduais e que as questões de trânsito urbano foram unificadas na 8ª Companhia do Trânsito. Com isso, em apenas quatro meses, o número de acidentes na cidade apresentou redução de 1.124 para 754. O Coronel informou ainda que dispõe de 13 bafômetros, que são bastante utilizados, em especial quando há festas.

Quanto às ações na Pedreira Prado Lopes, em Belo Horizonte, o Coronel contou que elas incluíram: identificação dos usuários de "crack" (cerca de 150) pela Polícia Militar; limpeza, pintura e iluminação da área conhecida como "cracolândia", realizadas pela Prefeitura de Belo Horizonte; tratamento dos usuários que manifestaram interesse na recuperação, com recursos financeiros, profissionais (assistentes sociais, psicólogos e comunidades terapêuticas) e de infraestrutura disponibilizados pela Sedese. Destacou que, inicialmente, foram tratadas 80 pessoas; as que optaram por não realizar o tratamento, caso fossem associadas com o tráfico, seriam responsabilizadas. Informou que a operação passou a ser feita periodicamente e muitos se recuperaram. Para o Cel. Wilian, em Valadares não há situação semelhante à da "cracolândia", porém há demanda por comunidades terapêuticas, pois existem vários usuários de "crack" que precisam ser tratados em vez de presos.

Na sequência, o Delegado Marcos José esclareceu que, conforme verificou na lei, caso um usuário de drogas detido colabore com as investigações, ele será tratado como testemunha e nem sequer será indiciado, o que é um indicativo da descriminalização do uso de drogas. Mencionou ainda a superlotação na cadeia de Governador Valadares, inclusive com a presença de condenados; a inexistência da possibilidade de reeducação dos presos nessa situação; e as carências no tocante à assistência ao egresso e ao acompanhamento do cumprimento da pena e da progressão de regime.

O Defensor Público Dr. Gilvan reafirmou as colocações do Delegado Marcos José referentes à superlotação da cadeia e às falhas na fase de acompanhamento da execução penal - em especial, na progressão de regime e na concessão de benefícios. Apontou que a Defensoria Pública já fez inúmeras denúncias sobre a inobservância das condições humanitárias e de dignidade dos presos e que tem atuado de forma efetiva no campo da execução penal em Governador Valadares, mas ainda há muito a ser melhorado.

O Dr. Gilvan também esclareceu que os crimes com maior incidência no Município são roubo e tráfico de drogas, sendo que, em relação a este último, só agora o STF "está começando a adotar uma interpretação mais branda" da lei ao considerar a possibilidade de liberdade provisória. Quanto aos crimes de roubo, disse haver muita reincidência, configurando outra causa do "inchaço na cadeia". Por fim, disse que a cadeia de Valadares apenas eventualmente recebe presos de outras localidades, mas somente aqueles com mandado de prisão expedido.

Em seguida, a Deputada Maria Tereza Lara solicitou redação de requerimento para os Diretores da Penitenciária, uma vez que não compareceram à reunião, e o Deputado João Leite agradeceu aos participantes, dando início ao encerramento dos trabalhos. Nesse momento, ressaltou que "o Parlamento Estadual e o de Governador Valadares trabalham juntos" e que, no dia seguinte, a Comissão estaria em Teófilo Ottoni.

Após especificados os requerimentos resultantes da reunião, a Vereadora Dilene Dileu solicitou uma cópia destes, cujo envio foi então confirmado pelo Presidente da Comissão, e antecipou moção de congratulações à ALMG; a Deputada Maria Tereza Lara pediu inclusão de requerimento solicitando remoção dos condenados da cadeia e humanização do sistema prisional; e o Deputado João Leite, além de ressaltar a relevância da segurança para as garantias e direitos fundamentais das pessoas e a importância da "educação com valores" no processo de ressocialização de presos, prestou homenagem às Polícias, lembrando seu próprio pai.

Ao longo da reunião, além dos componentes da Mesa e dos inscritos, foi registrada a presença dos Vereadores Anania Paula da Silva, Maria Aparecida Pereira Martins, Darly Alves de Souza, Euclides Pettersen Neto, Geovane Honório da Silva, João Pereira de Amorim Júnior, Regino da Silva Cruz e Hotson Ramalho de Souza; do Pe. José Neiva Neto, da Mitra Diocesana de Governador Valadares; e Lucilene Furtado, assistente social.

II. 3 - Encaminhamentos aprovados:

a) ofício ao Secretário de Defesa Social solicitando a transformação da Delegacia de Homicídios de Governador Valadares em delegacia especializada, devidamente estruturada e equipada;

b) ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça solicitando a instalação de novas varas criminais na Comarca de Governador Valadares;

c) ofício ao Ministro da Justiça solicitando as seguintes providências:

incluir o Município de Governador Valadares no Pronasci;

criar delegacias da Polícia Federal nos Municípios de Ipatinga e Teófilo Ottoni, com o intuito de desafogar os trabalhos da Delegacia Regional de Governador Valadares;

d) ofício ao Diretor-Geral do DNIT solicitando a duplicação da Rodovia BR-381 no trecho entre Belo Horizonte e Governador Valadares;

e) ofício ao Presidente da Cemig solicitando a solução do impasse entre essa empresa e o DNIT no tocante à iluminação do trecho da BR-116 que atravessa o perímetro urbano do Município;

f) ofício ao Governador do Estado solicitando a construção de nova sede para o Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar no Município;

g) ofício à Subsecretaria de Administração Prisional solicitando a construção de instalações adequadas para a recepção dos visitantes dos presos na Comarca de Valadares;

h) ofício ao Defensor Público-Geral solicitando a ampliação do número de Defensores designados para a Comarca de Governador Valadares;

i) ofício ao Secretário de Defesa Social solicitando sejam oferecidos aos presos das penitenciárias do Estado cursos profissionalizantes, atividades esportivas e assistência psicológica e educativa;

j) visita ao Presidente do Tribunal de Justiça, com a presença da Prefeita, da Presidente da Câmara e do Juiz de Direito da 1ª Vara do Município de Governador Valadares, para tratar da instalação de novas varas criminais na Comarca.

III - Principais pontos abordados:

III. 1 - Criminalidade:

- a) manutenção dos índices de criminalidade em patamar considerado ainda alto, incluindo crimes de homicídio, roubo (inclusive de cargas) e tráfico de drogas;
- b) envolvimento de crianças e adolescentes com drogas;
- c) exploração sexual infantil nas rodovias que atravessam o perímetro urbano;
- d) violência nas estradas, resultante principalmente de embriaguez ao volante;
- e) acidentes e violência no trânsito urbano;
- f) reincidência nos crimes de roubo;
- g) emigração ilegal e atuação de "coiotes".

III. 2 - Resultados positivos:

- a) trabalho conjunto e integrado de prevenção, reunindo as Polícias Civil e Militar e diversas outras instituições envolvidas com o tema;
- b) redução das taxas de homicídio no Município em cerca de dois terços entre 2006 e novembro de 2009, como resultado do trabalho integrado das Polícias Civil e Militar, do Judiciário e do Ministério Público em Governador Valadares;
- c) queda significativa no número de roubos e furtos na região;
- d) diminuição no número de acidentes de trânsito urbano;
- e) integração propiciada pelo GIIE;
- f) resultados das ações do Fica Vivo e do Proerd;
- g) atuação do Consep de Governador Valadares, com o apoio de entidades locais;
- h) trabalho de ressocialização desenvolvido pela Apac;
- i) iniciativa do Município para sua inclusão no Pronasci;
- j) previsão de ampliação do programa Fica Vivo na cidade, em 2010;
- k) instalação de equipamentos de segurança em bairros e no centro da cidade, programada para 2010;
- l) elaboração do Plano Municipal de Segurança Cidadã, integrante do Plano de Metas 2010 de Governador Valadares.

III. 3 - Problemas:

- a) sobrecarga do Judiciário na área criminal;
- b) impunidade resultante da inexistência de delegacia especializada em homicídios e da carência de varas criminais;
- c) grande extensão da área de circunscrição da Delegacia da Polícia Federal de Governador Valadares e carência de recursos humanos e materiais;
- d) ausência total de iluminação na faixa da BR-116 que atravessa Turmalina, no perímetro urbano de Governador Valadares, resultando em altos índices de criminalidade;
- e) insuficiência de efetivo e de postos da Polícia Rodoviária Federal para fazer a cobertura da malha viária sob sua competência;
- f) disponibilidade de apenas um bafômetro para a atuação da Polícia Rodoviária Federal na região;
- g) número insuficiente de Defensores Públicos no Estado;
- h) falta de ações para a ressocialização de presos e egressos;
- i) carência de tratamento para recuperação de jovens usuários de drogas;

j) superlotação da cadeia da cidade, inclusive com presos já condenados, em condições desumanas e indignas para os detentos e inadequadas para a visitação;

k) falta de acompanhamento do preso na fase de execução penal (além da ressocialização, cumprimento da pena, progressão de regime e concessão de benefícios);

l) inadequação da sede do Corpo de Bombeiros;

m) divulgação de imagem negativa do Município pela mídia;

n) estigmatização, com a criminalidade e a violência, das populações em áreas e situação de vulnerabilidade social.

III. 4 - Carências a serem supridas:

a) abertura de mais duas varas criminais na Comarca;

b) implantação de delegacia especializada em homicídios, com efetivo próprio;

c) implementação de mais unidades da Polícia Federal na região;

d) reforço do efetivo da Polícia Federal em Minas Gerais;

e) iluminação do trecho da BR-116 que passa por Turmalina;

f) aumento dos recursos humanos e materiais (incluindo bafômetros) e do número de postos para a atuação da Polícia Rodoviária Federal na região;

g) duplicação da BR-381 de Belo Horizonte até Governador Valadares;

h) ações para a recuperação de usuários de drogas, em especial dos jovens;

i) programas de ressocialização para presos e egressos;

j) respeito aos princípios da execução penal com sua justa observância;

k) transferência dos presos já condenados da cadeia para a penitenciária;

l) execução de melhorias na infraestrutura da cadeia de Governador Valadares;

m) construção de nova sede para o Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar;

n) conclusão da construção do prédio da 8ª Risp;

o) ampliação das ações do programa Olho Vivo para outros bairros da cidade;

p) veículos para o Proerd, a fim de interiorizar suas atividades;

q) realização de investimentos que gerem empregos e renda para o Município;

r) reforma do Estádio José Mahmoud Abbas e implantação de programas para a formação e o desenvolvimento esportivo de crianças e jovens da região.

Teófilo Otôni, 2/12/2009

I - Apresentação

Em 2/12/2009, realizou-se, na Câmara Municipal de Teófilo Otôni, a 26ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública. Requerida pelos Deputados João Leite, Presidente da Comissão; Maria Tereza Lara, Vice-Presidente; Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, a reunião teve por objetivo discutir a segurança pública na 15ª Região Integrada de Segurança Pública - Risp.

Além dos Deputados João Leite e Maria Tereza Lara, compuseram a Mesa: Maria José Haueisen, Prefeita de Teófilo Otôni; Vereador Renan Pereira, Presidente da Câmara Municipal; Willian Nascimento Santos, Delegado da Polícia Federal, representando o Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal; Urlênio Ramom Cardoso, Inspetor da Polícia Rodoviária Federal, representando o Superintendente da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais; Waldite Alves Costa, Diretora da Superintendência Regional de Ensino de Teófilo Otôni, representando a Secretária de Educação; Dimas Tameirão dos Santos, Defensor Público, representando o Defensor Público-Geral; Isaias Pontes de Melo, Delegado Regional de Teófilo Otôni, representando o Chefe da Polícia Civil; Cel. PM Sandro Lúcio Fonseca, Comandante da 15ª Região da Polícia Militar, representando o Comandante-Geral da Polícia Militar; Fantoni Pessoa Pereira, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública - Consep-Centro - de Teófilo Otôni; e Leandro Brito, Presidente do Consep-Sul de Teófilo Otôni.

II - Desenvolvimento da reunião¹

II. 1 - Exposições e discussão

Inicialmente, o Presidente da Comissão disse acreditar que o desafio de enfrentar a criminalidade crescente, especialmente o tráfico de drogas, não será vencido apenas com a atuação das Polícias, mas com o envolvimento de todos - Parlamento, poder público e sociedade - de forma integrada. Enfatizou, ainda, ser contrário à liberação das drogas.

O Vereador Renan Pereira entregou ao Presidente da Comissão um ofício com uma série de reivindicações ao governo do Estado: melhores condições de trabalho, redução da carga horária de policiais, etc. Segundo ele, os Escrivães de Polícia têm recebido uma carga exaustiva de trabalho, com plantões de 62 horas, nos finais de semana (o que corresponde a uma semana e meia de trabalho), além de plantões noturnos de 14 horas, durante a semana, com início logo após as 8 horas de trabalho regular e seguidos por mais uma jornada de 8 horas (totalizando 30 horas ininterruptas de trabalho). Os Agentes também são submetidos a escalas de prontidão semanais e a operações com início previsto para a meia-noite e término indeterminado, sem remuneração nem descanso. Nos dois casos, são inúmeros os afastamentos, as reabilitações e manifestações de enfermidades decorrentes do exercício de suas funções.

O Vereador destacou também que o comércio de pedras preciosas e semipreciosas, tradicional no Município, vem passando por dificuldades devido à insegurança e à falta de estrutura da cidade. Pediu à Comissão de Segurança Pública que interceda junto à Receita Federal a fim de se criar uma estrutura para que Auditores Fiscais passem a atuar em Teófilo Otôni, fazendo, no próprio Município, a avaliação das pedras. Isso evitaria que os comerciantes tenham que se deslocar até Belo Horizonte, correndo o risco de serem assaltados durante a viagem.

A Prefeita Maria José enfatizou que a maioria dos crimes cometidos na região relaciona-se às drogas e convocou a sociedade a se envolver no combate ao tráfico.

Para o Delegado Isaías Pontes, o narcotráfico é o "inimigo a ser vencido". Ele defendeu a adoção de medidas preventivas, ao lado das repressivas, para combater o problema. Ressaltou que a integração das Polícias está sendo fundamental para o desmantelamento do crime organizado, com a prisão de seus líderes, o que vem contribuindo para a queda dos índices de criminalidade na região.

O Cel. PM Sandro Lúcio chamou a atenção para o crime de homicídio, um problema sério, específico das periferias, que também está intimamente ligado às drogas. Reforçou que os policiais enfrentam inúmeros obstáculos e que é necessário proporcionar-lhes melhores condições de trabalho, melhores salários, mais viaturas e equipamentos, além de aumentar o efetivo da corporação. Mesmo assim, de acordo com ele, têm-se obtido resultados positivos. O Coronel destacou a redução do número de homicídios nos 60 Municípios da região, após o início da ação integrada das Polícias Civil e Militar. afirmou que a maior preocupação é o narcotráfico, sobretudo por sua influência na população jovem da periferia. Segundo ele, 20% dos autores de crimes têm menos de 18 anos.

O Delegado Federal Wilian Nascimento insistiu na necessidade de se reduzir o tráfico de drogas. Para ele, no caso específico do narcotráfico, é indispensável a combinação de ações de repressão e prevenção, que devem envolver não apenas as instituições policiais, mas todo o aparato de segurança pública do Estado, com participação ativa da sociedade. A Polícia Federal tem tentado fazer um trabalho conjunto nas Risps. Mas, para o sucesso dessa ação, é preciso que se aumente o efetivo, criando-se, ademais, uma unidade da Polícia Federal em Teófilo Otôni. De acordo com o Delegado, as dificuldades que o governo federal encontra para criar uma delegacia de Polícia Federal estão relacionadas "à questão da função comissionada do chefe da delegacia, pois não há função comissionada disponível no valor de R\$300,00. Esse é o grande entrave para a criação de mais unidades da Polícia Federal no Estado". Ressaltou que a prevenção é a saída para o combate ao tráfico de drogas e à violência.

Segundo o Inspetor Urlênio Ramon, a Polícia Rodoviária Federal dividiu a segurança pública em duas vertentes: a primeira relaciona-se à criminalidade, enquanto a segunda, aos acidentes de trânsito. Nesta, os dados apontam para um crescente aumento no número de ocorrências. Na primeira, o destaque é o combate ao transporte de drogas. Destacou os dois principais problemas que afetam a região: a insuficiência do número de policiais rodoviários e a deficiência no compartilhamento de informações. O investimento na estrutura da Polícia Rodoviária Federal precisa ser maior, e seus servidores devem ser mais valorizados.

O Defensor Público Dimas Tameirão observou que, tratando-se de segurança pública, a repressão, que procura estancar o problema, não é suficiente. Precisa-se de investimento do Estado, por meio de políticas públicas, no fortalecimento da estrutura familiar. Diante da falta de estrutura, o jovem é facilmente seduzido pelo tráfico de drogas ou pela criminalidade, devido à possibilidade de enriquecimento rápido. Para que haja mudança no cenário da segurança pública, o Estado tem que investir em educação e na família, assim como na valorização dos profissionais da área.

Waldite Alves afirmou que a Secretaria de Educação atende a 31 Municípios e a 260 escolas na região. Alguns desses estabelecimentos de ensino participam do projeto Escola Viva, Comunidade Ativa. A Diretora realçou a dificuldade que professores e Diretores vêm enfrentando em relação à violência em algumas escolas da região. Para ela, o policiamento efetivo nas unidades de ensino é indispensável.

Leandro Brito descreveu o trabalho realizado pelo Consep-Sul. Para ele, a função do Consep é "aproximar o povo. Somos considerados mediadores entre a polícia e a comunidade". Brito também enfatizou que o maior problema a ser enfrentado é a droga. Para ele, a questão principal é econômica, uma vez que os jovens não trabalham, mas precisam de dinheiro, e o tráfico de drogas acaba suprimindo essa carência, acenando com trabalho e dinheiro rápido. Segundo ele, o jovem normalmente começa como "aviãozinho do tráfico". Por isso, faz-se necessário desenvolver projetos que preencham as lacunas existentes na vida do jovem, além de maior investimento em educação.

Fantoni Pereira apresentou o trabalho realizado pelo Consep-Centro. Ressaltou as dificuldades enfrentadas para sua concretização, mas enfatizou sua importância na mobilização da comunidade. Destacou o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - Proerd - como importante instrumento de prevenção. Ressaltou, ainda, a realização, em Teófilo Otôni, da maior conferência municipal de segurança pública do Leste de Minas.

Para a Deputada Maria Tereza Lara, a segurança pública precisa ser uma política de Estado, e não, de governo. "Ela tem que permanecer, mesmo que mude o governo, e tem que envolver o poder público e a sociedade." Outro ponto importante levantado pela Deputada foi a necessidade premente de revisão do sistema prisional, com o incentivo de medidas de ressocialização e de reinserção dos detentos. Para ela, o atual sistema prisional só alimenta a violência.

II. 2 - Encaminhamentos aprovados:

- a) ofício ao Governador do Estado e ao Chefe da Polícia Civil encaminhando a pauta de reivindicações da Polícia Civil de Teófilo Otôni;
- b) ofício ao Governador do Estado e aos Secretários de Fazenda, de Planejamento e de Desenvolvimento Econômico encaminhando a pauta de reivindicações dos comerciantes de pedras preciosas e semipreciosas de Teófilo Otôni;
- c) ofício ao Ministro da Fazenda e ao Superintendente Regional da Receita Federal solicitando a designação de Auditores Fiscais para que as avaliações de pedras preciosas e semipreciosas sejam realizadas em Teófilo Otôni;

d) ofício ao Ministro da Justiça e ao Superintendente da Polícia Federal solicitando a instalação de uma delegacia da Polícia Federal em Teófilo Otôni;

e) ofício ao Ministro da Justiça e ao Superintendente da Polícia Rodoviária Federal solicitando o aumento do efetivo e o envio de viaturas ao 12º Distrito da Corporação, com sede no Município de Teófilo Otôni;

f) ofício ao Defensor Público-Geral do Estado solicitando a ampliação do número de Defensores Públicos designados para as Comarcas de Governador Valadares e de Teófilo Otôni;

g) ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social solicitando a oferta de cursos profissionalizantes, atividades esportivas e assistência psicológica e educativa aos detentos das penitenciárias do Estado.

III - Principais pontos abordados

III. 1 - Problemas:

a) tráfico de drogas;

b) aumento do número de acidentes de trânsito na região;

c) falta de segurança no comércio de pedras preciosas e semipreciosas na região;

d) falta de uma delegacia de plantão da Polícia Civil, bem como de uma delegacia da Polícia Federal no Município;

e) insuficiência do número de policiais civis e militares, bem como de viaturas e demais equipamentos;

f) carência de Defensores Públicos na região;

g) insuficiência de policiais federais e de policiais rodoviários federais na região;

h) carência de Auditores Fiscais para avaliar as pedras preciosas e semipreciosas no Município de Teófilo Otôni;

i) falta de policiamento nas escolas;

j) deficiência no compartilhamento das informações entre os órgãos de segurança pública;

k) carência de programas de ressocialização para egressos da penitenciária de Teófilo Otôni;

l) alto índice de ocorrência de homicídios nas periferias das cidades da região.

III. 2 - Resultados positivos:

a) redução do número de homicídios nos 60 Municípios da região após o início da ação integrada das Polícias Civil e Militar;

b) redução dos índices de criminalidade em decorrência do desmantelamento do crime organizado na região, com a prisão de seus principais líderes;

c) existência, em Teófilo Otôni, de um centro de internação para menores, com 30 vagas;

d) integração do trabalho das Polícias Civil e Militar, bem como das Polícias Federal e Rodoviária Federal;

e) criação dos Conseps Centro e Sul em Teófilo Otôni, com a mobilização das comunidades.

III. 3 - Carências a serem supridas:

a) intensificar o combate ao tráfico de drogas, especialmente ao seu transporte;

b) implantar uma delegacia da Polícia Federal e uma delegacia de plantão da Polícia Civil em Teófilo Otôni;

c) implantar o policiamento militar nas escolas públicas da região;

d) aumentar o número de Defensores Públicos em Teófilo Otôni e região;

e) aumentar o efetivo e o número de viaturas da Polícia Rodoviária Federal, especialmente do 12º Distrito da Polícia Rodoviária Federal, com sede em Teófilo Otôni;

f) melhorar as condições de trabalho, as instalações e os equipamentos das Polícias Civil e Militar de Teófilo Otôni e região, bem como aumentar o número de viaturas das duas corporações;

g) designar Auditores Fiscais para que atuem na avaliação de pedras preciosas e semipreciosas em Teófilo Otôni;

- h) aumentar o investimento do governo estadual na área de segurança pública em Teófilo Otôni e região;
- i) oferecer cursos profissionalizantes, atividades esportivas e assistência psicológica e educativa aos detentos da penitenciária de Teófilo Otôni;
- j) aumentar a mobilização da comunidade na área da segurança pública;
- k) respeitar a carga horária de 40 horas semanais dos policiais civis e militares;
- l) conceder o auxílio-periculosidade e o auxílio-insalubridade aos servidores da segurança pública;
- m) prestar assistência médica especializada aos policiais, respeitando os servidores que são vitimados por doenças adquiridas no exercício de suas funções;
- n) conceder aposentadoria integral aos servidores vitimados por doenças adquiridas em razão do exercício da função e da carga horária exaustiva;
- o) conceder remuneração extra ao servidor que prestar serviço fora de seu local de lotação, bem como ao servidor que acumular funções diversas nas unidades policiais, uma vez que não há outro servidor atuando na circunscrição;
- p) pagar diárias antecipadas referentes a viagens aos policiais civis, como ocorre nas demais secretarias e na Polícia Militar;
- q) proceder à regionalização das promoções e dos critérios de promoção nas carreiras dos policiais civis e militares;
- r) criar o banco de horas;
- s) exigir nível superior para ingresso nas carreiras de Agente e de Escrivão de Polícia, visando à modernização e à eficiência dos serviços prestados;
- t) conceder aposentadoria especial às servidoras com 25 anos de efetivo exercício da função pública que tenham desempenhado, pelo menos, 20 anos de serviço estritamente policial;
- u) criar uma comissão própria para fiscalizar as condições de trabalho dos policiais civis;
- v) implantar unidades hospitalares da Polícia Civil nas cidades sedes de departamentos;
- x) implantar a rotatividade para os cargos de chefia, Chefe de Departamento, Delegado Regional, Chefe do Setor de Trânsito, Chefe da Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran - e Chefe do Centro de Processamento de Dados - CPD - da Polícia Civil, com prazo de permanência de dois a quatro anos;
- y) criar um fundo institucional para os policiais civis visando à implantação de projetos habitacionais, sociais e culturais que os atenda;
- z) conceder obrigatoriamente aos policiais civis o gozo das férias-prêmio quando requeridas, uma vez que são direitos adquiridos e imprescindíveis para o bom desempenho de suas funções, sem prejuízo dos trabalhos da Corporação.

Uberlândia, 2/3/2010

I - Apresentação

No dia 2/3/2010 foi realizada, na Câmara Municipal de Uberlândia, a 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública. Requerida pelos Deputados João Leite, Presidente da Comissão, Maria Tereza Lara, Vice-Presidente, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, a reunião teve por finalidade discutir questões relativas à segurança pública no Município de Uberlândia e demais Municípios componentes da 9ª Risp.

Além dos Deputados João Leite, Maria Tereza Lara, Tenente Lúcio, Weliton Prado e Luiz Humberto Carneiro, participaram da reunião: Vereador Hélio Ferraz Baiano, Presidente da Câmara Municipal de Uberlândia; Joemilson Donizetti Lopes, Juiz da 2ª Vara Criminal, representando o Presidente do Tribunal de Justiça; Breno Linhares Lintz, Promotor de Justiça da Comarca de Uberlândia, representando o Procurador-Geral de Justiça; José Pacífico Martins Ferreira, Delegado da Polícia Federal em Uberlândia, representando o Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal em Minas Gerais; Altemiro Olinto Cristo, Chefe da Delegacia da Polícia Rodoviária Federal em Uberlândia, representando o Superintendente da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais; Adriana Helena Bueno Vieira, Supervisora Regional de Educação, representando a Secretária de Estado de Educação; Evaldo Gonçalves da Cunha, Coordenador da Defensoria Pública em Uberlândia, representando o Defensor Público-Geral; Cel. PM Dilmar Fernandes Crovato, Comandante da 9ª Região da Polícia Militar, representando o Comandante-Geral da Polícia Militar; Gilmar Souza Freitas, Chefe do 9º Departamento da Polícia Civil, representando o Chefe da Polícia Civil; Ten.-Cel. PM Felipe José Aidar Martins, Comandante do 5º Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar, em Uberlândia; Egmar Ferraz, Presidente da 13ª Subseção da OAB de Minas Gerais.

II - Desenvolvimento da reunião

II. 1 - Exposições

O Cel. PM Dilmar Fernandes destacou os seguintes resultados das ações integradas das polícias na 9ª Risp: aquisição de 245 viaturas, além da parceria com o Município, por meio da cessão de viaturas, aprimorando o policiamento de trânsito e o policiamento preventivo escolar; recebimento de equipamentos e armamentos para toda a região; investimentos na Polícia Militar da ordem de 50 milhões de reais nos últimos anos; instalação adequada da sede da 9ª Risp, o que trouxe motivação à Polícia Militar e às demais organizações; relação profícua com os Municípios por meio de convênios, o que permite a presença da polícia em todos os Municípios e Distritos da 9ª Risp.

Segundo o Coronel, a região conta com a Companhia de Patrulhamento Aéreo e com helicóptero que presta assistência ao trabalho preventivo

e de repressão qualificada "de maneira muito efetiva".

Em relação aos índices de criminalidade violenta, o ano de 2009 retornou aos patamares da década anterior. Nos últimos 10 anos, o aumento populacional decorrente de pessoas vindas de fora foi da ordem de 150 mil habitantes. A criminalidade acompanhou essa tendência de crescimento até 2004, diminuindo consideravelmente a partir de 2005, em razão da realidade vivenciada pela Risp.

A maior preocupação é com o índice de homicídios consumados. Estudo feito pelas polícias aponta que 70% dos homicídios na região têm relação com o tráfico de drogas. A autoria desse tipo de crime é predominantemente masculina, e as armas de fogo são o principal instrumento da prática delituosa. No ano de 2009, houve um aumento de 50% nas apreensões de armas de fogo. Neste ano, até março, as apreensões já são "infinidamente superiores" se comparadas ao mesmo período do ano passado. O enfrentamento desse problema vem sendo feito com estratégias de ampliação da repressão qualificada e da gestão colegiada, além de ampliação do Proerd e do programa Jovens Construindo a Cidadania. Em 2008, houve 1.500 ocorrências relacionadas a drogas, subindo para 1.791 em 2009.

No que diz respeito às estratégias de enfrentamento da criminalidade, o Delegado Gilmar Souza Freitas destacou a importância da criação da Delegacia de Homicídios e a duplicação do efetivo. Em seguida, citou alguns dados relativos a inquéritos policiais e TCOs que demonstram que a Risp tem conseguido cumprir as metas estabelecidas para essas atividades.

Segundo ele, cada delegacia regional recebe um lote de metas conforme a natureza dos crimes. Estudos de criminologia determinaram que 78% dos crimes praticados em Uberlândia têm relação direta ou indireta com o tráfico de drogas. Em 2009, a Delegacia Regional de Uberlândia apreendeu 2.500kg de drogas. Em 2010, já foram apreendidos 111kg de drogas. A meta para o Município é baixar o índice de homicídios, reprimir o tráfico e combater a pirataria. O índice de apuração dos homicídios em Uberlândia é da ordem de 52%.

O Delegado apontou como entrave ao trabalho da polícia a burocratização do inquérito policial do ponto de vista técnico-jurídico e defendeu uma "investigação dentro dos princípios da policiologia, de uma polícia moderna, uma polícia técnica e científica". Ainda em relação aos problemas enfrentados, o Delegado destacou a administração de cadeias pela Polícia Civil; o aprisionamento muito acima da capacidade máxima; a existência na cadeia de Araguari de um abrigo de menores anexo à delegacia; a insuficiência de pessoal nos quadros da polícia em todos os Municípios da 9ª Risp; a falta de um posto de perícia integrada; a insuficiência dos investimentos na Polícia Civil de Uberlândia.

O Juiz Joemilson Donizetti abordou a integração das polícias e sua importância para a redução efetiva da criminalidade; o programa Fica Vivo e seus resultados efetivos; a necessidade do cumprimento de 1.500 mandados de prisão, só em Uberlândia, e a identificação das causas do descumprimento desses mandados, o que gera enorme sentimento de impunidade e eleva o índice de criminalidade; a necessidade de construção de novos presídios com capacidade máxima para 100 detentos; e a instalação de dez novas Varas em Uberlândia, criadas pela última reforma judiciária.

O Delegado Federal José Pacífico ressaltou que o crime em que há mais convergência das atribuições das polícias estaduais e da Polícia Federal é o tráfico de entorpecentes. Em 2009, a Polícia Federal apreendeu em Uberlândia 1.220kg de maconha e 102kg de cocaína, tendo efetuado mais de 190 prisões. Entretanto, segundo o Delegado, não basta prender; é preciso dotar os presídios de melhores condições. Por fim, registrou a dificuldade de colocar viaturas nas ruas devido à escassez de combustível.

O Promotor Breno Linhares alertou para a insuficiência do quadro de Juízes e Promotores em face do crescimento do trabalho da polícia judiciária, o que pode levar a atrasos e estouro de prazos nos processos, fazendo com que muitos bandidos sejam libertados.

O Ten.-Cel. PM Felipe José, do Corpo de Bombeiros, queixou-se da "criminalização" da segurança pública: "normalmente, em um acidente, atendemos 12 a 15 pessoas mortas, e essas pessoas estão mortas do mesmo jeito que as pessoas que foram assassinadas, mas nem por isso o Corpo de Bombeiros, como um órgão da segurança pública, tem tido a mesma importância dos outros órgãos". Segundo ele, o número de mortes provocadas por acidentes automobilísticos em um final de semana supera o dos assassinatos que ocorrem no Município em um período de seis meses.

O Tenente-Coronel, após sugerir "que as próximas reuniões tenham um espectro maior em relação à violência como um todo", foi enfático ao dizer que, apesar dos 97% de aprovação, os Bombeiros têm dificuldades, como deixar de receber recursos do governo federal, ao passo que serviços similares que custam cinco vezes mais têm sido implantados. E registrou que, "ao contrário das Polícias Militar e Civil, em que o número de ocorrências vem caindo, o nosso tem aumentado dia a dia". Em 2008, houve 13.801 ocorrências; em 2009, 15.587. Em 70% dos casos, há vidas humanas envolvidas. No tocante às ocorrências de trânsito, o número de acidentes com motocicletas chega a ser seis vezes maior que o de acidentes envolvendo veículos de quatro rodas.

O Defensor Público Evaldo Gonçalves disse que o quadro de Defensores conta com apenas 16 profissionais, responsáveis por atender uma população estimada em 700 mil habitantes. Segundo ele, apesar da insuficiência de pessoal, conseguem manter uma equipe para atuação permanente nos presídios da Comarca e um núcleo de atuação da Defensoria no Centro Socioeducativo de Uberlândia - Ceseu -, onde não há mais problemas de superpopulação.

Juarez Alves Pereira, representante de movimentos sociais, pediu mais apoio das autoridades e ações conjuntas entre lideranças comunitárias e polícias, alegando que, "em uma situação de conflito entre pessoas que estão à margem da lei, o líder comunitário é o primeiro a ser intimidado pelos marginais".

Ricardo Lotti, do Conselho Municipal de Segurança Pública de Uberlândia, registrou que o "Conselho está capengando, não está funcionando, pois não temos nem lugar para nos reunir" e solicitou que sejam destinados recursos para o Conselho em função de lei que obriga o Executivo municipal a fazê-lo.

Nadir dos Reis Figueira registrou que não há locais adequados para tratamento de usuários de drogas e pediu às autoridades providências para a criação de instituições específicas para esse fim. Solicitou, ainda, que os presos tenham oportunidade de trabalhar. Por fim, disse que a Polícia Civil está muito mal equipada e sem pessoal suficiente.

Um documento com antigas reivindicações relativas à segurança foi entregue à Comissão pela Vereadora Liza Prado, que também pediu a ajuda da Comissão para a reabertura dos postos policiais que foram fechados, para o aumento do número de viaturas e para a obtenção de informações acerca do andamento de investigações sobre pessoas desaparecidas.

O investimento em educação por parte da União, Estado e Município foi a tônica da fala do Vereador Neivaldo, que ressaltou ser a educação a base de tudo. Para ele, "um aluno é muito mais barato aos cofres públicos do que um presidiário".

Indagado pelo Presidente da Comissão sobre a extensão da malha rodoviária sob a jurisdição da Polícia Rodoviária Federal, o número de postos e o efetivo, Altemiro Olinto informou que são 350km de rodovias, sob a responsabilidade das delegacias de Uberlândia, Uberaba, Frutal e Patos

de Minas, 7 postos e um efetivo de apenas 10 homens.

O Delegado Federal José Pacífico, a pedido do Presidente, informou que a circunscrição da Polícia Federal na região abrange 68 Municípios e conta com 25 Agentes, 7 Escrivães, 10 Delegados e 12 Peritos, ressaltando a insuficiência desse quadro para atender a demanda.

II. 2 - Encaminhamentos aprovados:

a) ofício ao Secretário de Defesa Social solicitando a construção da sede do Instituto Médico Legal no Município de Uberlândia e a implantação do Posto de Polícia Integrada - PPI; a instalação de câmeras de segurança do programa Olho Vivo na Av. Afrânio Rodrigues da Cunha, no Município de Uberlândia; a humanização dos estabelecimentos prisionais de Uberlândia com aumento da oferta de trabalho e de ensino profissionalizante para os presos; o pagamento de diárias de viagens e a disponibilização de viaturas descaracterizadas para o trabalho investigativo; a aquisição de um prédio próprio ou locado destinado à implantação da delegacia regional; a ampliação do efetivo policial; a manutenção de viaturas e equipamentos atuais e a aquisição de novos; a ampliação do projeto Jovens Construindo a Cidadania - JCC - e do Programa Educacional de Resistência às Drogas - Proerd -; a implantação de clínicas públicas de tratamento de dependentes químicos; o aumento de viaturas e equipamentos para o Corpo de Bombeiros; a viabilização de recursos materiais e humanos com o objetivo de ampliar o programa Consep Rural, que hoje conta com 23 unidades; a implantação de oito Áreas Integradas de Segurança Pública - Aisp -; a implantação da 2ª Delegacia Regional, nomeando-se 40 agentes e 20 escrivães para atender a demanda, no Município de Uberlândia;

b) ofício ao Secretário de Defesa Social e ao Subsecretário de Administração Prisional solicitando a instalação de banheiros e toldos na Penitenciária Pimenta da Veiga e no Presídio Jacy de Assis para propiciar melhores condições aos parentes dos presos;

c) ofício ao Ministro da Justiça solicitando o aumento do efetivo da Polícia Rodoviária Federal no Estado e a designação de mais Delegados, Agentes Peritos e Escrivães para a Superintendência da Polícia Federal em Minas Gerais;

d) ofício ao Prefeito Municipal de Uberlândia solicitando a garantia do funcionamento do Conselho Municipal de Segurança Pública, dotando-o de infraestrutura, equipamentos e pessoal;

e) ofício ao Comandante-Geral da Polícia Militar solicitando assistência jurídica do Estado ao policial militar quando incorrer, no exercício de sua função, em conduta ilegal.

III - Principais pontos abordados:

a) apesar das promessas e dos investimentos, a Polícia Civil continua encarregada da guarda de presos;

b) as Polícias Civil, Federal e Rodoviária Federal apresentam quadro de pessoal insuficiente para atender a demanda da região;

c) o homicídio é o crime que mais desafia a capacidade das forças de segurança e em 70% dos casos está vinculado ao tráfico de drogas;

d) a Polícia Militar é a força de segurança que dispõe de mais recursos humanos e logísticos, e, ao contrário do que foi dito por populares presentes na reunião, a exposição do representante da Corporação pareceu sugerir que praticamente não há problemas, à exceção do desafio quanto ao controle do número de homicídios;

e) houve consenso de que a implantação de políticas públicas preventivas é uma das medidas mais importantes para garantir mais segurança e tranquilidade para a sociedade.

Patos de Minas, 16/3/2010

I - Apresentação

Em 16/3/2010, realizou-se, na Câmara Municipal de Patos de Minas, a 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública. Requerida pelos Deputados João Leite, Presidente da Comissão, Maria Tereza Lara, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, teve por objetivo debater a segurança pública na 10ª Risp.

Além dos Deputados João Leite, Elmiro Nascimento, Hely Tarquínio, Maria Tereza Lara e Paulo Piau, participaram da Mesa: Maria Beatriz de Castro Alves Savassi, Prefeita Municipal de Patos de Minas; Amarildo Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Patos de Minas; Vinícius de Ávila Leite, Juiz de Direito, representando o Presidente do Tribunal de Justiça; Paulo César de Freitas, Promotor de Justiça, representando o Procurador-Geral de Justiça; José Pacífico Martins Ferreira, Delegado da Polícia Federal, representando o Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal em Minas Gerais; Sérgio Pereira Borges, Inspetor da Polícia Rodoviária Federal, representando o Superintendente da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais; Geórgia Ribeiro Rocha, representando o Secretário de Estado de Defesa Social; Susie Adriane Silva Pereira, representando a Secretária de Estado de Educação.

Compuseram também a Mesa: Jane Campos, representando a Secretária de Estado de Desenvolvimento Social; Cloves Eduardo Benevides, Subsecretário de Estado, representando o Secretário de Estado de Esportes e da Juventude; Walner Dias, Defensor Público, representando o Defensor Público-Geral; Cel. PM Marco Aurélio do Vale, representando o Comandante-Geral da PMMG; Márcio Siqueira, Delegado de Polícia, representando o Chefe da Polícia Civil do Estado; Ten. Cel. PM Felipe José Aidar Martins, Comandante do 5º Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar em Patos de Minas; Marcilene Jacinto; Josafat José Afonso, **Presidente da Associação dos Moradores de Santa Luzia**; Pedro Lucas Vereador; Augusto Soares, Cel. aposentado da PMMG; Roberto Nacional; Jonas Nunes, empresário e Delegado do Sindicato das Vistórias em Patos de Minas.

II - Desenvolvimento da reunião

II. 1 - Exposições

O Presidente da Comissão, após declarar aberta a reunião, comunicar seu objetivo e anunciar as presenças, passou a palavra aos expositores.

O Cel. PM Marco Aurélio informou que a 10ª Risp abarca a região do Alto Paranaíba, com exceção do Batalhão de Bombeiros, que a extrapola. São 23 Municípios e 27 Distritos, com 500.000 habitantes. O efetivo da Polícia Militar tem 972 servidores. Há duas Acisps: a 26 é composta

pelo 15º Batalhão de PMMG e pela 10ª Delegacia Regional de Polícia Civil; a 52, pelo 46º Batalhão e pela Delegacia Regional, ambas de Patrocínio. Cada comarca corresponde a uma Aisp, tendo Patos de Minas duas: a 114 engloba 31 bairros e a região central do Município; a 115, 37 bairros. Houve investimentos em recursos humanos e logísticos. O 15º Batalhão possui 820 viaturas, o 46º Batalhão, 75, e a 10ª Companhia de Meio Ambiente e Trânsito Rodoviário, da 10ª Região de PMMG, 84.

O Coronel relatou que o índice de crimes na Risp ficou estável entre 2005 e 2009. Na área de criminalidade muito alta, houve 87,9 a 101,3 eventos por mil habitantes, caindo, em 2009, para 95,5. Na área de criminalidade baixa, a queda foi de 35 para 23. Esclareceu que o índice de crimes violentos ficou estabilizado de 2005 a 2006, cresceu em 2007 e caiu a partir de março de 2008. Em agosto de 2009, foi o menor da série, crescendo depois abaixo da média. Na área de criminalidade violenta muito alta, ocorreram 3,39 eventos por mil habitantes. Na área de criminalidade violenta alta, houve 2,54. Na de criminalidade violenta média, 1,59 a 2,4. Nas áreas de criminalidade média e baixa houve no máximo 1,69. O índice de criminalidade violenta caiu em Patos de Minas e se manteve estável em Carmo do Paranaíba, mas subiu em algumas regiões, impulsionado por assaltos a fazendas.

Disse que o índice de crimes violentos contra o patrimônio apresentou tendência à queda a partir de 2008. Na área de criminalidade violenta contra o patrimônio muito alta, houve de 1,86 a 4,68 eventos por mil habitantes. Na área de criminalidade violenta contra o patrimônio baixa, menos de dois. Em geral, houve desconcentração e diminuição de crimes.

Constatou que o índice de homicídios "é de primeiro mundo", mas com oscilações por uso de drogas, motivo passional, desavença ou deslocamento de mão de obra externa para fazendas locais. Os BOs registraram 43 homicídios em 2005, com crescimento em 2006 e redução em 2007, chegando a 57 em 2008 e tendo nova alta em 2009. Patos de Minas, com maiores população e taxa de homicídios, teve 23 eventos em 2009, e 54 de 2005 a 2009.

Verificou que, em 2009, os eventos cresceram para 68: 13 por drogas, 13 por desavenças, 7 passionais, 2 por vingança, 3 por outros motivos e 30 por motivo ignorado. Das vítimas, 3 tinham até 17 anos e 31 de 18 a 30 anos. Dos autores, 7 tinham até 17 anos, 29 de 18 a 30 anos, 9 de 31 a 40 anos e 36 tinham idade ignorada. O período de maior incidência vai das 18 às 22h59min. A arma de fogo é o instrumento mais utilizado. Dos autores, 29 foram presos durante ou logo após a ocorrência, e 49 não foram detidos. De 2005 a 2009, cresceu a apreensão de armas. De 2008 a 2009, as operações subiram de 22.872 para 42.456.

Comunicou que o combate a crimes violentos contra o patrimônio e a homicídios se baseou em metas. Para 2008-2009, as metas foram as seguintes: redução de 6% nos crimes violentos, de 6% nos crimes violentos contra o patrimônio e de 4% nos homicídios; acréscimo de 8% nas operações e de 2% na apreensão de armas. Todas foram atingidas, exceto a de homicídios, que, no entanto, apresentou taxa de elucidação favorável. Para 2010, a meta repetiu a de 2009, mas calculada sobre os resultados alcançados: redução em cima da redução. O método é o monitoramento por dezena: a cada 10 dias os registros são verificados, para a correção de desvios.

Indicou a presença de jovens nos eventos entre 2008 e 2009: nos crimes violentos contra a pessoa, aumentou a participação de crianças e adolescentes; nos crimes violentos contra o patrimônio, caiu a de crianças e aumentou a de adolescentes. Expôs que, de 2008 a 2009, os acidentes de trânsito rodoviário sem vítimas caíram 23,64%, com vítimas feridas, 22,6%, e com vítimas fatais, 50%. A redução total foi de 24,39%. O número de vítimas caiu 62,22% para ferimentos fatais, 44,44% para ferimentos graves e 28,97% para ferimentos leves. O total de vítimas se reduziu 34,10%. Por fim, relatou que houve aumento de 26,67% na fiscalização à pesca e 22,94% a comércio, feiras e mercados. O desmatamento também se reduziu, incluindo o número de processos do IEF repassados à Polícia Militar.

O Delegado Márcio Siqueira argumentou que a maioria dos crimes orbita em torno do tráfico. A metodologia para combatê-lo tem três pilares: trabalho de inteligência e repressão qualificada; descapitalização das quadrilhas; tratamento do dependente químico. A orientação implantada na região exige sintonia entre Ministério Público, Judiciário e forças policiais. Implica iniciar com a inteligência e só depois começar a investigação, com informações direcionando as atuações. O trabalho prossegue com reunião, avaliação e elaboração de metas. Várias operações foram realizadas, com vasto desdobramento, mas algumas conexões criminosas ainda estão atuantes. Tudo isso exige uma política estadual antidrogas.

Informou que, em 2009, de 765 inquéritos na região, foram concluídos 329. A taxa de apuração ficou em 43,1%. No 10º Departamento de Polícia, houve 55 concluídos de um total de 74, ou seja, 74,32%. Na Risp, foram registrados 41 homicídios, com 33 apurados e taxa de elucidação de 80,48%. Patos de Minas teve 24 homicídios e 18 elucidados, ou 79,16%, quase o dobro da especializada de homicídios em Belo Horizonte. Considerando-se a posição das unidades da Polícia Civil, ultrapassou a meta de inquéritos esperada pelo governo em 247,96%, e de TCOs, em 298,97%, ficando em 1º lugar no "ranking" dos departamentos.

Por fim, sublinhou que vem batendo na mesma tecla há anos: é necessária uma política de governo e o tráfico deve ser visto como prioridade. Disse ainda que falta um centro para tratar dependentes químicos. Também disse ser descabido acumular mandados de prisão para traficantes externos, sem contrapartida federal. Criticou a falta de política criminal e a ideia de regime especial: os presos precisam ter atenção igual, o local de detenção é que deve ser diferenciado, com presídios para detentores de conhecimentos especiais.

O Ten.-Cel. PM Felipe José constatou que os bombeiros atuam ou antes da causa ou em suas consequências. A Corporação tem muita aceitabilidade, mas às vezes necessidades são esquecidas. Informou que crescem, absoluta e proporcionalmente, os acidentes, incêndios e medidas preventivas, como análise de projetos, vistoria de sinais e autos de vistoria. Os atendimentos mais comuns são: salvamento de vidas e prevenção. Os incêndios são raros.

Relatou que, no segundo semestre de 2008, aumentaram os casos clínicos, pois os habitantes ficam nas cidades. Nos feriados prolongados há muitos acidentes de automóveis. Aumentaram os distúrbios por uso de drogas e os acidentes com motocicleta. Também há muitas quedas e acidentes com bicicletas e veículos automotores. Em média, os eventos com motocicletas estão 4% a 8% acima dos que envolvem bicicletas e atropelamentos.

Informou que os números do acordo de resultados na Risp são próximos aos dos EUA e dos países europeus. O acordo sobre o tempo de chegada à vítima, estipulado em 10 min., havia sido superado em 2007 e está na faixa de 4,54 a 4,32 minutos. Tempos menores diminuem chances de mortalidade, sequela, custo hospitalar e inação da vítima. A análise de projetos durou em média 8 dias no primeiro semestre de 2009 e 7,28 no segundo, garantindo uma vantagem comparativa na liberação de empresas. O Corpo de Bombeiros realizou, também, campanhas educativas e repressivas em conjunto com as polícias e com a sociedade civil. Houve, por fim, investimentos no sistema para controle de semáforos. Outra iniciativa foi a concentração do efetivo em horários com maiores ocorrências.

O Cel. PM Marco Aurélio mostrou as ações sociais da Polícia Militar na região: Semana do Trânsito, divulgação do Estatuto do Idoso, Proerd, Caravana Comunitária, Patrulha Rural, Projeto Pontapé Inicial, Base Comunitária Móvel, Túnel das Drogas, Grupo Paz Social, Teatran, Projeto Esporte, Arte e Paz na Comunidade, Projeto Vigilância Solidária, Projeto Caratê Comunitário, Projeto Paz, Meio Ambiente e Centro de Educação Ambiental e Trânsito.

O Ten.-Cel. PM Felipe José apresentou as seguintes ações sociais do Corpo de Bombeiros: envio de equipamentos para cursos de primeiros socorros, atendimento a comunidades carentes e celebração de convênio com a Prefeitura Municipal relativo ao Samu.

O Vereador Amarildo Ferreira sugeriu à Prefeita investimentos na área social, especialmente na prevenção junto a crianças e adolescentes, com a implantação de mais uma unidade da Fundação Municipal de Promoção da Criança e do Adolescente - Proman.

O Juiz Vinícius de Ávila ponderou que os crimes violentos ligados ao consumo de drogas são no mínimo 90% do total, pois os provocados por álcool e os culposos devem ser considerados. Há erro crasso na avaliação sobre os danos causados pelo consumo de drogas. O equívoco da última modificação na lei é igualar os usuários, como se fossem todos viciados. Como são isentos de pena, sem exceção, e recebem apenas advertência ou são objeto de eventual medida, o Juiz não possui meios para fazer cumprir o estipulado. Logo, instalaram-se a impunidade legal e o desperdício de esforços, acobertando o traficante e o financiador.

Esclareceu ser lamentável que, às vezes, a sociedade se veja tentada a reduzir a lei ao seu aspecto punitivo, como se a prisão fosse a solução para tudo. O fundamental é resolver os problemas, atacando as causas sociais e preservando os direitos individuais. Ao Juiz não é dado abdicar do devido processo legal e do respeito às leis, transformando-se em paladino da justiça acima da verdade. Como o magistrado está adstrito à Constituição, depara-se com um escudo do traficante, sendo obrigado, sem prova robusta, a absolver o réu. Torna-se necessário diferenciar o viciado do traficante ou financiador.

Comunicou que a vara criminal propalou, em 2009, 1.368 sentenças criminais, realizou 890 audiências e proferiu 8.244 despachos. Constatou o apoio do Município e se disse ansioso pela construção do novo fórum, que permitirá a instalação de novas varas e o atendimento das demandas crescentes. Por fim, anunciou que há recursos oferecidos e a promessa do Presidente do TJ sobre a obra, mas insistiu na ajuda dos Deputados.

O Promotor Paulo César esclareceu que o Ministério Público é instituição independente e essencial à função jurisdicional do Estado: presta apoio aos órgãos de segurança pública na prevenção, na investigação e nas detenções, assim como trabalha para garantir concretude e efetividade ao trabalho inicial da polícia no processo, na condenação e na prisão. O indiciamento é o começo do processo, com sua entrega ao Poder Judiciário e o pedido de condenação. Para tanto, faltam na região aparelhos e estrutura. Sugeriu, para a prevenção, medidas simples, como controlar bares sem alvarás e sem previsão de horário para fechar.

Frisando que a segurança pública é dever do Estado, mas responsabilidade de todos, abordou o assunto relativamente à infância e à adolescência. Muitos criminosos perigosos são "clientes da Justiça desde tenra idade", por falta de apoio familiar ou de medida socioeducativa. Um anseio de Patos de Minas é a construção de um centro para reeducação de menores. Combater o crime apenas nos efeitos, sem enfrentar as causas, é o mesmo que tentar acabar com a dengue sem atacar a larva e só curando doentes.

O Delegado José Pacífico informou que a Delegacia de Polícia Federal de Uberlândia abrange 68 Municípios, do Pontal do Triângulo até Formoso. Não obstante, o trabalho tem obtido êxito, inclusive na parceria com as Polícias Civil e Militar. Ratificou que não basta reprimir o uso das drogas e que o Estado precisa investir na recuperação do dependente. Criticou a legislação sobre crimes culposos, sobretudo homicídios. Nomeou a lei municipal que garante espaço físico para a instalação provisória da referida Delegacia. Comunicou que 30% da demanda se concentram na Região de Patos de Minas e se referem a crimes ambientais. Há também o aspecto social: o combate a garimpeiros ilegais pode criar ociosidade, gerando mais crimes. Por fim, solicitou gestões desta Comissão para instalação de uma nova delegacia de Polícia Federal e para mudança na legislação sobre crimes culposos.

O Defensor Público Walner Dias lamentou que os dependentes químicos sejam tratados como bandidos e que os condenados sejam tão somente jogados na prisão. Registrou a importância da Defensoria Pública, uma vez que 90% dos crimes lhe são afetos. Informando que essa instituição está sucateada em Minas, pediu apoio para soerguê-la. Disse que não adianta tratar o crime como ilegalidade, ignorando os preceitos da dignidade humana, do devido processo legal e da ampla defesa. Deixar impune um crime é o mesmo que exceder na pena: o resultado será a sensação geral de que a lei e o Estado não funcionam. Não adianta cobrar regras de alguém se os direitos lhe são negados.

O Inspetor Sérgio Pereira informou que a Polícia Rodoviária Federal na região passou de posto da Delegacia Regional de Paracatu a delegacia independente, mas que seu efetivo não cresceu: problemas no concurso adiaram o plano de triplicá-lo. A fiscalização concentra-se no trânsito, com dois focos: direção com alcoolismo e excesso de carga. Há parcerias com outros órgãos: Ministério Público Federal, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte, Agência Nacional de Transporte Terrestre, DER-MG e Receitas Estadual e Federal.

Susie Adriane afirmou que as famílias têm delegado a formação dos filhos à escola, mas, como a educação forma um tripé com a segurança e a saúde, frisou a parceria com as Polícias Militar e Civil, o Corpo de Bombeiros, as autoridades políticas, o Judiciário, os Defensores Públicos e a comunidade. Disse que as instituições interessadas em trabalhar com alunos por meio de projetos sociais podem contar com as escolas. A formação dos cidadãos mineiros está prevista no programa de educação profissionalizante, oportunidade para resgatar a juventude da criminalidade e incluí-la no mercado de trabalho. Valorizou os projetos Escola Viva e Comunidade Ativa - em parceria com a SES -, que tratam a escola como parte da comunidade e palco para a representação dos problemas exteriores. Outro projeto é a escola integral: os alunos, em vez de ficarem nas ruas, fazem atividades recreativas, de formação e de reforço, além de frequentarem as aulas do período normal.

Jane Campos destacou a participação da Sedese na prevenção da criminalidade, atuando em Patos de Minas por meio de programas desenvolvidos com o Município.

A Vereadora Marcilene Jacinto opinou: o que realmente importa é destruir as causas da violência, pois não se pode falar em segurança sem paz e justiça. As opções determinam não só a vida de cada um, mas também a política que constrói a sociedade. Torna-se preciso decidir sobre os valores: um mundo com justiça, paz e segurança não se cria só com palavras; ele deve ser desejado e realizado mediante contribuição de todos. Por fim, pediu a elaboração de políticas de segurança com ações sociais, priorizando a prevenção; e de projetos para capacitar lideranças em prevenção da violência.

Geórgia Ribeiro relatou que, desde 2003, a Seds começou a integração dos órgãos de segurança. A estratégia reconhece a criminalidade como fenômeno complexo, cujo combate demanda a articulação de várias instituições. Em 2008, implementou-se a Integração da Gestão em Segurança Pública - Igesp - em Patos de Minas, monitorando-se a evolução da criminalidade. A transparência, a prestação de contas e a inteligência são importantes, mas não são uma solução mágica. Reconheceu ser preciso construir uma política mais efetiva para os trabalhos de inteligência e tratamento ao dependente químico. Atua-se também no sistema prisional, liberando as Polícias Militar e Civil e propiciando segurança e ressocialização aos acautelados. Em 2003, havia 5 mil presos no sistema prisional, hoje, há 45 mil.

Informou que a Sedese investe em outros eixos: a repressão qualificada e a prevenção. O Fica Vivo não está em Patos de Minas porque a incidência de homicídios na região é menor do que em outras, mas seu método pode ser replicado: parcerias com prefeituras utilizam a mediação de conflito, pensando as ações e projetos sociais com foco específico. A lógica é concentrar as ações em comunidades com mais violência. Ademais, existem fatores culturais a serem atacados na perspectiva da prevenção social.

Explicou que as internações de Patos de Minas são realizadas em cidades próximas, pois o histórico local registra uma demanda insuficiente para justificar um centro com 40 vagas. Priorizou-se, pois, a parceria com a Prefeitura para trabalhar em meio aberto: foram financiadas 60 vagas para medidas socioeducativas e se prevê uma delegacia especializada para adolescentes autores de ato infracional. Por fim, disse que o combate à criminalidade demanda várias mudanças de visão nas instituições, a fim de as capacitar para desenvolver medidas de autoproteção e de responsabilização social.

Roberto Nacional afirmou que, sem a participação dos poderes, das entidades de classe e da sociedade como um todo, seria melhor encerrar as atividades e o próprio Consep. Concluiu desafiando as autoridades e órgãos a ultrapassarem o mero ato de colocar as coisas no papel, pois competência é fazer ações concretas.

Fernando Alves Diniz, também referindo-se ao Consep, disse que seus membros lutam com muitas dificuldades, mas recebem apoio das autoridades quando o solicitam.

Elvira Porto abordou o destino do projeto Zona Azul, que apoia os menores encarregados de guardar veículos em estacionamento. Mais de mil já participaram e jamais se envolveram em fato desabonador. Arrimos de família, recebem orientação e quase R\$500,00 por mês. A Presidente da Proman se queixou de que a Promotora do Ministério do Trabalho fez uma intimação para fechá-lo, pretextando motivo legal. Se prevalecer a ordem, 100 adolescentes acima de 17 anos irão para as ruas, tornando-se presas fáceis da violência e da droga. Por fim, afirmou que o "caput" do artigo que proíbe o menor de trabalhar na rua pode ser elidido e se disse empenhada em defender a continuidade do projeto.

O Subsecretário Cloves Eduardo conceituou o combate ao tráfico e ao uso de drogas como política de Estado. Com o advento do "crack", as antigas respostas ficaram insuficientes. A legislação brasileira tem de aproximar-se mais da realidade. Não se trata de defender a penalização do usuário ou a negligência para com os partícipes da estrutura criminosa do tráfico. A repressão qualificada e a inteligência policial os diferenciarão. Ademais, é inadmissível que o detento saia da prisão já contratado por criminosos especialistas.

Elogiou esta Comissão, que, diante da complexidade do problema, estaria propiciando o diálogo entre as instituições e buscando articular concretamente as possibilidades de ação. Hoje, os cerca de 300 conselhos municipais de políticas sobre drogas se articulam com os Municípios. Só nas áreas da educação e saúde, há 300 bolsas de especialização na Universidade Federal de São João del-Rei, que serão dobradas para formar uma "expertise" técnica para além da temporalidade dos governos e gestões. Reconheceu que a rede de 39 instituições é insignificante em face da necessidade, mas representa um caminho.

Exemplificou com a política para crianças e adolescentes, relacionada ao cumprimento de medidas socioeducativas: as unidades chegam a mil vagas. Fenômeno de certa forma assemelhado - mais de 50% dos adolescentes que cumprem medida têm envolvimento com drogas ou até com o tráfico -, o atendimento a dependentes químicos já conta com 600 vagas. Trata-se de consolidar e ampliar tais estratégias. Há dificuldades nas políticas de saúde e de educação, mas também nessas áreas a via foi desenhada, e sem volta.

Informou que Minas possui uma política antidrogas, aprovada pela Assembleia, e conselhos funcionando regularmente. Os resultados não são os sonhados, mas, às vezes, governar é fazer escolhas dolorosas, mantendo o indispensável e construindo alternativas ao longo do processo. Quando o Deputado João Leite conduzia a Sedese, foi preciso travar uma queda de braço para assinar o convênio com a União, visando aos leilões de materiais apreendidos. Hoje, Minas tem os melhores resultados em descapitalização da estrutura traficante, e uma arrecadação acima de R\$2.000.000,00 só com venda de materiais. Há um arquivo e um diálogo com as varas da Justiça no recolhimento dos bens e na sua transformação em recursos para a repressão, a prevenção e o tratamento.

Declarou-se feliz por encontrar em Patos de Minas interação e resultados positivos, colocando-se à disposição para ações concretas. Disse, também, que a legislação brasileira e o investimento em segurança têm de mudar. Por fim, fez uma crítica construtiva: a política antidrogas é a única área do governo federal que não teve conferência, enquanto Minas já está na quarta. Urge a realização de uma conferência nacional para alinhar as posições da Defensoria Pública, do Ministério Público, das Polícias Civil e Militar e do Judiciário.

II. 2 - Discussão

A Deputada Maria Tereza Lara propôs a destinação de mais recursos dos governos estadual e federal para o combate às drogas e ao narcotráfico. Disse não acreditar em segurança senão com integração entre as três esferas de poder e a sociedade civil. Referiu-se ao projeto de escola em tempo integral e ao Fica Vivo. Sugeriu que esta Comissão se debruce sobre o projeto Zona Azul e ajude a solucionar o impasse que o ameaça. Por fim, frisou que há superlotação no Presídio Sebastião Satiro: 314 detentos para apenas 165 vagas.

O Cel. PM Augusto Soares disse que só uma tomada de posição real possibilitaria a superação do atual quadro de criminalidade. O problema está na família. A corrente que alimenta a produção de bandidos apenas será cortada por meio da educação das crianças, instaurando-se a obrigatoriedade de estudarem a partir do primeiro ano de idade, em tempo integral. Na escola deveria haver uma ficha socioeconômica, para que sua direção saiba o ambiente em que o aluno vive. Para a aplicação dessa política, poderão ser feitas parcerias e mobilização de voluntários, como aposentados. Sugeriu que os legisladores mudem a lei que proíbe o menor de trabalhar e que a sociedade lhes dê condições de exercer uma atividade. Frisou, por fim, a importância de impor limites para crianças e adolescentes, pedindo um centro de recuperação na região e a prisão perpétua para criminosos adultos reincidentes.

O Deputado Hely Tarquínio identificou como fator principal da criminalidade a família, por sua vez degenerada pelas drogas. Sublinhou que a atuação dos vários órgãos dos sistemas de segurança e justiça deve buscar a lei. Como uma sociedade progressista exige justiça social, a lei tem de ser justa e a cidadania deve ser construída com igualdade de oportunidades, considerando-se a liberdade como fator primordial. Todavia, o País se encontra sob o mando neoliberal: a sociedade de consumo e o egoísmo de poucos dominam milhões. Essas questões têm de ser ensinadas nas escolas, para que o sistema seja mudado. Propôs o trabalho e a construção em equipe, como faz o governo estadual. Ponderou: as estatísticas mostram que os índices de criminalidade estão diminuindo, mas o sistema contribuiu para os crimes. As desigualdades são grandes e o Brasil tem um péssimo IDH. A causa principal é tema para o Congresso Nacional. Ponto-chave seria melhorar os pactos jurídico e federativo.

Reconheceu os limites dos mandatos parlamentares, que se deparam com orçamentos disputados e insuficientes para suprir as demandas da região e contemplar os vários aspectos sociais, como educação, saúde, segurança e alimentação. Ademais, o espaço da Assembleia para legislar é exíguo, espremido entre as competências federais e municipais. Nesse quadro, sugeriu que a vida deve ser pensada como um binômio: liberdade no limite da lei e igualdade de oportunidades, aproximando o Estado de Direito do Estado de fato. Dizendo que a lei surgiu para dominar as paixões, os vícios e as agressões, propôs o trabalho, com razão e fé, por meio da educação continuada, básica e nas universidades federais, para que os pequenos tenham chance diante do predatismo social. Os parlamentares são mediadores dos interesses do povo, mas nem sempre fazem leis justas: sofrem pressões, principalmente, do poder econômico, que lhes retira a liberdade de decidir. Essa ditadura econômica precisa mudar.

Josafat José, após registrar a dificuldade das associações de moradores, afirmou que não existe outro caminho para a droga senão o álcool e sugeriu que se construísse uma colônia penal para que os presos possam aprender a trabalhar.

O Deputado Elmiro Nascimento registrou a integração existente na região e reiterou que a legislação tem de mudar, tornando a punição mais severa. Disse que a proibição do trabalho para menores porá 100 adolescentes nas ruas. Valorizou a reconstrução da Casa da Acolhida do Menor pela Prefeitura - com a ajuda da Câmara Municipal -, os investimentos do governo estadual em Patos de Minas e a prioridade para a educação.

Jonas Nunes apoiou a ideia de colocar os presos para trabalhar. A seguir, relatou que a empresa Ultravisão e mais duas estão paralisadas pelo Detran, em certo sentido desmoralizando a Resolução nº 282/2008, da Casa Civil, por meio da qual o governo federal garantiu o funcionamento de mil empresas. Por fim, disse que em Minas Gerais há mais de 300 empresas em dificuldade, com as portas fechadas, deixando 5.000 mil pessoas desempregadas.

O Vereador Pedro Lucas lamentou que pouco se fala na recuperação do dependente químico e se revelou preocupado: a maioria tem de pagar mensalidades e há instituições que exploram o trabalho dos pacientes. Solicitou a construção de local apropriado para tratá-los. Sugeriu, ainda, que a Sedese e a Seds criem um programa para ajudar os egressos do sistema penitenciário a trabalhar. Solicitou, por fim, que as forças policiais se infiltrem nos bares e festas, para pegar o peixe grande, que transporta e trafica as drogas.

O Inspetor Sérgio Pereira, respondendo a perguntas, esclareceu que a Polícia Rodoviária Federal trabalha na BR-365, em convênio com a Polícia Militar. Há um posto em Patos de Minas, que atende a cerca de 380km: do trevo de Romaria ao trevo de Brasilândia de Minas, próximo a Pirapora. O efetivo é de 10 policiais, que se revezam em escala de 24 horas por 72 horas: dois de plantão por dia e mais dois na chefia, cumprindo, cotidianamente, o expediente administrativo. São quatro veículos, três dos quais caracterizados.

O Delegado Márcio Siqueira, destacando a atuação da polícia judiciária, criticou a avaliação de que a criminalidade estaria crescendo e a situação teria saído do controle: tal discurso traz malefícios ao trabalho, que é articulado, responsável e feito de forma exaustiva.

O Cel. PM Marco Aurélio reafirmou que o foco do problema da criminalidade está na família, a quem devem ser dadas mais oportunidades para gerar inclusão social. Afirmou que não se trata de empurrar o problema para as escolas, que são apenas um complemento, pois são incapazes de evitar o retorno dos alunos ao ambiente contaminado. Sugeriu a participação de psicólogos junto às escolas para atender a famílias doentes. Por fim, lembrou que, entre os mais de 5.000 Municípios do Brasil, Patos de Minas está entre os 100 melhores para se viver.

O Ten.-Cel. PM Felipe José informou que o 5º Batalhão de Bombeiros, sediado em Uberlândia, abrange de Unai a Ituiutaba. Opera com 585 militares dos 777 previstos. Patos de Minas é o único Município com efetivo completo. Os trabalhos sociais estão em fase de implantação.

O Deputado Elmiro Nascimento reiterou o pedido de que esta Comissão ajude na vinda da Polícia Federal para Patos de Minas para que assim possa respaldar a Justiça Federal.

O Deputado João Leite, dirigindo-se a Márcio Siqueira, esclareceu que esta Comissão representa o Poder Legislativo e fiscaliza as políticas do Poder Executivo. Nessa condição, constatou que o trabalho das forças de segurança pública locais é muito bom.

O Delegado Márcio Siqueira, dizendo-se mal-interpretado, reafirmou a existência de autoridades locais empenhadas em apresentar a criminalidade como galopante e fora do controle, mas também se disse satisfeito em participar da reunião e receber um "feedback".

O Deputado João Leite, resumindo a impressão que ficou das audiências realizadas, frisou que o governo acertou ao começar a integração das polícias com os bombeiros, mas esse trabalho não terminou. Constatou muitos crimes federais ligados ao tráfico de drogas. Notou ser preciso criar um sistema único de defesa social para associar o trabalho das forças de segurança, especialmente em Minas, que possui 25% da malha rodoviária federal, com brechas para entrada de armas e drogas. Lamentou a ausência da população no debate sobre segurança pública. Por fim, disse que os números colocam Patos de Minas em posição importante.

A Deputada Maria Tereza Lara disse que as polícias federais estão preocupando-se com a questão do efetivo, que o governo estadual precisa investir mais no tratamento ao dependente químico e que a questão penitenciária é muito importante.

O Delegado José Pacífico discorreu sobre a facilidade de se instalar uma repartição da Polícia Federal: basta que esta Comissão faça uma gestão junto ao Ministério da Justiça, demonstrando a carência local, e comunique a disponibilidade do Município, que por sua vez dispõe de lei capaz de providenciar o local físico para a instalação provisória da Delegacia.

O Inspetor Sérgio Pereira lembrou que a Delegacia de Polícia Rodoviária Federal de Patos de Minas não está abandonada, pois o Superintendente está aguardando a chegada de novos policiais, oriundos do concurso em apreciação judicial e administrativa.

A Prefeita Maria Beatriz informou que esteve em Brasília, que o Diretor da Polícia Federal sugeriu um contato com a Polícia Federal em Minas Gerais, que a reunião já havia sido marcada e que gostaria de contar, nessa oportunidade, com a presença desta Comissão.

II. 3 - Encaminhamentos aprovados:

- a) ofício ao Ministro da Justiça solicitando seja aumentado o efetivo da Delegacia da Polícia Rodoviária Federal no Município de Patos de Minas;
- b) ofício ao Presidente da República solicitando sejam envidados esforços para a realização da Conferência Nacional sobre Drogas;
- c) ofício ao Secretário de Defesa Social solicitando sejam reduzida a superlotação no Presídio de Sebastião Satiro; implantadas medidas para a humanização dessa unidade prisional, incluindo a ampliação das ofertas de trabalho e de ensino profissionalizante para os presos;
- d) ofício ao Governador do Estado solicitando seja construído um centro de tratamento para dependentes químicos na região de Patos de Minas;
- e) ofício ao Superintendente Regional da Polícia Federal em Minas Gerais solicitando seja instalada uma delegacia da Polícia Federal no Município de Patos de Minas.

III - Principais pontos abordados

III. 1 - Criminalidade:

- a) o índice de crimes ficou estável entre 2005 e 2009;
- b) o índice de crimes violentos ficou estabilizado de 2005 a 2006, cresceu em 2007 e caiu a partir de março de 2008, ocorrendo o menor da série em agosto de 2009;

- c) os assaltos a fazendas impulsionaram os crimes violentos em certas áreas;
- d) o índice de crimes violentos contra o patrimônio teve tendência à queda após 2008;
- e) em geral, houve desconcentração e diminuição de crimes;
- f) o uso de drogas, o motivo passional, a desavença e o deslocamento de mão de obra externa para fazendas locais provocaram oscilações na criminalidade;
- g) os BOs registraram 43 homicídios em 2005, com crescimento em 2006 e redução em 2007, chegando a 57 em 2008 e tendo nova alta em 2009;
- h) Patos de Minas, Município com maior população e taxa de homicídios, teve 23 eventos em 2009 e 54 de 2005 a 2009;
- i) em 2009, os homicídios cresceram para 68: 13 por drogas, 13 por desavenças, 7 passionais, 2 por vingança, 3 por outros motivos e 30 sem motivo levantado;
- j) entre as vítimas de homicídios, 3 tinham até 17 anos e 31 tinham de 18 a 30 anos;
- k) entre os autores de homicídios, 7 tinham até 17 anos, 29 tinham de 18 a 30 anos, 9 tinham de 31 a 40 anos e 36 tinham idade ignorada;
- l) o período de maior incidência de homicídios vai das 18 horas às 22h59min;
- m) a arma de fogo é o instrumento mais utilizado nos homicídios;
- n) em 2009, foram registrados 41 homicídios, com 33 apurados ou 80,48%.

III. 2 - Resultados positivos:

- a) houve investimentos em recursos humanos e logísticos;
- b) o índice de homicídios e os números do acordo de resultados estão próximos aos dos EUA e dos países europeus;
- c) de 2005 a 2009, cresceu a apreensão de armas;
- d) de 2008 a 2009, houve redução de 6% nos crimes violentos, 6% nos crimes violentos contra o patrimônio e de 4% nos homicídios;
- e) de 2008 a 2009, houve alta de 8% nas operações e 2% na apreensão de armas;
- f) de 2008 a 2009, todas as metas foram atingidas, exceto a redução de homicídios, que, no entanto, apresentou taxa de elucidação favorável;
- g) de 2008 a 2009, os acidentes de trânsito rodoviário sem vítimas caíram 23,64%, com vítimas feridas, 22,6%, e com vítimas fatais, 50%, sendo a redução total de 24,39%;
- h) de 2008 a 2009, o número de vítimas caiu 62,22% para ferimentos fatais, 44,44% para ferimentos graves e 28,97% para ferimentos leves, sendo a redução total de 34,10%;
- i) de 2008 a 2009, a fiscalização aumentou 26,67% na pesca e 22,94% nos comércios, feiras e mercados;
- j) caíram o desmatamento e o número de processos do IEF enviados à Polícia Militar;
- k) Patos de Minas teve 18 homicídios elucidados de 24, com taxa de 79,16%, quase o dobro da obtida pela delegacia especializada de Belo Horizonte;
- l) a Polícia Civil ultrapassou a meta esperada pelo governo em inquéritos, com 247,96%, e em TCOs, com 298,97%, ficando em 1º lugar no "ranking" dos departamentos;
- m) o acordo sobre tempo de chegada dos bombeiros à vítima, estipulado em 10 minutos, havia sido superado em 2007 e já está na faixa de 4,54 a 4,32 minutos;
- n) a análise de projetos pelo Corpo de Bombeiros durou em média 8 dias no 1º semestre de 2009 e 7,28 no segundo;
- o) o Corpo de Bombeiros realizou campanhas educativas e repressivas em conjunto com as polícias e com a sociedade civil;
- p) houve investimentos no sistema de controle de semáforos;
- q) houve concentração do efetivo policial militar em horários com mais ocorrências;
- r) houve muitas ações sociais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros na Região;
- s) mesmo com área extensa, a Delegacia de Polícia Federal de Uberlândia obteve êxito no trabalho, inclusive na parceria com as Polícias Militar

e Civil;

t) houve parceria da Sedese com a Prefeitura por meio de programas voltados à prevenção da criminalidade;

u) a partir de 2008, implementou-se o Igesp em Patos de Minas;

v) no Brasil, Patos de Minas está entre as 100 melhores cidades para se viver.

III. 3 - Problemas:

a) de 2008 a 2009, aumentou a participação de crianças e adolescentes nos crimes violentos contra a pessoa e de adolescentes nos crimes violentos contra o patrimônio;

b) os crimes violentos ligados ao consumo de drogas são de 70% a 90%, pois os provocados por álcool e os culposos devem ser considerados;

c) a despeito das operações realizadas, há conexões criminosas ainda atuantes;

d) os bombeiros têm aceitabilidade, mas às vezes suas necessidades são esquecidas;

e) aumento de acidentes automobilísticos nos feriados prolongados;

f) aumento considerável de distúrbios por uso drogas e de acidentes com motocicletas;

g) houve muitas quedas e acidentes com bicicletas e veículos automotores;

h) faltam na região aparelhos e estrutura para o trabalho da Polícia Civil;

i) além de reprimir as drogas, o Estado precisa investir na recuperação do dependente;

j) o combate a garimpeiros ilegais pode criar ociosidade, gerando mais crime;

k) a Defensoria Pública está enfraquecida em Minas;

l) não adianta tratar o crime com ilegalidade, ignorando os preceitos da dignidade humana, do devido processo legal e da ampla defesa;

m) o posto da Polícia Rodoviária Federal virou Delegacia, mas o efetivo é o mesmo;

n) o importante é destruir as causas da violência, pois não se pode falar em segurança sem paz e justiça;

o) as internações de Patos de Minas são atendidas em cidades próximas, pois o histórico local registra uma demanda insuficiente para justificar um centro com 40 vagas;

p) os 314 presos do Presídio excedem as 165 vagas, caracterizando superlotação.

III. 4 - Carências a serem supridas:

a) política estadual contra o uso de drogas, investindo no combate ao tráfico e no tratamento de dependentes químicos;

b) investimentos na área social, especialmente na prevenção da criminalidade junto a crianças e adolescentes;

c) centro apropriado ao tratamento de dependentes químicos;

d) centro para implementar medidas socioeducativas para crianças e adolescentes;

e) implantação de uma nova unidade da Proman;

f) conservação do projeto Zona Azul;

g) apoio desta Comissão para acelerar a construção do novo fórum;

h) apoio desta Comissão para soerguer a Defensoria Pública em Minas;

i) aceleração do processo de implementação de escolas em tempo integral;

j) realização da Conferência Nacional sobre Drogas;

k) recursos dos governos estadual e federal para combater as drogas e o narcotráfico;

l) programa estadual para ajudar os egressos do sistema penitenciário a trabalhar;

m) apoio desta Comissão à implantação da Delegacia da Polícia Federal;

n) aumento do efetivo da Delegacia de Polícia Rodoviária Federal no Município;

o) fim da superlotação no presídio de Sebastião Satiro e medidas para sua humanização, incluindo a ampliação das ofertas de trabalho e ensino profissionalizante.

Manhuaçu, 23/3/2010

I - Apresentação

Em 23/3/2010, realizou-se, na Câmara Municipal de Manhuaçu, a 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública, requerida pelo Deputado João Leite, com a finalidade de discutir a segurança pública na região.

Além do Deputado João Leite, compuseram a Mesa o Vereador Toninho Gama, Presidente da Câmara Municipal de Manhuaçu; a Vereadora Maria Imaculada Dutra; os Srs. José Carlos Bolsoni, Delegado Regional de Segurança Pública de Manhuaçu; Lourival Silva Pereira, Delegado Assistente do 12º Departamento de Polícia Civil de Ipatinga, representando o Chefe de Polícia Civil; Ten.-Cel. Ney de Castro de Brito, Comandante do 11º Batalhão, representando o Comandante da Polícia Militar; Fábio Santana Lopes, Diretor da Secretaria das Promotorias de Justiça da Comarca de Manhuaçu, representando o Procurador-Geral de Justiça do Estado; Cristiano Jomar Costa Campidelli, Delegado Chefe de Polícia Federal de Governador Valadares, representando o Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal em Minas Gerais; João Pessoa, Superintendente Regional de Educação; e a Sra. Rosângela Barbosa Toledo, Diretora Regional da Secretaria de Desenvolvimento Social em Governador Valadares, representando a Secretária de Estado de Desenvolvimento Social.

II - Desenvolvimento da reunião.

II.1 - Exposições e discussão

O Presidente da Comissão abriu a reunião informando os motivos da realização do encontro no Município de Manhuaçu. Disse que, apesar de o Município fazer parte da Região Integrada de Segurança Pública – Risp – sediada em Ipatinga, sua grande extensão e a grande distância entre Manhuaçu e o Vale do Aço justificavam uma reunião específica para discutir os problemas locais e a possibilidade de Manhuaçu e região desmembrarem-se da Risp de Ipatinga, tornando-se aquela cidade sede de uma nova Risp.

Em seguida, o Vereador Toninho Gama, Presidente da Câmara Municipal de Manhuaçu, apresentou diferentes informações sobre a questão da segurança pública na região. Segundo ele, os fatores que mais influenciam na dinâmica da segurança local estão ligados ao tráfico de drogas e à proximidade de Manhuaçu e região com o Estado do Espírito Santo (entrocamento da BR-262 com a BR-116).

A Vereadora Maria Imaculada, que está à frente do projeto de construção de uma unidade de internação e tratamento de dependentes químicos no Município, a ser denominada Comunidade Terapêutica Santa Mãe da Providência, reclamou da dificuldade de obtenção de recursos do Estado para terminar a unidade.

A seguir, falaram José Carlos Bolsoni, Delegado Regional de Segurança Pública de Manhuaçu, e Lourival Silva Pereira, Delegado Assistente do 12º Departamento de Polícia Civil de Ipatinga. Segundo Bolsoni, a 6ª Delegacia Regional de Segurança Pública, sediada em Manhuaçu, atende ao Município e a mais 23 cidades, entre as quais se encontram Mutum, Espera Feliz, Laginha e Manhumirim.

Com relação à situação de Manhuaçu em especial, o Delegado Bolsoni enfatizou as dificuldades de atuação da Polícia Civil devido à carência de recursos humanos. Ele ilustrou sua fala mostrando que a regional da Polícia Civil dispõe de apenas 88 servidores para atender a 24 Municípios.

Apesar disso, Bolsoni informou que a regional está cumprindo, em toda a sua área de abrangência, as previsões do acordo de resultados feito com o governo do Estado, além de estar executando com rigor as metas estipuladas referentes à produção de inquéritos policiais e Termos Circunstanciados de Ocorrência – TOCs.

Ainda pela Polícia Civil falou Getúlio Vargas de Lacerda, Delegado da área de Homicídios da 6ª Delegacia Regional da Polícia Civil – DRPC –, segundo o qual, dos últimos cinco crimes violentos acontecidos na região, todos foram apurados. Entretanto, ele reconheceu que há casos que ainda não foram esclarecidos.

Depois da Polícia Civil, coube à Polícia Militar, por meio do Ten.-Cel. Ney de Castro, fazer sua exposição sobre a segurança pública local. Segundo ele, a região é atendida pelo 11º Batalhão da Polícia Militar, cuja área de atuação coincide com a ocupada pelos 24 Municípios da 6ª DRPC. O 11º Batalhão se divide em duas companhias, uma com sede em Manhumirim e outra em Manhuaçu.

Para o Tenente-Coronel, a Polícia Militar está mais bem equipada que a Polícia Civil para atuar na região, pois conta com um efetivo de 441 pessoas, o que representa um contingente cinco vezes maior que o da Polícia Civil.

Com relação ao número de crimes considerados não violentos, como danos e furtos simples, Manhuaçu ocupa a 209ª posição em um Estado constituído por 853 Municípios.

Ainda segundo os dados apresentados pelo Tenente-Coronel, no que diz respeito à ocorrência de crimes violentos, entre 2007 e 2009 e de 2009 a 2010, os índices de criminalidade apresentam uma tendência de redução, ainda em consolidação.

Analisando-se o número de homicídios entre 2007 e 2009, ele observou que houve aumento no ano de 2009, mas, na comparação proporcional com o ano de 2010, houve redução. Até a data da reunião, havia ocorrido três homicídios.

Com relação aos crimes ligados ao tráfico de drogas, afirmou que já estava em curso uma série de ações referentes a seu combate, razão pela qual foram feitas muitas apreensões. O Ten.-Cel. Ney de Castro ressaltou, além do sucesso da parceria com a Polícia Civil, o resultado positivo que a repressão às drogas tem trazido. Em contrapartida, demonstrou preocupação quanto à necessidade de desenvolvimento também de um trabalho de prevenção.

Quanto à apreensão de armas de fogo, no ano de 2010 houve um aumento significativo: foram 94 apreensões de janeiro até a data da reunião.

Com relação às ações que a Polícia Militar desenvolve no campo social, na área de prevenção, o Tenente-Coronel destacou o Proerd, que é muito bem aceito na comunidade, citando ainda outro programa, também com foco na juventude e que tem gerado resultados muito positivos: o projeto Jovens Construindo a Cidadania.

Em sua exposição, o representante do Ministério Público, Promotor Fábio Santana, enfatizou a relevância de incrementar-se a articulação do Estado com os Municípios no desenvolvimento de ações sociais visando ao amortecimento da criminalidade. Ele ressaltou outro problema crônico local: a insegurança nas estradas federais que cortam a região, responsáveis por vários acidentes e pela morte de um número crescente de pessoas ao longo dos anos.

O Delegado Cristiano Campidelli, da Polícia Federal de Governador Valadares, afirmou que essa delegacia é responsável por uma área formada por 182 Municípios. Falou sobre um projeto, desenvolvido pela Polícia Federal, de interiorização para as cidades onde exista justiça federal. Nesse sentido, ele adiantou que já está planejada a instalação de uma nova delegacia federal em Ipatinga, que ficará encarregada da região de Manhuaçu. O Delegado lembrou que a competência de atuação da Polícia Federal é bem mais restrita que a das Polícias Civil e Militar, uma vez que os crimes federais acontecem em número mais reduzido. Ele reconheceu que um efetivo de apenas 35 policiais para atender uma área de 182 Municípios é insuficiente, embora tenha ressaltado que, na eventual ocorrência de crime federal em Manhuaçu, a Polícia Federal tem condições de chegar ao Município em cerca de 2 horas e 30 minutos.

Sobre a estrutura da Polícia Federal, Campidelli fez questão de mencionar que a corporação como um todo deu um salto qualitativo nos últimos anos em decorrência de diversas ações. Uma delas foi a valorização profissional. Segundo ele, esse é um dos caminhos a ser buscado no âmbito da Polícia Civil.

O Deputado João Leite salientou o problema salarial das polícias, cujo saneamento tem esbarrado nos limites orçamentários do Estado e na concentração de 70% da arrecadação tributária na União Federal, quando, na realidade, a maior parte das despesas com segurança e sistema prisional ficam a cargo do Estado.

Em seguida, Cláudio Fynei Gonçalves de Oliveira, Presidente do Consep de Manhuaçu, ressaltou o papel do Conselho como fórum de discussão de vários assuntos, tais como os atos infracionais cometidos por adolescentes. De acordo com ele, falta estrutura para afastar as crianças e os jovens da criminalidade e das drogas, da forma como determina o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disse ainda que as limitações da legislação trabalhista ao trabalho de menores aumentam a ociosidade dos jovens na sociedade, potencializando seu aliciamento por criminosos.

O Presidente do Consep afirmou também que o Conselho, por meio de recursos advindos do estacionamento rotativo, gerido pela entidade, comprou câmeras de monitoramento para auxiliar o trabalho da polícia. Entretanto, falta pessoal para operar tais equipamentos.

João Pessoa, Superintendente Regional de Educação, destacou o fato de muitas famílias estarem entregando integralmente a função de educar suas crianças e jovens à escola como um dos grandes desafios dos profissionais da educação. Ele chamou a atenção para o problema das drogas, que exerce impacto direto na educação.

Finalmente, o Presidente da Comissão abriu a palavra à platéia. O primeiro inscrito a falar foi Édén Antônio de Souza, provedor do Hospital Evangélico de Carangola, que vinculou a redução dos índices de criminalidade à reestruturação das famílias em geral. Em seguida, falou o Vereador Moisés Raposo, do Município de Simonésia. Segundo ele, Simonésia abrange uma área de 487km², com população de 17.933 habitantes e dois distritos (um à distância de 50km e outro a 24km), e carece de policiamento por parte da Polícia Militar. O Pastor Gilberto Carlos, que falou na sequência, alertou para o mesmo problema, porém no Distrito de Vilanova, em Manhuaçu. Ele discorreu ainda sobre a existência de trechos perigosos nas rodovias federais da região, dentre eles, um trecho conhecido como "curva do S", próximo à comunidade de São Pedro do Havaí, e outro entre Manhuaçu e Realeza.

Por último, houve a participação de Ranulfo Firmino, Diretor da Escola Estadual Santa Filomena, localizada no Município de Santana do Manhuaçu. O professor identificou nesse Município o mesmo problema de carência de policiamento já apontado por outros participantes da audiência, com o agravante de que a falta de vigias próprios – cuja contratação seria impedida por lei a todas as escolas públicas – torna a escola alvo constante de vândalos, que depredam o patrimônio público.

II.1 - Encaminhamentos aprovados:

a) ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT –, pedido de providências para a priorização de projeto de construção de anel rodoviário no Município de Manhuaçu, para a realização de estudos de correção de traçado e para a implantação de sinalização em, pelo menos, dois trechos perigosos nas rodovias federais na região, um conhecido como "curva do S", próximo à comunidade de São Pedro do Havaí, e outro entre Manhuaçu e Realeza;

b) ao Promotor Fábio Santana Lopes, Diretor da Secretaria das Promotorias de Justiça da Comarca de Manhuaçu; ao Delegado José Carlos Bolsoni, chefe do 12º Departamento de Polícia Civil em Ipatinga; e ao Ten.-Cel. Ney de Castro de Brito, Comandante do 11º Batalhão da Polícia Militar, envio de cópia das notas taquigráficas da 6ª Reunião Ordinária desta Comissão;

c) à Secretaria de Defesa Social, pedido de disponibilização de pessoal apto a operar, sob a coordenação da Polícia Militar, o equipamento de monitoramento da região central de Manhuaçu, já adquirido pela sociedade civil local;

d) à Secretaria de Defesa Social, ao Comandante da Polícia Militar e ao Chefe de Polícia Civil, pedido de providências para a ampliação dos efetivos das Polícias Civil e Militar na região de Manhuaçu e para o estudo da possibilidade de o Município se tornar sede de uma Região Integrada de Segurança Pública – Risp;

e) à Secretaria de Estado de Educação, pedido de providências para o estudo da viabilidade de instalação de equipamentos de segurança nas escolas públicas de Manhuaçu e região, bem como de disponibilização de efetivos de segurança, especialmente para a Escola Estadual Santa Filomena, em Santana do Manhuaçu;

f) às Secretarias Estaduais de Desenvolvimento Social, de Esportes e da Juventude e de Defesa Social, pedido de providências para a concretização de parcerias entre o Estado e o Município de Manhuaçu em projetos que visem à prevenção da criminalidade;

g) ao Comandante-Geral da Polícia Militar, pedido de providências para reforçar a presença da polícia, por meio da implantação de um posto policial no Distrito de Vilanova, em Manhuaçu;

h) à Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude, por meio da Subsecretaria Antidrogas, pedido de apoio à construção da sede da Comunidade Terapêutica Santa Mãe da Providência, no Município de Manhuaçu, que recupera dependentes químicos.

III - Principais pontos abordados:

- a) a região apresenta baixo índice de criminalidade quando comparada ao restante do Estado, mas sofre pressões diferenciadas em virtude da proximidade com o Estado do Espírito Santo, bem como por ser cortada pelas rodovias federais BR-262 e BR-101, que atravessam o Brasil de leste a oeste e de norte a sul, respectivamente;
- b) os índices de criminalidade na região têm apresentado leve tendência de queda nos últimos anos;
- c) a Polícia Civil e a Polícia Rodoviária Federal apresentam déficit de pessoal e estrutura na região, sendo o efetivo da Polícia Militar cinco vezes maior que o da Polícia Civil;
- d) a falta de policiamento ostensivo nos distritos mais distantes das sedes dos Municípios é uma reclamação frequente;
- e) o consumo de drogas na região, principalmente de "crack", está em crescimento;
- f) a falta de apoio financeiro à expansão dos projetos sociais, que são fundamentais para a prevenção da criminalidade na região, é outra queixa constante.

Juiz de Fora, 13/4/2010

I - Apresentação

Em 13/4/2010, realizou-se, na Câmara Municipal de Juiz de Fora, a 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública. Requerida pelos Deputados João Leite, Presidente da Comissão, Maria Tereza Lara, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, a reunião teve por objetivo debater a segurança pública na 4ª Risp.

Além dos Deputados João Leite, Maria Tereza Lara e Rômulo Veneroso, compuseram a Mesa: Cel. Anselmo Fernandes da Silva, representando o Comandante-Geral da Polícia Militar; Delegado Celso Ávila Prado, representando o Chefe de Polícia Civil do Estado; Delegado Humberto de Mattos Brandão, representando o Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal em Minas Gerais; e o Delegado Saed Divan, do Município de Matias Barbosa.

Também fizeram parte da Mesa: Jairo Lúcio Lauro, Presidente do Conselho de Segurança Pública – Consep – Nordeste, em Juiz de Fora; Major José Mendes da Silva, representando o Prefeito de Juiz de Fora; Marcelo Frank, representando a Secretária de Estado de Desenvolvimento Social; Nyrce Villa Verde Coelho de Magalhães, representando a Secretária de Estado de Educação; Reginaldo Augusto Pícoli, Presidente do Conselho Deliberativo do Consep Nordeste; e Vereadores Bruno Siqueira, Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, Flávio Procópio Checker e Antônio Martins.

II - Desenvolvimento da reunião

II.1 - Exposições

O Presidente da Comissão, após declarar aberta a reunião, informar seu objetivo e anunciar as presenças, passou a palavra aos expositores.

Bruno Siqueira avaliou que a segurança pública em Juiz de Fora e região está funcionando, mas realçou a necessidade de que sejam debatidos, aprofundados e aprimorados os conceitos, bem como a importância da Assembleia Legislativa nesse processo.

O Deputado João Leite elogiou a participação da Câmara Municipal de Juiz de Fora no trabalho realizado pela Comissão Especial da Execução das Penas no Estado. Informou que a Assembleia assinou convênio com o Tribunal de Justiça e com o Ministério Público do Estado para informatização do sistema de execução das penas em Minas Gerais. Anunciou que as audiências públicas produzirão relatórios consolidados, a serem apresentados em fórum técnico com especialistas e depois em livro, para subsidiar proposições legislativas, em especial na discussão da Lei Orçamentária Anual – LOA – e do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG.

Afirmou também que o tráfico se avulta como o maior problema a ser combatido, a exemplo de Uberlândia, onde 70% dos crimes têm ligação com as drogas, e de Belo Horizonte, onde 500 pessoas vivem na região conhecida como "cracolândia". Mesmo com a integração das polícias, a forte repressão nas ruas e a diminuição dos crimes violentos, o desempenho da segurança pública ainda é insuficiente frente à demanda. Em alguns lugares faltam efetivos policiais e se faz urgente um esforço do Estado para a recuperação dos dependentes químicos, especialmente os adolescentes.

O Cel. Anselmo Fernandes iniciou sua exposição apresentando dados sobre a 4ª Risp, que tem sede em Juiz de Fora e abrange 650 mil habitantes. Além de 86 Municípios menores, há várias cidades com população em torno de 100 mil habitantes: Cataguases, Leopoldina, Muriaé, Ubá e Viçosa. Em Juiz de Fora, há dois batalhões, uma companhia e a 1ª Delegacia Regional de Polícia. Em Ubá, há um batalhão e a 2ª Delegacia Regional de Polícia. Em Muriaé, estão o 47º Batalhão e a 4ª Delegacia Regional de Polícia. Em Leopoldina, existem uma companhia independente, com "status" de batalhão, e a 3ª Delegacia Regional de Polícia. Ao todo, são 1,5 milhão de pessoas, distribuídas em uma área de 21.000km², com 300km que fazem limite com o Estado do Rio de Janeiro. Segundo ele, o projeto Cinturão de Segurança fez investimentos nos Municípios da divisa estadual: todos receberam computadores, viaturas, meios de comunicação, armamentos e pessoal.

O Coronel observou que a criminalidade na Risp está controlada: apresentou oscilações normais de 2007 a 2009, queda de 2008 a 2009, e redução de 10% entre os primeiros semestres de 2009 e 2010. Os principais crimes da região – homicídios, tentativas de homicídio, roubos, principalmente à mão armada, estupro e extorsões – retomam os índices dos anos 90, com queda de 18% no ano passado. Considerando-se o gráfico da década, nota-se um pico em 2005 e 2006, após o qual, por meio de programas, investimentos e metodologia de gestão, retornou-se aos patamares do início deste século.

Disse que a criminalidade violenta é motivo de maior preocupação nos Municípios mais populosos – eixo Juiz de Fora, Ubá, Viçosa, Muriaé –, onde, em 2008, houve aumento no número de homicídios e, em 2009, queda de 16%, chegando a um índice de 6,85 homicídios para 100 mil habitantes. Diante da meta governamental estabelecida, de 14,58 homicídios para 100 mil habitantes, para 2011, e de 5 homicídios para 100 mil habitantes, para 2023, a região está bem. O mês de fevereiro deste ano foi atípico, tendo sido registrados 23 homicídios. Uma investigação da Polícia Civil orientou a prevenção, reduzindo esses índices a partir do segundo trimestre. Na Risp, a taxa de elucidação dos homicídios é expressiva nos Municípios com mais de 200 mil habitantes.

O Cel. Anselmo Fernandes informou que a Polícia Militar conta com um efetivo de 3.100 policiais nos 86 Municípios da Risp – sendo que metade desse número está em Juiz de Fora. Possui 359 viaturas, das quais 134 são básicas – para radioatendimento e prevenção – e 55 são 4x4, terceirizadas, com no máximo três anos de uso. Há também um helicóptero. A meta de aumento na apreensão de armas de fogo foi alcançada: 15% a partir de 2009. A relação crimes-drogas na Risp é semelhante à de Uberlândia. O envolvimento com drogas e armas de fogo é o maior responsável pela criminalidade, principalmente pelos homicídios, em que responde por 40% dos casos.

Relatou que, em 2009, a Polícia Militar atuou na erradicação de drogas nas escolas, não apenas repressivamente, mas também preventivamente. Em parceria com o Grupo Votorantim, que investiu R\$50.000,00, dobrou-se a turma de professores do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd – e foram atendidos 17 mil alunos. Todavia, insistiu que, mesmo que se atue com força integrada – com a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Guarda Municipal –, será difícil combater a criminalidade sem a participação dos cidadãos. A campanha é feita com o Clube de Diretores Logistas – CDL –, a Prefeitura e outros parceiros.

O Delegado Celso Ávila apresentou **o quadro da Polícia Civil. No 4º Departamento há 84 Delegados, 101 Escrivães, 378 Agentes, 16 Médicos-Legistas e 41 Peritos Criminais, totalizando 620 servidores.** Em 2009, a meta da Risp foi de 8.957 inquéritos, tendo sido concluídos e encaminhados à Justiça 13.483, 153% acima do previsto. A meta para Termos Circunstanciados de Ocorrência – TOCs – foi de 13.901, tendo sido realizados 20.008, 152% a mais que o estabelecido. Comparou os primeiros trimestres de 2009 e 2010: os inquéritos e TCOs aumentaram muito. Isso se deveu à implantação de mudanças estruturais, conceituais e metodológicas, desenvolvidas com a assessoria do Instituto de Desenvolvimento Gerencial, que apontou os meios para se melhorar a produtividade.

Frisou que, em 2010, houve operações de destaque: apreensão de pastas-base e armas. O Grupo Tático de Operações de Tóxicos, Homicídios e Crimes contra a Família foi instituído, podendo vir a se tornar uma delegacia especializada. Reiterou que o combate ao tráfico depende da comunidade, do Legislativo e também do Executivo, por meio de políticas públicas. Por fim, ressaltou o envolvimento das Polícias Federal e Rodoviária Federal, assim como o do sistema prisional.

O Delegado Humberto de Mattos lembrou que o art. 144 da Constituição Federal, estende a responsabilidade da segurança pública, englobando também a preservação dos direitos sociais. Isso não se consegue apenas por meio da repressão: é necessária uma atuação preventiva. Exemplificou com a Colômbia: Hugo Acero, Secretário de Segurança Pública entre 1995 e 2003, reduziu em 80% os homicídios em Bogotá, integrando as medidas repressivas com as políticas sociais e de desenvolvimento. Concluiu que a pobreza não gera crime, mas pode fomentá-lo na ausência do Estado e na presença da oportunidade: eis por que a criminalidade é maior nas áreas mais pobres. Demonstrando preocupação com as estratégias de atuação do Estado, insistiu no fato de que não adianta a pronta atuação da polícia se o cidadão ficar alheio ou passivo diante das ocorrências. Qualquer um pode levar a notícia-crime para que a Polícia Civil instaure inquérito ou para que a Polícia Militar aja.

Jairo Lúcio, relatando as dificuldades enfrentadas pelo Consep Nordeste, disse que o Centro de Remanejamento de Segurança Prisional – Ceresp – está superlotado. A Polícia prende e a Delegacia lavra o TCO, mas o infrator retorna imediatamente à sua residência. Em razão da situação do sistema prisional, há muita dificuldade para as polícias trabalharem. Por fim, informou que o Centro Socioeducativo de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei – CSE – do Santa Lúcia não tem espaço para receber jovens de outras cidades e regiões.

Nyrce Villa Verde relatou que a educação vem contando com o apoio das Polícias Militar e Civil, pois algumas escolas estão em áreas de risco. Contou que o Proerd tem dado resultados na formação de crianças e adolescentes e ressaltou que a própria Secretaria de Educação - SEE - tem projetos importantes contra a violência e as drogas, como o Escola Viva, Comunidade Ativa. Reafirmou que a segurança pública é feita por todos e que na educação há consciência dessa responsabilidade.

Marcelo Frank destacou que a Sedese, notadamente quando atua nas áreas de assistência social e trabalho e de direitos humanos, segue uma filosofia segundo a qual as políticas públicas precisam ser integradas para ajudarem a amenizar a escalada de violência.

O Maj. PM José Mendes ressaltou que a segurança pública em Juiz de Fora age em total integração. A Guarda Municipal tem desempenhado um bom trabalho junto à comunidade e contado com o apoio das Polícias Militar, Civil e Federal.

II. 2 - Discussão

Wanderson Castelar elogiou o cumprimento das metas e sublinhou a tradição ordeira da região, que seria fruto de seu processo de educação e formação cultural. Opinou que a situação ideal só ocorrerá com a aliança entre governo e sociedade. Protestou contra a desativação gradual dos postos policiais das comunidades e reivindicou o retorno da Polícia Comunitária, com vinculação aos postos. Mesmo reconhecendo que a repercussão seria mais subjetiva que objetiva, defendeu os efeitos comportamentais dessa medida na população. Propôs, também, que a Zona da Mata seja contemplada pela regionalização do programa Fica Vivo, prevista no PPAG.

Reginaldo Augusto frisou que a formatura do Proerd, em dezembro - com mais de 3.500 crianças -, resultou de um trabalho nas escolas de Juiz de Fora e aproveitou a oportunidade para presentear o Presidente da Comissão com a Licença do Coronel Anselmo.

Diante da informação de que o CSE está recebendo adolescentes de fora, inclusive do Sul e do Norte de Minas, pediu a construção de centros em outras regiões. Informou que também existe "cracolândia" em Juiz de Fora, sugerindo que a Secretaria de Defesa Social estude a implantação de hospitais capacitados a prestar acompanhamento psicológico e psiquiátrico, a fim de reintegrar à sociedade adolescentes com dependência química. Por fim, solicitou aumento dos efetivos das Polícias Militar e Civil, sublinhando que, devido ao trabalho do Consep Nordeste e dos cidadãos em 27 bairros, a criminalidade recuou em 67,5%.

O Vereador Flávio Checker observou que, em Juiz de Fora, o trabalho das entidades na área da segurança pública converge para solucionar o problema da violência. Disse ser preciso que as ações das comissões sejam mais propositivas, apresentando soluções que responsabilizem também a sociedade. No caso dos presos, a cultura dominante determina que paguem suas penas da pior maneira possível.

Manifestou o desejo de privilegiar o modelo alternativo de acautelamento - Apac -, que funciona e tem dado certo. Frisou que a sociedade precisa convencer-se de que, ao preocupar-se com a maneira como o preso é tratado, legisla em causa própria, contribuindo para a construção de uma sociedade menos violenta, pois a grande maioria dos egressos reincide no crime, cometendo, inclusive, delitos mais graves. Com relação aos trabalhos desenvolvidos pelos detentos, afirmou que o Estado avançou pouco: apesar do discurso de incentivo, existem inúmeros empecilhos burocráticos e práticos.

Saed Divan informou que em Matias Barbosa a cadeia está com 50 presos - a capacidade é de 16 - e recebeu, da Subsecretaria de Administração Prisional - Suapi -, cinco Agentes Penitenciários. Todavia, como aquela unidade não conta ainda com 100 internos, continua sob a direção do Delegado, que acumula tarefas e depende da Polícia Militar para fazer a escolta dos detentos. Propôs que todas as cadeias sejam assumidas pela Suapi até 2011: em Matias Barbosa, mais um funcionário liberaria o Delegado para suas funções características.

Antônio Martins avaliou que o número de presos no Brasil poderia dobrar se fossem concluídos todos os julgamentos. Opinou que a prevenção

é o melhor investimento e que a união entre os Poderes trará ganhos para o Estado e o País. Disse ainda que, pelo porte de sua população, Juiz de Fora precisa de um efetivo policial 10 vezes maior que o atual. Manifestou preocupação em garantir projetos contra a reincidência no crime, voltados para a qualificação profissional de jovens das áreas periféricas.

O Deputado João Leite informou que, no Projeto Regresso, as empresas recebem recursos do governo estadual para aceitar egressos do sistema penitenciário.

O Cel. PM Anselmo Fernandes, esclarecendo a relação entre efetivos e população, disse que, atualmente, trabalha-se com um policial militar para 240 habitantes, sendo satisfatório o efetivo na região. Informou que o Comando da Polícia Militar tem colocado sete policiais em cada destacamento. Relatou que o Fica Vivo visa à redução da criminalidade entre jovens, com ênfase nos homicídios, e que, no momento, outras regiões do Estado merecem prioridade. Argumentou, ainda, que a literatura mundial condena os postos policiais fixos e que a base comunitária móvel é um mecanismo mais moderno. Explicou que, hoje, trabalha-se com a setorização: cada policial militar é responsável por um setor. Referiu-se também à lei que limita a espera em bancos e que resultou na pulverização do atendimento em casas lotéricas e outros tipos de comércio sem segurança, aumentando a vulnerabilidade dos usuários. Propôs a criação de um dispositivo legal capaz de obrigar os pontos que funcionam como agências bancárias a terem segurança particular, criando uma barreira psicológica contra a ação de criminosos.

Celso Ávila informou que o Governador do Estado publicou decreto sobre a distribuição de pessoal da Polícia Civil. A equipe mínima por Município é composta por um Delegado, um Escrivão e três Agentes. Trata-se, porém, de questão complexa, que depende também da Assembleia Legislativa. Concursos para a Polícia Civil têm sido autorizados, excedentes têm sido chamados, e Agentes têm sido formados. Justificou a alta produtividade da Risp, apesar de seu efetivo insuficiente, atribuindo-a à dedicação dos servidores e ao trabalho com foco e planejamento. Por fim, disse que a Polícia Civil passa por várias mudanças em prol da eficiência e da eficácia de sua atuação.

II. 3 - Encaminhamentos aprovados:

a) ofício à Suapi e à Superintendência de Atendimento às Medidas Socioeducativas - Same - solicitando reunião com esta Comissão para tratar dos seguintes assuntos relativos à Zona da Mata: questão prisional; superlotação no Ceresp de Juiz de Fora; medidas socioeducativas; suposto acautelamento, no CSE de Juiz de Fora, de adolescentes em conflito com a lei provenientes de outras regiões do Estado;

b) ofício ao Secretário de Defesa Social solicitando as seguintes providências: reforçar a interiorização do programa Fica Vivo na Zona da Mata; elaborar e apresentar um cronograma para que a Suapi assuma a custódia de presos atualmente sob a guarda da Polícia Civil na Zona da Mata;

c) ofício ao Departamento de Polícia Federal em Juiz de Fora solicitando as seguintes informações relativas à Zona da Mata: o efetivo policial à disposição; os Municípios que atende;

d) ofício à Polícia Rodoviária Federal em Juiz de Fora solicitando as seguintes informações relativas à Zona da Mata: o efetivo à disposição; o número e a localização dos postos; o número e a sigla das rodovias federais que atende;

e) ofício aos órgãos de segurança componentes da 4ª Risp solicitando informações sobre o combate à criminalidade na área, inclusive com estatísticas e dados referentes à resolução dos crimes.

III - Principais pontos abordados

III. 1 - Criminalidade:

a) a criminalidade na Risp teve um pico em 2005 e 2006, porém, com programas, investimentos e metodologia de gestão, retornou aos patamares constatados no início deste século;

b) de 2007 a 2009, a criminalidade esteve sob controle, tendo apresentado queda de 2008 para 2009 e redução de 10% entre os primeiros semestres de 2009 e 2010;

c) os principais crimes cometidos na região foram homicídios, tentativas de homicídio, roubos, principalmente à mão armada, estupros e extorsões;

d) a criminalidade violenta é o motivo de maior preocupação nos Municípios mais populosos; porém, em 2009, houve queda de 16% no número de homicídios - 6,85 para 100 mil habitantes;

e) o envolvimento com drogas e armas de fogo é o maior responsável pela criminalidade na região, principalmente pelos homicídios, em que responde por 40% dos casos.

III. 2 - Resultados positivos:

a) a segurança pública na 4ª Risp tem funcionado satisfatoriamente;

b) o motivo do êxito da Risp está nos investimentos em equipamentos e pessoal, apesar de ter-se registrado, também, que o desempenho da Polícia Civil deveu-se, principalmente, à dedicação dos servidores e ao trabalho com foco e planejamento;

c) a Risp tem sede em prédio construído com planejamento adequado, permitindo integração completa entre as forças policiais atuantes;

d) considerando-se o universo dos Municípios brasileiros com população acima de 200 mil habitantes, o índice de elucidação de homicídios é expressivo em Juiz de Fora;

e) o Proerd já atendeu a 17 mil alunos;

f) a meta da Risp, em 2009, foi de 8.957 inquéritos policiais, tendo sido concluídos e encaminhados à Justiça 13.483, 153% acima do previsto;

g) a meta para TCOs em 2009 foi de 13.901, tendo sido realizados 20.008, 152% acima do estabelecido;

- h) entre os primeiros trimestres de 2009 e 2010, os inquéritos e TCOs aumentaram consideravelmente;
- i) em 2010, foram apreendidas pastas-base, e, já a partir de 2009, foi alcançada a meta de aumentar a apreensão de armas de fogo em 15%;
- j) o Grupo Tático de Operações de Tóxicos, Homicídios e Crimes contra a Família foi instituído, podendo vir a se tornar uma delegacia especializada;
- k) a SEE tem desenvolvido projetos importantes para o combate à violência e às drogas, como o Escola Viva, Comunidade Ativa;
- l) os vários órgãos da segurança pública em Juiz de Fora trabalham em total integração;
- m) devido ao trabalho do Consep Nordeste e dos cidadãos em 27 bairros de Juiz de Fora, o índice de criminalidade recuou em 67,5%;
- n) comparados aos números da violência na Região Metropolitana de Belo Horizonte, os índices da 4ª Risp são mais baixos.

III. 3 - Problemas:

- a) o combate ao crime sem a participação dos cidadãos é difícil, mesmo com as Polícias atuando de forma integrada;
- b) o combate ao tráfico depende da comunidade, do Legislativo e do Executivo;
- c) a segurança pública não se limita à repressão, pois é necessária uma atuação preventiva;
- d) a pobreza não gera o crime, mas pode fomentá-lo na ausência do Estado e na presença da oportunidade;
- e) o Ceresp está superlotado e merece um olhar especial;
- f) o sistema prisional ainda funciona como um gargalo para a segurança pública e o trabalho policial;
- g) o CSE, mesmo sem espaço suficiente, recebe adolescentes de outras regiões do Estado;
- h) algumas escolas estão em área de risco e precisam receber proteção policial;
- i) a integração das políticas públicas é fundamental contra a escalada de violência;
- j) no trabalho de prevenção, as políticas sociais são importantes, mas a educação é fundamental, especialmente a escola pública de qualidade e em tempo integral;
- k) os postos policiais fixos nas comunidades estão desativados e devem voltar a funcionar, apesar de haver controvérsias, com a recomendação de que a base comunitária seja móvel e a polícia trabalhe de maneira setORIZADA;
- l) em Juiz de Fora também há uma "cracolândia";
- m) a cultura dominante determina que o preso deve ficar na cadeia e cumprir sua pena da pior maneira possível;
- n) a grande maioria dos egressos reincide no crime, cometendo, inclusive, delitos mais graves;
- o) apesar de o Estado ter avançado na área da segurança pública, o discurso de incentivar o trabalho dos presos esbarra em vários empecilhos burocráticos e práticos;
- p) a cadeia de Matias Barbosa tem capacidade para 16 presos, mas está com 50;
- q) a cadeia de Matias Barbosa continua sob a direção do Delegado, que acumula várias tarefas e depende da Polícia Militar para fazer a escolta dos presos;
- r) a prevenção é o melhor investimento, pois impede que o delito aconteça;
- s) considerando-se sua população, Juiz de Fora necessita de muito mais policiais civis, mas há controvérsias no que diz respeito ao efetivo da Polícia Militar;
- t) a região precisa do programa Fica Vivo, apesar de haver também o argumento de que outras regiões do Estado merecem prioridade no que se refere à sua implantação.

III. 4 - Carências a serem supridas:

- a) retorno da Polícia Comunitária, vinculada aos postos policiais;
- b) regionalização do programa Fica Vivo na Zona da Mata;
- c) construção de CSEs em outras regiões do Estado;

- d) estudo sobre implantação de hospitais capacitados ao acompanhamento psicológico e psiquiátrico, para a reintegração social de adolescentes com dependência química;
- e) aumento do efetivo da Polícia Civil;
- f) maior incentivo às Apacs;
- g) prazo até 2011 para que as cadeias da 4ª Risp sejam assumidas pela Suapi;
- h) transferência de mais um Agente Penitenciário para a cadeia de Matias Barbosa;
- i) preocupação maior com projetos contra a reincidência de egressos;
- j) previsão de recursos no PPAG para a qualificação de jovens nas áreas periféricas;
- k) instituição de dispositivo legal para garantir a segurança de estabelecimentos que passaram a substituir os bancos em operações com dinheiro vivo;
- l) garantia de maior atenção ao sistema prisional e às medidas socioeducativas;
- m) resolução dos problemas do Ceresp de Juiz de Fora, que está superlotado.

Curvelo, 27/4/2010

I - Apresentação

Em 27/4/2010, realizou-se, na Câmara Municipal de Curvelo, a 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública. Requerida pelos Deputados João Leite, Presidente da Comissão; Maria Tereza Lara, Vice-Presidente; Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, a reunião teve por objetivo debater a segurança pública na 14ª Região Integrada de Segurança Pública - Risp.

Além dos Deputados João Leite, Maria Tereza Lara e Doutor Viana, compuseram a Mesa: Dilcea Dayrell Sampaio, representando a Secretária de Educação; Henrique Duarte Gutfraind, Vereador; Hormezinda Rocha, Diretora da Rádio Centrominas FM e Vice-Presidente da Amirt; José Geraldo Gonçalves Correa, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Subseção de Curvelo da OAB-MG; José Maria Penna Silva, Prefeito de Curvelo; Larissa Rodrigues Amaral, Promotora de Justiça, representando o Procurador-Geral de Justiça; Maj. PM Ricardo Eugênio da Silva Oliveira, Subcomandante do 3º Batalhão de Bombeiros Militares; Roberta Fernandes Santos, Diretora de Atendimento do Presídio de Curvelo; Robinson Fuchs Brasilino, Chefe da Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, representando o Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal; Ten.-Cel. PM Ernest Soares, Chefe do Estado-Maior da 14ª Risp; Valmir de Paula Ramos, Chefe em exercício do 14º Departamento da Polícia Civil, de Curvelo; Ten.-Cel. PM Jordão Bueno Júnior; Maj. PM Aguiar; Subten. PM Elcio e Alceu José Torres Marques.

II - Desenvolvimento da reunião

II. 1 - Exposições

O Presidente da Comissão, após declarar aberta a reunião, relatou brevemente as discussões das audiências anteriores, apresentou as principais preocupações surgidas desde então, anunciou o fórum técnico sobre segurança pública, que deve acontecer em agosto, e passou a palavra aos componentes da Mesa.

Henrique Gutfraind observou que o campo para a violência entre os jovens é fértil: falta de perspectiva, momento delicado na educação, insatisfação dos professores e desestruturação familiar. Tudo isso torna difícil a elaboração de um diagnóstico e a determinação de estratégias.

O Prefeito de Curvelo elogiou o trabalho integrado das Polícias. Lembrou, porém, que há muitos dependentes químicos e pouco apoio governamental para tratá-los e aproveitou para pleitear a construção de uma regional para a realização de tratamento. Informou ainda que a Prefeitura tem investido em esportes e na parceria com a polícia, com o propósito de afastar os jovens das drogas.

O Ten.-Cel. PM Ernest Soares apresentou as 18 Risps e chamou a atenção para a coincidência entre as áreas territoriais das Polícias Militar e Civil a partir de 2009, o que representou avanço na gestão da segurança. Apontou que a 14ª Risp tem quase 70.000km² e declarou que fica difícil cobrir um território tão vasto, com várias Áreas de Coordenação Integradas - Acisps.

Esclareceu que a Acisp de Diamantina é formada por 13 Municípios e 120 mil habitantes. A de Sete Lagoas - com 12 Municípios e 305 mil habitantes - apresenta forte criminalidade e intenso tráfico de drogas. A de Curvelo - com 15.000km², 12 Municípios, 170 mil habitantes, boa posição geográfica e extensa malha rodoviária - passou por avanços. A de Capelinha - com 7 Municípios e 150 mil habitantes - é a que enfrenta os maiores problemas: faltam recursos, e os efetivos da Companhia de Meio Ambiente e Trânsito Rodoviário são insuficientes.

Destacou que a monitoração de crimes violentos, como homicídios, tentativas de homicídio e estupros, suscita preocupação. A adoção de metas na Risp de Curvelo só chegou em 2009, e sua prática começou sob condições desfavoráveis: a estrutura surgiu por desmembramento da região de Montes Claros, gerando reestruturações nas Polícias Militar e Civil, bem como um passivo com alta criminalidade - 3º lugar entre as Risps.

Relatou que os crimes violentos na Acisp de Curvelo diminuiram de 809 para 557 por semestre. Entre os primeiros trimestres de 2009 e de 2010, a redução foi de 46%. A meta acordada era reduzir o número desses crimes em 8%. O número de crimes violentos, que aumentou do primeiro para o segundo trimestre de 2009, caiu nos dois últimos anos e estabilizou-se.

Soares mostrou que a curva de crimes violentos contra o patrimônio foi descendente em 2009 e comparou esse dado com 2010, ressaltando a redução de 52%. Verificou-se aumento nos dois primeiros trimestres do ano passado, queda no terceiro e subida no último. Entre os primeiros trimestres de 2009 e de 2010, constatou-se 48% de redução em vez dos 8% estabelecidos na meta.

Registrou, também, que, dos 150 homicídios cometidos no ano passado, 50 estavam relacionados ao uso de drogas e bebidas alcoólicas. Comparando-se os primeiros trimestres de 2009 e de 2010, a redução do número de homicídios foi de 21%. A meta era 3,4% de redução. O desempenho da região ficou em 2º lugar. O mesmo ocorreu com os crimes violentos: foi preciso buscar resultados.

O expositor ressaltou que o número de homicídios em Curvelo é bem menor que em Pirapora e Sete Lagoas. No ano passado, houve um no primeiro trimestre, um no segundo, cinco no terceiro e um no quarto. Nos primeiros trimestres de 2009 e de 2010, os índices foram iguais.

Chamou a atenção para o fato de que não adianta baixar índices criminais às custas das liberdades individuais e públicas. Só uma polícia respeitosa é respeitada. Esclareceu que há um projeto em implantação que estabelece o compromisso de que, no final de 2010, 100% do efetivo local terá feito o curso de formação na 14ª Risp. Destacou outro ponto importante: a integração com a sociedade civil, por meio da Polícia Comunitária. Sob esse aspecto, a região ainda pode melhorar muito. A integração e o fortalecimento dos laços conjuntos precisam ser mais fortes na base.

Soares apontou a importância do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - Proerd -, de sentido educacional e com resultados práticos, que permite à Polícia Militar capacitar instrutores para atingir preventivamente pré-adolescentes na escola. O Proerd atende a 34 Municípios. Em 2010, 68 militares serão capacitados. De 2007 para cá, foram habilitados 63 mil alunos. A meta é atingir 100%.

O Delegado Valmir de Paula informou que a Risp do 14º Departamento é composta por cinco regionais, abarcando 58 Municípios, com população aproximada de 1 milhão de habitantes. São 40 Delegados, 71 Escrivães, 160 Agentes de Polícia, 26 Peritos, 17 Médicos-Legistas e 8 policiais administrativos. O número de funcionários está assim distribuído: 72 em Curvelo, 61 em Diamantina, 91 em Sete Lagoas, 55 em Capelinha e 47 em Pirapora.

Relatou que, no primeiro trimestre, a meta da Risp era de 1.067 inquéritos policiais, tendo sido concluídos 2.306. No caso específico de Curvelo, foram 129 inquéritos em janeiro, 102 em fevereiro e 83 no período que se seguiu. Como a meta a ser atingida é de 85, há déficit de apenas 2. Segundo o Delegado, o problema mais grave é a falta de efetivo. Na Delegacia Regional, uma empresa procura acelerar o procedimento para evitar a demora na digitação e no envio dos dados para Belo Horizonte.

Valmir de Paula afirmou, ainda, que, em relação aos Termos Circunstanciados de Ocorrência - TCOs -, a Risp está em 2º lugar. A área de Curvelo abrange 11 cidades, 4 Comarcas e 75 mil habitantes. Apesar de haver um Delegado Regional e quatro Delegados de Polícia, no momento só três estão em atividade. Dos 21 Agentes, só é possível alocar 10 na Inspeção. Quanto ao sistema carcerário, houve grande melhoria com a atuação da Suapi. Todavia, de acordo com ele, é preciso estender a experiência para Três Marias, Buenópolis e Corinto.

O Subten. PM Élcio informou que o Comando de Bombeiros, na região de Curvelo, abrange 17 Municípios distantes entre si. O funcionamento é garantido com a ajuda de pessoal municipal. As ocorrências graves exigem a presença da corporação. A demanda é grande: além de vistorias, há quase oito resgates por dia. As BRs 040 e 135 apresentam intenso fluxo de veículos, com muitos acidentes e atropelamentos.

Roberta Santos declarou que, no presídio de Curvelo, há 3 Diretores, 3 funcionários administrativos, 46 Agentes Penitenciários, 2 Assistentes Sociais, 1 Psicóloga e 3 Auxiliares de Enfermagem. Faltam encarregados de serviços gerais. Dos 183 detentos, 72 são condenados - sendo 22 no regime fechado, 29 no aberto, e 21 no semiaberto -, 109 são provisórios, e 2 são menores. Os presos assistem a cultos religiosos e trabalham na unidade ou fora dela. No entanto, faltam Agentes para a escolta.

O Ten.-Cel. PM Ernest Soares defendeu a redução da criminalidade sem que as liberdades individuais sejam lesadas. Ele apontou como principais desafios: a construção da sede da Risp em Curvelo; a implantação das áreas integradas - Aisps -; a maior aproximação com o Ministério Público, o Judiciário, os Executivos locais e os Legislativos Municipais; o estreitamento do relacionamento com o Corpo de Bombeiros; a ampliação dos Consep e das Apacs; a retirada completa das Polícias do trabalho de guarda nas cadeias públicas; a melhor estruturação logística e o aumento dos efetivos das instituições de segurança pública; e a integração com a Polícia Federal.

Robinson Brasilino externou a preocupação da Polícia Federal com o trabalho conjunto das forças de segurança, com a superação do distanciamento na base e com os trabalhos integrados. Segundo ele, a principal dinâmica a ser adotada é a união, com integração e informação. A polícia deve trabalhar na prevenção do crime, analisando-o para eliminar suas causas e consequências, estudando cientificamente sua dinâmica e seu desenvolvimento, além de planejar a atividade em cada região. Ademais, é preciso superar a carência de efetivo.

O expositor afirmou que o uso de bebida alcoólica no trânsito, o consumo de drogas e a violência contra a mulher são fatores que estão na base dos latrocínios, dos estupros e dos crimes contra as crianças. Para contê-los, propôs leis mais severas e aumento dos gastos com a prevenção, mas ressaltou que os demais crimes têm causas diferentes.

Larissa Amaral manifestou preocupação em tratar a segurança pública como um todo. Rejeitou o trabalho exclusivo com repressão. Valorizou a prova e o depois, o devido processo legal, a ressocialização no cumprimento da pena e o combate à reincidência. Disse que o Boletim de Ocorrência - BO - é importante para colher dados, investigar, decidir sobre a ação penal e lastrear a eventual condenação. Afirmou que há trabalho conjunto para acelerar os inquéritos policiais, ressaltando que o Ministério Público está em dia com seu trabalho, mas o pequeno número de Delegados estrangula o processo: o Judiciário como um todo não consegue atender a demanda.

Segundo ela, como o tráfico e o uso de drogas são gritantes, a Polícia Militar vem realizando prisões em flagrante e gerando aumento vertiginoso do número de réus, o que indica a necessidade urgente de que se faça um trabalho especial com os usuários: além da recuperação, devem-se criar alternativas econômico-sociais. Trata-se de abordar todos os sistemas, integrar os adolescentes no mundo legal e afastá-los da criminalidade.

A Promotora de Justiça defendeu a ideia de que a preocupação não deve se restringir às metas, mas alcançar também a qualidade com que essas metas são atingidas. Só efetivos em número adequado garantirão investigações no inquérito, darão respaldo a eventuais condenações e manterão prisões. Ademais, o problema continua: é preciso acompanhar o traficante preso e sua família. Nesse aspecto, são fundamentais a construção da Apac local e a execução de projetos que integrem os detentos ao processo laboral.

Dilcea Sampaio destacou que o fator econômico deve ser considerado, pois, como os pais necessitam trabalhar, os filhos acabam ficando desamparados. Ela insistiu em que a escola, além de ensinar, deve inculcar valores. Disse que o exemplo do Proerd é importante e, por fim, reivindicou que as escolas sejam protegidas das frequentes depredações.

O Maj. PM Ricardo Eugênio lembrou que o Corpo de Bombeiros também quer fazer parte da solução, apesar de ainda necessitar crescer em logística e em número de servidores. Disse que 18 Municípios são atendidos por apenas 27 militares e chamou a atenção para o fato de que essa insuficiência se acentua no período de estiagem, quando aumenta o risco de incêndios. Afirmou, no entanto, que, apesar da carência de efetivo, o Corpo de Bombeiros está à disposição da sociedade e pronto a se integrar.

II. 2 - Discussão

Maurício Gabriel Diniz defendeu o ponto de vista de que não se conseguem resultados sem alterar a lei. A falta de uma distinção objetiva entre usuário e traficante vem transformando os presídios em casas de recuperação forçada de usuários de drogas, pois os grandes traficantes não são presos. Para ele, falar em combate às drogas sem investigar sua origem é uma inconsequência. Criticou a Lei de Execução Penal Federal, que permite interpretação dúbia: alguns acham que o preso no regime semiaberto não precisa cumprir o critério objetivo de 1/6 da pena para ter emprego; outros, que deve cumprir 1/6 da pena na Justiça local. Nos Tribunais, Desembargadores e Câmaras adotam ora um critério, ora outro. Segundo ele, esse é o motivo de, em um universo de quase 200 presos no Município, apenas sete terem sido autorizados a trabalhar. Os quatro em regime semiaberto necessitam de escolta, mas não há pessoal nem para os que se encontram no presídio. Ainda de acordo com Maurício Diniz, as indefinições sobre a situação dos presos fazem os advogados viverem as inseguranças das famílias, especialmente das mais pobres. No Presídio de Curvelo não há um advogado sequer para defender o detento. Os presos têm medo e os familiares são acautelados. O Ministério Público está mais distante e não dispõe de tempo. Faz-se necessária a existência de um órgão, independente da Direção do Presídio, fiscalizador do sistema prisional. Ele registrou que, pela primeira vez, falta um diretor com a competência necessária. As famílias saem de longe e deixam de comer para visitar seus parentes, mas não conseguem fazê-lo, porque há punições sem critério ou justificativa aos detentos. Os familiares dos presos precisam de porta-voz e de atendimento sem arrogância.

Larissa Amaral, ressaltando não ser a titular da Promotoria da Infância e da Juventude de Curvelo, esclareceu que os menores ficam em cela separada, requisitada pelo Poder Judiciário, com medidas de internação e prazos rigorosamente cumpridos. Quanto aos presos provisórios, falou que essas informações cabem ao Poder Judiciário. Informou que, em até cinco dias após a chegada do inquérito policial, a denúncia fica pronta. Quando há excesso de prazo, o Ministério Público pede relaxamento de prisão. Têm ocorrido muitas prisões na comarca e existem controvérsias sobre a lei de tóxicos. O Tribunal de Justiça fixou a prisão provisória em 180 dias. O Ministério Público cumpre os princípios do Estado Democrático de Direito e os prazos da relação penal. Segundo ela, os presos encaminham cartas à Secretaria do Poder Judiciário. Não há, porém, pessoal suficiente para fazer a juntada e movimentar os processos de modo que cheguem rápido ao Ministério Público e sejam encaminhados, conclusos, ao Juiz responsável pelo benefício. Há muitas falhas na execução de penas, o que prejudica o próprio sistema penitenciário, que precisa de rotatividade. A informatização padronizará e agilizará o processo. Quanto aos prazos de prisão provisória, Larissa Amaral disse poder afirmar apenas que o Ministério Público os cumpre, dentro de suas atribuições, na denúncia e nas alegações finais. Sobre a situação dos presos provisórios, esclareceu que só o Poder Judiciário pode fornecer dados específicos. Quando há excesso, o relaxamento é pedido. Ela destacou ainda a falta de Defensor Público na Comarca.

O Ten.-Cel. Jordão Bueno citou casos de infratores que já passaram várias vezes pelas mãos do Estado, independentemente das políticas adotadas, dos processos judiciais, do sistema de execução penal ou da gravidade dos crimes. De acordo com ele, dever-se-ia observar o art. 1º da Lei de Execução Penal Federal, que afirma ser o propósito da pena a ressocialização do condenado. As cadeias viraram depósitos de passagem. Pediu, ainda, investimentos urgentes na ressocialização dos presos, a fim de que saiam do sistema prisional melhores. Trata-se de providência positiva para as pessoas, as famílias e a sociedade, evitando-se gastos e mortes. Não é fácil para o Judiciário, a Polícia Civil e a Polícia Militar lidar com o mesmo preso inúmeras vezes. O detento acabará cometendo crimes mais graves.

José Geraldo apoiou as críticas à Lei de Execução Penal. A Subseção da OAB-MG em Curvelo observou que, além de registrar ideias no papel, é preciso colocá-las em prática. Não basta superlotar cadeias: é necessário buscar a realidade dos detentos. Que o Estado, por meio de um departamento social, assista o preso e alcance sua família.

Hormezinda Rocha frisou a importância da imprensa local, que tem o sotaque da cidade. Citou a parceria da Amirt com o Ministério Público na divulgação do Disque Denúncia e pôs as emissoras locais à disposição para campanhas preventivas em mídia regional.

O Maj. Aguiar informou que existem 2.300km de rodovias estaduais e federais. A Companhia de Meio Ambiente e Trânsito Rodoviário cuida de 58 Municípios, apesar de contar apenas com 157 pessoas. Só com mais efetivo haverá policiamento geral e permanente. Na região de Curvelo, as principais causas de acidentes e atropelamentos são: falta de atenção ao volante, animais na pista, má iluminação nas áreas urbanas, embriaguez e ultrapassagens acima do limite permitido. Há também furtos de carga.

Robinson Brasilino esclareceu que a circunscrição da Polícia Federal vai de Belo Horizonte a Corinto, incluindo Diamantina. Apoiou a proposta de reunião em Belo Horizonte com os Comandantes da Risp e os Delegados para discutir o tráfico local e suas ligações.

Roberta Santos informou que os dois adolescentes que estão no presídio são de Três Marias. Disse que a Promotora da Infância e da Juventude preferiu a preservação de seus elos familiares. Foi construída uma cela capaz de atender a quatro adolescentes. Quanto às visitas sociais, falou que são regulamentadas pelo Procedimento Operacional Padrão. Às vezes, há constrangimentos, mas são inevitáveis. A revista é minuciosa quando há suspeita de material ilícito, caso em que o visitante é convidado ao "teste no banquinho". Se se recusar, seu acesso à unidade pode ser bloqueado.

Valmir de Paula destacou que a Polícia Civil ainda cuida de presos em várias cidades.

O Ten.-Cel. Bueno informou que, em Diamantina, com 115 presos recolhidos, e no Serro, com 57, não há presença da Suapi. Reivindicou prioridade para essas cidades, que fazem parte do Circuito da Estrada Real e têm potencial turístico. Ressaltou que os policiais militares e civis empregados na cadeia pública fazem falta à segurança da comunidade.

Robinson Brasilino relatou que sua Delegacia Fazendária, com mais de 20 Delegados, abarca 60% a 70% dos inquéritos da Polícia Federal. Mesmo sem condições de estar em todos os Municípios, o trabalho de 2009 já foi todo encaminhado, seja abrindo inquérito policial, seja remetendo-o à Corregedoria. A Delegacia de Meio Ambiente atua com o mesmo propósito.

O Maj. Aguiar disse que na prisão de pessoas envolvidas em mineração ilegal, há também trabalho preventivo, a fim de se legalizarem os garimpos. Em Curvelo e nos Municípios vizinhos, a extração continua, em parte, irregular. Segundo ele, se todas as ocorrências forem encaminhadas a Delegacias da Polícia Federal em Montes Claros ou Belo Horizonte, a demanda não será atendida. Lembrou que, em relação à presença de equinos e bovinos em rodovias, a competência é do DER em parceria com a Polícia Militar e afirmou que o problema maior é nas áreas urbanas, onde animais pastam nas margens das estradas. Nesse caso, a competência é dos Municípios. Há convênios em andamento, que preveem medidas preventivas e, caso necessário, repressivas. Informou também que a escola onde será instalada a sede da 14ª Companhia de Meio Ambiente e Trânsito está sendo reformada pela Polícia Militar com o trabalho de 12 presos.

José Maria Silva reivindicou investimentos do governo estadual em segurança. Segundo ele, a Prefeitura do Município cede funcionários às Polícias Civil e Militar, ao fórum, à Emater e ao IMA. Disse que, sendo a cadeia pública de Curvelo inadequada, faz-se urgente a escolha de um local para a construção da Apac.

Roberta Santos afirmou que a liberação de verba governamental para a construção de Apacs pressupõe um ano de funcionamento provisório. Logo, precisa-se de sede provisória. Propôs que o presídio seja transferido, cedendo lugar à Apac. Esclareceu que foram construídas celas para separar os presos provisórios dos condenados, pois são dois grupos que encaram a vida prisional de forma distinta.

II. 3 - Encaminhamentos aprovados:

- a) ofício ao Secretário de Defesa Social, pedindo as seguintes providências relativas à região de Curvelo: implantar Áreas Integradas de Segurança Pública – Aisps – na região; construir a sede da 14ª Risp; melhorar a estrutura e aumentar o efetivo do Corpo de Bombeiros, bem como fazer coincidir o rol de Municípios abrangidos pelas estruturas da corporação e das Risps; ampliar a estrutura da Polícia Civil e seu efetivo; construir mais celas no presídio, visando separar os presos provisórios dos demais; ampliar o quadro de Agentes Penitenciários, especialmente em Diamantina e no Serro, com vistas a retirar as Polícias Militar e Civil do trabalho de guarda nas cadeias públicas; aumentar o número de Apacs na região; melhorar a estrutura e aumentar o efetivo da 14ª Companhia da Polícia Militar Independente de Meio Ambiente e Trânsito;
- b) ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça, solicitando informações sobre a situação dos presos provisórios na Comarca de Curvelo;
- c) ofício ao Presidente da Cemig e aos Prefeitos de Várzea da Palma e Lassance, solicitando seja instalada iluminação adequada no trecho da Rodovia MG-496 que passa nas áreas urbanas desses Municípios;
- d) ofício ao Governador do Estado, solicitando seja implantada instituição para o tratamento de dependentes químicos na região de Curvelo;
- e) ofício à Promotoria da Infância e da Juventude da Comarca de Curvelo e ao Diretor do presídio local, solicitando informação sobre a situação dos adolescentes que se encontram na unidade;
- f) ofício à Corregedoria do Sistema Prisional, solicitando seja averiguada a situação em que se encontra o Presídio de Curvelo, especialmente no que se refere ao trato com os familiares dos detentos.

III - Principais pontos abordados

III. 1 - Criminalidade:

- a) a maior preocupação na Risp são os crimes violentos, como homicídios, tentativas de homicídios e estupro;
- b) cerca de 1/3 dos homicídios tem relação com drogas e bebidas alcoólicas;
- c) a Acisp de Sete Lagoas concentra a criminalidade violenta, inclusive o tráfico de drogas;
- d) o número de homicídios em Curvelo é menor que em Pirapora e Sete Lagoas;
- e) ocorrem furtos de carga em trechos urbanos de estradas;
- f) há mineração ilegal, especialmente de cristais.

III. 2 - Resultados positivos:

- a) integração do trabalho das Polícias;
- b) avanço na gestão da segurança pública após a coincidência entre as áreas territoriais das Polícias Civil e Militar;
- c) integração da Polícia Militar com a sociedade civil por meio da Polícia Comunitária;
- d) melhoria no sistema carcerário após a atuação da Suapi;
- e) cumprimento rigoroso dos prazos processuais pelo Ministério Público;
- f) bom desempenho da Risp em número de TCOs;
- g) progresso na Acisp de Curvelo nos últimos anos, com diminuição dos crimes violentos, dos crimes violentos contra o patrimônio e dos homicídios;
- h) preocupação da Polícia Militar em baixar a criminalidade respeitando os direitos humanos;
- i) êxitos obtidos pelo Proerd na prevenção junto a pré-adolescentes na escola;
- j) investimentos da Prefeitura de Curvelo em esportes e na parceria com a polícia.

III. 3 - Problemas:

- a) existência de campo fértil para a violência entre os adolescentes;
- b) vastidão da 14ª Risp, o que torna difícil cobrir integralmente a área;
- c) insuficiência de efetivos das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros como o problema mais grave;
- d) a Acisp de Capelinha apresenta a maior defasagem de recursos e efetivos;

- e) demanda muito grande pelo Corpo de Bombeiros;
- f) aumento considerável do risco de incêndios durante a estiagem;
- g) necessidade de implantação de logística para o melhor funcionamento do Corpo de Bombeiros;
- h) número insuficiente de Agentes Penitenciários para a escolta de presos;
- i) transformação dos presídios em casas de recuperação forçada de usuários de drogas;
- j) interpretações dúbias da Lei de Execução Penal Federal quanto aos regimes de cumprimento de pena;
- k) presença de dois adolescentes no presídio de Curvelo;
- l) excesso de presos provisórios, o que acaba fazendo com que as cadeias funcionem como depósitos de passagem;
- m) falta de Defensor Público na Comarca;
- n) tendência ao colapso se todas as ocorrências da alçada federal forem encaminhadas às Delegacias da Polícia Federal.

III. 4 - Carências a serem supridas:

- a) implantar Aisps para a efetiva articulação das Polícias;
- b) intensificar a cooperação entre as Polícias, na base;
- c) aproximar as Polícias dos Executivos e dos Legislativos municipais, do Ministério Público e do Judiciário;
- d) integrar as Polícias Civil e Militar com a Polícia Federal;
- e) melhorar a integração entre as atividades desempenhadas pelas Polícias e pelo Corpo de Bombeiros;
- f) construir a sede da Risp em Curvelo;
- g) implantar instituição para tratamento de dependentes químicos;
- h) ampliar o número de Conseps e Apacs;
- i) retirar completamente as Polícias da guarda de presos nas cadeias públicas;
- j) aumentar os efetivos das instituições de segurança pública;
- k) melhorar a logística e aumentar o efetivo do Corpo de Bombeiros;
- l) implantar órgão para atender demandas de presos e familiares;
- m) aplicar o art. 1º da Lei de Execução Penal Federal, que afirma o propósito de ressocialização;
- n) mobilizar as emissoras locais para campanhas preventivas em mídia regional;
- o) promover reunião em Belo Horizonte com os Comandantes da Risp e os Delegados para discutir o tráfico local e suas ligações;
- p) melhorar o investimento do governo estadual na área de segurança em Curvelo.

Vespasiano, 17/5/2010

I - Apresentação

Em 17/5/2010, realizou-se na Câmara Municipal de Vespasiano a 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública. A reunião teve por objetivo debater a segurança pública na 3ª Região Integrada de Segurança Pública – Risp.

Participaram da reunião os Deputados João Leite, que a presidiu, Maria Tereza Lara e Rômulo Veneroso. Também compuseram a mesa as seguintes autoridades: Cel. Aryone Juarez de Almeida Júnior, Comandante da 3ª Região de Polícia Militar, representando o Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais; Elcídes José Batista Guimarães, Delegado Chefe do Departamento de Polícia Civil de Vespasiano, representando o Chefe de Polícia Civil; Daniel de Oliveira, Promotor de Justiça da Comarca de Vespasiano, representando o Procurador-Geral de Justiça; Vereadora Ana Ferreira Neves da Rocha, Presidente da Câmara Municipal de Vespasiano; Ten.-Cel. Cláudia Araújo Romualdo, Comandante do 36º Batalhão de Polícia Militar; Maria Heloísa Vieira, Assessora da Gerência Regional de Saúde em Vespasiano; e Ana Glaura, Delegada Regional de Vespasiano.

II - Desenvolvimento da reunião

II. 1 - Exposições

A reunião foi aberta pelo Presidente da Comissão, que realizou breve exposição sobre o histórico e a finalidade do evento. Em seguida, falou a Presidente da Câmara local, que reconheceu a importância da reunião, colocando o Legislativo municipal à disposição da Assembleia Legislativa e defendendo a participação efetiva de todos no evento.

O Cel. Aryone Almeida Jr., Comandante da 3ª RPM, salientou as peculiaridades da região, que conta Municípios muito heterogêneos e em franco processo de crescimento. O militar apresentou dados referentes à segurança pública na região, entre os quais a queda de 5,11% na criminalidade violenta, entre 2008 e 2009. Relativamente ao primeiro quadrimestre de 2010, a comparação com o mesmo período de 2009 revela queda de 4,04%. Houve ainda decréscimo de 2,58% na taxa de homicídios, com aumento significativo, todavia, na região de Ouro Preto, da ordem de 77%. Há algum desvio nos dados por causa da classificação do crime de estupro, cuja tipificação foi alterada na lei penal, com ampliação dos casos por ela abrangidos. O comandante informa ainda que a estrutura administrativa das unidades da PMMG na região sofreu algumas modificações e foi redimensionada para melhor atendimento à demanda, inclusive com redução de 16% no quadro de pessoal, o que constitui um problema que somente será solucionado com a admissão de novos concursados. Ele citou a importância da prevenção criminal na região, incluindo iniciativas como as redes de vizinhos protegidos, campanhas educativas, base comunitária móvel e projetos envolvendo os jovens como o Jovens Construindo a Cidadania, o Proerd, e o Grupo Especial de Atendimento à Criança e ao Adolescente em Risco - Geacar. Assinalou também a necessidade de criação de patrulhas rurais e de ampliação das companhias de tático móvel, bem como destacou o significativo contingente de presos existente na Risp, sob responsabilidade da Suapi, que tem atuado em conjunto com as Polícias. Defendeu, enfim, uma ação coordenada dos órgãos de defesa social com o Poder Judiciário e o Ministério Público.

O Delegado Elcides Guimarães apresentou dados sobre a organização da Risp, que é composta por 22 Municípios e 31 Aisps. Informou que há Delegados de Polícia em todas as comarcas da região, assim como abordou, detalhadamente, a estrutura do 3º Departamento de Polícia Civil e de cada uma das delegacias regionais que o compõem. Segundo o Delegado, os indicadores de criminalidade na região têm melhorado nos últimos anos, embora existam problemas pontuais, especialmente nas delegacias de Sabará, Nova Lima e Ouro Preto, nas quais ainda não há delegacias de plantão. Ele afirmou que há carência de pessoal, com alguns Municípios sem Delegados e Escrivães, embora no último concurso público tenham sido designados 48 novos servidores para a região, os quais foram distribuídos com observância de critérios de população e índices de criminalidade. Citou, porém, que os dados relativos ao primeiro quadrimestre de 2010 são bastante favoráveis, com redução de 37% na taxa de homicídios e 26% na de tentativas de homicídio. Corroborando a observação feita pelo Cel. Aryone, lembrou que houve aumento apenas nos casos de estupro, devido a mudança na tipificação penal. Entre as principais inovações implementadas, foram mencionados os núcleos de mediação de conflitos, em funcionamento em Vespasiano e Santa Luzia, que trabalham com ocorrências de crimes de pequeno potencial ofensivo e que devem ser implantados em toda a Risp.

O Promotor Daniel de Oliveira expôs os principais problemas enfrentados pelo sistema de justiça criminal na região, especialmente na Comarca de Vespasiano. O "parquet" ressaltou a falta de estrutura das Polícias, do Ministério Público, do Judiciário e da Defensoria Pública como um obstáculo à realização da segurança da sociedade. Evidenciou dados acerca desse problema, entre os quais a existência de 1800 processos concluídos na Vara Criminal de Vespasiano, pois, apesar da realização de audiências diárias, das 13h30min às 18 horas, "a pauta caminha para 2013". Ele constata o excesso de trabalho naquela Vara, que é insuficiente para a demanda atendida, recordando que a situação tende a se agravar, porque a Juíza titular se afastará em breve, no gozo de licença-maternidade, sem que haja a perspectiva da designação de um Juiz para substituí-la. Lembra, ademais, que o mesmo problema é sentido no Ministério Público e na Defensoria Pública, esta sem qualquer Defensor na Comarca, aquele com o pedido negado pela Corregedoria do MP de envio de um promotor cooperador. Nesse contexto, acentua-se a morosidade da justiça criminal, com processos se avolumando nas Varas Criminal e da Infância e Juventude, além de júris que somente são realizados de 3 a 5 anos após a ocorrência do crime, muitas vezes sem testemunhas, vítimas de ameaças dos réus. Além disso, presos provisórios de alta periculosidade são soltos por excesso de prazo, inclusive porque a simples designação de um advogado dativo, na falta do Defensor Público, tem sido um processo demorado. Para o Promotor, o principal problema na região é o tráfico de entorpecentes e a criminalidade a ele associada, como o homicídio, o furto e o roubo. Ele lembrou que, embora a taxa de criminalidade esteja melhorando na região, há uma cifra negra, composta por ocorrências que escapam ao controle estatal, algumas das quais são mencionadas informalmente, mas, por medo, não são formalizadas. Citou ainda o papel da sociedade na defesa social, assinalando, como exemplo, sua presença, que ainda deixa a desejar, nos conselhos de políticas públicas. Defendeu a realização de políticas sociais para a prevenção da criminalidade e a recuperação da pessoa apenada, especialmente nos casos vinculados às drogas. Apresentou, como demandas emergentes na comarca, a necessidade de se assegurar um Juiz em substituição à Juíza que se licenciará, de se instalar mais uma vara para atendimento ao elevado volume de processos, de se garantir assistência judiciária prestada pela Defensoria Pública, e de se adotar uma estratégia cuidadosa para as saídas temporárias de presos, especialmente em épocas de festas e eventos, nas quais é necessário um trabalho articulado entre Ministério Público, Polícias, Judiciário e Comissão Técnica de Classificação, para acompanhamento da medida. O Promotor defendeu, enfim, a necessidade de uma mudança de postura por parte dos agentes estatais, na questão da defesa social, salientando a importância dos mecanismos não judicializados de solução de conflitos. Em sua perspectiva, o mau funcionamento da segurança pública e da justiça criminal acarretam uma sociedade descrente na ação estatal.

A Ten.-Cel. Cláudia Araújo defendeu a necessidade de ação integrada entre os órgãos de segurança pública e a sociedade, que pode participar através dos Conseps e das associações de bairro. Enfatizou que as diversas etapas da ação estatal, realizadas pela Polícia Militar, Polícia Civil, Ministério Público, Judiciário e sistema prisional, devem estar integradas, importando tanto a prevenção e a repressão quanto a reinserção social do infrator. Recordou, também, a questão social, na qual se inserem famílias vulnerabilizadas e escolas impotentes ante sua missão institucional, fatos indissociáveis da segurança pública e que devem ser objeto dessa integração. Segundo a policial, o índice de criminalidade na região do 36º BPM está em queda, com a série histórica apresentando uma reversão, atingindo níveis encontrados antes de 2007. Entre as estratégias de trabalho desenvolvidas, foi mencionada a ação sobre alvos monitorados, que permite o acompanhamento de pessoas reincidentes em crimes, com o objetivo de evitar novas situações de violência e criminalidade. Ela destacou, além disso, o investimento que vem sendo feito na melhoria da qualificação dos policiais militares e da responsabilização a que esses servidores estão sujeitos.

A delegada Ana Glaura apresentou dados sobre a Aisp 68, cuja instalação física estava em fase de conclusão. Ressaltando a importância da integração entre as Polícias, com apresentações periódicas na Igesp, citou algumas das principais atividades desenvolvidas na unidade, como a mediação de conflitos, a operação presença, o monitoramento de alvos, o trabalho com informações, além do investimento em qualificação dos servidores, mediante cursos oferecidos pela Academia de Polícia.

II. 2 - Discussão

Ronaldo Silvestre, presidente do Consep da região de Santa Clara, abordou a necessidade de restaurar a Defensoria Pública em Vespasiano, assim como tratou da atuação dos 3 Conseps existentes na cidade, enfatizando a importância das reuniões desses conselhos com as Polícias. Reivindicou mais apoio estatal para a organização e funcionamento dos Conseps e para a criação dessas entidades em todos os municípios da Risp. Solicitou ainda a criação de mais varas especializadas e delegacias especializadas na Comarca, além do retorno da delegacia da mulher em Vespasiano.

Elias Magalhães, presidente do Consep de Sabará, discorreu sobre o papel do Consep como elo entre a sociedade e os órgãos estatais e realçou o trabalho integrado do Conselho com as Polícias e com a Prefeitura Municipal de Sabará. Destacou também a importância das políticas de atenção à criança e ao jovem e a necessidade de fortalecer as Polícias Civil e Militar e o Ministério Público. Defendeu a criação de uma delegacia especializada no atendimento ao jovem e a implantação de um centro de internação para o adolescente que praticar ato infracional. Segundo ele, a questão da segurança pública depende da participação de todos.

A Vereadora Adriana Lara, do Município de Vespasiano, afirmou que a questão da segurança pública é um elemento importante no plano metropolitano de desenvolvimento integrado, que está sendo elaborado. Para a parlamentar, segurança pública não é só questão policial, mas política dotada de abrangência maior, a envolver sociedade e todos os Poderes do Estado. Ela destacou que segurança depende de políticas sociais e chamou a atenção para os problemas recente vividos pela região, decorrentes de mudanças em seu perfil demográfico, devido, por exemplo, à construção do centro administrativo. Discutiu ainda problemas de funcionamento dos conselhos municipais de políticas públicas, a ausência da Defensoria Pública em Vespasiano e a relação entre Estado e Município na defesa social, na qual se destaca a assunção de despesas dos órgãos estaduais de segurança pública pelos Municípios.

Gilmar Ávila, do Movimento Pró-Deficiente, cobrou medidas efetivas para resolver o problema da segurança pública em Vespasiano. Cyro Wander, relatou os bons serviços prestados pelos Estados, pelas Polícias e pelo Ministério Público e defendeu medidas para melhorar a estrutura do Centro de Referência de Penas Alternativas da comarca e a revisão da lei trabalhista, para possibilitar o trabalho do adolescente. Marconi Daher, Secretário de Governo de Capim Branco, elogiou o trabalho das Polícias e abordou necessidades específicas de Capim Branco.

Júlio César Fernandes, da Associação Espaço Sociocultural de Diadorim, abordou a função da sociedade civil na segurança pública, a necessidade da Defensoria Pública em Vespasiano e de aprimoramento da política de educação. Para ele o grande desafio envolve a relação entre indivíduo e sociedade.

Gesinei Campos, Assessor da Presidência da Câmara Municipal de Vespasiano, também reivindicou a estruturação da Defensoria Pública na Comarca, recordando que os advogados dativos não têm motivação para realizar a assistência judiciária porque não recebem honorários. Cuidou, ainda, a necessidade de priorizar a questão preventiva no âmbito da segurança pública, com mais investimentos em políticas sociais.

Ana Maria, do Núcleo de Prevenção à Criminalidade de Vespasiano, reivindicou a instalação da Defensoria Pública em Vespasiano e apresentou interesse pelas experiências de mediação de conflitos e pela atuação do Gecar. Discutiu, também, a importância da criação de redes específicas de atendimento, defendendo políticas de atenção à mulher e ao jovem infrator, que necessita de acolhida adequada.

O Vereador Ricardo Antunes, do Município de Sabará, explicou que os problemas são semelhantes nos Município da Risp, com deficiências na estrutura do Judiciário, da Defensoria Pública e das Polícias. Admitiu também a pertinência da questão metropolitana para a política de defesa social na Risp, designando como desafio a elaboração de um planejamento público e de uma repartição orçamentária de responsabilidades para atendimento à política de segurança pública na RMBH.

Edinaldo Soares de Souza, Presidente do PT de Vespasiano, reconheceu que a abordagem policial tem melhorado e vem sendo realizada com qualidade, mas criticou o fato de alguns registros de criminalidade não serem feitos, como boletins de ocorrência que, eventualmente, são negados pelos policiais encarregados de formulá-los.

Maria Sueli, da Associação dos Catadores e Recicladores Senhor Bom Jesus, defendeu a prevenção social e o apoio à criança e ao jovem como prioridade para a defesa social. Destacou também o relevante papel das Polícias Civil e Militar.

Gustavo Machado, da Secretaria de Esportes e da Juventude, defendeu a instalação da Defensoria Pública na Comarca e uma ação dos órgãos de defesa social focada não só no tráfico, mas no usuário de drogas. Para ele, a prioridade é evitar que o jovem entre no mundo das drogas.

Alda Maria Salvador, do Consep 15 da Aisp 9, afirmou a prioridade da educação para a segurança pública. Defendeu ainda que haja uma liame entre as políticas de segurança, trânsito, infância e juventude, saúde e educação, por meio de seus órgãos e entidades, e entre o Estado e os Municípios. Lembrou, enfim, da importância do uso do telefone 181 para o combate ao crime via denúncias da comunidade.

Cristiana Diniz, do Conselho Estadual da Mulher, advogou a implementação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher em Vespasiano. Recordou o aumento das denúncias de violência contra a mulher, derivado da aplicação da Lei Maria da Penha, e relatou a experiência do Morro Alto, com o trabalho da Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher e de Atenção à Violência Sexual.

O Cel. Aryone Almeida esclareceu a importância dada pela polícia ao crime de ameaça, e a atenção dada pelas Polícias a esses registros, explicando que, muitas vezes, o crime de ameaça leva ao homicídio e sua repressão previne um crime mais grave. Quanto à cifra negra, ele concorda com as palavras do promotor, mas destaca que há um trabalho para minimizá-la.

Os parlamentares presentes na reunião discutiram a questão da segurança pública na 3ª Risp. O Deputado Rômulo Veneroso teceu considerações gerais sobre o tema, cobrou a participação do Executivo das localidades da Risp na reunião e reafirmou o compromisso da Comissão com a política estadual de defesa social, esclarecendo sobre os encaminhamentos que seriam realizados.

O Presidente da Comissão abordou a questão geográfica na 3ª Risp, questionando eventuais problemas derivados de sua conformação heterogênea. Questionou ainda a criminalidade associada à malha rodoviária da região e o déficit de atendimento da PRF, bem como o número de acidentes ocorridos nessas rodovias. Também a Deputada Maria Tereza Lara indagou sobre as rodovias da região. O Cel. Aryone Almeida esclareceu as competências da PMMG em matéria ambiental e de trânsito, na área da Risp, defendeu um acompanhamento mais sistemático para os problemas do trânsito e prestou informações gerais sobre o tema.

A Deputada Maria Tereza falou sobre a importância do policiamento de eventos, sobre a necessidade de planejamento das ações de segurança pública e lembrou que a necessidade de investimentos na prevenção foi constatada na Conferência Nacional de Segurança Pública, ocorrida em 2009. Sobre as deficiências da PRF, afirmou que fará contato com o governo federal, cobrando medidas. A parlamentar elogiou a melhoria na abordagem dos policiais aos jovens, citando o caso de Curvelo, onde há o curso de direitos humanos para esses servidores. A Deputada questionou o papel do Estado e da sociedade no tratamento do dependente químico e o funcionamento do serviço penitenciário na região, que deveria incluir um tratamento humanitário e condições de trabalho para o preso. Na sequência, o Presidente da Comissão adicionou outros questionamentos, relativos ao funcionamento da Aisp Morro Alto, à estrutura do Centro de Penas Alternativas no fórum da Comarca e à possibilidade de estruturação de uma Comovec na região.

O Delegado Elcides Guimarães informou que o Presídio Regional de Vespasiano está funcionando no seu limite máximo, até ultrapassando-o às vezes. Esclareceu ainda que o Presídio de Lagoa Santa faz uma triagem e direciona os detentos para uma unidade da Suapi. Indagado pelo Presidente da Comissão, informou que esses presídios estão subordinados à Suapi, mas, na região, as cadeias públicas de Jaboticatubas, Itabirito e Mariana ainda são administradas pela Polícia Civil, estando a última em situação problemática. Ele aduziu que não existe local para atendimento a adolescentes infratores em Vespasiano, que são atendidos na unidade de Santa Luzia, e que o mesmo problema ocorre em Nova Lima. Acrescentou que o recolhimento de mulheres é feito pelo Ceresp Centro-Sul, de Belo Horizonte, e esclareceu que a Aisp 68, do Morro Alto, já está instalada, mas que ainda há problemas de logística, como na telefonia. Explicou também que, nas unidades subordinadas à Suapi, normalmente existem 50 agentes para cada grupo de 100 presos, contando com toda estrutura de atendimento, inclusive profissionais da saúde. Ele salientou a diferença desse trabalho desenvolvido pela Suapi para o que antes era feito pela Polícia Civil, que não possuía qualquer preparo e estrutura para a tarefa.

Um participante² lembrou ainda que um trabalho mais sistematizado no tratamento da questão das drogas começa a ser realizado, no âmbito das Aisps, mediante Igesps temáticas, envolvendo ampla participação social.

Finalizando, o Presidente sintetizou os principais encaminhamentos da reunião e propôs uma visita da Comissão ao Presidente do Tribunal de Justiça, com a finalidade de reivindicar a designação de um Juiz para substituir a Juíza titular da Vara Criminal da Comarca de Vespasiano, durante o período em que a mesma ficará em licença-maternidade. Propôs igual procedimento para a estruturação da Defensoria Pública em Vespasiano. Manifestou, ainda, a preocupação dos membros da Comissão com a questão das drogas. Discutiu, enfim, a importância da implantação de sistema informatizado para agilizar os procedimentos da execução penal, tendo como base a experiência desenvolvida por Ministério Público e Poder Judiciário na Comarca de Governador Valadares, conforme relatado por comissão especial da ALMG que funcionou em 2009.

II. 3 - Encaminhamentos aprovados:

- a) ofício ao Comandante-Geral da PMMG solicitando-lhe informação e dados sobre violência, criminalidade e acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias sob responsabilidade do poder público estadual, na área correspondente à 3ª Risp, com sede em Vespasiano;
- b) ofício ao Superintendente Regional da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais solicitando-lhe informação e dados relativos à violência, criminalidade e acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias sob responsabilidade da Polícia Rodoviária Federal, na área correspondente à 3ª Risp, sediada em Vespasiano;
- c) ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social solicitando-lhe medidas para dotar o Centro de Penas Alternativas de Vespasiano de infraestrutura e serviços adequados à sua finalidade, especialmente o fornecimento de alimentação para os usuários;
- d) ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais requerendo-lhe a designação de um Juiz substituto para responder pela Vara de Execuções Criminais, da Comarca de Vespasiano, durante o período de licença-maternidade da Juíza titular neste ano, tendo em vista a grande quantidade de processos que tramitam na citada Vara;
- e) ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais solicitando-lhe a instalação da 2ª Vara de Execuções Criminais da Comarca de Vespasiano, conforme previsto na Lei de Organização e Divisão Judiciária, com a finalidade de atender à excessiva demanda existente na única vara de execução criminal da Comarca;
- f) ofício ao Defensor Público-Geral do Estado de Minas Gerais solicitando-lhe a urgente designação de um Defensor Público para a Comarca de Vespasiano, tendo em vista a inexistência de servidor dessa natureza e a grande demanda por assistência judiciária verificada nessa Comarca;
- g) ofício ao Secretário de Estado de Saúde solicitando-lhe informações e dados constantes nos registros do Sistema Único de Saúde, relativos ao uso de drogas ilícitas na área abrangida pela 3ª Risp, com sede em Vespasiano.
- h) ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social solicitando-lhe a instalação da Comissão de Monitoramento de Eventos Esportivos e Culturais - Comovec - na 3ª Risp.
- i) ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social solicitando-lhe a transferência para a Suapi da gestão das cadeias públicas dos Municípios de Mariana e de Itabirito.

III - Principais Pontos Abordados

- a) Na reunião foram evidenciados pontos importantes, a incidir sobre o perfil da criminalidade na região, problemas estruturais dos órgãos de defesa social, especificidades regionais, e desempenho da política estadual de defesa social.
- b) Entre os dados de criminalidade apresentados, verificou-se a relevância do tráfico de drogas e de outros crimes a ele associados, especialmente furtos e roubos. Os homicídios aparecem, também, como elemento importante nas posições externadas na reunião. Segundo informações colhidas no evento, as taxas de criminalidade na região têm diminuído nos últimos três anos, com exceção do crime de estupro, cuja oscilação reflete não um comportamento social alterado, mas recente mudança na tipificação penal.
- c) Foram registradas melhorias nos órgãos de defesa social nos últimos anos, entre as quais a integração das polícias e a ação coordenada dos vários órgãos da justiça criminal. Também foram apresentados ações e projetos desenvolvidos pelos órgãos de segurança pública, como o monitoramento de alvos, as redes de vizinhos protegidos, as campanhas educativas, a base comunitária móvel, o Jovens Construindo a Cidadania, o Proerd, e o Geacar.
- d) Entre os problemas elencados, destacaram-se os relativos à gestão do sistema prisional, à ausência de infraestrutura nos órgãos públicos do setor, o déficit de atendimento da Polícia Rodoviária Federal e da Defensoria Pública e as limitações operacionais do Ministério Público e do Poder Judiciário. Medidas para aperfeiçoar o controle de eventos e para assegurar segurança nas rodovias da região foram citadas como fundamentais.
- e) A complexidade da questão metropolitana, envolvendo a política de defesa social na região, também foi um item destacado na região, assim como a relação da segurança pública com as peculiaridades decorrentes de mudanças demográficas recentes e de especificidades da composição socioeconômica regional.
- f) Houve consenso quanto à necessidade de participação da sociedade na política pública de segurança, assim como de se trabalhar a prevenção da violência e da criminalidade por meio de políticas sociais, principalmente as dirigidas ao jovem.

Contagem, 24/5/2010

I - Apresentação

Em 24/5/2010, realizou-se, na Câmara Municipal de Contagem, a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública. Requerida pelos Deputados João Leite, Presidente da Comissão, Maria Tereza Lara, Vice-Presidente, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, a reunião teve por objetivo debater a segurança pública na 2ª Região Integrada de Segurança Pública – Risp.

Além dos Deputados João Leite, Maria Tereza Lara e Durval Ângelo, compuseram a Mesa: Irineu Inácio da Silva, Presidente da Câmara Municipal; Luiz Cláudio de Almeida Teodoro, Secretário Adjunto de Defesa Social do Município, representando a Prefeita de Contagem; Elias Charbil Abdou Obeid, Juiz da Vara da Infância e da Juventude do Município, representando o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; Fernando Augusto Cipolini Lelo, Promotor de Justiça, representando o Procurador-Geral de Justiça do Estado; Rodrigo Xavier da Silva, Assessor da Superintendência de Integração da Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds –, representando o Secretário de Defesa Social; Rosângela Leonardo da Silva, Diretora Educacional da Superintendência Regional de Ensino – Metropolitana B, representando a Secretária de Estado de Educação; Maria da Glória Moraes, Diretora do Centro Social Urbano do Eldorado, representando a Secretária de Estado de Desenvolvimento Social; Anthero Drummond Júnior, Diretor da Gerência Regional de Saúde de Belo Horizonte, representando o Secretário de Estado de Saúde; Cel. Irani Avelar Saraiva, Comandante da 2ª Região da Polícia Militar, representando o Comandante-Geral da Polícia Militar em Minas Gerais; Vânia Lúcia Godoi de Faria, Chefe do 2º Departamento da Polícia Civil, representando o Chefe de Polícia Civil do Estado; Cap. Paulo Enock Marques da Silva, da 3ª Companhia de Bombeiros Militares de Contagem, representando o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar; e Cláudia Costa de Almeida, Defensora Pública, representando o Defensor Público-Geral do Estado.

II - Desenvolvimento da reunião

II. 1 - Exposições e discussão

O Deputado João Leite, após declarar aberta a reunião, relatou brevemente as visitas da Comissão de Segurança Pública a todas as Regiões Integradas de Segurança Pública – Risps – do Estado. Noticiou a realização do fórum técnico sobre segurança pública, a realizar-se em agosto, ocasião em que serão avaliados os relatórios consolidados dessas visitas, juntamente com os governos federal e estadual, Tribunal de Justiça e Ministério Público. Comunicou, também, a posterior publicação, pela ALMG, de um livro capaz de orientar o orçamento do Estado para o próximo ano, bem como a revisão do PPAG.

O Vereador Irineu Inácio ressaltou a importância da parceria entre a ALMG e a Câmara Municipal de Contagem no que diz respeito à segurança pública, questão que tem afligido toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Observou que houve melhorias nos últimos cinco anos, mas chamou a atenção para a necessidade de se avançar no desenvolvimento da segurança pública no Estado.

O Cel. Irani Avelar salientou a parceria entre o 2º Departamento da Polícia Civil e a 2ª Região da Polícia Militar – 2ª RPM –, destacando que a integração existente entre os órgãos é "clara, objetiva e importante". Registrou, também, que a segurança pública vai muito além do serviço das Polícias Militar e Civil, frisando a necessidade de se envolverem outras pessoas, entidades e órgãos no debate do tema. Lembrou ser a segurança dever do Estado e responsabilidade de todos, nos termos da Constituição da República, motivo pelo qual a cobrança não deve recair somente sobre a Polícia Militar. Segundo o expositor, o trabalho da Polícia Militar baseia-se em números e no georreferenciamento e disse que considera os números da 2ª RPM muito bons, por demonstrarem redução considerável na criminalidade. Afirmou que a Polícia Militar lida com dados relativos a crimes violentos, crimes violentos contra o patrimônio, armas apreendidas e operações, sendo traçadas metas para a redução do número de crimes e para o aumento do número de operações. Explicou ainda que os crimes considerados violentos são: estupro, tentado e consumado; homicídio, tentado e consumado; roubo consumado; sequestro; cárcere privado; e extorsão mediante sequestro. Apontou que houve queda de 17,96% no índice de crimes violentos na região – número que considera bastante significativo –, esclarecendo que os períodos utilizados para comparação foram os quatro primeiros meses de 2009 e de 2010. Informou que, em Contagem, houve queda de 21% no índice de homicídios; de 22% no de homicídios tentados; e de 18% no de roubos consumados. Declarou que houve um acréscimo considerável no número de operações desenvolvidas na região, ressaltando o grande número de apreensões de armas de fogo. Em toda a região, são apreendidas mais de 300 armas de fogo por mês, lembrando o expositor que a 2ª RPM e o 2º Departamento da Polícia Civil abrangem 17 Municípios.

Considerou que os Municípios que demandam maior preocupação são Contagem, Betim, Ribeirão das Neves e Ibitaré, mas que a queda nos índices de criminalidade em todos os Municípios tem sido constante, refletindo a realidade do Estado. Quanto ao número de ocorrências envolvendo adolescentes, relatou que, com o apoio do Juizado da Infância e da Adolescência, o número de ocorrências em que adolescentes figuram como autores diminuiu expressivamente na região. No entanto, a quantidade de ocorrências em que eles aparecem como vítimas aumentou.

Vânia Lúcia Godoi apontou a existência de duas vertentes a serem seguidas para a redução da criminalidade. A primeira refere-se à "sensação subjetiva", que é a presença ostensiva da Polícia Militar na rua. Esse é um fator preventivo. A segunda é a continuidade dessa ação, que fica a cargo da Polícia Civil. Indicou Contagem, especificamente, e Betim, em segundo lugar, como cidades estigmatizadas como muito violentas no Estado. Mas chamou a atenção para o fato de que, a cada morte, existem, em média, 500 a 1.000 ocorrências de furto, ameaça ou lesão corporal. Ou seja, o número de ocorrências de crimes de menor potencial ofensivo é muito maior do que o de crimes violentos. Esclareceu ainda que, somente na minoria dos crimes violentos, torna-se possível saber de pronto a autoria. Na maioria deles, a Polícia Civil necessita do depoimento de testemunhas, ou mesmo de denúncias anônimas, para dar sequência às investigações e conseguir elucidar os crimes. Reconheceu que a sociedade tem colaborado com a polícia e que o índice de crimes violentos tem diminuído também em razão das denúncias da população. Afirmou que, especificamente no Município de Contagem, houve grande redução dos números da criminalidade, comparando-os com os de outras regiões do Estado. Citou também Ribeirão das Neves, destacando que, apesar do estigma de ser um dos Municípios mais violentos do Estado, hoje tem problemas pontuais de criminalidade, os quais têm sido resolvidos pela polícia.

O Juiz Elias Charbil ressaltou que as punições a adolescentes, quando comparadas àquelas aplicadas a maiores de idade, têm sido mais graves e mais céleres. Considerou ainda que a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Ministério Público têm realizado um trabalho excelente na elucidação dos atos infracionais. Externou a preocupação com o fato de a Delegacia de Orientação e Proteção à Criança e ao Adolescente – Dopcad – não estar suportando o número de menores apreendidos. Destacou a ausência de um centro de internação em Contagem, o que também considera um problema. Chamou a atenção para o fato de as vagas para adolescentes estarem surgindo de maneira lenta, sendo imperativo que esse processo seja acelerado a fim de que o objetivo de reintegração desses adolescentes à sociedade seja alcançado.

Fernando Augusto Cipolini registrou que o maior problema que o Ministério Público enfrenta atualmente na Comarca de Contagem é o número excessivo de inquéritos e processos em andamento. Externou então a necessidade de aumentar a quantidade de Promotorias Criminais a fim de se dar uma resposta eficaz à criminalidade no Município. Apontou o tráfico de drogas como a causa principal do grande número de crimes cometidos na região, enfatizando a necessidade de participação da sociedade para a elucidação desses delitos.

O Cap. Paulo Enock ressaltou que o Corpo de Bombeiros tem atuado em conjunto com as Polícias Civil e Militar, tanto nas ocorrências ligadas a desastres quanto naquelas de ordem preventiva. Indicou o grande número de rodovias existentes na área, em contraposição ao pequeno efetivo do Corpo de Bombeiros e à escassez de viaturas, como a principal dificuldade enfrentada na região. Externou preocupação com relação à região de Várzea das Flores no que se refere aos constantes incidentes, especialmente aos ocorridos na lagoa, e chamou a atenção para o fato de que, em alguns pontos da lagoa, não havia condições mínimas de saúde, impedindo operações nesses locais.

Cláudia Costa destacou que, durante o período de um ano e meio de atuação no Tribunal do Júri da Comarca de Contagem, pôde verificar que 80% dos crimes dolosos contra a vida tinham como causa o tráfico de drogas. Considerou, além disso, que vários outros crimes ocorridos na comarca são provenientes do mesmo problema, especialmente roubos e furtos, frisando a importância da atuação preventiva na inibição do tráfico de drogas na região.

Luiz Cláudio de Almeida considerou como função da Prefeitura a prevenção. Informou que as Secretarias Municipais têm desenvolvido, de forma intersetorial, vários projetos que têm alcançado índices satisfatórios na educação, na saúde e na assistência social. Ressaltou o trabalho efetivado no Gabinete de Gestão Integrada, criado em Contagem por meio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci –, que trouxe para o Município investimentos do governo federal na área de segurança. Relatou que são realizadas discussões periódicas entre Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, autoridades do Judiciário e representantes das Secretarias Estaduais e Municipais sobre projetos de prevenção e atuação conjunta na cidade. Informou que a Guarda Municipal tem ajudado nas ações preventivas, especialmente naquelas ligadas ao Corpo de Bombeiros, mas lembrou a necessidade de um planejamento mais amplo. Segundo ele, são desenvolvidos diversos programas de prevenção, como o Mulheres da Paz, com 300 mulheres que se capacitam para ajudar suas comunidades na identificação de crianças e adolescentes a serem encaminhados aos projetos de assistência. Citou o programa Esporte e Lazer, que oferece oficinas relacionadas ao esporte e à cultura nas regiões mais vulneráveis da cidade; o projeto de valorização dos agentes de segurança pública e o Bolsa-Formação, em que são atendidos guardas municipais e policiais militares e civis. Recordou ainda o projeto Fica Vivo – criado por meio de convênio com o governo estadual – e a implementação de ações na região de Várzea das Flores, em Nova Contagem. Reforçou a carência dos efetivos das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros e destacou a necessidade da participação direta do Estado para que esses órgãos tenham melhor infraestrutura.

Rosângela Leonardo registrou que tem sido realizado um trabalho educativo em busca da redução da criminalidade, frisando a contribuição que os Conselhos Tutelares e as Promotorias de Justiça têm dado para o alcance desse objetivo.

Anthero Drumond ressaltou a importância do fortalecimento, na sociedade, da noção de responsabilidade compartilhada, bem como do desenvolvimento de ações de assistência social como caminhos para a prevenção. Abordou a necessidade de Contagem, Betim, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Sabará e outros grandes Municípios da RMBH incentivarem a criação e o funcionamento de seus Conselhos Municipais de Política sobre Drogas. Externou sua preocupação quanto ao fato de o Conselho da Capital encontrar-se inativo há mais de um ano e solicitou ao Presidente desta Comissão que encaminhasse essa inquietação ao Prefeito de Belo Horizonte. Discorreu sobre a importância da adequada utilização dos recursos destinados pelo governo federal para a prevenção e o controle do uso do "crack" nos centros urbanos. Destacou como áreas de atuação a capacitação dos profissionais responsáveis e o tratamento dos usuários. Informou que, em pesquisa realizada pela Universidade de São Paulo – USP –, verificou-se que 25% dos envolvidos com "crack" morrem em 5 anos, não pelo uso da substância, mas quase sempre devido à violência, que ele apontou como a primeira causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos. O expositor também manifestou preocupação em relação ao uso do álcool, que afirmou ser a principal causa de morte em acidentes de trânsito.

O Deputado Durval Ângelo salientou a importância de vários projetos implementados em Nova Contagem, como o Escola Aberta, o Mulheres da Paz – que atende entre 2 mil a 3 mil pessoas em situação de risco –, e a Casa de Apoio – onde se realiza um trabalho de beneficiamento do alho. Disse que houve queda significativa nos índices de violência em Nova Contagem e considerou que esses projetos contribuíram para tal redução.

Rodrigo Xavier lembrou a implementação do planejamento estratégico, por meio do governo federal, para o enfrentamento das drogas e informou que está sendo também organizado pelo governo do Estado um plano de prevenção do uso de tóxicos. Falou que todas as considerações – em especial aquelas inerentes às dificuldades enfrentadas pelas Polícias Civil e Militar, pelo Corpo de Bombeiros e pela Defensoria Pública – serão levadas ao conhecimento do Secretário de Defesa Social.

Fernando Augusto Cipolini sugeriu a criação de uma Vara Especializada em Tóxicos em Contagem devido à enorme quantidade de processos e inquéritos relacionados ao tráfico de entorpecentes existente no Município. Relatou que, na 4ª Vara de Contagem, 50% a 60% dos crimes estão ligados ao tráfico de drogas, aparecendo, logo em seguida, os crimes patrimoniais. Esclareceu ainda que os crimes contra o patrimônio têm, geralmente, conexão com o tráfico.

Cláudia Costa afirmou que a Defensoria Pública conta com aproximadamente 400 Defensores, enquanto o Estado necessita de 1.200 desses profissionais. Segundo ela, em Contagem existem três Defensores efetivos e dois cooperadores. Considerou, por fim, a necessidade de valorização da Defensoria para a diminuição dos índices de criminalidade.

Anthero Drumond, em resposta ao Presidente da Comissão, a respeito da organização da política federal, estadual e municipal para o atendimento do usuário de drogas, declarou que o Ministério da Saúde prevê o tratamento por meio dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – Caps AD. Disse também haver possibilidade de acolhimento do usuário nos serviços de urgência, nos casos de abstinência e "overdose", apesar de ser grande a carência na área. Informou que existem 24 Caps em Minas Gerais e mais alguns em fase de implantação, admitindo que esses Centros ainda são escassos no Estado. Defendeu ainda que o acolhimento do usuário feito apenas por meio da implantação dos Caps é insuficiente e nem sempre se aplica a todo tipo de tratamento. Esclareceu que, na grande maioria, adota-se o tratamento-dia, salientando a necessidade da implementação dos Caps III – para atendimento 24 horas –, principalmente junto às grandes populações, como em Belo Horizonte, Contagem e Betim. Ressaltou a necessidade de discussão a respeito da inclusão das comunidades terapêuticas na rede de tratamento dos Municípios. Frisou a importância de se definir o papel de cada uma dessas comunidades, sua forma de capacitação e as possibilidades de financiamento das entidades.

Em resposta a questionamentos do Presidente da Comissão, o Cel. Irani Avelar afirmou que existem vários Conselhos Municipais de Segurança Pública – Conseps – em Contagem, esclarecendo, porém, que ainda há lugares em que precisam ser criados novos Conseps. Disse que todos os que foram instalados partiram da iniciativa das Polícias Militar e Civil e destacou ser grande o trabalho desenvolvido pelos Comandantes de Companhias junto às associações comunitárias, as quais considerou bastante ativas. Quanto às rodovias estaduais, informou que a 7ª Companhia de Polícia Rodoviária é responsável pela Região Metropolitana e que não há tropa especializada no policiamento de rodovias.

Sobre a situação no Bairro Estrela Dalva, relatou que, após um duplo homicídio ocorrido naquela área, foi observado que a comunidade encontrava-se muito afastada do Estado, do Município e da Polícia Militar. Considerou que o trabalho de aproximação da polícia com os moradores ficou aquém do necessário, mas informou que as Polícias Militar e Civil se fizeram presentes, bem como foram efetivadas operações e a prisão das pessoas que impuseram, em razão do tráfico de drogas, toque de recolher àquela comunidade.

A Deputada Maria Tereza falou da importância de desarmar a sociedade, da relevância do trabalho das Associações de Assistência e Proteção aos Condenados – Apacs – e da necessidade de criação de centros de internação. Defendeu a ampliação dos efetivos das Polícias e destacou que a inter-relação entre Betim, Contagem e Belo Horizonte deve ser cada vez maior.

O Cel. Irani Avelar, em resposta a questão suscitada, reiterou que houve diminuição da criminalidade em Contagem, ratificando a queda de aproximadamente 22,5% no número de crimes violentos, frisando que, na região do Bairro Água Branca, a redução nesse tipo de ocorrência chegou a 33%.

Gláucia Helena de Souza, Coordenadora Especial de Política para Mulheres da Prefeitura de Contagem, salientou que o número de casas de acolhimento para mulheres adolescentes usuárias de álcool e drogas é deficiente, ressaltando a urgência de se resolver esse problema.

II. 2 - Encaminhamentos aprovados:

- a) ofício à Sedese solicitando: expansão do programa Poupança Jovem em Contagem, especialmente para as comunidades dos Bairros Estrela Dalva e São Mateus; implantação em Contagem do programa Segundo Tempo, com o objetivo de atender a jovens em situação de risco social;
- b) ofício à Seds solicitando as seguintes providências relativas a Contagem: implementação do programa Fica Vivo na região dos Bairros Estrela Dalva e São Mateus; construção de um centro socioeducativo com o objetivo de atender aos adolescentes infratores; implantação de uma Apac;
- c) ofício à Secretaria de Educação solicitando a implantação de ensino médio diurno em Contagem, de forma a atender os adolescentes, especialmente em horário integral, evitando sua ociosidade e conseqüente envolvimento com a criminalidade;
- d) ofício à Subsecretaria de Políticas Antidrogas solicitando a ampliação do número de vagas nas clínicas filiadas a comunidades terapêuticas, com vistas ao atendimento de dependentes químicos em Contagem;
- e) ofício ao Chefe de Polícia Civil solicitando a ampliação do efetivo e a melhoria da infraestrutura da Polícia Civil no Município;
- f) ofício ao Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar solicitando a ampliação do efetivo da corporação em Contagem;
- g) ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça solicitando providências para construção de um novo fórum, tendo em vista a precariedade da edificação hoje existente;
- h) ofício ao Defensor Público-Geral do Estado solicitando a ampliação do número de Defensores Públicos na Comarca de Contagem.

III - Principais pontos abordados.

III. 1 - Problemas:

- a) os Municípios de Contagem, Betim, Ribeirão das Neves e Ibirité são responsáveis pela maior preocupação quanto à criminalidade, com maior incidência de crimes violentos;
- b) na região, ocorrem, em média, de 500 a 1.000 crimes de menor potencial ofensivo – como furto, ameaça ou lesão corporal – para cada morte;
- c) as ocorrências em que adolescentes aparecem como vítimas têm aumentado na região;
- d) há excesso de menores apreendidos na Dopcad;
- e) em Contagem não há um centro de internação;
- f) o número de inquéritos e processos é excessivo no Município;
- g) o número de Promotorias Criminais é insuficiente;
- h) o tráfico de drogas é a principal causa do grande número de crimes dolosos contra a vida, bem como de roubos e furtos, cometidos em Contagem;
- i) as Polícias Civil e Militar e o Corpo de Bombeiros apresentam baixo número de efetivos e infraestrutura deficiente;
- j) a Comarca de Contagem carece de mais Defensores Públicos;
- k) há dificuldades para o acolhimento de usuários de drogas nos serviços de urgência em casos de abstinência e "overdose";
- l) o número de casas de acolhimento para mulheres usuárias de álcool e drogas é insuficiente.

III. 2 - Resultados positivos:

- a) melhoria na gestão da segurança pública nos últimos cinco anos;
- b) integração entre os órgãos do 2º Departamento da Polícia Civil e da 2ª Região da Polícia Militar;
- c) progresso nos projetos de prevenção à criminalidade resultante da atuação conjunta da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, do Judiciário e das Secretarias Estaduais e Municipais;
- d) queda de 17,96% no índice de crimes violentos na região, comparando-se os quatro primeiros meses de 2009 e de 2010;
- e) queda de 21% no número de homicídios, de 22% no de homicídios tentados e de 18% no de roubos consumados em Contagem;
- f) acréscimo no número de operações desenvolvidas na região, com apreensão de mais de 300 armas de fogo por mês;
- g) crescente colaboração da sociedade, que tem contribuído, por meio de denúncias, para a diminuição do número de crimes violentos;
- h) redução na região das ocorrências em que adolescentes figuram como agentes;

- i) auxílio da Guarda Municipal nas ações preventivas;
- j) contribuição dos projetos sociais para a queda nos índices de violência em Nova Contagem.

III. 3 - Carências a serem supridas:

- a) fortalecer na sociedade a noção de responsabilidade compartilhada;
- b) possibilitar o envolvimento de outras pessoas, entidades e órgãos no debate sobre segurança pública;
- c) integrar as Polícias Civil e Militar com a Federal e a Rodoviária Federal;
- d) aumentar as ações de assistência social como prevenção à criminalidade;
- e) incentivar a criação e o funcionamento dos Conselhos Municipais de Política sobre Drogas, especialmente em Belo Horizonte, Contagem, Betim, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Sabará e outros grandes Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte;
- f) utilizar adequadamente os recursos destinados à prevenção e ao controle do uso de drogas, especialmente do "crack", por meio da capacitação dos profissionais e da melhoria do tratamento dos usuários;
- g) criar uma Vara Especializada em Tóxicos em Contagem devido à grande quantidade de processos e inquéritos relacionados ao tráfico de drogas;
- h) implementar os Caps III – para atendimento 24 horas – principalmente junto às grandes populações, como em Belo Horizonte, Contagem e Betim;
- i) incluir as comunidades terapêuticas na rede de tratamento dos usuários;
- j) instalar Conseps nas áreas ainda não atendidas em Contagem;
- k) criar programas para a implantação de clínicas que disponibilizem vagas públicas para o tratamento de toxicodependentes em Contagem;
- l) criar vagas para atendimento de adolescentes infratores;
- m) instalar novas Promotorias Criminais em Contagem;
- n) aumentar os efetivos das instituições de segurança pública;
- o) ampliar o número de Defensores Públicos na Comarca.

Divinópolis, 25/5/2010

I - Apresentação

Em 25/5/2010, realizou-se, no Auditório da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, a 15ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública. Requerida pelos Deputados João Leite, Presidente da Comissão, Maria Tereza Lara, Vice-Presidente, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, teve por objetivo debater questões relativas à segurança pública na 7ª Risp.

Além dos Deputados João Leite, Maria Tereza Lara e Domingos Sávio, compuseram a Mesa: Vladimir de Faria Azevedo, Prefeito de Divinópolis; Gilberto Tavares Machado, Vereador, representando o Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis; Fabio Barbieri Caetano, Promotor de Justiça, representando o Procurador-Geral de Justiça; Daniel Souza Silva, Delegado-Chefe de Polícia Federal em Divinópolis, representando o Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal em Minas Gerais; Cláudia Brígido, Mediadora da Integração da Gestão em Segurança Pública – Igesp –, representando o Secretário de Estado de Defesa Social; Maria das Graças Silva Torres, Diretora da Superintendência Regional de Ensino de Divinópolis, representando a Secretária de Estado de Educação; Elizânia de Oliveira Silva Leal, Analista de Desenvolvimento em Políticas Públicas, representando a Secretária de Estado de Desenvolvimento Social; Dirlene Maria Soares, Diretora Adjunta da Gerência Regional de Saúde de Divinópolis, representando o Secretário de Estado de Saúde; Ten. Cel. Eduardo Campos Paulo, Comandante do 23º Batalhão de Polícia Militar, representando o Comandante-Geral da PMMG; Aparecida Dutra de Barros Quadros, Delegada Regional de Divinópolis, representando o Chefe de Polícia Civil; Major Luiz Antônio Alves de Mattos, Comandante do 10º Batalhão de Bombeiros Militar, representando o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar; Vanderlei Capanema, Defensor Público, representando o Defensor Público-Geral.

II - Desenvolvimento da reunião

II. 1 - Exposições e discussão

O Deputado João Leite, após declarar aberta a reunião, falou sobre a realização das visitas desta Comissão às Risps e noticiou a realização do fórum técnico sobre segurança pública. Anunciou também a publicação, pela ALMG, de um livro para subsidiar os Deputados na apreciação do Orçamento do Estado e na revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental.

Vladimir de Faria considerou a saúde e a segurança como necessidades básicas, entendendo que o avanço na segurança pública se dará a partir da atenção a essas duas áreas. Disse da importância da prevenção e da necessidade de se desenvolverem políticas públicas nas áreas social, cultural e de esporte. Citou o projeto esportivo conduzido nas escolas em parceria com o Guarani Esporte Clube e os projetos culturais realizados em conjunto com empresas privadas, como o Fazendo Arte – que atende a mais de 1.500 crianças no ensino da música em mais de 11 escolas. Falou sobre o ProJovem – no qual foram atendidos mais de 1000 jovens – e sobre o Casa Familiar Rural. Abordou o programa Pró-Adolescente, que já atendeu a mais de 100 crianças e adolescentes em vulnerabilidade social. Informou ainda que mais de 1.000 pessoas estão

incluídas em projetos de educação de jovens e adultos no Município.

Defendeu a importância da prevenção do uso de drogas, entendendo serem a raiz de mais de 80% dos crimes. Chamou a atenção para o trabalho do Conselho Municipal Antidrogas e das casas de recuperação, citando a Casa Esperança e a Vida Nossa Senhora de Fátima. Disse que houve crescimento no efetivo das forças de segurança – que conta com um curso técnico na área de segurança pública –, bem como no número de equipamentos e viaturas em Divinópolis. Informou que o Município conta com uma delegacia regional da Polícia Federal, a qual contribui no combate a vários crimes, e que a Prefeitura tem firmado convênios para auxiliar o trabalho das forças de segurança. Esclareceu que a contrapartida à assinatura desses convênios foi o aumento da equipe do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd – nas escolas, para um trabalho preventivo direcionado aos alunos.

Falou da parceria do Município com o Grupo Especializado de Policiamento em Áreas de Risco – Gepar –, considerando fundamental o envolvimento da comunidade. Destacou o trabalho da Associação Comunitária para Assuntos de Segurança Pública – Acasp – e dos Conseps, através dos quais as forças de segurança e a comunidade discutem a segurança pública e buscam auxílio junto a empresários para melhorias em sua logística e aparelhamento. Por fim, externou sua preocupação quanto ao aumento do número de usuários do "crack" e destacou a relevância de uma política pública nacional capaz de envolver todos os entes federados, tanto na prevenção e recuperação de usuários, quanto no combate ao crime.

Aparecida Dutra esclareceu que o 7º Departamento da Polícia Civil é responsável em administrar as regiões dos Municípios de Bom Despacho, Divinópolis, Formiga e Pará de Minas. Salientou que, em Divinópolis, o tráfico e o consumo de drogas – em especial de "crack" – são fomentadores das demais práticas de crime e o pano de fundo do acentuado índice de furtos, roubos e homicídios. Considerou que as forças de segurança devem ser coordenadas em torno do tráfico de drogas e que as ações precisam envolver atividades sociais.

Quanto ao trabalho da Polícia Civil, declarou que existem metas básicas a serem cumpridas, como a produção de inquéritos e de TCOs. Disse que, além da produtividade nos inquéritos, deve-se levar em conta a taxa de elucidação dos crimes. Relatou que, neste ano, foram registrados nove homicídios em Divinópolis: dois foram sazonais e os demais tiveram envolvimento com o tráfico de drogas. Manifestou preocupação com os roubos, os quais incluiu no conceito de "criminalidade violenta". Considerou que a prática de uma infração faz parte de um fenômeno social, motivo pelo qual somente é possível impedir a criminalidade reiterada. Chamou a atenção para os crimes contra o patrimônio: além dos roubos, os furtos – que são praticados reiteradamente – têm relações com dívidas oriundas de drogas. Na região de Formiga, Arcos tem a maior concentração de crimes, e também Bambuí, em níveis menores. Na região de Bom Despacho, destacou Nova Serrana – carente de estrutura policial – e Pompéu, que suscita preocupação, mas em menor escala. Sobre a região de Pará de Minas, referiu-se ao efetivo na Polícia Civil: são sete cidades, poucas com Delegados e equipes. A maior criminalidade ocorre em Pitangui, Papagaios e São Gonçalo. Na região de Divinópolis, ressaltou Itaúna, que sofre interferência da criminalidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Por fim, afirmou que, nas cidades citadas – pela proximidade com Belo Horizonte e pela facilidade de acesso através da BR-262 e da MG-050 –, há rotas de fuga de criminosos, realçando a necessidade de apoio das polícias rodoviárias nesses locais.

O Ten.-Cel. Eduardo Campos apresentou alguns dados sobre segurança pública na 7ª Risp – regiões de Bom Despacho, Divinópolis, Pará de Minas e Formiga –, com 51 Municípios. Ressaltou que o índice de vulnerabilidade juvenil na região de Divinópolis é o terceiro menor do Estado e o sétimo menor do País, opinando que o governo estadual tem realizado excelente trabalho nas áreas de integração e resultados. Observou que os crimes violentos aumentaram no primeiro semestre de 2009, mas caíram a partir de agosto de 2009 e reduziram de 50% a 60% nos primeiros meses de 2010. Ocorreram 5 ou 6 homicídios no ano passado, configurando tendência à queda. Divinópolis tem um índice de homicídio – de janeiro a maio deste ano – menor do que os de Sete Lagoas, Ipatinga, Governador Valadares e Santa Luzia, que são cidades do mesmo porte. Os crimes contra o patrimônio acompanharam a evolução dos crimes violentos, com alta nos meses de junho e julho de 2009, mas tendendo à redução em 2010. Disse que tem havido mais apreensões de armas de fogo: 23 apreensões até maio – quase igual aos números de 2009 –, refletindo satisfatoriamente as ações das polícias. Quanto ao tráfico de drogas, apontou um crescimento significativo a partir de 2005, inclusive entre mulheres. Disse que o "crack" tem sido o maior problema, até porque vicia no primeiro uso, tornando a prevenção mais importante. Destacou o trabalho do Ministério Público, em parceria com a Polícia Militar, na apreensão de drogas e no combate ao tráfico. Informou números referentes ao "ranking" de criminalidade do Estado, de janeiro a maio de 2010: Nova Serrana ocupa a 39ª posição, mas já chegou a ser a 3ª colocada; Divinópolis está na 45ª posição, mas já esteve na 8ª; em Itaúna, o índice não está ruim; Carmo do Cajuru também é tranquilo, apesar de acontecerem crimes. Ressaltou também o trabalho voluntário e constante realizado pela Acasp, que se adianta aos Conseps e contribui para a melhoria da segurança na Região. Fez referência às mais de 20 instaladas em Divinópolis, com base no conceito de polícia comunitária: de Vizinhos Protegidos, de Comerciantes Solidários e de Postos Protegidos. Citou o projeto social Comunidade Segura, desenvolvido na comunidade do Alto São João de Deus pelo Gepar, que conta com o apoio da Prefeitura e é muito importante para a comunidade, melhorando sua infraestrutura, acabando com o chamado "aviãozinho" do tráfico e contribuindo para reduzir a criminalidade. Outros projetos são o Proerd, com foco na prevenção, o Se Liga, que exhibe filmes para crianças carentes, e o Caia na Rede – em estruturação, com o apoio da Odebrecht e da Gerdau –, que franqueará microcomputadores à comunidade carente. Falou também sobre a banda de música, que ensina às crianças a tocar instrumentos. Relatou que, em Divinópolis, se trabalha com duas Bases Comunitárias Móveis e duas patrulhas rurais. Destacou, por fim, a necessidade de criar um grupo de intervenção estratégica, como em Belo Horizonte, agregando o Ministério Público, as Polícias Militar e Civil, o Corpo de Bombeiros e do sistema penitenciário, para tratar sobre assuntos da criminalidade e da segurança pública.

O Maj. Luiz Antônio Alves discorreu sobre a atuação do Corpo de Bombeiros em Itaúna, Divinópolis, São Sebastião do Paraíso, Passos, Nova Serrana, Piumhi, Formiga e, em breve, em Pará de Minas. Informou que a área atribuída ao 10º Batalhão é 7,4% do território, abarcando 7,52% da população e 9,14% dos Municípios de Minas, existindo um bombeiro para 7.554 habitantes – o ideal seria um para 1.000. Há reuniões semanais entre o 10º Batalhão e as Polícias Civil e Militar na Acasp para discutir sobre a segurança pública, bem como encontros com o Ministério Público para discutir sobre eventos de impacto e participação conjunta. Disse que a meta da Corporação é a interação com a comunidade, inclusive por meio de projetos sociais. Citou o Bombeiro Sênior, com atividades para 97 idosos; o Bombeiro Mirim, que já atendeu a 339 crianças carentes de 8 a 13 anos; e o Projeto Golfinho, que já ensinou 658 crianças a nadar, sempre enfatizando o desenvolvimento de valores morais nas crianças. Por fim, lembrou que o 10º Batalhão participa de reuniões da Acisp para troca de informações e iniciativas integradas.

Fábio Barbieri ressaltou a integração das Polícias Civil e Militar e o Ministério Público em Divinópolis, informando que existem quatro Promotores voltados para a área criminal e um Promotor de Execução Penal. Registrou que o trabalho da Promotoria decorre de uma investigação bem feita, pelo que salientou a importância da qualificação e da instrumentalização da Polícia Civil – mediante, por exemplo, a regionalização do Instituto de Criminalística.

O Deputado Durval Ângelo registrou que a segurança pública deve ser vista de forma sistêmica, como assunto de defesa social, gerando o comprometimento de todos. Discorreu sobre o exemplo de melhoria da segurança pública na cidade de Nova York, considerando que os bons resultados foram alcançados em decorrência da vontade política. Lembrou que o Prefeito daquela cidade quis mudar essa realidade, não discutir se a segurança pública e a violência eram de competência federal ou estadual. Recordou ainda que foi montada uma nova polícia, inclusive com melhoria dos salários dos policiais e criação de uma corregedoria muito rígida. A partir daí, passou-se a um envolvimento com a comunidade e à adoção de políticas públicas, de lazer, por exemplo.

O Delegado Daniel Souza relatou que a Polícia Federal tem uma Delegacia Regional em Divinópolis, responsável por 77 Municípios da Região Centro Oeste – de Itaúna a São Sebastião do Paraíso. Ressaltou problema do tráfico de drogas, enfatizando o "crack". Falou que o trabalho da Polícia Federal consiste em detectar os grandes traficantes. No entanto, essa figura, que exerceria um comando geral, não existe mais, havendo, na verdade, "vários pequenos traficantes", o que transformou o tráfico em comércio. Disse que trabalho da Polícia Federal deve ser

integrado, mas a falta de estrutura, especialmente das Polícias Civil e Militar, o dificulta. Considerou que o Estado deve valorizar as polícias – dos salário à técnica, do treinamento ao aparelhamento –, a exemplo do Rio de Janeiro, que já começa a obter resultados. Disse que a polícia se faz com investimento, como a Polícia Federal, que tem o maior orçamento do Ministério da Justiça, forma bons policiais e combate efetivamente a criminalidade.

O Defensor Público Vanderlei Capanema elogiou a cooperação entre os órgãos do Estado, imbuídos em melhorar a segurança. Enfatizando a importância de cada policial, disse que a Defensoria procura cooperar com a segurança pública de forma harmônica e em busca da justiça.

Cláudia Brígido constatou que a 7ª Região está realmente integrada, com base em resultados, índices e acompanhamentos. Concordeu que segurança pública é proatividade, a busca da prevenção sem descuido com a repressão. O trabalho de gestão tem valorizado experiências exitosas, transitando-as entre as regiões. Fazer segurança pública é também trazer à comunidade o Consep e resgatar o compromisso da sociedade. Considerou que, como se realizam várias festas em Divinópolis, deve ser criada, como em outras regiões, a Comissão de Monitoramento da Violência em Eventos Esportivos e Culturais. Por fim, referindo-se ao acompanhamento trimestral e quadrimestral dos números sobre o acordo de resultados e o Igesp, frisou que também melhorou a sensação subjetiva de segurança.

Maria das Graças disse que todos os problemas sociais, familiares e de segurança repercutem nas escolas, várias em área de risco: duas estão dentro do Presídio Floramar e outra está no Centro Socioeducativo. Considerando-se ainda toda a jurisdição da Superintendência Regional de Ensino, fica patente que as ações da educação e da segurança se entrelaçam. Concluiu afirmando que os alunos, se formados por meio da sensibilidade, acolherão mais facilmente a educação para o trânsito, o meio ambiente, o respeito e a ética.

Elizânia de Oliveira informou que o Estado desenvolve, na área da criança e do adolescente, a campanha Proteja Nossas Crianças. Em Divinópolis, a regional trabalha com o Município. Abordou a parceria com a rede socioassistencial e a campanha contra a exploração sexual infantil. Por fim, colocou a Sedese à disposição para a garantia da segurança pública.

Dirlene Maria relatou que a Secretaria de Saúde tem 28 Gerências Regionais de Saúde. Empenhada na prevenção contra a violência, promovendo a saúde e a cultura da paz, a Gerência Regional de Saúde de Divinópolis capacitou os 55 Municípios que abrange para notificar as doenças que impactam e os agravos não transmissíveis, entre as quais a violência, a droga e o tabagismo. Informou existirem 8 Caps AD: em Bom Sucesso, Oliveira, Santo Antônio do Amparo, Santo Antônio do Monte, Candeias, Divinópolis, Formiga e Pará de Minas.

O Deputado João Leite opinou que o Caps AD corresponderia ao SUS no âmbito federal, mas voltado aos dependentes químicos a serem atendidos durante o dia, uma vez que a rede de saúde só é disponível para casos de "overdose" ou crises de abstinência. Ressaltou que o Presidente da República anunciou recursos para o tratamento de dependentes e usuários, mas o Ministério da Saúde entende que as comunidades terapêuticas não são ligadas à área de saúde. Todavia, não se pode devolver o dependente, simplesmente, a famílias sem possibilidade de providenciar internação. Disse que a droga, nas 13 audiências desta Comissão, foi apontada como o grande problema de segurança pública. Trata-se de uma epidemia, cuja gravidade demanda um novo pacto. O governo federal está atento ao assunto, mas tem de chegar aos Municípios, onde está o usuário que precisa ser tratado.

O Vereador Beto Machado frisou que a Câmara Municipal é parceira no trabalho de segurança. Informou que a Casa tem uma comissão de direitos humanos e promove ações como o Parlamento Jovem. No entanto, considerou existirem falhas, especialmente pela inexistência de uma comissão de segurança pública, órgão que propiciaria a promoção de debates em conjunto com as forças policiais e a sociedade civil organizada.

O Deputado Rinaldo Valério relatou que Divinópolis tem duas bases comunitárias móveis – "vans", bicicletas e motos – e a 1ª Delegacia Móvel de Divinópolis, que está sendo equipada. Enfatizou a importância da Rede de Vizinhos Protegidos, pois se trata de um programa de integração entre os vizinhos para melhorar a segurança no seu local de moradia.

O Deputado Domingos Sávio afirmou que a integração de todos os segmentos e entes federados se mostra fundamental na questão da segurança pública. Reconheceu o esforço da Polícia Federal, das forças de segurança pública estadual e dos Municípios no combate à criminalidade, bem como dos órgãos de apoio – Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Secretarias. Disse que os gastos com o Corpo de Bombeiros dobrou nos últimos anos, com o aumento de equipamentos e do custo de folha de pagamento. Observou que o mesmo ocorreu em relação às Polícias Militar e Civil e à estrutura de segurança pública. Havia 5 mil vagas no sistema penitenciário, hoje são 30 mil. Todavia, o Estado precisa investir ainda mais, especialmente em relação à valorização das carreiras militar e civil. Elogiou a atuação da Polícia Federal, mas ponderou que ainda é insuficiente em uma macrorregião, como o Centro-Oeste mineiro, "um dos mais populosos corredores de tráfico". Ressaltou ainda a importância da PEC nº 300, que institui um piso salarial para os policiais nos Estados. Mas, considerando-se a realidade fiscal, torna-se difícil garantir o pagamento: mais de 60% do arrecadado fica com a União, pouco mais de 20% com o Estado e cerca de 12% com os Municípios. Eis a discussão chave, pois a segurança deve ser entendida como responsabilidade de todas as instâncias governamentais, mesmo que seja necessário modificar a legislação. Considerou que o Estado está no caminho certo: os investimentos em segurança pública dobraram nos últimos sete anos, contribuindo para que a criminalidade voltasse aos índices de 10 anos atrás. Pede que seja licitada a construção da sede da Risp, ampliada a Colônia Penal Floramar e implantado um espaço para presos albergados. Hoje, o Departamento de Polícia Civil e a 2ª Região Militar funcionam em um lugar improvisado, sem estrutura adequada.

Halph Carvalho de Oliveira, Coordenador da Casa de Recuperação Conexão Vida, disse que as casas de recuperação existentes nos Municípios de Arcos e Lagoa da Prata recebem apenas uma pequena subvenção das Prefeituras, apesar dos grandes custos. Considerou que o Legislativo precisa incentivar a criação de instituições de recuperação para dependentes químicos e álcoolátras, sem custo para os internos. Entregou ao Presidente da Comissão documento para encaminhamento à Superintendência Antidrogas, solicitando tais providências.

A Deputada Maria Tereza ressaltou que a segurança pública compete às três esferas de Poder e à sociedade civil. Falou sobre o avanço na integração das polícias e na valorização das polícias comunitárias, mas insistiu na valorização e melhoria das comunidades terapêuticas.

O Deputado João Leite apresentou dados da Fundação João Pinheiro sobre Uberlândia: aumento de 46% no número de homicídios – ligados ao tráfico de drogas, haja vista a proximidade com outros Estados –, enquanto no restante de Minas houve diminuição da criminalidade violenta. Depois, perguntou se há uma companhia independente de trânsito rodoviário estadual.

O Ten.-Cel. Eduardo Campos, em resposta ao questionamento do Deputado João Leite, informou que, em Bom Despacho, há uma sede em que a Polícia Rodoviária Estadual e de Meio Ambiente atuam juntas. Esclareceu que há um pelotão da Polícia Rodoviária Estadual sediado em Divinópolis e outros em Carmo do Cajuru e Formiga. Lembrou também que as rodovias federais não estão delegadas à PM.

Abordou a situação de Conceição do Pará. Disse que, com o "aperto ao cerco" em Divinópolis e Nova Serrana, há consequências para o referido Município. Falou que a criminalidade de Nova Serrana, especialmente, tem contaminado outras localidades, como o Distrito de Brumado, em Pitangui, e os Municípios de Perdigoão e Conceição do Pará.

O Maj. Luiz Antônio Alves informou que o 10º Batalhão está disposto na BR-262 – particularmente em Nova Serrana – e que há demanda

também pelo pelotão de Itaúna, na BR-381 e ao longo da MG-050. O Corpo de Bombeiros atende em rodovias federal e estadual.

Aparecida Dutra, ao responder a uma pergunta, esclareceu que existem presos custodiados pela Polícia Civil e grande demanda por cadeias públicas. Há duas cadeias na região, em Cláudio e, com 48 a 50 presos, em Carmo do Cajuru. Registrou uma superlotação em Itaúna até março – 178 presos – e externou sua preocupação com as cadeias de Pitangui e Bom Despacho. Informou que o Presídio Floramar está superlotado e que as penitenciárias de Formiga e Pará de Minas, além do presídio de Divinópolis, comportam presos de outras cidades. Relatou a proximidade de Divinópolis, Nova Serrana e Itaúna com os grandes centros, bem como da BR-262 e da MG-050, e reafirmou a necessidade da cooperação entre as Polícias Rodoviárias Estadual e Federal, especialmente em Nova Serrana. Destacou também a situação de Formiga – roubos e furtos em fazendas –, bem como de São Gonçalo do Pará e Conceição do Pará, Municípios onde o aumento da criminalidade germina na ausência de estrutura e de pessoal para atender a demanda. Salientou que o 7º Departamento tem 51 cidades e 380 policiais civis. Lembrou que Divinópolis – com 220 mil habitantes – tem um efetivo irrisório, e os Municípios de Cláudio e Cajuru contam com apenas um policial. Destacou que em Perdígão não existe sequer um policial civil. Verificou que o trabalho é não raro realizado por agentes da Prefeitura. Lembrou a deficiência na questão técnica: não existe um posto de perícia em Divinópolis, razão pela qual solicitou a esta Comissão que intercedesse pela sua implantação, que atenderia a quatro regionais.

O Ten. Rodrigo, Chefe da Seção de Emprego Operacional da 7ª Cia. de Meio Ambiente e Trânsito, sediada em Bom Despacho, declarou que os acidentes das BRs 494, 352 e 354, que são rodovias delegadas, causam preocupação. Mas o maior problema é a MG-050, em decorrência do fluxo de veículos e da maior periculosidade, em especial nos feriados prolongados. A manutenção das rodovias fica a cargo, as delegadas, do DNIT, as estaduais, do DER. Informou que, na MG-050, a apreensão de armas de fogo e de drogas tem crescido com a intensificação de operações e do controle. Geralmente, as armas apreendidas vêm de cidades da 18ª Região ou de outros Estados, como São Paulo. No âmbito da 7ª Cia. de Meio Ambiente e Trânsito, a maior apreensão de armas é feita na zona rural, referente à prática de crimes ambientais.

II. 2 - Encaminhamentos aprovados:

- a) ofício ao Chefe de Polícia Civil solicitando a regionalização do Instituto de Criminalística no âmbito da 7º Risp;
- b) ofício à Polícia Rodoviária Federal solicitando informações sobre a estrutura, o efetivo, os pontos de atendimento e os quilômetros totais sob jurisdição dessa Corporação, nos trechos das rodovias federais BR-381 e BR-262, que cortam a região Centro-Oeste do Estado;
- c) ofício ao Comando da Polícia Militar e ao Chefe de Polícia Civil solicitando informações e providências sobre o aumento da criminalidade no Município de Conceição do Pará;
- d) ofício ao Secretário de Defesa Social solicitando providências para: a ampliação da estrutura dos órgãos de defesa social nos Municípios de Nova Serrana, São Gonçalo do Pará, Perdígão e Conceição do Pará; a construção de um albergue e ampliação da Colônia Penal Floramar em Divinópolis; a construção da sede da 7º Risp;
- e) ofício à Polícia Rodoviária Estadual solicitando informações sobre as rodovias federais delegadas a essa patrulha, com suas identificações e quilometragens.

III - Principais pontos abordados

III. 1 - Problemas:

- a) o número de usuários de "crack" tem aumentado na região a partir de 2005;
- b) o tráfico e o consumo de drogas são fomentadores das demais práticas de crime;
- c) na região de Formiga, Arcos tem a maior concentração de crimes, seguido por Bambuí;
- d) na região de Bom Despacho, há maior criminalidade em Nova Serrana e Pompéu;
- e) na região de Pará de Minas, poucas cidades têm Delegados e policiais civis, e Pitangui, Papagaios e São Gonçalo têm maior criminalidade;
- f) Itaúna e Itatiaiuçu são afetados pela criminalidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte;
- g) o aumento da criminalidade em Nova Serrana tem contaminado outras localidades, como o Distrito de Brumado, em Pitangui, e os Municípios de Perdígão e Conceição do Pará;
- h) o número de mulheres usuárias de drogas aumentou na região;
- i) as casas de recuperação são poucas e carecem de subsídios do Estado;
- j) existem vários presos custodiados pela Polícia Civil;
- k) há superlotação no Presídio Floramar;
- l) as unidades prisionais de Formiga, Pará de Minas e Divinópolis recebem presos de outras localidades;
- m) nota-se aumento da criminalidade em São Gonçalo do Pará e Conceição do Pará, em contraposição à falta de estrutura e policiais;
- n) existe apenas um policial em Cláudio e em Cajuru, e nenhum no Município de Perdígão;
- o) as BRs-494, 352 e 354 e, principalmente, a MG-050, têm maior número de acidentes.

III. 2 - Resultados positivos:

- a) integração do trabalho das Polícias Civil e Militar;
- b) crescimento do efetivo das forças de segurança e seus equipamentos e viaturas em Divinópolis;
- c) implantação de uma Delegacia Regional da Polícia Federal na região;
- d) parcerias e convênios da Prefeitura de Divinópolis com as forças de segurança;
- e) aumento da equipe do Proerd nas escolas do Município;
- f) a vulnerabilidade juvenil na região é a 3ª menor do Estado e a 7ª menor do País;
- g) em Divinópolis, o número de crimes violentos aumentou no primeiro semestre de 2009 e se reduziu de 50% a 60% neste ano;
- h) em Divinópolis, o índice de homicídio é menor do que o de outras cidades do mesmo porte e há uma tendência de redução nos crimes contra o patrimônio;
- i) aumento de apreensões de armas de fogo;
- j) queda no "ranking" estadual da criminalidade de Nova Serrana, da 3ª para 39ª posição, e de Divinópolis, da 8ª para a 45ª posição;
- k) há mais de 20 redes de proteção em Divinópolis, com base na polícia comunitária;
- l) intensificação de operações e apreensões de armas de fogo e de drogas na MG-050.

III. 3 - Carências a serem supridas:

- a) aumentar os efetivos das forças de segurança pública;
- b) ampliar políticas públicas nas áreas social, cultural e de esportes;
- c) melhorar a integração entre os entes federados para o combate ao tráfico, a prevenção e a recuperação dos usuários do "crack";
- d) ampliar a cooperação entre as polícias rodoviárias e as Polícias Civil e Militar;
- e) intensificar o trabalho das polícias rodoviárias na BR-262 e na MG-050;
- f) qualificar e instrumentalizar as polícias, em especial, a Polícia Civil;
- g) regionalizar o Instituto de Criminalística;
- h) fortalecer as comunidades terapêuticas;
- i) criar uma comissão de segurança pública na Câmara Municipal de Divinópolis;
- j) construir a sede física da 7ª Risp;
- k) ampliar a Colônia Penal Floramar e construir um albergue no Município de Contagem;
- l) incentivar a criação de casas públicas estaduais de recuperação para dependentes químicos e alcólatras;
- m) aumentar o número de cadeias públicas;
- n) criar um posto de perícia em Divinópolis.

Belo Horizonte, 1º/6/2010

I - Apresentação

Em 1º/6/2010, realizou-se, no auditório da ALMG, a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública. Requerida pelos Deputados João Leite, Presidente da Comissão, Maria Tereza Lara, Vice-Presidente, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, a reunião teve por objetivo debater a segurança pública na 1ª Risp, com sede na Capital.

Além dos Deputados João Leite, Maria Tereza Lara e Tenente Lúcio, fizeram parte da Mesa: Amaury Costa Inácio da Silva, representando o Subsecretário de Políticas Antidrogas da Seej; Ana Regina Machado, representando a SES; Anthero Drumond Júnior, Presidente do Conselho Municipal Antidrogas; Áurea Salvador, dos Conseps 14 e 15; Delegado Bruno, da Delegacia de Combate aos Crimes Cibernéticos; Cel. Alexandre Marcelo Costa de Oliveira, representando o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros.

Compuseram também a Mesa: Cel. Cícero Nunes Moreira, representando o Comandante-Geral da Polícia Militar; Fernando Moraes, Delegado Regional de Venda Nova; Gustavo Henrique, Diretor de Relações Públicas da Seej; Kátia Ferraz, Conselheira Municipal de Saúde; Luciana Moura Fonseca, representando o Defensor Público-Geral; Roberto Neves da Silva, representando o Chefe de Polícia Civil; Rodrigo Xavier da Silva,

representando a Seds; Wagner Ricardo dos Santos, representando a Sedese; Delegado Wellington Peres Barbosa.

II - Desenvolvimento da reunião

II. 1 - Exposições

O Presidente da Comissão expôs a finalidade da reunião, relatou as discussões das audiências anteriores e passou a palavra aos componentes da Mesa.

O Deputado Tenente Lúcio informou que o número de viaturas da Polícia Militar subiu de 7 mil, em 2003, para mais de 18 mil, em 2010.

Roberto Neves, após esclarecer que a 1ª Risp diz respeito ao 1º Departamento da Polícia Civil e à 1ª Região da Polícia Militar, apresentou estatísticas sobre furtos. Em 2009, foram instaurados 3.070 inquéritos e concluídos 2.614. De janeiro a abril de 2010, houve 936 inquéritos instaurados e 787 concluídos, representando, em comparação com o mesmo período de 2009, crescimento de 40,32% no que se refere aos inquéritos instaurados e de 1,55% aos concluídos. Quanto a roubos, em 2009, houve 1.740 inquéritos instaurados e 1.303 concluídos. De janeiro a abril de 2010, comparativamente com o mesmo período de 2009, houve redução de 3,22% no número de inquéritos instaurados e de 9,45% no de concluídos.

O expositor disse ainda que desde 2009 realiza-se na área do 1º Departamento – onde há predomínio de tentativas de homicídio, roubo, porte ilegal de arma e ameaças – um combate estratégico ao crime, com participação do Departamento de Investigação de Homicídios e Proteção à Pessoa, do Departamento Antidrogas e da 1ª Região da Polícia Militar. Depois de estabelecida uma hipótese preliminar, consultam-se Registros de Eventos de Defesa Social – Reds –, inquéritos policiais e TCOs. A seguir, reúnem-se policiais indicados pelas Delegacias, que encaminham pesquisas ao Gisp para análise. Por fim, as áreas coordenadas de integração e as especializadas identificam prioridades, procedimentos e mandados de prisão. Exemplificando, descreveu que foram inicialmente selecionados procedimentos, atualizadas informações e monitorados alvos prioritários. A escolha de inquéritos ou de Reds em tramitação permitiu a conclusão daqueles em aberto e requerimentos ao Poder Judiciário para medidas cautelares. Depois, atingiram-se os alvos, com 18 prisões e 293 inquéritos sobre tentativa de homicídio. Desses, foram 191 de janeiro a abril de 2010, com redução de 34,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Houve também 1.291 TCOs sobre ameaça. De janeiro de 2009 a abril deste ano, reduziu-se a instauração de inquéritos, acompanhando a queda de ocorrências.

O Cel. Cícero Nunes afirmou que tanto o Brasil quanto Minas Gerais passaram por transformações consideráveis. Segundo ele, hoje se faz necessário solucionar os problemas da comunidade, gerando paz, bem-estar e qualidade de vida. Desde 2003, vem reduzindo-se a criminalidade. Alcançou-se tal resultado com a integração do trabalho: áreas, sistemas, coordenação, gestão e inteligência. Quando as polícias passaram a trabalhar juntas e com foco único, houve mais sinergia. Com o envolvimento do Ministério Público, do Poder Judiciário, da Defensoria Pública e da comunidade, haverá novas melhorias. A série histórica de crimes violentos evidenciou os resultados. Na Cabana do Pai Tomás, 2003 e 2004 foram anos de pico: 110 homicídios. Em 2009, não chegaram a 30. Hoje, é preciso intervir no ambiente, para garantir a prevenção. Daí a importância da escola, dos meios de comunicação e dos debates. As maneiras modernas de prevenir são: impedir a repetição, lidar com o medo do crime, envolver a comunidade e combater a violência. Nesse aspecto, a pior coisa é um policial admitir vingança privada, fracassando como profissional, e tolerar as pequenas transgressões, que vão gerar fundamentos para futuros crimes.

A segurança pública tem problemas simultâneos: para cada fenômeno uma resposta. Não basta prender, é importante direcionar ações para o ambiente, com inteligência e baixo risco. A Polícia Militar se organiza em serviços, com finalidades específicas. O Grupo Especializado de Policiamento em Áreas de Risco – Gepar – gera vínculo com pessoas, identifica criminosos para deter com qualidade e faz contenção para interromper o ciclo. Resultado: em 2009, caíram 12% os crimes violentos, 15,3% os homicídios e 12% os roubos. De janeiro a março, os homicídios aumentaram, mas com planejamento voltaram a diminuir. Houve, de 2008 a 2010, mudança no perfil dos crimes, reduzindo-se os violentos: roubo, estupro e homicídio. Todavia, são necessárias melhorias nos quesitos furtos diversos, ocorrências de trânsito, crimes contra o meio ambiente e perturbações. No ano passado, os índices ficaram estáveis, mas no 1º trimestre de 2010 houve uma redução de 6%. Quando for obtida excelência no combate à criminalidade violenta, será possível prevenir a mais simples. O trabalho conjunto das Polícias influiu no padrão de crimes em 2010: +30% em janeiro, +17% em fevereiro, +21% em março e -23% em abril, com provável nova redução.

Os homicídios concentram-se em locais com baixo IDH. De modo geral, Belo Horizonte tem boa qualidade de vida, serviços, segurança e polícia, bem como um programa de prevenção social da criminalidade considerado eficiente. Mas os problemas localizados permitem o alinhamento das políticas, canalizando recursos para áreas sensíveis – alta densidade de homicídios e apreensão de drogas –, em cujo centro está o tráfico. O destino do traficante tem de ser a prisão, mas o sistema de saúde pública deve entrar no processo, com orçamento para tratar dependentes em hospitais qualificados e capazes de internação compulsória.

Anthero Drumond afirmou que o álcool ainda é o maior gatilho para violências e acidentes. Já o "crack" é um problema social e de saúde pública, mas essas áreas não podem, por si sós, responder pela dependência. Há também a questão do tráfico. De qualquer modo, o surto do consumo dessa droga evidenciou a ausência do Estado no tratamento do dependente químico. Num quadro em que a população de 15 a 24 anos, principalmente masculina, é atingida por morte violenta, o setor público é devedor: só há 24 Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – Caps-AD – no Estado. Como cada unidade é voltada para 75 mil habitantes, Minas necessita de 91. O expositor sugeriu a discussão sobre modelos diferentes: as comunidades terapêuticas têm equipe multidisciplinar e estão preparadas para atuar. O poder público deve acompanhar esse trabalho, bem como implantar um hospital de urgência, um hospital geral, casas de passagem e consultórios de rua para abordagem. Defendeu uma prevenção permanente: primária, impedindo o contato com a droga; secundária, interrompendo o uso; e terciária, tratando o dependente. Por fim, frisou ser preciso envolver e sensibilizar o conjunto da comunidade: a prevenção se faz também dentro de casa e o papel da escola é muito importante.

Ana Regina sublinhou o atraso na oferta pelo SUS de tratamento à dependência química, a despeito da política de acolher usuários na atenção primária pelas unidades básicas de saúde, inclusive o Programa Saúde da Família – PSF –, e nos Centros de Atenção Psicossocial – Caps. Destacou a importância de hospitais gerais para atendimento de intoxicação aguda e síndrome de abstinência. Insistiu nos pontos de acolhimento: como as pessoas e os problemas são diferentes, a internação não é a saída para todos. O modelo da comunidade terapêutica não poderia receber casos que necessitam de aparato hospitalar. Disse, ainda, que a política de saúde precisa incorporar o impacto social da violência. As pessoas fogem dos espaços de tratamento. As instituições têm índices de eficácia terapêutica em torno de 30% entre os que as procuram. Como os dados não variam nos espaços de internação e ambulatorial, é preciso investigar e definir melhor a estratégia. Houve um avanço pequeno, mas real, na rede de atenção e nos 19 Caps-AD de Minas – os outros 5 estão em credenciamento. Quanto às condições para o encontro de multidões com drogas, lembrou os fatores precedentes e concluiu que saídas simples não levam a lugar nenhum.

Amaury Costa elogiou as possibilidades abertas pela Secretaria de Esportes e da Juventude - Seej - como o Centro de Referência Estadual em Álcool e Drogas, cuja página eletrônica mostra os espaços de tratamento. Disse que de outubro a novembro de 2009 houve capacitação de 300 especialistas em PSF, comunidade terapêutica, Caps-AD, polícias e setor jurídico. Esclareceu que os técnicos devem ver o dependente como ser humano e não como doente, incapaz de responder por suas atitudes. Escutar e fazer a pessoa pensar facilitam a intervenção.

O Cel. Alexandre Marcelo informou que os incêndios são apenas 1% das ocorrências atendidas pelo Corpo de Bombeiros e que a crise da mobilidade urbana limita o trabalho à minimização de efeitos. Sugeriu, para grandes eventos, novas leis e normas que aumentem o prazo para

apresentação de projetos: os atuais 10 dias são insuficientes para aprovação e fiscalização, especialmente no caso de festas com uso de drogas. Ressaltou os projetos da corporação para adolescentes: programa de natação, Bombeiros nas Escolas e Bombeiro Sênior.

Wagner Ricardo lembrou que o desemprego e a criminalidade se concentram entre jovens de 15 a 24 anos. Distinguiu pobreza de desigualdade social, que, tendo em vista a dificuldade de acesso a serviços públicos, precede o encontro com drogas. Informou que a Sedese encara tal desafio em três frentes: emprego-renda, assistência social e direitos humanos. Valorizou o diagnóstico das desigualdades em regiões com maior violência e tráfico. Segundo ele, Belo Horizonte surpreende: apesar de haver muita desigualdade, a criminalidade não está na estratosfera.

Luciana Maria disse que a Defensoria Pública se integrou às Polícias para realização de estudos sobre segurança. Por exemplo, atuou-se no combate aos crimes de menor potencial ofensivo no Mineirão. Em breve haverá parceria na prevenção da criminalidade e na defesa de presos provisórios em Belo Horizonte, o que será posteriormente expandido para o interior do Estado. A participação ativa nas discussões e a interação entre as diversas instituições são importantes para o estudo, a elaboração e a aplicação de melhores alternativas.

Rodrigo Xavier referiu-se aos investimentos da Secretaria de Defesa Social na segurança pública. De 2003 a março de 2010, foram R\$27.200.000.000,00, tendo sido destinados R\$2.000.000.000,00 para a ampliação, em quatro vezes, do número de vagas do sistema prisional. À Região Metropolitana, destinaram-se R\$324.000.000,00 para compra de equipamentos, armamentos, viaturas policiais e reformas de prisões. Só em Belo Horizonte se investiram R\$179.000.000,00, sendo R\$4.200.000,00 em instituições parceiras, policiais, informação, logística, modernização de unidades prediais e implementações de Aisps. Valorizando o videomonitoramento, informou que o projeto Olho Vivo já instalou 161 câmaras na Capital, com valor de R\$7.700.000,00 – 97 adquiridas com recursos estaduais –, e que em 2009 houve redução de 40% na violência e criminalidade e de 50% nos furtos a transeuntes, aumentando 50% as prisões de autores de furtos e roubos. Por seu turno, a Integração e Gestão de Segurança Pública – Igesp –, ferramenta de gestão proveniente da iniciativa privada e baseada no modelo de Nova York e de Bogotá, articula as ações e informações das instituições policiais e de justiça criminal. Citou os programas Fica Vivo, Central de Penas Alternativas, Mediação de Conflitos e Reintegração Social de Egressos. Segundo ele, a reincidência criminal eleva índices e sobrecarrega as instituições policiais. Para combatê-la, a parceria com o Instituto Minas pela Paz – o Projeto Regresso – acolhe e qualifica profissionalmente ex-presidiários, reinserindo-os no mercado de trabalho e na comunidade. Mencionou também o atendimento socioeducativo e as medidas de privação de liberdade ou de semiliberdade para adolescentes nos centros de internação provisória, nos centros socioeducativos e nas casas de semiliberdade.

Referiu-se ainda aos seguintes investimentos: sede da Aisp de Venda Nova; Risp do Bairro Ouro Preto; 1.829 viaturas, de 2003 a 2010; equipamentos para a Polícia Militar. Aplicaram-se, na repressão qualificada, R\$5.000.000,00 em 2008: 53 viaturas, armas e equipamentos operacionais. Ademais, criou-se o Gepar, com investimentos de R\$170.000,00 em 2008 e R\$350.000,00 em 2009, também para viaturas, armas e equipamentos. As unidades prediais integradas receberam R\$1.200.000,00 e foram gastos R\$110.000,00 em equipamentos de informática. Em 2009, implantou-se o Batalhão de Trânsito, com 435 policiais. Citou também investimentos na Polícia Civil: de 2003 a 2008, R\$65.000.000,00 em veículos, móveis, armas, informática e comunicação. Em 2008, modernizaram-se as unidades prediais integradas, compartilhando ações, informações e equipamentos. Em 2009, distribuíram-se viaturas, motos e equipamentos. Rodrigo Xavier terminou sua intervenção lembrando que a segurança pública não se faz apenas com orçamento e investimentos, mas também com integração, informações e envolvimento do conjunto do sistema de justiça criminal: cada instituição trabalhando, dentro de suas competências legais, para aumentar a segurança da comunidade.

II. 2 - Discussão

O Deputado João Leite ponderou que são insuficientes os efetivos das Polícias Civil e Rodoviária Federal em Minas, especialmente **em áreas críticas, com maior incidência de tráfico de drogas, como o Triângulo Mineiro. Ademais, na Risp de Vespasiano as Polícias estão prendendo muito, mas a Justiça está soltando por decurso de prazo, pois está sobrecarregada e não há Defensores Públicos. A Assembleia Legislativa já aprovou a criação da 2ª Vara Criminal de Vespasiano, onde há 1.800 processos parados.**

Kátia Ferraz ressaltou a discussão sobre saúde mental no Conselho Municipal de Saúde, que se integrou às Conferências Municipal e Estadual de Saúde Mental. Também sugeriu que a relação do Corpo de Bombeiros com o Samu seja debatida, para melhorias no atendimento, e que a Assembleia Legislativa peça prestação de contas ao Fundo Municipal de Saúde.

Áurea Salvador observou que, diante da grande demanda existente, o número de viaturas da Aisp de Venda Nova – apenas 11 carros e uma moto – é insuficiente. Depois, perguntou sobre o resultado obtido nos trabalhos que envolvem as Polícias Civil e Militar com a comunidade por meio dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública – Conseps.

Gustavo Henrique, ponderando sobre uma afirmativa anterior, disse que os jovens devem ser vistos não como problema, mas como parte da solução. De fato, uns promovem balbúrdia, dirigem alcoolizados e morrem por conta do tráfico. Outros, porém, estão engajados em movimentos sociais, em trabalhos voluntários, no OAB Jovem, em igrejas e em sindicatos. Lembrando que os adolescentes compõem o segmento que mais mata e morre, solicitou ajuda para que recebam informação sobre drogas e sejam integrados ao desenvolvimento social, gerando frutos para Minas Gerais e para o Brasil. A seguir, disse julgar equivocado limitar o tratamento da dependência química aos Caps-AD e propôs conceitos que insiram as comunidades terapêuticas nos programas. Citou Chile e Canadá como países que, mesmo com menor desigualdade social, sofrem surtos de violência ligados a drogas. Disse ainda que não discorda da tese defendida pela Sedese, mas pensa que a droga está disseminada, presente em todos os estratos sociais: antigamente era vista de longe, mas hoje está dentro das casas. A Seej tem trabalhado a inclusão social do jovem com políticas que irão ampará-lo e torná-lo um cidadão melhor e útil à sociedade.

A Deputada Maria Tereza Lara sugeriu que o tema "informação" seja abordado no fórum técnico como ação capaz de afastar crianças e adolescentes das drogas.

Wellington Perez avaliou que há empenho com as áreas integradas, mas não com a questão especializada. Por exemplo, é zero o investimento na Divisão de Orientação e Proteção à Criança e ao Adolescente. O mesmo ocorre quanto à violência doméstica, ressaltando-se a atuação da Sedese e da Seplag, que têm sido parceiras. Elogiou a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Todavia, quanto ao trabalho em prol de crianças e adolescentes em Minas, mesmo reconhecendo que estão sendo feitos investimentos, reivindicou uma gestão ampla, e não apenas focada em áreas integradas.

Kátia Ferraz lamentou que certas conquistas sejam perdidas logo após serem obtidas. Exemplificou com a extinção da Delegacia de Mulheres de Venda Nova, local com 450 mil habitantes, de grande demanda e vulnerável, onde idosos e mulheres ficaram sem apoio.

Fernando Moraes se referiu à falta de pessoal no 1º Departamento da Polícia Civil e solicitou que se interceda junto à administração estadual, para que haja uma solução para esse problema. Disse que não tem conseguido mais atuar com um quadro tão restrito – não há mais ninguém na sede da Delegacia Regional de Venda Nova, nem para investigar –, pois ele próprio tem de trabalhar na rua. Outro problema é que essa unidade só recebeu 11 veículos novos.

O Delegado Bruno frisou que o acesso fácil e generalizado ao computador e à internet torna os crimes cibernéticos mais frequentes e graves,

enquanto a investigação policial continua difícil: depende da quebra de sigilo e da vinculação das Polícias Civil e Federal aos provedores, gerando morosidade e sensação de impunidade. Ademais, na unidade especializada em crimes cibernéticos faltam computadores, internet com acesso ilimitado, banda larga ampla, viaturas, apoio logístico e até cartuchos de impressora. Por fim, salientou que o cargo de Delegado de Polícia, enquanto a carreira não for dignificada, será só um trampolim para outros concursos.

O Cel. Cícero Nunes referiu-se aos Conseps como instrumento da segurança pública na comunidade, um espaço para discussão, mobilização e busca de produtos – ordem, segurança e prevenção. Sobre os comentários de Gustavo Henrique, esclareceu que não julga que a juventude seja um problema, mas sim que há ambientes – com bebidas, drogas e sexo – favoráveis a crimes. Os cidadãos têm de fazer escolhas. Por exemplo, o Axé pode ser frequentado por adolescentes desacompanhados a partir de 14 anos: eles têm condições, nesse tipo de evento, de resistir a pressões, tomar decisões e dizer não a bebidas ou drogas?

Luciana Moura referiu-se novamente ao projeto – em conjunto com a Seds – de prevenção à criminalidade e defesa do preso provisório, a ser inaugurado no final de junho, que trabalhará de forma multidisciplinar, envolvendo defensores públicos, assistentes sociais e psicólogos, e visitará casas de assistidos, morros e escolas para falar sobre prevenção.

Amaury Costa afirmou que a Secretaria de Esportes e da Juventude se preocupa com o diálogo intersetorial, valoriza as comunidades terapêuticas e apoia todo tipo de tratamento que tenha base científica e legal. A rede dos Conselhos Municipais de Álcool e Droga vem sendo implantada, com incentivos financeiros para suas políticas próprias.

Rodrigo Xavier lembrou que hoje a política de segurança pública de Minas Gerais é discutida de forma colegiada, com a participação da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros, da Defensoria Pública, do sistema prisional e dos responsáveis por medidas socioeducativas, que aprovam todas as medidas. A política de defesa social parte de um diagnóstico – seja no âmbito interno das corporações, seja em parceria com os centros de estudos de criminalidade e segurança pública da Fundação João Pinheiro e do Crisp, ligado à UFMG –, pautado na concepção de que o planejamento estratégico define investimentos.

Argumentou ainda que a estrutura da unidade de Venda Nova é também decidida pelo colegiado, com a participação do Chefe de Polícia Civil, do Comandante-Geral da Polícia Militar e do Comandante do Corpo de Bombeiros. Trabalha-se, não com recursos desejados, mas com os disponíveis – no binômio possibilidade-prioridade –, considerando-se as especificidades da segurança pública, que, juntamente com a saúde e a educação, é política prioritária. Podem faltar investimentos e estruturas ideais, mas certamente as instituições da área e seus representantes atuam na perspectiva de melhorar o que existe.

Wellington Peres esclareceu que reconhecia os investimentos em áreas integradas, mas que as especializadas – insistiu – estavam relegadas ao esquecimento.

Rodrigo Xavier respondeu que a questão das áreas especializadas também passa por deliberação do colegiado de integração e planejamento das Aisps. Todavia, reconhecendo que o assunto merece atenção, comprometeu-se a encaminhar a demanda às instâncias competentes. Lembrando a autonomia administrativa e financeira das instituições policiais, comunicou que o assunto será levado ao Secretário de Defesa Social para considerações e deliberações junto à Chefia da Polícia Civil e ao Comando-Geral da Polícia Militar.

Wagner Ricardo negou ter dito que o consumo de drogas tenha relação direta com a pobreza. Exemplificou com a situação do Rio de Janeiro, onde morou 13 anos: tinha sensação de segurança maior. Lá existe uma violência organizada, apesar das estatísticas piores: as pessoas sabem que evitando determinadas áreas não correm risco. Já em Belo Horizonte a violência é causada pelo usuário de drogas, que busca o último "barato", sendo assim capaz de cometer crimes. No Rio, as classes média alta e alta são as que mais consomem drogas, mas a violência não está em Copacabana, na orla, na praia ou na rua. Isso não quer dizer, esclareceu, que a desigualdade conduza diretamente ao consumo de drogas, que por sua vez leva à criminalidade. Afirmou ser preciso abrir oportunidades aos adolescentes e demais setores vulneráveis à violência associada ao vício, para que tenham escolha entre desemprego e mercado formal de trabalho. Na Sedese, o objetivo não é coibir a violência, mas dar chance aos indivíduos, especialmente aos jovens de 14 a 24 anos. Logo, diagnosticar a desigualdade é fundamental para oferecer oportunidades, conscientizando as pessoas sobre o melhor destino para elas, para sua vida.

A Deputada Maria Tereza registrou que houve avanços a partir da Conferência Nacional de Segurança Pública, realizada em 2009. Como representante desta Comissão, participou das etapas municipal, estadual e federal. A sociedade civil e os órgãos de defesa social definiram que segurança pública é política de Estado, pois permanece, enquanto os governos passam. Destacou ainda a repressão qualificada e a prevenção. Na repressão qualificada, o uso das inteligências das polícias é essencial. Do ponto de vista da prevenção, é fundamental trabalhar para que a Polícia Comunitária avance cada vez mais no Estado.

O Cel. Alexandre Marcelo disse que a atividade do Corpo de Bombeiros recai sobre a área preventiva e, muitas vezes, perpassa processos e ações da Polícia Civil, do sistema penitenciário, da Polícia Militar e da sociedade civil, ligando-se ao sistema de integração.

II. 3 - Encaminhamentos aprovados:

a) ofício ao Chefe da Polícia Civil encaminhando notas taquigráficas e solicitando aumentar o efetivo policial para potencializar o combate à criminalidade e ao tráfico de drogas;

b) ofício ao Secretário de Defesa Social encaminhando notas taquigráficas e solicitando: ampliar o número de Delegacias Especializadas em todo o Estado e fortalecê-las; potencializar o combate ao "crack" e instalar novos postos policiais nas divisas estaduais; garantir recursos para aprimorar o sistema prisional e a ressocialização dos presos;

c) ofício à Subsecretaria Antidrogas da Seej encaminhando notas taquigráficas e solicitando atenção às comunidades terapêuticas, multiplicando-as para novos Municípios, ampliando vagas e valorizando-as como instrumento central para recuperação de dependentes químicos;

d) ofício ao Governador do Estado encaminhando notas taquigráficas e solicitando: prever dotações – na LOA e no PPAG – para aumentar efetivos policiais, postos policiais nas divisas estaduais, combate às drogas, comunidades terapêuticas, Delegacias Especializadas, sistema prisional, processo de ressocialização e Defensorias Públicas; instalar Defensorias Públicas em todas as comarcas de Minas Gerais, por meio de um plano de médio prazo, com cronograma adequado e recursos suficientes.

III - Principais pontos abordados

III. 1 - Criminalidade:

- a) houve redução dos casos tipificados como violentos nos últimos dois anos;
- b) a apreensão de drogas se concentra em áreas onde há mais homicídios e tráfico;
- c) as principais ocorrências na 1ª Risp dizem respeito a tentativas de homicídio, roubo, porte ilegal de arma e ameaças;
- d) concentração de desemprego, crimes violentos e uso de drogas na faixa etária de 15 a 24 anos;
- e) no que se refere a violência e acidentes, o uso de álcool é a grande causa, mas o uso de "crack" se tornou a mais grave questão social e de saúde pública;
- f) em 2009, houve aumento de 50% das prisões por furtos e roubos, bem como redução de 40% dos crimes violentos e de 50% dos furtos a transeuntes.

III. 2 - Resultados positivos:

- a) articulação de ações e informações entre instituições policiais e de justiça criminal;
- b) investimentos da Seej;
- c) investimentos da Seds, repercutindo positivamente na segurança pública;
- d) avanço pequeno, mas real, na rede de atenção e nos Caps-AD;
- e) consolidação do Consep como espaço de discussão, mobilização e busca de resultados;
- f) redução da criminalidade por meio de integração do trabalho das instituições;
- g) crescimento do número de inquéritos concluídos sobre furtos e roubos;
- h) redução do número de inquéritos instaurados desde janeiro de 2009, refletindo queda do número de ocorrências.

III. 3 - Problemas:

- a) a desigualdade social - e não a pobreza extrema - se encontra associada à violência;
- b) o surto do uso de "crack" evidencia a ausência do Estado no tratamento dos dependentes;
- c) além da dependência e da violência, o tráfico é causa central da criminalidade;
- d) o uso de drogas está disseminado, presente em todos os estratos sociais e dentro das casas;
- e) o trabalho preventivo está ligado à intervenção no ambiente;
- f) os adolescentes devem ser vistos não como problema, mas como parte da solução;
- g) há atraso na oferta de tratamento pelo SUS à dependência química;
- h) a informação é elemento que ajuda a afastar crianças e adolescentes das drogas;
- i) as comunidades terapêuticas não estão aptas a receber casos que necessitem de aparato hospitalar;
- j) há necessidade de elaboração de conceitos que insiram as comunidades terapêuticas nos programas.

III. 4 - Carências a serem supridas:

- a) inserir a saúde pública no tratamento da dependência química;
- b) construir hospitais gerais para tratar intoxicação aguda e síndrome de abstinência;
- c) implantar pontos de acolhimento para dependentes químicos, pois a internação não é a saída para todos;
- d) debater a adoção de modelos diferentes para o tratamento de dependentes químicos, como comunidades terapêuticas;
- e) destinar mais investimentos às questões especializadas – como a defesa da criança e do adolescente e o combate à violência contra a mulher –, e não apenas às áreas integradas;
- f) instituir novas leis e normas para avaliar e fiscalizar projetos de grandes eventos;

g) sugerir que a Assembleia peça prestação de contas ao Fundo Municipal de Saúde;

h) debater a relação do Corpo de Bombeiros com o Samu, para melhorar o atendimento;

i) aumentar os efetivos das Polícias Rodoviária Federal e Civil;

j) dotar o 1º Departamento da Polícia Civil de pessoal e veículos suficientes;

k) garantir equipamentos para a unidade especializada em crimes cibernéticos;

l) melhorar e dignificar a carreira de Delegado de Polícia;

m) envolver o Ministério Público, o Poder Judiciário, a Defensoria Pública e a comunidade nas políticas e ações de segurança pública.

Poços de Caldas, 7/6/2010

I - Apresentação

Em 7/6/2010, realizou-se, na Câmara Municipal de Poços de Caldas, a 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública. Requerida pelos Deputados João Leite, Presidente da Comissão, Maria Tereza Lara, Vice-Presidente, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, a reunião teve por objetivo debater, em audiência pública, questões relativas à segurança pública no Município e na Região.

Além do Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública, e do Deputado Carlos Mosconi, Presidente da Comissão de Saúde da ALMG, compuseram a Mesa: o Vereador Marcus Eliseu Togni, Presidente da Câmara Municipal de Poços de Caldas; Sérgio Luis Krizanski, Secretário Municipal de Defesa Social, representando o Prefeito de Poços de Caldas; Inspetor Helênio Romualdo Almeida, Superintendente Substituto da Polícia Rodoviária Federal em Poços de Caldas, representando o Superintendente da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais; Cel. José Dimas da Silva Fonseca, Comandante da 18ª Região da Polícia Militar, representando o Comandante-Geral da PMMG; Ten. Douglas Martins Soares, Comandante da 2ª Cia. de Bombeiros Militares de Poços de Caldas, representando o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais; Delegado Antônio Carlos Correa de Faria, Chefe do 18º Departamento da Polícia Civil, representando o Chefe de Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; Bruno Pinto Rodrigues, Defensor Público, representando o Defensor Público-Geral; Gustavo Henrique Neves Machado, Diretor de Relações Institucionais da Secretaria de Esportes e da Juventude, representando o Subsecretário de Políticas Antidrogas e o Secretário de Estado de Esportes e da Juventude; e Gláucia Aparecida Boaretto, Vice-Prefeita de Poços de Caldas.

II - Desenvolvimento da reunião

II. 1 - Exposições

O Presidente da Comissão, após declarar aberta a reunião, ressaltou que já haviam sido realizadas reuniões em 17 Risps e que já haveria um diagnóstico sobre a integração da Polícias. Agradeceu aos órgãos dos sistemas de segurança pública e justiça pela presença constante nas audiências. Informou que os relatórios dessas reuniões ajudarão as discussões do fórum técnico sobre segurança pública, drogas, violência e criminalidade na ALMG, do qual surgirá um livro para subsidiar a elaboração do Orçamento do Estado e do Plano Plurianual de Ação Governamental. Acrescentou que o tráfico de drogas tem sido o grande motor da violência. Avaliou que, se o aumento do número de prisões mantivesse o mesmo ritmo, não haveria cadeias suficientes em 2011. Ressaltou que seria necessário investir no tratamento do dependente químico, a fim de evitar-se que o ciclo de demanda continue em expansão. Disse, por fim, que as reuniões também detectaram um dado relevante: o número reduzido de policiais civis e policiais rodoviários federais nas Risps.

A seguir, o Deputado João Leite compôs a Mesa e passou a palavra a seus integrantes.

O Vereador Marcus Eliseu Togni agradeceu a todos pela presença e participação.

O Deputado Carlos Mosconi ressaltou que Poços de Caldas possui um baixo índice de criminalidade, bem como o IDH maior do Estado e 20º do País. No entanto, apesar desse quadro favorável, Poços de Caldas também integraria o mapa da droga e teria experimentado um aumento exagerado do uso do "crack", disseminado especialmente entre a população de baixa renda e já atingindo a zona rural. Questionou se o Estado estaria preparado para combater esse problema e o que fazer para dar tranquilidade e apoio a famílias que têm filhos ou netos viciados, haja vista que o tratamento é caro. Afirmou que o Estado deve voltar-se para essa questão de forma incisiva, como uma das políticas públicas prioritárias.

O Deputado João Leite comentou que a porta de entrada para o tratamento do dependente químico é o Caps, mas em Minas Gerais haveria apenas 19 desses centros. Em Belo Horizonte, só um para atender a uma população de 2.500.000 habitantes.

O Deputado Carlos Mosconi comentou que o Caps foi criado para substituir os hospitais psiquiátricos – iniciativa que considera adequada –, mas não têm capacidade para atender nem 1% da demanda do nosso Estado, caso se considere os dependentes de drogas.

O Delegado Antônio Carlos Correa de Faria confirmou que a 18ª Risp é a mais segura do Estado. Tem o menor índice de vulnerabilidade juvenil de Minas Gerais e o quarto menor do Brasil. Informou que, entre 2007 e 2009, o número de crimes violentos diminuiu de 248 para 112, e que, em 2009-2010, todos os crimes de homicídio, de roubo a postos de gasolina e de sequestro foram elucidados, tudo isso fruto da prioridade dada pela Polícia Civil aos crimes violentos relacionados ao tráfico de drogas. Esclareceu que dados da Fundação João Pinheiro e da Polícia Militar confirmam a redução da criminalidade na Risp.

Ressaltou ainda que, em 2009 e 2010, tem-se reprimido rigorosamente o tráfico de drogas na Região, que o número de inquéritos concluídos e encaminhados ao Judiciário superou, por ampla margem, as metas previstas, e que o 18º Departamento da Polícia Civil – DOC – teve ótimo desempenho na elaboração de TCOs e processos administrativos. Afirmou que tais resultados positivos devem-se à capacidade dos policiais civis e militares e ao trabalho integrado com outros órgãos de defesa social, a exemplo do Grupo de Monitoramento Integrado – GMI –, que agrega também a Polícia Rodoviária Federal, a Guarda Municipal e a Suapi. Mencionou ainda os problemas do 18º DPC: escassez de recursos humanos, em especial de Delegados e escrivães; inexistência de local para custódia de crianças e adolescentes em conflito com a lei, principalmente nos plantões noturnos; furto e roubo de veículos em Alfenas; não construção do presídio em Poços de Caldas. Citou também algumas iniciativas focadas na melhoria da segurança pública para a Região, incluindo a contenção da criminalidade que migraria do Estado de São Paulo para lá: futura criação da Risp Sul na área mais carente da cidade, em parceria com a Prefeitura, com orçamento já aprovado, e agregando, além das Polícias Militar e Civil e do Corpo de Bombeiros, a Guarda Municipal, um posto de identificação, atendimento à mulher e o Conselho Comunitário; disseminação da metodologia de Polícia Judiciária para as demais regionais do 18º DPC; trabalho de formação de inteligência em Alfenas; criação do Grupo de Investigações Rurais – GIR – na região de São Sebastião; parceria entre a Pontifícia Universidade

Católica – PUC – e instituições que integram o GMI para a troca de informações e trabalho conjunto; criação de núcleos de operações estratégicas, com um Delegado de operações em inteligência e, pelo menos, dois policiais civis em cada regional; proposta de criar mais quatro Departamentos Antidrogas no Estado, sendo um deles a ser alocado em Poços de Caldas; criação da 1ª Agência de Inteligência Policial – AIP.

O Cel. José Dimas da Silva Fonseca ressaltou que, mesmo antes da criação da 18ª Risp, em janeiro passado, já havia naquela cidade uma forte integração, motivo que lhe garantiu o melhor desempenho entre todas as Regiões, apesar de ser a mais nova. afirmou que conseguiram diminuir ainda mais o índice de criminalidade violenta nos primeiros meses de 2010. Disse ainda que a Região é muito importante na contenção da criminalidade que migraria de São Paulo para Minas, principalmente a relacionada ao tráfico de drogas. mencionou que Passos e Alfenas seriam as cidades mais problemáticas, mas a criação de mais uma companhia da PMMG e a integração das ações de inteligência e de defesa social em Passos estariam resultando na redução de seus índices de criminalidade. Alfenas, porém, permaneceria como a cidade mais violenta da região, carecendo de atenção especial. informou que a Igesp, já utilizada em Poços de Caldas, seria estendida para Passos e Alfenas. opinou que a criação da Companhia Escola em Poços de Caldas é um grande ganho. Disse que a motivação será outra, pois o pessoal realmente fincará seus passos nesta cidade. O início do Curso Especial de Formação de Sargentos teria efeito semelhante, pois evitaria que boa parte do efetivo de cabos da Polícia Militar local migrassem para Pouso Alegre. Por fim, reforçou a necessidade de se construir no Município um presídio, pois as condições da cadeia pública seriam desumanas, e um centro socioeducativo para acolher crianças e adolescentes em conflito com a lei, pois o Sul do Estado não teria nenhum.

O Ten. Douglas Martins Soares apontou que a atuação do Corpo de Bombeiros na região tem sido focada sobretudo na prevenção – por meio de palestras e de capacitação em primeiros socorros, em prevenção de acidentes, e em observância à Lei de Prevenção e Combate a Incêndio –, além do apoio prestado aos demais órgãos integrados à defesa social. Externou a preocupação com a redução em 20% no efetivo nos últimos quatro anos, bem como o anseio pela criação de um batalhão local ou de outra companhia independente, cujas instalações já estariam sendo preparadas. informou, por fim, que começariam a receber jovens para medidas socioeducativas e manifestou sua crença na integração total das ações de defesa social.

O Inspetor Helênio Romualdo Almeida afirmou que o maior problema da Polícia Rodoviária Federal na região é o efetivo reduzido, com menos de 20 policiais. mencionou também a preocupação da Instituição com embriaguez ao volante no caso de veículos de carga e com a exploração sexual de crianças e adolescentes. Nesse último caso, a Comissão de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal estaria desenvolvendo trabalho de combate em todo o Estado bem como um projeto para atender e minimizar o sofrimento das vítimas.

O Secretário Sérgio Luis Krizanski ressaltou o trabalho conjunto das Secretarias Municipais de Serviços Públicos, de Promoção Social, de Esportes e de Educação, focado na coibição ao contrabando e ao tráfico de drogas, no acolhimento de migrantes e na retirada de crianças das ruas, proporcionando-lhes atividades esportivas e educacionais praticamente o dia todo. Essas ações contribuiriam para a redução da criminalidade na Região. frisou que, apesar dos poucos recursos, a Prefeitura estaria dando total apoio aos órgãos de defesa social. esclareceu que a Guarda Municipal estaria motivada e com duas novas patrulhas: uma na área rural e outra nas escolas públicas, acompanhando a saída dos alunos. Isso, no entanto, ainda não aconteceria em todos os estabelecimentos de ensino, dada a insuficiência de efetivo. mencionou também a Guarda Verde, com trabalho de proteção ao meio ambiente em parceria com a Polícia Civil, e a redução de praticamente 80% nos danos a próprios públicos. frisou a necessidade da construção de uma nova unidade prisional, bem como de um centro de acolhimento ao menor. ressaltou ainda a necessidade do estabelecimento da Polícia Federal na região, uma vez que seria alto o trânsito de pessoas vindas de outros Estados. Por fim, frisou o perigo da internet, que seria responsável pela maioria dos crimes violentos – à semelhança do "crack" –, como veículo para as drogas, a pedofilia e outros crimes.

Gustavo Henrique Neves Machado realçou a necessidade de continuidade no trabalho integrado que vem sendo feito no Município, em face de seus resultados positivos e, particularmente, considerado o potencial de migração da criminalidade pela proximidade com São Paulo. Assim, sublinhou a importância de ações municipais pensadas em longo prazo, independentemente de disputas políticas, conforme tem ocorrido em Poços de Caldas. afirmou ainda acreditar que a juventude merece um tratamento diferenciado, não apenas em torno de temas ligados à criminalidade e violência – o que considera fundamental –, mas também apoiando atitudes positivas e de crescimento, a exemplo do empreendedorismo e do voluntariado. Disse que o governo estadual, por meio de sua Coordenadoria Especial de Juventude, tem desenvolvido políticas focadas tanto na diminuição da criminalidade entre crianças e adolescentes quanto nas oportunidades para a juventude, uma vez que se considera que o jovem é não um problema, mas sim parte de uma solução maior.

O Defensor Público Bruno Pinto Rodrigues esclareceu que mais de 70% dos casos atendidos pela Defensoria Pública na Comarca estão relacionados ao tráfico ou consumo de drogas, incluindo desde adolescentes até adultos da terceira idade. ressaltou que, apesar do empenho dos órgãos competentes e dos resultados positivos em Poços de Caldas, o problema residiria na falta de tratamento para dependentes. Estes, por vezes, acabam encarcerados por delitos cometidos para a compra da droga. A propósito, lembrou o aumento de presos na cadeia local. Diante dessa situação, apontou para a criação de centros de tratamento no Estado e a construção do presídio no Município.

Afirmou também que dos 1.200 cargos de Defensores Públicos no Estado somente 450 estariam em atuação, sendo preciso, portanto, fortalecer a categoria. realçou que atuam em caráter de emergência no Município, mas têm projetos focados no desenvolvimento da cidadania entre famílias das áreas rurais e da periferia, pois acreditam que a Defensoria deva ter papel educativo junto à infância e adolescência e às comunidades. Com isso, apostam na elevação da autoestima da população e no rompimento do ciclo de violência resultante do uso de drogas, em especial o "crack".

O Presidente da Comissão comentou que, desde a CPI do sistema carcerário e das leis que dela resultaram, a ALMG vem preocupando-se intensamente com a situação da Defensoria Pública e hoje acompanha com muito interesse o concurso para reforçá-la, suspenso por ação judicial.

A Vice-Prefeita Gláucia Aparecida Boaretto frisou que, apesar do trabalho já feito e da atuação dos Postos de Saúde da Família – PSFs – e dos Centros de referência de Assistência Social – CRAs – nas periferias do Município, o problema das drogas, particularmente o "crack", ainda constituiu forte preocupação. Disse que a maior carência se relaciona ao tratamento de dependentes. Externou sua preocupação com a inexistência de um centro de acolhimento para crianças e adolescentes em conflito com a lei, ressaltando a relevância de um projeto bem elaborado com tal propósito, evitando-se que ele se torne um "cadeião". Para ambos os pleitos, pediu apoio às autoridades.

O Presidente da Comissão comentou que um centro integrado, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA –, estaria sendo implementado pela primeira vez em Belo Horizonte e que o Estado possui recursos para a construção de outro centro de internação de adolescentes em conflito com a lei em Betim, mas uma lei municipal proibiu essa construção. informou que haveria uma audiência pública da Comissão nesse Município e que o assunto seria discutido. contou ainda que visitou o centro de internação de Juiz de Fora, o qual, apesar de possuir estrutura adequada, se encontrava em rebelião, pois lá havia muitos adolescentes do sul do Estado, descontentes com a distância de suas cidades e famílias. pediu, por fim, especial atenção do Deputado Carlos Mosconi para a demanda pela implementação de tais centros em todo o Estado.

II. 2 - Discussão

Após as exposições dos componentes da Mesa, os inscritos tiveram a palavra.

O Pastor Milton Santana, da Igreja Quadrangular Independente, falou sobre a proposta de um novo sistema carcerário para o século XXI – com participação da sociedade civil organizada, proximidade da família dos presos e recuperação de réus primários –, a qual já teria sido apresentada ao Governador do Estado e ao Deputado Federal relator da CPI do sistema carcerário. Disse que a ideia foi bem aceita e já estaria sendo encaminhada de modo que Poços de Caldas venha a receber o projeto piloto. Informou também que a maquete da penitenciária já teria sido publicada.

O Presidente da Comissão confirmou o encaminhamento da proposta mencionada pelo Pastor ao Subsecretário de Administração Prisional e comentou sobre a PEC nº 470/2010, mediante a qual será possível acompanhar o Fundo Penitenciário Nacional. Em seguida, solicitou ao Delegado Carlos Camargo informações sobre o perfil do tráfico na região.

O Delegado Carlos Camargo esclareceu que a principal preocupação é o "crack" e que a grande vulnerabilidade são os 350km de divisa com São Paulo. Grande parte das drogas viria da Bolívia pela "rota caipira": Campinas, Mogi Mirim, Mogi Guaçu e Sul de Minas, por rodovias federais e estradas vicinais. afirmou ainda que os números comprovam a eficácia do combate ao tráfico na região: as delegacias estariam cheias de inquiridos; as varas criminais, lotadas de processos; a pauta de audiências, ocupada até 2012; e a população carcerária local, cheia de traficantes e dependentes envolvidos com crimes. Por fim, também apontou a urgência da construção de um presídio, bem como a instalação de centros para o acolhimento de crianças e adolescentes em conflito com a lei e para o tratamento de usuários de drogas.

O Delegado Carlos Eduardo Galhardi di Tommaso confirmou a avaliação de que o combate ao tráfico na região é eficaz. Sobre a rota de entrada, acrescentou Ribeirão Preto como origem do fluxo para Passos. Por fim, solicitou o aumento do efetivo de policiais civis e Delegados na região.

O Deputado João Leite perguntou a respeito de denúncias sobre atuação irregular de Agentes Penitenciários e sobre o desaparecimento de 1500 processos no fórum de São Sebastião do Paraíso.

O Delegado Antônio Carlos respondeu: sobre o caso dos Agentes Penitenciários, não tinha conhecimento, mas o Delegado Regional atual seria competente; sobre o desaparecimento de processos, aguardava-se a denúncia à Polícia Civil para início de investigações.

O Presidente da Comissão perguntou o número de varas criminais em Poços de Caldas.

O Defensor Público Bruno Pinto apontou duas, uma acumulada com a Vara da Infância e Juventude e outra com a de Execução Penal, mas haveria mistura de atribuições diferenciadas.

O Deputado João Leite lembrou que uma proposição para a criação de mais três varas na região já havia sido aprovada, mas que ainda não havia sido efetivada.

O Defensor Público Bruno Pinto esclareceu que não estaria havendo liberação de presos na cadeia por decurso de prazo na apuração dos inquiridos, mas que não sabia sobre a liberação de presos por decurso de prazo em andamento de processo.

O Presidente da Comissão informou que, no dia seguinte, a ALMG, com a presença de seu Presidente, assinaria, juntamente com o Ministério Público, o Tribunal de Justiça e o Governo do Estado, um convênio para informatização e acompanhamento da execução de penas no Estado, fruto do trabalho da Comissão Especial sobre o tema. Na sequência, perguntou sobre a existência de uma companhia independente da Polícia Militar Rodoviária e de estradas federais delegadas à Polícia Rodoviária Estadual naquela região.

O Cel José Dimas esclareceu que, com a 18ª Risp, foi criada a 18ª Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito. Respondeu também que a BR-050 é uma rodovia federal delegada, estando seus 1.300km sob a responsabilidade dessa Companhia. Mencionou, por fim, que o efetivo é reduzido diante do grande número de acidentes por imprudência ou negligência, mas que a formação de policiais na Companhia Escola local poderá, a médio e longo prazos, suprir essa deficiência.

O Inspetor Helênio Romualdo esclareceu que são três as rodovias sob a responsabilidade da 13ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal, com sede em Poços de Caldas: as BRs-146, 267 e 459, sendo a BR-491 delegada à Polícia Militar. afirmou que as condições de sinalização e pavimentação são boas e não há carências materiais nem de infraestrutura – o número de viaturas e aparelhos de última geração é suficiente. No entanto, só há um posto e o número de policiais seria 16, muito pequeno diante da necessidade de 50 para atuar em 500km.

A Vice-Prefeita Gláucia Aparecida e o Defensor Bruno confirmaram a atuação conjunta da Defensoria Pública, dos CRAs e dos PSFs, utilizando espaços físicos comuns e dialogando sobre o trabalho itinerante. Ademais, haveria plena interação no trabalho realizado na assistência a mulheres vitimizadas, a crianças e adolescentes em conflito com a lei e a dependentes químicos.

O Presidente da Comissão comentou sobre a postura do governo federal para o tratamento de dependentes químicos: ênfase nos Caps-AD, mas sem reconhecer as comunidades terapêuticas.

O Deputado Carlos Mosconi acrescentou que a iniciativa do governo federal seria muito tímida, quem da necessidade, pois haveria disparidade entre o uso de drogas e a forma de efetivar o tratamento dos usuários. Citou a atuação do governo federal no combate à aids como exemplo da eficácia de uma coordenação adequada entre decisão coerente e ação integrada, sugerindo o mesmo tipo de atuação no combate às drogas. Ressaltou a importância do envolvimento das escolas e dos PSFs na prevenção ao uso de drogas. Sugeriu que as estruturas físicas dos vários hospitais fechados por dificuldades financeiras sejam aproveitadas para a instalação dos Caps, reutilizando-os, uma vez que haveria instrumentos adequados para o combate ao uso da droga mas que faltariam as estruturas.

O Vereador Álvaro Assumpção Cagnani, Vice-Presidente da Câmara Municipal, abordou a permanência de presos na cadeia mesmo após cumpridas suas penas, o que seria preocupante pela injustiça e pelo risco de que sofram influência negativa de presos de maior periculosidade. Esse problema ocorreria porque há excesso de processos. Apesar da boa atuação da Defensoria Pública, das polícias e do judiciário, a situação ainda seria grave. Para resolvê-la, pediu apoio às autoridades.

Antes de encerrar a reunião, o Presidente da Comissão agradeceu a cada um dos participantes e reiterou a gravidade das questões envolvendo as drogas, em particular o "crack". afirmou tratar-se de uma epidemia no Estado e no País, de uma situação insustentável. Discordou dos movimentos que defendem a liberação do uso de drogas. E concordou com o Deputado Carlos Mosconi no sentido de que a possível solução talvez seja uma política do governo federal que una os instrumentos já existentes à reutilização de estruturas físicas hoje em desuso.

II. 3 - Encaminhamentos aprovados:

- a) ofício ao Secretário de Defesa Social, solicitando: a construção de um presídio no Município de Poços de Caldas; a construção de um Centro Socioeducativo no Município de Poços de Caldas;
- b) ofício à Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais solicitando o aumento do efetivo da corporação nas rodovias federais que atravessam a região sul do Estado;
- c) ofício ao Defensor Público-Geral solicitando mais Defensores Públicos na Comarca;
- d) ofício ao Ministério da Justiça solicitando a recomposição do efetivo da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais, especialmente na 13ª Delegacia, no Município de Poços de Caldas.

III - Principais pontos abordados

III. 1 - Criminalidade:

- a) disseminação do uso de "crack", em especial entre as populações de baixa renda e rural;
- b) delitos praticados por dependentes químicos para aquisição de drogas;
- c) entrada do tráfico de drogas e da criminalidade pela divisa com São Paulo;
- d) criminalidade alta em Alfenas, particularmente furtos e roubos de veículos;
- e) exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias da região;
- f) embriaguez ao volante, em especial no caso de veículos de carga.

III. 2 - Resultados positivos:

- a) IDH de Poços de Caldas;
- b) índices baixo de criminalidade e alto de elucidação de crimes entre 2007 e 2010;
- c) atuação integrada das Polícias Civil e Militar, do Corpo de Bombeiros e demais órgãos do sistema de defesa social do Estado na região, a exemplo do trabalho do GMI;
- d) superação das metas na conclusão de inquéritos policiais entre 2009 e 2010 assim como o desempenho do 18º DPC na elaboração de TCO e de processos administrativos;
- e) futura criação da Risp Sul;
- f) iniciativas da Polícia Civil, tais como a disseminação da metodologia de Polícia Judiciária, a criação de núcleos para operações estratégicas nas regionais, a organização da inteligência em Alfenas, a criação do GIR em São Sebastião, a parceria entre a PUC e as instituições do GMI;
- g) criação da 1ª AIP;
- h) previsão de implantação da metodologia da Igesp em Passos e Alfenas;
- i) criação de mais uma companhia da PMMG e integração de ações em Passos;
- j) possível instalação de um Departamento Antidrogas em Poços de Caldas;
- k) criação da Companhia Escola em Poços de Caldas;
- l) previsão de início do Curso Especial de Formação de Sargentos no Município;
- m) trabalho, do Corpo de Bombeiros, de prevenção e de capacitação de cidadãos;
- n) recebimento de jovens cumprindo medidas socioeducativas pelo Corpo de Bombeiros;
- o) projetos da Comissão de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal;
- p) infraestrutura da 13ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal;
- q) projetos da Defensoria Pública pela cidadania, junto a famílias pobres urbanas e rurais;
- r) trabalho conjunto realizado por secretarias municipais;
- s) duas novas patrulhas da Guarda Municipal;
- t) trabalho da Guarda Verde;

- u) redução de praticamente 80% nos danos a próprios públicos;
- v) projetos da Coordenadoria Especial de Juventude do Governo do Estado de Minas Gerais.

III. 3 - Problemas:

- a) carência de tratamento para usuários de drogas;
- b) falta de local de custódia para crianças e adolescentes em conflito com a lei;
- c) não construção do presídio em Poços de Caldas;
- d) superlotação da cadeia do Município;
- e) escassez de recursos humanos no 18º DPC;
- f) efetivo insuficiente na 18ª Região da Polícia Militar;
- g) redução do efetivo do Corpo de Bombeiros;
- h) inexistência de um Batalhão do Corpo de Bombeiros ou de uma segunda companhia;
- i) efetivo reduzido na Polícia Rodoviária Federal;
- j) número insuficiente de Defensores Públicos;
- k) insuficiência de efetivo na Guarda Municipal;
- l) inexistência de uma unidade da Polícia Federal na região.

III. 4 - Carências a serem supridas

- a) implementação de tratamento para usuários de drogas;
- b) local de custódia para crianças e adolescentes em conflito com a lei;
- c) construção de um presídio em Poços de Caldas;
- d) recursos humanos para o 18º DPC, em especial Delegados e Escrivães;
- e) aumento do efetivo da Polícia Militar;
- f) aumento do efetivo do Corpo de Bombeiros;
- g) aumento do efetivo da Polícia Rodoviária Federal;
- h) aumento do número de Defensores Públicos;
- i) estabelecimento de uma unidade da Polícia Federal na região.

Lavras, 8/6/2010

I - Apresentação

Em 8/6/2010, realizou-se na Escola Municipal Dra Damina, a 16ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública. Requerida pelos Deputados João Leite, Maria Tereza Lara, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, teve como finalidade discutir questões relativas à segurança pública no referido Município.

Compuseram a Mesa da Reunião: o Deputado João Leite, Presidente da Comissão; Deputada Maria Tereza Lara, Vice-Presidente da Comissão; Jussara Menicucci de Oliveira, Prefeita Municipal de Lavras; Vereador Evandro Castanheira Lacerda, Presidente da Câmara Municipal de Lavras; Hafez Tadeu Sadi, Chefe do 6º Departamento da Polícia Civil em Lavras, representando o Chefe de Polícia Civil do Estado; Maj. Francisco Assis de Oliveira, Comandante do 8º Batalhão da Polícia Militar em Lavras, representando o Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado; Ten. Ademir Penido da Silva, Comandante do 9º Batalhão de Bombeiros Militar em Lavras, representando o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado; João Carlos Giroto, Delegado da Polícia Federal, representando o Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal em Minas Gerais.

II - Desenvolvimento da Reunião

II. 1 - Exposições e discussão

O Presidente da Comissão abriu a reunião anunciando a finalidade de se debaterem questões relativas à segurança pública na 6ª Região

Integrada de Segurança Pública - Risp -, com sede em Lavras. Em seguida, compôs a Mesa e passou a palavra à Prefeita do Município de Lavras, Jussara Menicucci, que destacou a prevenção e a educação como fontes de paz social. Depois mencionou alguns projetos guiados por essa lógica, tais como programas para crianças e jovens e melhorias na iluminação pública. A Prefeita de Lavras disse também que, apesar de receber críticas da imprensa local, apoia a construção do novo presídio no Município, uma vez que o estabelecimento prisional atualmente em funcionamento não atende as necessidades da cidade.

A Deputada Maria Tereza Lara elogiou a Prefeita e falou ainda da necessidade de um sistema prisional humanizado, convocando a sociedade a participar das discussões sobre o assunto. "A solução é necessária e cabe a todos contribuir para que ela ocorra", afirmou.

Indagada pelo Deputado João Leite sobre o abandono do patrimônio ferroviário em Lavras, espaço onde tem se constituído local propício ao cometimento de delitos, a Prefeita respondeu que Lavras, assim como as demais cidades que têm patrimônio histórico ferroviário concedido à Ferrovia Centro Atlântica - FCA -, sofre com esse problema, pois a empresa não se responsabiliza pela preservação. Disse ainda que a Prefeitura tem um projeto de recuperação do patrimônio, mas que esse depende, para se viabilizar, do interesse da companhia em assinar um convênio com a Prefeitura.

Em seguida, a palavra foi passada a Evandro Castanheira, Presidente da Câmara Municipal de Lavras, que, apesar de considerar muito bons os índices de criminalidade em Lavras, reforçou o problema apontado pela Prefeita, dando números aos fatos: segundo o Vereador, existem mais de 250 mandados de prisão para serem cumpridos em Lavras em aberto, cuja execução é obstada pela ausência de vagas prisionais.

Posteriormente à fala dos representantes dos Poderes Executivo e Legislativo locais, foi a vez dos representantes das autoridades policiais, Hafez Tadeu, Chefe da Risp e do 6º Departamento da Polícia Civil em Lavras, e o Maj. Francisco Assis, Comandante do 8º Batalhão da Polícia Militar em Lavras.

Inicialmente, foi feita uma apresentação pelo Maj. Francisco de Assis, que informou que a área do 8º Batalhão da PMMG é de 25 Municípios, envolvendo a região de Lavras, de Oliveira, de Perdões e de Campo Belo. Segundo ele, a PMMG tem atuado de forma setorizada na região, o que permite uma aproximação do policial com a população. O Major Assis apresentou dados sobre a redução dos índices de criminalidade, principalmente da criminalidade violenta no Município de Lavras, que apresenta média de ocorrência bastante inferior à do Estado. Em 2009, por exemplo, em Minas foram cometidos 302 crimes por grupo de 100 mil habitantes, enquanto em Lavras foram 83 crimes para esse mesmo grupo. Os índices de criminalidade violenta são ainda inferiores aos de várias cidades do mesmo porte, segundo apontou o Comandante do 8º Batalhão da PMMG. O Comandante fez uma comparação de Lavras com outras cidades de mesmo porte e com as mesmas características, sobretudo em relação à vocação educacional e universitária. Em geral, os índices de Lavras são melhores que os de Ouro Preto, Viçosa, Itajubá e Alfenas.

Ao se pronunciar sobre as principais necessidades da região, na sua avaliação, estão a construção de um presídio e a designação de um local adequado para o recolhimento de adolescentes infratores, além de uma política consistente de prevenção e repressão às drogas, incluindo o tratamento de dependentes químicos. Ele informou que a cadeia pública de Lavras foi assumida pela Subsecretaria de Estado de Administração Penitenciária - Suapi -, e que, apesar da reforma realizada em 2007, a unidade prisional se encontra superlotada, com um excedente de 150 presos. A capacidade do presídio é para 50 pessoas. Para demonstrar a necessidade de mais vagas no sistema prisional e socioeducativo, o Major Assis mostrou que os índices de criminalidade chegaram ao pico no período em que a cadeia esteve fechada. "Isso se explica porque a maior parte dos crimes é cometida por egressos do sistema prisional. São casos de reincidência", afirmou o Comandante. De acordo com o Major, a falta de condições para o acatamento de menores infratores também tem trazido sérios problemas, porque os adolescentes têm sido usados pelos traficantes de drogas para práticas criminosas.

Em seguida, falou o Delegado Hafez Tadeu. Apesar dos índices de criminalidade da região serem comparativamente menores que os de outras áreas do Estado, o Delegado revelou que há grande volume de trabalho a cargo da polícia judiciária: apenas no ano de 2010, até o mês de abril, tinham sido preparados 3.158 inquéritos policiais. Segundo ele, quando somados os termos circunstanciados de ocorrência - que totalizaram 4.255 até abril -, cerca de sete mil pessoas foram indicadas para a Justiça como autores de crimes. O Delegado informou ainda outros dados sobre a produtividade da polícia judiciária na região no mesmo período. Quanto a declarações e depoimentos tomados pela Polícia Civil, foram 26.662 oitivas. O número de intimações realizadas foi de 35.172. Houve 23 intercepções telefônicas. O número de mandados de busca e apreensões expedidos e cumpridos foi de 476. Ocorreram também 267 mandados de prisão cumpridos. Com relação ao trabalho da Polícia Civil relativo ao trânsito, foram realizados 8.611 exames de legislação e 8.361 exames de direção. Ao todo, foram 10.191 carteiras nacionais de habilitação expedidas pela regional no período.

De acordo com o Delegado, a Polícia Civil tem baixo contingente para atender essa demanda de trabalho: são quatro Delegados Regionais, 35 Delegados, 55 Escrivães, 22 Peritos Criminais, 12 Médicos Legistas e 133 Agentes, totalizando 261 servidores. Segundo estimativa do Chefe do 6º Departamento de Polícia Civil, só na regional de Lavras seriam necessários mais 177 policiais para atuarem nas diversas funções da corporação. No Estado, ele avalia que o efetivo deveria aumentar de 11 mil para 18 mil policiais. Para ilustrar a sobrecarga, revelou que, apesar dos 3.158 inquéritos concluídos pela regional de Lavras até o final de abril deste ano, existem outros 7.015 inquéritos em andamento acumulados no mesmo período.

Outras dificuldades apontadas pelo Delegado são a falta de Delegacias da Polícia Civil em vários Municípios, falta de apoio para a sede da Risp e de dotação orçamentária para os departamentos que sobrecarregam as delegacias onde estão provisoriamente alocados, além de modificações na estrutura da carreira da Polícia Civil. Sadi reivindicou a regulamentação do cargo de Chefe de Departamento e de suas atribuições, redução da carga horária de trabalho, nova política salarial, além do retorno completo dos policiais civis que ainda fazem a guarda de presos para a função de investigação. O Delegado frisou que, em decorrência da divisão constitucional de competências em matéria de polícia judiciária, a Polícia Federal não é competente para apurar a maior parte dos ilícitos penais, sendo-lhe constitucionalmente outorgada a incumbência de investigar crimes contra a União e também a criminalidade interestadual ou com conexão internacional. Segundo ele, a Delegacia de Polícia Federal de Varginha cobre uma área de 137 Municípios, começando ao norte, na região de Lavras; ao sul, na cidade de Extrema, fronteira com São Paulo; ao leste, em Bocaina de Minas, fronteira com Rio de Janeiro; a oeste, em Passos.

Depois, a palavra foi passada ao Inspetor Helênio Almeida, representando a Polícia Rodoviária Federal. O Inspetor destacou o serviço da Polícia Rodoviária Federal desempenhado pelas recém implementadas Comissões Regionais de Direitos Humanos, que, em Minas Gerais, têm atuado no enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes. A PRF tem mapeado os pontos vulneráveis à exploração sexual em rodovias federais. Segundo ele, são 290 pontos em Minas Gerais e 1.918 no Brasil.

Em seguida, falou a Defensora Pública Mirela Souza Araújo, representando o Defensor Público-Geral. Ela ressaltou a contribuição da Defensoria Pública para a redução das ocorrências de violência doméstica. Segundo a Defensora Pública, nas cidades onde as pessoas conhecem o trabalho dos Defensores, há uma redução bastante significativa desses índices. No entanto, segundo Mirela, em Minas Gerais, a maior parte dos Defensores está na Capital e nas cidades-polo, e mais da metade dos Municípios não tem Defensores. Para ela, o controle da criminalidade deve focar na prevenção da delinquência juvenil, pois é nela que se inicia o ciclo de criminalidade. "O preso ou a pessoa que vem a ser delinquente muitas vezes tem uma história de menor infrator", afirmou a Defensora. Acrescentou ainda que as políticas públicas de inclusão social, de tratamento e prevenção do uso de drogas e de álcool são muito importantes para minorar os índices de criminalidade.

Depois, o Deputado João Leite passou a palavra aos representantes dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública - Conseps - de Lavras e

Nepomuceno, respectivamente Alexandre Marques Oliveira e Lineu Marques Tonelli, que apresentaram como dificuldade a falta de infraestrutura nas instalações dos Conselhos e de verbas para campanhas de prevenção.

Em seguida, falou Leonardo Brocanelli Fagundes, Diretor da Subsecretaria de Administração Prisional – Suapi – na 6ª Região Integrada de Segurança Pública, sendo ele o responsável pelos presídios de Três Corações, de Varginha e de Lavras. O Diretor confirmou o problema de superlotação na cadeia de Lavras e disse que a Prefeitura já doou o terreno para construção de um novo presídio com 300 vagas, nos moldes da unidade de Pouso Alegre. No entanto, segundo ele, ainda não há previsão de liberação de recursos para o início das obras. Ele ponderou, contudo, que mesmo em situação precária, na cadeia de Lavras os presos estudam e podem trabalhar.

Já na fase dos debates, inscreveu-se para falar Marcelo Silva de Oliveira, que sugeriu a criação de um "site" na internet para facilitar o acesso, pelo cidadão comum, a informações relevantes de segurança pública. Já a Vereadora Helena Maria Nogueira e outros participantes pediram a instalação de uma delegacia da Polícia Federal em Lavras. Por sua vez, Ariane Farah Alvarenga, do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, pediu a observância, nas políticas públicas, de abordagens específicas para os idosos.

Rita de Cássia Teixeira, mãe de um detento da Cadeia Pública de Lavras, falou da urgência de se construir um presídio no Município. Reclamou ainda da falta de estrutura da cadeia local para receber os familiares visitantes dos presos: "Sábado choveu muito e tivemos que ficar debaixo da chuva, porque a cobertura não era suficiente para nos abrigar", afirmou. Disse também, emocionada, que tem medo do seu filho preso ser transferido para outra unidade prisional do Estado devido à falta de vagas em Lavras, pois ela não teria condições financeiras de viajar para visitá-lo.

O Deputado João Leite disse que no ano passado, por iniciativa popular, na Comissão de Participação Popular, foi aprovada uma emenda para a construção de espaços para os familiares aguardarem o momento da visita de seus parentes que estão presos.

Por fim, falou a Secretária Municipal de Promoção da Cidadania em Lavras, Belkis Eriana Amaral de Souza, que discorreu sobre os problemas que o consumo do "crack" tem trazido para a cidade e a forma como o Município tem se organizado para enfrentar esse e outros problemas de segurança pública.

II. 2 - Encaminhamentos aprovados:

a) seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para a construção de um presídio e de um centro de atendimento a adolescentes, ambos no Município de Lavras; para ampliação do efetivo policial na 6ª Região Integrada de Segurança Pública – Risp –, especialmente da Polícia Civil; para assunção total de presos sob a guarda da Polícia Civil pela Subsecretaria de Administração Prisional – Suapi –, para construção da sede da 6ª Risp e para proposição de modificações no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – com a previsão de recursos para os Conselhos Comunitários de Segurança Pública – Conseps –;

b) seja encaminhado à Ferrovia Centro Atlântica – FCA – pedido de providências para a celebração de convênio com o Município de Lavras com vistas à recuperação e à preservação do patrimônio histórico ferroviário desse Município;

c) seja encaminhado à Superintendência da Polícia Federal em Minas Gerais pedido de providências para implantação de uma unidade e para aumento do efetivo policial da corporação no Município de Lavras;

d) seja encaminhado à Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais pedido de providências para aumento do efetivo policial da corporação nas rodovias federais que atravessam a região sul do Estado.

III - Principais pontos abordados:

a) vários aspectos da questão da segurança pública no Município de Lavras convergem para a necessidade de serem construídos um novo presídio no Município e um centro de internação para adolescentes autores de atos infracionais;

b) os índices de criminalidade na região são menores que a média estadual;

c) a Polícia Civil e a Defensoria Pública apresentam déficits de quadros de pessoal e de estrutura na região;

d) o consumo de drogas na região, principalmente do "crack", é uma preocupação crescente; deve haver mais investimento em políticas de tratamento de dependentes químicos;

e) os projetos sociais são fundamentais à prevenção da criminalidade da região.

Betim, 10/6/2010

I - Apresentação

Em 10/6/2010, realizou-se, no Centro Administrativo do Município de Betim, a 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública. Requerida pelos Deputados João Leite, Presidente da Comissão, Maria Tereza Lara, Vice-Presidente, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, a reunião teve por finalidade discutir questões relativas à segurança pública no Município de Betim e região.

Além dos Deputados João Leite, Maria Tereza Lara, Rômulo Veneroso, Pinduca Ferreira e Ivair Nogueira, compuseram a Mesa: Maria do Carmo Lara, Prefeita de Betim; Carlos Roberto de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal de Betim; Delegado Expedito Gomes da Silva, Chefe Adjunto do 2º Departamento da Polícia Civil, representando o Chefe de Polícia Civil; Ten.-Cel. Ronan Gouveia, Comandante do 33º Batalhão da Polícia Militar, representando o Comandante-Geral da Polícia Militar; Maj. Carlos Alberto Marques de Oliveira, Subcomandante do 2º Batalhão de Bombeiros Militares, representando o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros; Robson Lucas, Chefe de Gabinete da Secretaria de Defesa Social, representando o Secretário de Defesa Social; Anthero Drummond, Diretor Regional de Saúde, representando o Secretário de Saúde; Inspetor Helênio Romualdo Almeida, representando o Superintendente da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais; Ricardo de Araújo Teixeira, Defensor Público no Município de Betim; Waldir Gonçalves Leão, Presidente do Consep Centro, de Betim; e Eva Rosângela, Presidente do Consep 10.

II - Desenvolvimento da reunião

II.1 - Exposições e discussão

O Deputado João Leite abriu a reunião informando o intuito de se discutir a questão da segurança pública no Município de Betim e região. Em seguida, relacionou o extenso rol de participantes da sociedade civil presentes e disse que a reunião de Betim fechava o ciclo de audiências realizadas pela Comissão de Segurança Pública nas sedes das 18 Regiões Integradas de Segurança Pública – Risps – e no Município de Manhuaçu. Acrescentou que, entre as muitas conclusões que estão sendo retiradas dessas reuniões, está a constatação de que há significativo tráfico de drogas no Estado e de que as Polícias têm agido fortemente, prendendo muitos traficantes. Mas, como há grande demanda por drogas ilícitas, se um traficante é preso, novos traficantes assumem a função, ou seja, como são muitos os usuários e dependentes de drogas no Estado, o tráfico de drogas se renova mesmo com a forte repressão.

A Prefeita de Betim chamou a atenção para dados divulgados pela Fundação João Pinheiro e pela Polícia Militar, que indicam redução dos índices de criminalidade no Município, resultado das ações conjuntas entre as forças policiais, a Guarda Municipal e os governos estadual e federal.

A Prefeita mencionou também as ações do Município, voltadas para a prevenção social da criminalidade. Disse que das 68 escolas municipais de Betim, 23 funcionam em tempo integral, no âmbito do programa Escola da Gente, em que os alunos chegam às 7 horas e saem às 17 horas. O foco do programa são as escolas cujos alunos têm mais dificuldade na aprendizagem e as que registram mais problemas de violência. A Prefeitura pretende expandir o programa até o final do ano, atingindo 30 escolas.

O Presidente da Câmara Municipal de Betim alertou sobre o problema das drogas nas escolas e apontou, como possível solução, a implantação de uma polícia escolar, de modo a evitar a atuação do tráfico nas escolas.

O Delegado Expedito Gomes da Silva disse que, de fato, os índices de criminalidade em Betim recuaram, mas ainda são altos. Salientou que a polícia se tem esforçado no combate ao tráfico de drogas, mas reconheceu, como já havia dito o Deputado João Leite, que a prisão de traficantes faz com que novos criminosos sejam recrutados pelo tráfico. Em sua fala, o Delegado admitiu que são necessários mais investimentos em segurança no Município e que muitas despesas da Polícia Civil são custeadas pela Prefeitura.

O Ten.-Cel. Ronan Gouveia disse que, desde 2008, Betim tem registrado redução nos índices de criminalidade, algo em torno de 15%. No caso dos homicídios, a redução é de aproximadamente 20%.

O Maj. Carlos Alberto Marques de Oliveira salientou que os bombeiros têm dado sua parcela de contribuição na questão da segurança, com campanhas educativas para a prevenção de situações de risco em lagoas – locais muito frequentados por usuários de drogas – e rodovias, em parceria com a Polícia Rodoviária Federal.

O Inspetor Helênio Romualdo Almeida se prontificou a estreitar os laços da Polícia Rodoviária Federal com a Prefeitura, objetivando novas parcerias.

Cloves Eduardo Benevides, Subsecretário de Políticas Antidrogas da Secretaria de Esportes e da Juventude, salientou a consolidação do "crack" como a droga mais representativa do cenário urbano brasileiro, cujo símbolo são as inúmeras "cracolândias" existentes no País. Sobre o problema, acrescentou que a Lei nº 11.343, de 2006, definiu o uso de drogas como problema de saúde, que deve ser tratado com o acolhimento. Disse também que a Polícia Militar tem o maior programa de prevenção do Brasil, o Proerd, que já atendeu aproximadamente um milhão de crianças.

Robson Lucas sintetizou a forma de atuação da Secretaria de Defesa Social em dois focos principais. Do ponto de vista interno, destacou a atuação de duas Subsecretarias, a de Administração Prisional e a de Medidas Socioeducativas. Segundo ele, a Subsecretaria de Administração Prisional tem ampliado o número de vagas do sistema carcerário e humanizado o tratamento dado aos presos. Com esse trabalho, a Subsecretaria de Administração Prisional, na medida em que assume a gestão das cadeias públicas, tem liberado o efetivo já escasso da Polícia Civil para que se dedique integralmente ao exercício das funções policiais. Já a Subsecretaria de Medidas Socioeducativas tem procurado construir novos centros socioeducativos para o acautelamento de jovens em conflito com a lei. No caso de Betim, há uma orientação para que se providencie, o mais rapidamente possível, a construção de um centro socioeducativo no Município. Do ponto de vista da segurança pública como um todo, o outro foco para a atuação da Secretaria de Defesa Social é a coordenação da atuação integrada das forças de segurança. Segundo Robson Lucas, a lógica da integração não se restringe às forças de segurança, exigindo também a participação de outros Poderes, como o Judiciário, e das Prefeituras.

Waldir Gonçalves Leão sugeriu que cada Consep seja vinculado a uma única Companhia da Polícia Militar, de modo a aperfeiçoar o relacionamento dos conselhos com a polícia.

Anthero Drummond Júnior disse que o debate sobre o problema das drogas deve contemplar o uso do álcool. Uma em cada sete famílias brasileiras tem entre seus membros pelo menos um viciado em álcool. Ademais, há a questão do "crack", que subverteu todas as formas de prevenção e tratamento até então existentes. Esse entorpecente mudou conceitos, a forma de abordagem da questão das drogas. Estima-se que existem hoje cerca de 600 mil usuários de "crack" no Brasil. O Diretor citou a política federal para o problema, que pretende adotar como base de ação os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – Caps-AD –, com recursos da ordem de R\$410.000.000,00 para o enfrentamento do "crack", e alertou para a deficiência no tratamento de dependentes químicos em Minas Gerais. Segundo ele, o Estado tem 19 Caps-AD, quando, na sua avaliação, deveria ter 91. Anthero Drummond disse ainda que um modelo de tratamento baseado exclusivamente nos Caps-AD não é suficiente. Para ele, é preciso envolver as comunidades terapêuticas, as moradias assistidas, os hospitais psiquiátricos e os hospitais gerais. "É preciso que os servidores do Programa Saúde da Família tenham a forma de fazer os primeiros encaminhamentos. Não adianta abordar o paciente, se não tenho para onde mandá-lo. Capacito uma porção de médicos, enfermeiros e agentes comunitários para fazer a abordagem, mas vamos mandar essas pessoas para onde? Nossa rede tem de contemplar todas essas entidades mencionadas e aproveitar as experiências de grupos como os Alcoólatras Anônimos, os Narcóticos Anônimos, o Amor Exigente. Todas essas entidades devem estar presentes. O enfrentamento é de todos."

O Deputado Ivair Nogueira, que menos de uma semana antes da reunião teve sua residência invadida e roubada por assaltantes fortemente armados, mencionou a sensação de insegurança, apesar de as estatísticas revelarem redução da criminalidade no Município. Ponderou ainda que o fenômeno da insegurança abrange a Região Metropolitana de Belo Horizonte como um todo e sugeriu que se elabore um plano de segurança pública para a RMBH. Por fim, o Deputado defendeu o armamento da Guarda Municipal, para que ela auxilie as Polícias Civil e Militar, e comentou os problemas do Poder Judiciário local, que, segundo ele, apresenta carências de pessoal e infraestrutura insuficiente, tendo em vista o porte do Município de Betim.

O Deputado Pinduca Ferreira defendeu a construção de um centro de internação para menores no Município, ilustrando, com diversos exemplos, a falta de vagas adequadas no sistema socioeducativo para acautelamento de adolescentes autores de ato infracional.

O Defensor Público Ricardo de Araújo Teixeira mencionou as dificuldades de pessoal e estrutura da Defensoria para a promoção da assistência

jurídica no Município. Quanto ao problema das drogas, disse que a criminalidade tem forte relação com a dependência química, sobretudo do "crack". Em função disso, sugeriu a formulação de uma política pública de controle do uso das drogas combinando as vertentes policial e preventiva, com a criação de centros de acolhimento e tratamento de dependentes químicos, tendo por objetivo a redução dos índices de criminalidade e dos problemas de segurança pública. Assim como o Deputado Pinduca Ferreira, o Defensor Público salientou a urgência de se construir um centro de internação para adolescentes em conflito com a lei no Município.

O Deputado Rômulo Veneroso defendeu a instalação de uma Delegacia Especializada de Tóxicos e Entorpecentes em Betim, bem como a criação de um fórum permanente para discutir a segurança na região.

Gilberto Marques Sá, da Subseção da OAB em Betim, mencionou a necessidade urgente de se construir um centro de internação para adolescentes no Município e salientou que, dada a precariedade da situação atual do acautelamento de menores na cidade, a OAB está estudando a possibilidade de denunciar o Estado na Organização das Nações Unidas. O advogado criticou também o que chamou de "sucateamento" da Polícia Civil no Município.

O Vereador Amarildo, de São Joaquim de Bicas, se apresentou como representante de uma comissão de Vereadores da região que fazem parte do Movimento Presídios, cujas reivindicações incluem melhorias nas unidades prisionais existentes nos Municípios, proibição de que sejam instaladas novas unidades na região, repasse do ICMS social ao Município que tem unidade prisional, e implantação de políticas de assistência social no entorno das unidades prisionais já instaladas.

A Deputada Maria Tereza Lara manifestou apoio ao movimento, salientando que, embora seja irresponsabilidade reivindicar o fim das cadeias e penitenciárias, ela entende que alguns poucos Municípios – como São Joaquim de Bicas, por exemplo – não podem ficar sobrecarregados pela função de abrigar unidades prisionais.

Aécio Pinto Rodrigues, Presidente do Consep de São Joaquim de Bicas, que também faz parte do Movimento Presídios, disse tratar-se de um movimento permanente, que abrange vários objetivos, desde uma melhor estruturação dos presídios até a ressocialização dos presos. Fazem parte desse movimento associações de bairro, pastorais e Igrejas. O Movimento Presídios tem ações a curto, médio e longo prazos. Uma das ações a curto prazo é justamente não permitir a ampliação do complexo prisional em São Joaquim de Bicas, já que nenhum Município tem estrutura suficiente para acolher um complexo prisional sem sofrer consequências nas áreas de saúde, educação e segurança.

Aécio Rodrigues lembrou que desde a construção dos presídios no Município vem ocorrendo migração de familiares de presos para a cidade, para permanecerem perto dos detentos e como forma de reduzir custos. Essa realidade resulta em novas demandas de políticas públicas junto ao poder local. Disse ainda que Municípios como Igarapé têm interesse no Movimento Presídios, em função da proximidade e do caráter metropolitano do problema, fazendo com que também sofram as pressões decorrentes da questão prisional.

II. 2 - Encaminhamentos aprovados:

a) seja encaminhado ao Tribunal de Justiça pedido de providências para a implantação de novas Varas Criminais e Varas Especializadas para atender a criança e o adolescente no Município de Betim;

b) seja encaminhado ao Chefe da Polícia Civil pedido de providências para o aumento do efetivo de Agentes de Polícia e Delegados que atuam na Comarca de Betim, bem como para a implantação de uma Delegacia Seccional no Município de Igarapé, além de uma Delegacia com funcionamento 24 horas no Bairro Jardim Teresópolis e uma Delegacia Especializada de Orientação e Proteção da Criança e do Adolescente, com atendimento jurídico, assistencial e psicológico, no Município de Betim;

c) seja encaminhado ao Ministério da Justiça pedido de providências para a recomposição do efetivo da Polícia Rodoviária Federal no Estado, especialmente no Posto 3 da BR-381, no Município de Betim;

d) seja encaminhado ao Defensor Público-Geral pedido de providências para o aumento do número de Defensores Públicos na Comarca de Betim;

e) seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para a construção de um Centro Socioeducativo no Município de Betim;

f) seja encaminhado à Superintendência da Polícia Federal em Minas Gerais pedido de providências para a implantação de um posto avançado da Polícia Federal no Município de Betim;

g) seja realizada visita ao Prefeito de Belo Horizonte, com o objetivo de discutir as ações da Prefeitura no tratamento de dependentes químicos;

h) seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social pedido de providências para o atendimento das demandas apresentadas a esta Comissão pelas Câmaras Municipais de Betim, Igarapé e São Joaquim de Bicas: a não implantação de mais unidades prisionais na região; a necessidade de implementação de políticas públicas de assistência social no entorno das unidades prisionais; o respeito à capacidade máxima das unidades prisionais da região e a transformação do entorno das unidades em distrito industrial.

III - Principais pontos abordados:

a) a região de Betim apresenta elevado índice de criminalidade quando comparada ao restante do Estado, mas indicadores recentes apontaram a redução da criminalidade regional;

b) há problemas de falta de estrutura e de pessoal nos órgãos do sistema de defesa social que atuam na região, especialmente na Polícia Civil e na Defensoria Pública; o mesmo ocorre com o Poder Judiciário local, que também apresenta déficit de estrutura e pessoal;

c) as periferias do Município de Betim concentram as principais ocorrências criminais, e ainda há sensação de insegurança no Município;

d) o aumento da segurança nas escolas e a ampliação de programas de educação integral foram propostas apresentadas para a prevenção social da criminalidade;

e) o consumo de drogas na região, principalmente de "crack", está em crescimento, mas não há estrutura adequada para o tratamento dos dependentes químicos;

f) o enfrentamento do problema das drogas exige não apenas a ampliação de unidades Caps-AD, como também o envolvimento da sociedade civil, por meio das comunidades terapêuticas;

g) há necessidade urgente de se construir um centro de internação para adolescentes em conflito com a lei no Município de Betim;

h) o Movimento Presídios rejeita a construção de novos presídios na região e pede mais apoio estadual e federal para a implementação de políticas sociais de atendimento aos presos e seus familiares.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2010.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Rômulo Veneroso.

¹ Cabe esclarecer que este relatório não descreve, com exatidão, a audiência pública realizada em Teófilo Otôni, pois, em razão de problemas técnicos, as notas taquigráficas encontram-se muito prejudicadas, o que levou à utilização de fontes de informações adicionais.

² Nome não identificado nas notas taquigráficas.

Ata da 18ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 11/8/2010

Às 9h3min, comparece na Sala das Comissões o Deputado Durval Ângelo, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, possíveis violações de direitos humanos ocorridas no Estado, referentes ao aliciamento de mão de obra rural e ao trabalho escravo, e comunica o recebimento da seguinte correspondência: Mateus Alexandre Dias, vítima de suposto abuso de autoridade, solicitando a esta Comissão tomada de providências quanto ao constrangimento que sua família sofreu, quando policiais adentraram sua residência sem mandado judicial; Mansueto Antonio Saraiva de Souza, solicitando a esta Comissão tomada de providências quanto à violência que assola a população de Raul Soares; e de correspondência publicada no "Diário do Legislativo" na data mencionada entre parênteses: Srs. Fernando V. B. Laudares Pereira, advogado; Elcimar Almeida de Paula, Comandante do 31º Batalhão da 13ª Região da PMMG; Fabiano Torres Bastos, Assessor de Política Prisional da Defensoria Pública do Estado; Antônio Henrique Franco Lopes, Promotor de Justiça da Comarca de Caratinga; Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais; e Marcus Vinícius Arreguy, Delegado de Polícia da Comarca de Caratinga (10/7/2010); Hamilton Henrique Rodrigues, Gerente-Geral da Agência Ibirité do Banco do Brasil S.A.; José Lourdes de São José, Promotor de Justiça; José Antônio de Oliveira Cordeiro, Juiz de Direito da Vara de Execuções Criminais de Caratinga; Felipe Estabile Moraes, Chefe de Gabinete da Secretária de Educação; Danilo de Castro, Secretário de Governo; Gilson Dipp, Ministro Corregedor Nacional de Justiça; Nicolau Lupianhes Neto, Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça; e Bruno Teixeira Lino, Juiz de Direito da Vara de Execuções Criminais de Ribeirão das Neves (17/7/2010); Cezar Romero Machado Santos, Corregedor da PMMG; Madson da Cunha Mouta, Promotor de Justiça da Comarca de Lajinha; José Antônio de Oliveira Cordeiro, Juiz de Direito da Comarca de Caratinga; Lindomar Diamantino Segundo, Secretário Municipal de Educação e Cultura de Contagem; Eduardo Nepomuceno de Sousa, Promotor de Justiça; Ronaldo Araújo Pedron, Subsecretário de Atendimento às Medidas Socioeducativas; Eduardo Machado de Faria Tavares, Ouvidor Ambiental da Ouvidoria-Geral do Estado; Carlos Alberto Pavan Alvim, Subsecretário da Casa Civil; Márcio Gomes de Souza, Procurador de Justiça; Gustavo Botelho Neto, Superintendente de Investigações e Polícia Judiciária da Polícia Civil de Minas Gerais; Luciano Luz Badini Martins, Coordenador do CAO-MA; e Josué Costa Valadão, Secretário Municipal de Governo de Belo Horizonte (5/8/2010). A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Sônia Toledo Gonçalves, Procuradora, representando Elaine Noronha Nassif, Procuradora - Chefe do Ministério Público do Trabalho - PRT 3ª Região; e os Srs. Luís Carlos Martins, Procurador de Justiça, representando o Sr. Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais; José Giovanni Carvalho, Auditor Fiscal do Ministério do Trabalho representando o Sr. Alysson Paixão de Oliveira Alves, Superintendente Regional do Trabalho e Emprego do Ministério do Trabalho em Minas Gerais; Ulisses Cândido Brandão, Auditor Fiscal do Ministério do Trabalho; Ricardo Ferreira Deusdara, Chefe da Seção de Saúde e Segurança do Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego; e Vilson Luis da Silva, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - Fetaemg -, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Registra-se a presença do Deputado Ruy Muniz. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Retira-se da reunião o Deputado Ruy Muniz e registra-se a presença dos Deputados Ademir Lucas (substituindo o Deputado Fahim Sawan, por indicação da Liderança do BSD) e João Leite (substituindo o Deputado Delvito Alves, por indicação da Liderança do BSD). A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos Deputado Durval Ângelo (4) em que solicita seja encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça pedido de providências para que sejam investigados possíveis desvios de finalidade e uso de recursos públicos em proveito próprio em cursos e congressos de Vereadores, conforme noticiado no programa "Fantástico", da Rede Globo de Televisão, no dia 8/9/2010; sejam encaminhados ao Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público - CAO-PP -, à Corregedoria da Polícia Civil e ao Secretário de Defesa Social pedidos de informações sobre as investigações e apurações porventura existentes acerca do suposto envolvimento da Delegada de Polícia Civil Elaine Lúcia Nogueira em práticas de fraude, peculato e prevaricação, tendo em vista o recebimento de denúncias nesse sentido; seja encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça do Estado e à Procuradora-Chefe do Ministério Público do Trabalho - 3ª Região - pedido de providências para a formação de um grupo permanente de trabalho conjunto com membros do Ministério Público do Estado e do Ministério Público do Trabalho, com o objetivo de minimizar a dificuldade de fiscalização do aliciamento de mão de obra rural e do trabalho escravo no Estado; sejam encaminhadas cópias das notas taquigráficas desta reunião ao Procurador-Geral de Justiça, à Procuradora-Chefe do Ministério Público do Trabalho - 3ª Região -, ao Chefe do da Seção de Saúde e Segurança do Trabalho e ao Superintendente Regional do Trabalho e Emprego do Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais, ao Superintendente Regional da Polícia Rodoviária Federal no Estado, à Defensoria Pública Federal Giédra Cristina Pinto Moreira e ao Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado - Fetaemg. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2010.

Durval Ângelo, Presidente.

Ata da 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 12/8/2010

Às 10h3min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite (substituindo o Deputado Eros Biondini, por indicação da Liderança do BSD), Padre João (substituindo o Deputado Carlos Gomes, por indicação da Liderança do PT) e Wander Borges (substituindo o Deputado Antônio Carlos Arantes, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Padre João, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovados requerimento do Deputado Agostinho Patrus Filho em que solicita o apoio desta Comissão à instauração da Eurocâmara de Minas Gerais, bem como a cessão do Espaço Democrático José Aparecido de Oliveira e do Salão Nobre desta Casa para o lançamento oficial dessa entidade. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos

parlamentares, desconvoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária de logo mais, às 14 horas, convoca-os para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2010.

Carlos Gomes, Presidente - Agostinho Patrus Filho - Rosângela Reis.

Ata da 20ª Reunião Ordinária da Comissão de Participação Popular na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 12/8/2010

Às 14h42min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Eros Biondini, Duarte Bechir e João Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência no publicada no "Diário do Legislativo" de 5/8/2010: ofícios do Sr. Rogério Aoki Romero, Secretário Adjunto de Esportes (3); e do Sr. Ricardo Augusto Simões, Diretor-Presidente da Copasa. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados André Quintão em que solicita seja encaminhada ao Conselho Federal dos Nutricionistas e ao Conselho Regional de Nutricionistas - 9ª Região - MG manifestação de aplauso em comemoração do Dia do Nutricionista, em 31 de agosto; Carlin Moura em que solicita seja realizada visita à estação ferroviária desativada, localizada no Bairro Bernardo Monteiro, em Contagem, com a finalidade de verificar a condição estrutural e de conservação da estação, visando e a sua revitalização para uso da comunidade. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2010.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura - Eros Biondini.

Ata da 18ª Reunião Ordinária da Comissão de Administração Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 17/8/2010

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Neider Moreira e Padre João, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Sargento Rodrigues, Weliton Prado e Eros Biondini. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, nos termos do inciso III do art. 120 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata, considera-a aprovada e solicita aos Deputados presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 4.631/2010, que altera os quadros de cargos da secretaria do Tribunal de Justiça de primeiro grau do Estado, e o Projeto de Lei nº 3.797/2009, que dá nova redação ao art. 12 da Lei nº 10.856, de 5/8/92, que dispõe sobre a recomposição e o reajustamento dos símbolos, dos padrões de vencimento e dos proventos dos servidores do Poder Judiciário, ambos de autoria do Tribunal de Justiça. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Sandra Margareth Silvestrini de Souza, Presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça de 1ª Instância do Estado de Minas; Kátia Regina Marques de Lima Souza, Assistente Social Judicial da Vara Cível da Infância e da Juventude de Belo Horizonte, representando a Sra. Rosilene Miranda Barroso da Cruz, Coordenadora Técnica; Denise Pires da Costa, Comissária da Vara Cível da Infância e da Juventude de Belo Horizonte; e Ângela Maria Muniz, Coordenadora do Comissariado Cível de Belo Horizonte; e os Srs. Robert Wagner França, Coordenador-Geral do Sindicato dos Servidores da Justiça de 1ª Instância do Estado de Minas Gerais; Cláudio Martins de Abreu, Presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça Avaliadores do Estado de Minas Gerais - Sindojus - MG; Paulo Sérgio Costa da Costa, Presidente da Federação das Entidades Representativas dos Oficiais de Justiça Estaduais do Brasil - Fojebra -; Elerson Márcio dos Santos, Coordenador do Comissariado da Vara Infracional da Infância e da Juventude de Belo Horizonte; e Walter Gonçalves de Moraes, Oficial de Justiça da Comarca de Santos Dumont, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra aos Deputados Délio Malheiros e Sargento Rodrigues, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2010.

Délio Malheiros, Presidente - Ademir Lucas - Neider Moreira - Ivair Nogueira.

Ata da 21ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 17/8/2010

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tenente Lúcio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo" de 12/8/2010: ofícios dos Srs. Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais; Ricardo de Azevedo, Chefe da Seção de Policiamento e Fiscalização da 4ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal; José Osvaldo Cruz, da Coordenadoria de Relações Institucionais da Ferrovia Centro-Atlântica S. A.; Leandro Coelho de Carvalho e Thiago Campos Soares Melo Franco, Assessores da Defensoria Pública-Geral. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.235/2010, em turno único, para o qual designou o Deputado Tenente Lúcio como relator. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.558/2010, com a Emenda nº 1, que suprimiu a expressão "à instauração de inquérito destinado", e 6.563/2010. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Deputado Sargento Rodrigues em que solicita seja encaminhado ao Comandante-Geral da Polícia Militar e ao Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar pedido de providências para solicitar ao Governador do Estado a alteração na redação do parágrafo único do art. 44 da Lei Delegada nº 37, de 1989, que instituiu o auxílio-invalidez para os militares do Estado, estendendo o benefício aos militares portadores de incapacidade definitiva. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2010.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Tenente Lúcio.

MATÉRIA VOTADA

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em Redação Final: Projetos de Resolução nºs 3.928 e 3.970/2009, da Comissão de Política Agropecuária, e Projetos de Lei nºs 4.642, 4.668 e 4.702/2010, do Governador do Estado.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 65ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 26/8/2010

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Interrupção dos trabalhos ordinários para realização do ciclo de debates "Os desafios da mobilidade urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte".

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 120, que altera a Lei Complementar nº 84, de 25/7/2005, e a Lei nº 5.406, de 16/12/69, e transforma os cargos que menciona. (Faixa constitucional). A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.640/2010, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, no valor de R\$ 241.149.195,97, em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 4.698/2010, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre o estágio probatório no âmbito da Assembleia Legislativa e dá outras providências. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.238/2009, do Deputado Zezé Perrella, que cria no âmbito do Estado de Minas Gerais o Banco de Ossos para fins de transplante e dá outras providências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.277/2009, da Comissão de Participação Popular, que altera o art. 3º da Lei nº 11.824, de 6/6/95. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.642/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública - Conseps - localizados no Estado. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.135/2010, do Governador do Estado, que autoriza a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig - a alienar os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.256/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.939, de 29/12/2003. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.413/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 22ª Reunião Ordinária da Comissão de Participação Popular na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 26/8/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 9 horas do dia 26/8/2010, destinada à realização do ciclo de debates "Os desafios da mobilidade urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte".

Palácio da Inconfidência, 25 de agosto de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 26/8/2010, destinada a homenagear a Belotur pelos 30 anos de sua fundação.

Palácio da Inconfidência, 25 de agosto de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.235/2010

Comissão de Segurança Pública

Relatório

De autoria do Deputado Sargento Rodrigues, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública o Conselho de Segurança Pública Distrital de Chaveslândia do Município de Santa Vitória – Consep-CHSV –, com sede no Município de Santa Vitória.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.235/2010 pretende declarar de utilidade pública o Conselho de Segurança Pública Distrital de Chaveslândia do Município de Santa Vitória – Consep-CHSV –, com sede no Município de Santa Vitória, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por escopo colaborar com as questões de defesa social, especialmente aquelas ligadas à prevenção da criminalidade.

Com esse propósito, o Consep-CHSV busca constituir-se em canal privilegiado entre as autoridades policiais e de órgãos do Sistema de Defesa Social e a comunidade, contribuindo para que as instituições operem em função dos cidadãos; incentiva o planejamento de ações integradas de segurança que resultem na melhoria da qualidade de vida dos moradores do Distrito de Chaveslândia; estuda a solução para problemas ambientais e sociais que tenham implicações policiais; promove palestras, conferências e outros eventos para a divulgação de ações de autodefesa, além de campanhas educativas, visando ao desenvolvimento do espírito cívico e comunitário da população. Considerando o importante trabalho realizado pela entidade, acreditamos ser meritório conceder-lhe o título de utilidade pública.

Cabe ressaltar, por fim, que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como finalidade adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.235/2010, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2010.

Tenente Lúcio, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.537/2010

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo dar a denominação de Escola Estadual Dr. Reinaldo Martins Marques à escola estadual de ensino fundamental localizada no Município de Ribeirão das Neves.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.537/2010 pretende dar a denominação de Escola Estadual Dr. Reinaldo Martins Marques à escola estadual de ensino fundamental situada na Rua Ari Teixeira da Costa, nº 1.500, Bairro Santa Paula, no Município de Ribeirão das Neves.

A apresentação do projeto decorre de pedido formulado pelo colegiado da referida escola, que, em reunião realizada em 10/2/2010, homologou, pela unanimidade dos votos de seus membros, a indicação do nome Escola Estadual Dr. Reinaldo Martins Marques para essa unidade de ensino.

Cabe ressaltar que o homenageado, natural do Município de Belo Horizonte, formou-se engenheiro civil na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, em 1954, época em que já se dedicava à profissão de ourives.

Participou ativamente como Conselheiro Fiscal e Diretor de Obras do Lar dos Meninos São Vicente de Paulo, sendo agraciado, em 2002, em reconhecimento à sua dedicação, com o Troféu Perseverança da Associação Divina Providência. Homem de grandes ideias, contribuiu de forma decisiva na construção da Cidade dos Meninos, empreendimento de reconhecida relevância social.

Em 2004, foi homenageado pela UFMG com diploma de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados à sociedade no exercício da profissão de engenheiro.

Como forma de valorização a seu trabalho, exemplo para as gerações futuras, é meritória a escolha do nome de Reynaldo Martins Marques para denominar o educandário de Ribeirão das Neves.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.537/2010, em turno único.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2010.

Gláucia Brandão, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.568/2010

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Wander Borges, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Nova Conquista II e Bairros Adjacentes, com sede no Município de Santa Luzia.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.568/2010 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Nova Conquista II e Bairros Adjacentes, com sede no Município de Santa Luzia, entidade sem fins econômicos, de natureza beneficente e de promoção social.

A instituição busca contribuir para a melhoria do nível de vida da comunidade, bem como promover a integração social de seus membros. Para tanto, realiza visitas a locais considerados de baixo índice econômico e social, pesquisando as causas dessa situação e oferecendo sugestões às autoridades competentes; debate os problemas da comunidade, buscando soluções e encaminhamentos; promove seminários e palestras de interesse coletivo; realiza atividades voltadas à melhoria da convivência entre os moradores da região.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.568/2010 em turno único.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2010.

Ivair Nogueira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.693/2010

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Juninho Araújo, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Eldorado – Ambe –, com sede no Município de Timóteo.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ele, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.693/2010 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Eldorado – Ambe –, com sede no Município de Timóteo, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, cultural, assistencial e desportiva, que tem como principal finalidade o desenvolvimento econômico e social do Bairro Eldorado e a consequente melhoria da qualidade de vida de seus moradores.

Com esse propósito, a instituição estuda os problemas da comunidade e suas possíveis soluções; congrega os moradores e associados estimulando a luta em defesa de seus interesses e direitos, no pleno exercício da cidadania; orienta sobre a proteção e conservação do meio ambiente, incentivando a coleta seletiva e programas de educação ambiental, incluindo a manutenção dos logradouros públicos; promove cursos de capacitação profissional; mantém programas culturais de caráter folclórico e incentiva a produção artesanal; coordena práticas esportivas e recreativas.

Considerando-se a relevância do trabalho desenvolvido pela Ambe, é oportuno e meritório que lhe seja outorgado o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.693/2010 em turno único.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2010.

Ivair Nogueira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.743/2010

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Durval Ângelo, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária da Benção de Deus, com sede no Município de Contagem.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.743/2010 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária da Benção de Deus, com sede no Município de Contagem, entidade sem fins econômicos, de caráter educacional e cultural, voltada para a valorização do ser humano.

Com esse propósito, a instituição estuda a cultura brasileira para sua difusão por meio de cursos, palestras e similares, incentiva a criação de serviços para a comunidade nas áreas de educação, cultura e saúde, estimulando o cooperativismo e a defesa dos direitos humanos, presta assistência social e promove campanhas de arrecadação de alimentos, roupas e calçados, envidando esforços para reduzir a miséria.

Além disso, mantém uma biblioteca comunitária, ministra cursos às pessoas com deficiência, qualificando-as para o mercado de trabalho, e desenvolve ações voltadas para a consolidação da comunicação comunitária e educativa, buscando o aperfeiçoamento qualitativo da produção cultural em benefício de todos.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.743/2010, em turno único.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2010.

Ivair Nogueira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.754/2010

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Eros Biondini, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Membros do Grupo Vida, com sede no Município de Rio Pardo de Minas.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.754/2010 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Membros do Grupo Vida, com sede no Município de Rio Pardo de Minas, entidade sem fins econômicos que tem por escopo a promoção da solidariedade e da justiça social.

Com esse propósito, a instituição desenvolve atividades visando ao atendimento da comunidade em situações de emergências naturais e sociais; à reabilitação da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso em situação de vida ameaçada; à investigação e à análise das causas da miséria e da pobreza; à defesa dos direitos sociais básicos; à implantação de benfeitorias para a comunidade, buscando a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar de seus associados.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.754/2010 em turno único.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2010.

Ivair Nogueira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.757/2010

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Ademir Lucas, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Lar dos Idosos Pedro Diniz, com sede no Município de Esmeraldas.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.757/2010 pretende declarar de utilidade pública o Lar dos Idosos Pedro Diniz, com sede no Município de Esmeraldas, que tem como finalidade a prática da caridade no campo da assistência social e da promoção humana.

Com esses propósitos, a entidade mantém um estabelecimento destinado a abrigar pessoas idosas de ambos os sexos, que estejam em condições precárias de saúde física e mental, além de proporcionar a essas pessoas assistência material, moral, intelectual, social e afetiva, para que possam continuar a vida em liberdade e com dignidade.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.757/2010, em turno único.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2010.

Ivair Nogueira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.759/2010

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Tenente Lúcio, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Projeto Ipas - Instituição Pentecostal de Assistência Social -, com sede no Município de Uberlândia.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.759/2010 pretende declarar de utilidade pública o Projeto Ipas - Instituição Pentecostal de Assistência Social -, com sede no Município de Uberlândia, entidade sem fins econômicos, que tem como finalidade a promoção do bem-estar do ser humano nos aspectos físicos, emocionais e educacionais, o combate à fome e à pobreza e a busca da união de entidades filantrópicas de todos os segmentos.

Na consecução de seus propósitos, a instituição mantém programa de atendimento à criança e ao adolescente em regime de abrigo, com apoio social e educativo, desenvolve ações voltadas para a proteção da saúde da família, da maternidade, da infância e da velhice, apoia as pessoas com deficiência e combate a fome e a pobreza por meio de programas de geração de emprego e renda, distribuição de roupas, alimentos e medicamentos e suporte às ações da defesa civil. Além disso, promove atividades de esporte e lazer e colabora no tratamento de dependentes químicos.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.759/2010, em turno único.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2010.

Ivair Nogueira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.762/2010

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Padre João, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública o centro de Educação Infantil Criança Esperança, com sede no Município de Ipatinga.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ele, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.762/2010 tem por escopo declarar de utilidade pública o Centro de Educação Infantil Criança Esperança, com sede no Município de Ipatinga, entidade sem fins lucrativos, de caráter educativo, recreativo, cultural e social.

Voltada à educação infantil, a instituição assiste, em regime de semi-internato, os filhos de trabalhadores com idade até 6 anos, no período de creche e pré-escola, defende os interesses e direitos de seus assistidos de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente e organiza núcleos de apoio a famílias carentes.

Além disso, realiza eventos culturais, esportivos e recreativos, incentiva a integração dos familiares das crianças assistidas no mercado de trabalho, combate a fome e a pobreza e orienta sobre a proteção ao meio ambiente.

Considerando a relevância do trabalho desenvolvido pelo Centro de Educação Infantil Criança Esperança, é oportuno e meritório que lhe seja outorgado o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.762/2010, em turno único.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2010.

Ivair Nogueira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.764/2010

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Padre João, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Surdos e Cegos - Aspac -, com sede no Município de Lavras.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ele, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.764/2010 tem por escopo seja declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Surdos e Cegos - Aspac -, com sede no Município de Lavras, entidade sem fins lucrativos que tem como finalidade a defesa dos direitos e interesses das pessoas portadoras de deficiência auditiva e visual, buscando melhoria de sua qualidade de vida.

Com esse propósito, a instituição promove campanhas de conscientização da comunidade, visando à integração de seus assistidos à vida comunitária e profissional, publica material de divulgação de seus trabalhos e do Centro de Apoio às Necessidades Auditivas e Visuais, em defesa da integração social, educativa e trabalhista dos portadores de deficiência auditiva e visual, e realiza eventos para tratar de assuntos de interesse de seus assistidos e familiares, assim como para o aperfeiçoamento dos que trabalham na área.

Considerando a relevância do trabalho desenvolvido pela Aspac, é oportuno e meritório que lhe seja outorgado o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.764/2010, em turno único.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2010.

Ivair Nogueira, relator.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 4.369/2010

Comissão de Administração Pública

Relatório

De autoria do Deputado Délio Malheiros, o projeto de lei em epígrafe acrescenta dispositivo à Lei nº 18.185, de 4/6/2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República, a fim de assegurar reserva de vaga para os portadores de deficiência física.

Publicado no "Diário do Legislativo" de 19/3/2010, foi o projeto distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Administração Pública para receber parecer, nos termos art. 102, combinado com o art. 188 do Regimento Interno.

Preliminarmente, a Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Cabe, agora, a esta Comissão, emitir parecer sobre o mérito da proposição.

Fundamentação

A proposição em análise objetiva assegurar aos portadores de deficiência física o mínimo de 10% das vagas destinadas à contratação por tempo determinado no Poder Executivo, de que trata a Lei nº 18.185, de 4/6/2009.

A Comissão de Constituição e Justiça, no exame da matéria, ressaltou os preceitos constitucionais da Constituição da República e da Carta mineira, que consagram aos portadores de deficiência a prerrogativa da reserva de percentual de cargos e empregos públicos. A douta Comissão também destacou a Lei nº 11.867, de 28/7/95, que reserva percentual de cargos ou empregos públicos, no âmbito da administração pública do Estado, para pessoas portadoras de deficiência, e a Lei nº 12.079, de 12/1/96, com a alteração feita em 9/1/2008, que dispõe sobre a possibilidade de 5% de reserva de vagas a pessoas portadoras de deficiência física para estágio em órgão e entidade da administração pública.

Nesse contexto, não obstante a falta de previsão expressa na Lei Maior sobre a reserva de vagas para a contratação temporária, objetivo do projeto, concluiu-se que a inclusão dos deficientes físicos no mercado de trabalho, seja na área pública, seja no setor privado, pode ser considerada um princípio fundamental traçado em diversos dispositivos constitucionais. Além do art. 37, inciso IX, já mencionado, o art. 7º, inciso XXXI, da Carta Republicana, que dispõe sobre os direitos sociais dos trabalhadores, prevê, entre os critérios de contratação, a proibição de discriminação de trabalhador portador de deficiência. Ademais, outros dispositivos do texto constitucional estabelecem direitos aos portadores de deficiência para garantir-lhes bem-estar e integração social. Sendo assim, ainda que a Constituição Federal não disponha, de forma expressa, sobre a reserva de vagas para os portadores de deficiência em processos seletivos para a contratação por tempo determinado, a falta de tal previsão não pode ser interpretada como um impedimento para a concessão de tal direito.

Ressalte-se, por ser oportuno, que vários entes federativos já vêm adotando o critério da reserva de vagas para portadores de deficiência em seus processos seletivos para a contratação por tempo determinado, especificamente o Estado de São Paulo (Edital de processo seletivo simplificado nº 001/2007); o Estado de Goiás (Edital nº 001/2009 para processo seletivo público de contratação temporária) e o nosso Estado, na cidade de Uberlândia (Edital de processo seletivo simplificado para contratação por tempo determinado para a função de Agente de Apoio Operacional e Oficial e Manutenção de Reparos).

O Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, tem o escopo de expandir o alcance da medida proposta pelo projeto em exame, uma vez que essa envolve somente a administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.

Com efeito, a Lei nº 11.867, de 1995, que reserva percentual de cargos ou empregos públicos para pessoas portadoras de deficiência, tem aplicação no âmbito da administração pública do Estado, vale dizer, não exclui nenhum Poder, entidade ou órgão da sua incidência.

Nos termos da referida lei, a administração pública direta e indireta do Estado está obrigada a reservar 10% dos cargos ou empregos públicos, em todos os níveis, para pessoas portadoras de deficiência. Sempre que a aplicação desse percentual resultar em número fracionário, arredondar-se-á a fração igual ou superior a 0,5 (cinco décimos) para o número inteiro anterior.

Sendo assim, a fim de que o objetivo do projeto de lei possa ser incluído nesta lei e, portanto, tenha o seu alcance no âmbito estadual, o Substitutivo nº 1 acrescenta dispositivos à Lei nº 11.867, de 1995, que trata da reserva de vagas em caso de concurso público para portadores de deficiência física.

Ressalte-se, por ser oportuno, que quando a urgência da contratação impedir que seja feito processo seletivo com tempo hábil para apurar a deficiência e a sua compatibilidade com o exercício da atividade, mediante ato motivado, a regra não será aplicada, a exemplo do que já está disposto na lei que dispensa o processo seletivo na contratação para atender a necessidades decorrentes de calamidade pública.

A questão da inclusão dos portadores de deficiência física no mercado de trabalho é das mais relevantes e impõe a adoção de medidas eficazes, como a que deparamos agora.

Resta-nos, neste momento, reconhecer a importância da matéria em análise, porquanto, ao pretender dar oportunidade aos portadores de deficiência física de mostrarem o seu potencial e as suas capacidades, busca ressaltar o respeito humano e a dignidade dessas pessoas.

Conclusão

Somos, portanto, pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.369/2010 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2010.

Ivair Nogueira, Presidente e relator - Neider Moreira - Ademir Lucas - Délio Malheiros.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 4.516/2010

Comissão de Administração Pública

Relatório

De autoria do Deputado Domingos Sávio, o projeto de lei em epígrafe altera o art. 3º da Lei nº 18.037, de 12/1/2009, que dispõe sobre o cadastro de entidades representativas de despachantes.

A Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria.

Cumpra agora a esta Comissão examinar o mérito do projeto.

Fundamentação

O projeto de lei em tela tem por objetivo alterar a redação do art. 3º da Lei nº 18.037, de 12/1/2009, que dispõe sobre o cadastro de entidades representativas de despachantes, tendo em vista a necessidade de identificar os despachantes documentalistas como categoria profissional, visto que a autorização para exercer a ocupação é exigência estabelecida pelos respectivos Conselhos Federal e Regional.

Como bem destacado pela Comissão de Constituição e Justiça, a atividade de Despachante Documentalista é classificada como "ocupação" (código 4231-05) na relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Também foi ressaltada pela referida Comissão a competência privativa da União para legislar sobre "organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões", o que foi feito por meio da Lei nº 10.602, de 12/12/2002, que dispõe sobre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Despachantes Documentalistas e dá outras providências. A norma em comento prevê que os Conselhos Profissionais têm atribuições normativas e de fiscalização, e sua organização, estrutura e funcionamento serão disciplinados pelos respectivos estatutos e regimentos.

Tendo em vista que a lei federal não tornou obrigatória a inscrição em conselho de classe para o exercício da ocupação de despachante, como acontece em relação a outros profissionais, poderiam os Conselhos Regionais, no uso de suas atribuições, estabelecer normas sobre o assunto visando a organizar o exercício da ocupação e a fiscalizá-lo.

Ademais, poderia o Estado estabelecer a condição para inscrição nos Conselhos de Classe respectivos como forma de apurar e comprovar a habilitação técnica para o exercício da ocupação de despachante, oferecendo mais segurança tanto para os prestadores como para os usuários do serviço.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.516/2010.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2010.

Délio Malheiros, Presidente - Lafayette de Andrada, relator - Ademir Lucas - Neider Moreira - Ivair Nogueira.

Parecer de Redação Final do Projeto de RESOLUÇÃO Nº 3.928/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Resolução nº 3.928/2009, de autoria da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação de terras devolutas que especifica, foi aprovado nos turnos regimentais, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE resolução N° 3.928/2009

Aprova, em conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Fica aprovada, em conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas especificadas no Anexo desta resolução, observada a enumeração dos respectivos beneficiários.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2010.

Ademir Lucas, Presidente - Lafayette de Andrada, relator - João Leite.

ANEXO

(a que se refere o art. 1º da Resolução nº , de de de 2010)

Nº	Requerente	Denominação	Município	Área (ha)
1	Luiz Carlos Pinho	Fazenda Cantão	Rio Pardo de Minas	129,0618
2	Paulo Otone Rodrigues Pena	Fazenda Cantão	Rio Pardo de Minas	179,8808
3	José Rodrigues Dias	Fazenda Bonfim	Rio Pardo de Minas	176,0656
4	Osvaldo Cardoso Neto	Fazenda Estiva Caída	Rio Pardo de Minas	162,1224
5	Espólio de Eleutério Alves Martins	Fazenda Vereda do Riachão	Rio Pardo de Minas	178,7313
6	Humberto Cândido de Souza	Fazenda Atoleiro	Rio Pardo de Minas	110,4544
7	Tiago Ramos de Lima	Fazenda Coqueiro	Rio Pardo de Minas	172,2021
8	João Andrade Ferreira	Fazenda Mato de João Gonçalves	Rio Pardo de Minas	137,7164
9	Joarez de Almeida Correa	Fazenda Veredinha	Rio Pardo de Minas	118,6362
10	Irvany Pereira Costa	Fazenda Estiva	Montezuma	195,5027
11	Ronaldo Trindade e outros	Fazenda Carpina	Vargem Grande do Rio Pardo	117,7921

Parecer de Redação Final do Projeto de RESOLUÇÃO N° 3.970/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Resolução nº 3.970/2009, de autoria da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica, foi aprovado nos turnos regimentais, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE resolução N° 3.970/2009

Aprova, em conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Fica aprovada, em conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação, em favor de Sebastião Rodrigues Paixão, da terra devoluta situada no local denominado Fazenda Água Boa, no Município de Rio Pardo de Minas, com área de 156,8933ha (cento e cinquenta e seis vírgula oito mil novecentos e trinta e três hectares).

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2010.

Ademir Lucas, Presidente - Lafayette de Andrada, relator - João Leite.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 4.642/2010

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.642/2010, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, no valor de R\$12.088.948,26, em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.642/2010

Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no valor de R\$12.088.948,26 (doze milhões oitenta e oito mil novecentos e quarenta e oito reais e vinte e seis centavos), para atender a:

I – despesas de custeio, no valor de R\$6.633.454,11 (seis milhões seiscentos e trinta e três mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e onze centavos);

II – despesas de investimento, no valor de R\$5.455.494,15 (cinco milhões quatrocentos e cinquenta e cinco mil quatrocentos e noventa e quatro reais e quinze centavos).

Art. 2º – Para atender ao disposto no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes:

I – do Convênio nº 00006/2006, firmado em 13 de abril de 2006, entre a União, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, objetivando fortalecer o sistema de controle externo como instrumento de cidadania, incluindo o aperfeiçoamento das relações intergovernamentais e interinstitucionais, com vistas, inclusive, ao controle do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, para execução do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros – Promoex –, no valor de R\$1.719.101,44 (um milhão setecentos e dezenove mil cento e um reais e quarenta e quatro centavos);

II – do saldo financeiro de recursos ordinários recebidos para contrapartida a convênios, no valor de R\$440.757,62 (quatrocentos e quarenta mil setecentos e cinquenta e sete reais e sessenta e dois centavos);

III – do excesso de arrecadação previsto para o corrente exercício, no valor de R\$129.089,20 (cento e vinte e nove mil oitenta e nove reais e vinte centavos);

IV – da anulação de dotações orçamentárias da Secretaria de Estado de Fazenda, no valor de R\$9.800.000,00 (nove milhões e oitocentos mil reais).

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2010.

Ademir Lucas, Presidente - Lafayette de Andrada, relator - João Leite.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 4.668/2010

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.668/2010, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, no valor de R\$10.000.000,00, em favor da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.668/2010

Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), para atender a despesas com pessoal e encargos sociais.

Art. 2º – Para atender ao disposto no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação previsto para o corrente exercício.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2010.

Ademir Lucas, Presidente - Lafayette de Andrada, relator - João Leite.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 4.702/2010

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.702/2010, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, no valor de R\$117.386.400,00, em favor do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.702/2010

Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, no valor de R\$117.386.400,00 (cento e dezessete milhões trezentos e oitenta e seis mil e quatrocentos reais), para atender a:

I – despesas com pessoal e encargos sociais, no valor de R\$115.786.400,00 (cento e quinze milhões setecentos e oitenta e seis mil e quatrocentos reais);

II – outras despesas correntes, no valor de R\$1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais).

Art. 2º – Para atender ao disposto no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de:

I – excesso de arrecadação previsto para o corrente exercício, no valor de R\$79.300.000,00 (setenta e nove milhões e trezentos mil reais);

II – excesso de arrecadação da receita de Contribuição Patronal para o Fundo Financeiro de Previdência – Funfip – previsto para o corrente exercício, no valor de R\$23.469.000,00 (vinte e três milhões quatrocentos e sessenta e nove mil reais);

III – excesso de arrecadação da receita de Contribuição do Servidor para o Funfip previsto para o corrente exercício, no valor de R\$14.250.000,00 (quatorze milhões duzentos e cinquenta mil reais);

IV – anulação de dotação orçamentária própria de custeio, no valor de R\$367.400,00 (trezentos e sessenta e sete mil e quatrocentos reais).

Art. 3º – A utilização dos créditos indicados nesta lei estará condicionada à verificação dos limites a que se referem os arts. 19 a 22 da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e será limitada pelo Poder Executivo ao percentual estabelecido no parágrafo único do citado art. 22.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2010.

Ademir Lucas, Presidente - Lafayette de Andrada, relator - João Leite.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à União em operação de crédito externa junto à agência oficial alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau – KFW.

Preliminarmente, a proposição foi apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade

Na fase de discussão do projeto no 1º turno, foi apresentada, em Plenário, a Emenda nº 1, que vem a esta Comissão para receber parecer, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em epígrafe autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à União para viabilizar a prestação de garantias por parte desta na operação de crédito a ser celebrada entre a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – e a agência oficial alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau – KFW – até o valor equivalente a €100.000.000,00.

A Emenda nº 1, de autoria do Deputado Padre João, pretende determinar que o contrato de formalização da operação de crédito de que trata o art. 1º da proposição e o contrato de contragarantia de que trata o art. 3º sejam enviados para esta Comissão no prazo de 30 dias a contar de sua assinatura. A emenda pretende dar maior publicidade aos termos dos contratos mencionados. Entretanto, tal medida se restringirá à operação de crédito objeto da proposição em exame, e seria desejável que todas as operações de crédito contratadas pelo governo mineiro fossem remetidas a esta Comissão.

Assim, com vistas a ampliar e uniformizar a publicidade dos contratos em questão, sugere-se que a obrigatoriedade constante da Emenda nº 1 seja incluída na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a fim de se dar o tratamento adequado à questão.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela rejeição da Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 4.489/2010.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 2010.

Zé Maia, Presidente - Agostinho Patrus Filho, relator - Adelmo Carneiro Leão - Inácio Franco - Lafayette de Andrada.

COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 24/8/2010, a seguinte comunicação:

Do Deputado Sávio Souza Cruz notificando o falecimento da Sra. Mirces Costa Freitas, ocorrido em 19/8/2010, em Martinho Campos. (- Ciente. Oficie-se.)

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 23/8/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Luiz Humberto Carneiro

exonerando Fabiana Medeiros Martins do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;

nomeando Fabiana Medeiros Martins para o cargo de Assistente de Gabinete II, padrão VL-41, 4 horas.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2010

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2010

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS 47/2010

DECISÃO DO PRESIDENTE E DO 1º-SECRETÁRIO

Em 17/8/2010, o Presidente e o 1º-Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decidem pela anulação do Pregão Eletrônico nº 47/2010, que tem como objeto a contratação de empresa para ministrar curso de formação e reciclagem de brigadistas de incêndio, com base no Parecer nº 5.139, de 2010, da Procuradoria-Geral desta Casa, e na Ata da 110ª Reunião do Pregoeiro e Sua Equipe de Apoio, datada de 16/8/2010.

Belo Horizonte, 25 de agosto de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Dinis Pinheiro, 1º-Secretário.

Termo de Aditamento

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: ABC Táxi Aéreo S.A . Objeto: prestação de serviços de hangaragem da aeronave Xingu. Objeto do aditamento: alteração da razão social, passando de ABC Táxi Aéreo S.A.para Algar Aviation Táxi Aéreo S.A. Vigência: a partir da assinatura.

Termo de Contrato

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Lavanderia Lavsec Rápido Ltda. - ME. Objeto: prestação de serviços de lavanderia destinados à lavagem, passagem e esterilização de roupas, tapetes e fitas pertencentes à contratante.Vigência: 12 meses, a partir de 20/8/2010. Licitação: Processo Licitatório nº 36/2010 e Pregão Eletrônico nº 36/2010. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90 -10.1.